DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, quinta - feira, 10 de junho de 1976 — ANO IX - Nº 87

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO N.º 3.272 DE 07 DE JUNHO DE 1976

Aprova o novo Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista a aprovação do Ministério Público, na forma do artigo 1.203 do Código de Processo Civil,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovado o novo Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal que, assinado pelos membros do Conselho Deliberativo daquela entidade, a este acompanha.

Art. 2.º — Fica confirmada, na forma do artigo 18, da Lei n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 438, de 27 de janeiro de 1969, a vinculação da Fundação do Serviço Social à Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Art. 3.º — Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do Estatuto aprovado por este Decreto, para que os órgãos de Administração Superior da Fundação submetam ao Conselho Deliberativo, os projetos dos novos Regimentos.

Parágrafo Unico — Os Regimentos elaborados na forma deste artigo, serão submetidos à aprovação do Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais, ouvida a Secretaria do Governo.

Art. 4.º — O presente Decreto integra o Livro III, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 4.º, do Decreto n.º 1.891 de 21 de dezembro de 1971.

Art. 5.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto "N" n.º 529, de 29 de setembro de 1966 e demais disposições em contrário.

Brasília, 07 de junho de 1976
88.º da República e 17.º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO I

DO REGIME JURÍDICO: DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Fundação do Serviço Social do Distrito Federal - FSSDF, instituida pela então Prefeitura do Distrito Federal, por Escritura Pública, de 29 de julho de 1961, lavrada às fls. 27 v a 29 v do livro 12, do Cartório do 2º Oficio de Notas de Brasília, passa a ser administrada na forma deste Estatuto.

Art. 2º - A Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, entidade com personalidade jurídica de direito privado, rege - se pelos Códigos Civil e de Processo Civil, legislação complementar no que lhe for aplicavel e pelo presente Estatuto.

Art. 3º - A Fundação, com sede e foro em Brasília e jurisdição em todo o Distrito Federal, integra a Administração Descentralizada do Distrito Federal, na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 4º - A Fundação tem duração por tempo indeterminado e será extinta nos casos e forma previstos neste Estatuto.

Art. 5º - A Fundação para os fins do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, vincula-se à Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, na forma do artigo 18 daquela Lei, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto Lei nº 438, de 27 de janeiro de 1969.

Art. 6º - A Fundação tem por finalidade executar e promover a execução de programas sociais, de acordo com a política de desenvolvimento social e de serviços sociais fixada pela Administração do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços sociais, visando ao desenvolvimento das comunidades e ao tratamento e prevenção dos problemas que afetam a segmentos da população do Distrito Federal.

Art. 7º - A Fundação tem por objetivos:

I - planejar, coordenar e avaliar a execução dos programas, projetos e atividades de serviço social;

II - participar, e estimular a integração entre entidades públicas e particulares;

III - apoiar técnica e financeiramente instituições particulares, cuja atuação se enquadre na finalidade da Fundação, a fim de fortalecer e ampliar os serviços dessas instituições;

IV - promover estudos e pesquisas necessários ao diagnostico e tratamento dos problemas sociais do Distrito Federal;

V - assessorar a Secretaria de Serviços Sociais quanto ao planejamento do Serviço Social e à fundamentação técnico- juridica da política de desenvolvimento social e de serviços sociais do Distrito Federal.

TÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 8º - Constituem patrimonio da Fundação:

I - os bens e direitos com que foi instituida, os que já adquiriu e os que venha a adquirir,

II - os bens e direitos que a ela venham a ser incorporados pelos poderes públicos;

III - os legados, doações e heranças que lhe foram ou venham a ser destinados.

Art. 9º - constituem receita da Fundação:

I - as contribuições, subvenções e auxílios do Poder Público, especialmente os recursos necessários à sua manutenção e ao atendimento de suas finalidades que, anualmente, o orçamento do Distrito Federal, lhe consignar;

II - as rendas de seu patrimonio ou de bens sob sua administração;

III - os recursos decorrentes de contratos e convênios.

IV - o produto das operações de crédito que venha a realizar;

V - as rendas provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

VI - os juros e outras rendas eventuais;

VII - os donativos e outras contribuições;

VIII - as provenientes de fideicomissos instituidos em seu favor;

IX - as decorrentes de usufrutos a ela conferidos;

X - as rendas em seu favor instituidas por terceiros;

XI - outras rendas que lhe competirem por sua natureza ou disposição legal.

TITULO III

DA ORGANIZAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL

CAPITULO I

DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 10 - São órgãos de Administração Superior da Fundação:

I - Conselho Deliberativo;

II — Presidencia

III - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I
DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 11 - O Conselho Deliberativo, órgão de Administração Superior, responsavel pela orientação e controle da execução das atividades da Fundação, compõe-se de 7 (sete) membros, sendo:

a) 2 (dois) membros natos;

b) 5 (cinco) membros efetivos designados pelo Governador do Distrito Federal.

Parágrafo 1º - São membros natos do Conselho Deliberativo o Secretário de Serviços Sociais do Distrito Federal, na qualidade de seu Presidente e o Diretor-Presidente da Fundação.

Parágrafo 2º - Nas faltas e impedimentos do Secretário de Serviços Sociais e do Diretor - Presidente da Fundação, as suas funções no Conselho Deliberativo serão exercidas pelos respectivos substitutos legais em exercicio.

Parágrafo 3º - Na falta ou impedimento do Presidente do Conselho Deliberativo, este será presidido pelo Conselheiro mais antigo entre os presentes, ou havendo coincidencia de antiguidade, pelo mais idoso.

Parágrafo 4º - os membros efetivos serão indicados pelo Secretário de Serviços Sociais e escolhidos entre pessoas de notória idoneidade e ligadas a atividades de administração ou de serviços sociais, residentes no Distrito Federal.

Parágrafo 5º - Haverá 3 (três) membros suplentes com observancia dos requisitos do parágrafo anterior.

Parágrafo 6º - São impedidos de integrar o Conselho Deliberativo, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro:

a) pessoas que nao residam no Distrito Federal;

b) parentes até terceiro grau entre si, em linha reta ou colateral, ou de dirigentes de órgão da Fundação;

c) os servidores da Fundação;

Art. 12 - o mandato dos membros efetivos e suplentes será de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por uma só vez.

Parágrafo 1º - A ausencia injustificada a 3 (tres) reuniões, consecutivas ou a 6 (seis) alternadas implicará na extinção do mandato do membro faltoso.

Parágrafo 2º - O prazo para justificação de ausencia será de 10 (dez) dias, a contar da data da reunião em que a mesma ocorreu.

Art. 13 - O Conselho Deliberativo, reunir-se-á ordinariamente até 2 (duas) vezes por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros, mediante requerimento ao Presidente do Conselho observada para fins de gratificação a legislação em vigor.

Parágrafo Unico - Lavrar-se-ão, em livro proprio, numerado e rubricado, atas que serão assinadas pelos membros presentes..

Art. 14 - Para funcionamento do Conselho Deliberativo é exigido o quorum minimo de 5 (cinco) membros e suas Resoluções serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo 1º - O Diretor-presidente da Fundação só não terá direito a voto nas deliberações referentes a seus relatorios e prestação de contas.

Parágrafo 2º - As Resoluções do Conselho Deliberativo, apos assinadas pelos Conselheiros presentes, serão numeradas em ordem cronológica ininterrupta e publicadas no Orgão Oficial de Divulgação do Poder Executivo do Distrito Federal.

Art. 15 - Os membros do Conselho Deliberativo perceberão, por sessão a que comparecerem, a gratificação de presença fixada de acordo com a legislação própria.

Art. 16 - O Conselho Deliberativo funcionará de acordo com o seu regimento.

Art. 17 - Ao Curador de Residuos é assegurada a assistencia às reuniões do Conselho Deliberativo, na forma da legislação vigente.

Art. 18 - Compete privativamente ao Conselho Deliberativo:

I - Aprovar o programa de trabalho e a proposta orçamentaria da Fundação;

II - aprovar as alterações do programa de trabalho e deliberar sobre as alterações do Orçamento da Fundação;

III - aprovar o regimento dos orgãos da Administração Superior da Fundação e suas alterações;

IV - aprovar as Tabelas de Emprego da Fundação de acordo com as normas em vigor;

V - aprovar as normas fundamentais necessárias à administração e ao funcionamento da Fundação;

VI - dispensar licitações nos casos de sua competencia;

VII - homologar o julgamento das concorrencias;

VIII - autorizar o Diretor-Presidente da Fundação a firmar convênios, contratos e seus aditivos, excetuando os relativos a pessoal e os decorrentes do regime de licitações, até o limite de Tomada de Preços;

IX - autorizar o Diretor-Presidente a efetuar operações de crédito e alienar, onerar, permutar e adquirir bens imóveis;

X - aprovar a criação de fundos de reservas e fundos especiais, bem como suas aplicações;

XI - decidir sobre a aceitação de legados, heranças e doações, exceto quando se constituirem em bens móveis de pequeno valor;

XII - aprovar os balanços, balancetes, relatórios e respectivos demonstrativos que lhe devam ser submetidos pelo Diretor-presidente da Fundação, com parecer do Conselho Fiscal;

XIII - deliberar sobre as reformas estatutárias propostas por qualquer de seus membros;

XIV - julgar os recursos interpostos contra atos do Diretor-Presidente da Fundação;

XV - representar ao Governador do Distrito Federal, contra quaisquer atos considerados lesivos ao interesse público ou contrario aos fins da Fundação;

XVI - deliberar sobre a extinção da Fundação;

XVII - pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Presidente da Fundação e resolver os casos omissos no presente Estatuto.

Art. 19 - Ao Presidente do Conselho Deliberativo cabe baixar Resoluções ad referendum deste órgão, nos casos de manifesta urgência.

Parágrafo Unico - Os atos baixados na forma desse artigo deverão ser submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo no prazo maximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua assinatura.

ass. ilegiveis.

SEÇÃO II
DA PRESIDÊNCIA

Art. 20 - A Presidência, órgão de Administração Superior, responsável pela gestão da Fundação, será auxiliada por órgãos cujo número e competência serão definidos em regimento próprio.

Art. 21 - A Fundação será dirigida por um Diretor Presidente, designado pelo Governador do Distrito Federal, mediante indicação do Secretário de Serviços Sociais.

Art. 22 - Ao Diretor-Presidente compete, além das atribuições que lhe forem fixadas pelo regimento:

ASSINATURAS

- As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
EXPEDIENTE
"DISTRITO FEDERAL"

Órgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º andar
Telefones: 25-7803 e 25-6830 - Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Semestre ..... Cr$ 70,00
Ano ..... Cr$ 140,00

FUNCIONÁRIOS

Semestre ..... Cr$ 55,00
Ano ..... Cr$ 110,00

PORTE AÉREO

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T. (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), em Brasília.

NÚMERO AVULSO

— O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

HORARIO DA REDAÇAO

A redação funciona, para atendimento do público, de 08 às 12 e das 14 às 18 horas.

Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel tamanho ofício, em espaço dois, sem rasuras nem emendas.

Texto em 3 (três) vias, sendo que uma deverá ser original, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Distrito Federal" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Distrito Federal", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

I— representar a Fundação em Juízo e fora dele:
II — velar pela observância das disposições legais e estatutárias, cumprindo e fazendo cumprir as Resoluções do Conselho Deliberativo:
III-supervisionar e coordenar a execução das atividades específicas e de administração Geral da Fundação:
IV - prover os empregos previstos nas respectivas Tabelas, de acordo com a legislação específica:
V- designar, demitir, dispensar, promover e decidir sobre o acesso de pessoal de qualquer categoria:
VI - Solicitar a requisição de servidores, por intermédio da Secretaria de Serviços Sociais;
VII - autorizar a realização de concursos públicos e internos para seleção de pessoal e homologar os seus resultados
VIII - submeter ao Conselho Deliberativo os balanços, balancetes, relatórios e respectivos demostrativos, com parecer do Conselho Fiscal;
IX-submeter à aprovação do Conselho Deliberativo as Tabelas de Emprego;
X — Propor ao Conselho Deliberativo o regimento de órgão sob sua direção;
XI - submeter à aprovação do Conselho Deliberativo outros assuntos de interesse da Fundação;
XII- propor ao Conselho Deliberativo a extinção da Fundação;
XIII - homologar os julgamentos de Tomada de Preços;
XIV - convocar, extraordinariamente, o Conselho Fiscal para a preciação de matéria urgente e inadiável, de sua competência expecifica
XV- assinar convênios, contratos e seus aditivos;
XVI - decidir sobre a aceitação de doações de bens móveis de pequeno valor;
XVII - movimentar, juntamente com um dos titulares de órgão de direção superior, os recursos da Fundação;
XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, a prestação de contas da Fundação;
XIX - baixar normas complementares necessárias à administração e ao funcionamento da Fundação;
XX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho Deliberativo.
Art. 23 - O Diretor-Presidente terá, como substituto eventual um dos titulares de órgão de direção superior por ele indicado, designado pelo Secretário de Serviços Sociais.
Art. 24 - A remuneração do Diretor-Presidente da Fundação não poderá ultrapassar a 90% (noventa por cento) da importância correspondente aos vencimentos e representação de Secretário de Estado do Distrito Federal.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 25 - O Conselho Fiscal órgão de Administração Superior, responsável pela fiscalização dos atos e fatos administrativos da Fundação, relacionados com as atividades econômicas, financeiras e contábeis, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.
Parágrafo 1.º — Os membros do Conselho Fiscal, escolhidos entre pessoas de reconhecida competência no campo da contabilidade ou da administração financeira, serão indicados pelo Secretário de Serviços Sociais ao Governador do Distrito Federal para designação.
Parágrafo 2.º — São impedidos de integrar o Conselho Fiscal:
a) pessoas que não residam no Distrito Federal;
b) parentes até o terceiro grau entre si, em linha reta ou colateral, ou de dirigentes de órgão da Fundação;
c) servidores da Fundação.
Art. 26 — O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, eleito por seus pares.
Art. 27 — O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 2 (duas) vezes por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente ou pelo Diretor-Presidente da Fundação, observada para fins de gratificação, a legislação em vigor.
Art. 28 — Aplica-se ao Conselho Fiscal da Fundação o disposto nos art. 12 e seus parágrafos, no art. 13 parágrafo único e nos art.s 15 e 16 do presente Estatuto.
Art. 29 — Ao Conselho Fiscal compete:
I — apreciar balancetes, relatórios, e respectivos demonstrativos em seus aspectos contábeis e financeiros;
II — emitir parecer sobre as prestações de contas, analisando-as sob os aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais;
III — opinar sobre assuntos de contabilidade, administração financeira e outros de interesse econômico da Fundação, quando submetidos pelo Diretor-Presidente ou pelo Conselho Deliberativo:
IV - apresentar ao Diretor-presidente da Fundação e ao Conselho Deliberativo pareeer sobre as atividades econômico-financeiras da Fundação, indicando as medidas que reputar úteis;
V — levar ao conhecimento do Ministério Público qualquer irregularidade que possa comprometer o patrimônio da Fundação ou que seja contra suas finalidades, para os fins previstos em lei, quando, comunicada ao Conselho Deliberativo e ao Governador do Distrito Federal, não for por estes conhecida e corrigida.
Parágrafo Unico — No exercício de sua competência, o Conselho Fiscal poderá requisitar e examinar, em qualquer tempo, a escrituração e os documentos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação, bem como realizar as diligências que julgar necessárias.
Art. 30 — A apreciação das contas anuais e dos balancetes mensais com respectivos relatórios, será feita em parecer assinado por 3 (três) membros do Conselho Fiscal em exercício, encaminhando-os ao Diretor-Presidente da Fundação.

CAPITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

Art. 31 - A Fundação terá tabelas de pessoal próprias, ficando seus servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e demais disposições legais ou regulamentares.
Art. 32 - Na admissão de pessoal, observar-se-ão as normas referentes à matéria, expedidas pela União ou pelo Distrito Federal.
Art. 33 - Os servidores públicos colocados à disposição da FSSDF, regidos pela legislação própria, ficam sujeitos à jornada de trabalho da Fundação.
TITULO IV

DO EXERCICIO FINANCEIRO E DO RESULTADO ECONOMICO

Art. 34 - O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o da Administração do Distrito Federal.
Art. 35 - O Diretor-Presidente da Fundação submeterá ao Conselho Deliberativo o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária.
Parágrafo 1º - O Conselho Deliberativo decidirá, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o programa de trabalho e a proposta orçamentária, contado a partir da data de sua apresentação.
Parágrafo -2º - Esgotado o prazo fixado no parágrafo anterior, sem manifestação do Conselho Deliberativo, considerar-se-ão aprovados o programa de trabalho e a proposta orçamentária apresentada pelo Diretor-Presidente da Fundação.
Art. 36 - O resultado do exercício será lançado no fundo patrimonial ou em fundos de reserva, de acordo com a decisão do Conselho Deliberativo.
Art. 37 - Para realização de projetos cuja execução possa exceder a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações.
Art. 38 - Durante o exercício financeiro poderão ser solicitadas alterações no orçamento, desde que as necessidades da Fundação o exijam e haja recursos disponíveis.
Art. 39 - A Fundação encaminhará, através da Secretaria de Serviços Sociais, na ocasião própria, aos órgãos competentes da Administração do Distrito Federal, a previsão de suas despesas, acompanhada de justificativas, para inclusão de dotações no orçamento.
Art. 40 - A Fundação obedecerá, na aplicação dos recursos financeiros que lhe forem consignados no orçamento do Distrito Federal, às seguintes normas, dentre outras:
I - elaborará a sua proposta orçamentária e o respectivo plano geral de trabalho, conforme orientação dos órgãos centrais do Orçamento e de Planejamento da Administração do Distrito Federal;
II - obedecerá, quanto aos contratos, as normas adotadas pela Administração do Distrito Federal;
III - prestará contas, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, dos recursos oriundos do orçamento do Distrito Federal e de outros que lhe forem destinados.
TITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41 - Este Estatuto só poderá ser alterado por Resolução do Conselho Deliberativo, por maioria absoluta de votos, desde que não contrarie os fins da Fundação e após aprovação do Ministério Público.
Parágrafo Unico - As alterações de que trata este artigo entrarão em vigor mediante Decreto do Governador do Distrito Federal.
Art. 42 - A Fundação extinguir-se-á:
I - pela impossibilidade de sua manutenção;
II - pela inexequibilidade de suas finalidades.
Art. 43 - A extinção da Fundação será decretada pelo Governador do Distrito Federal, mediante proposta do seu Diretor-Presidente, previamente aprovada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo e, por intermédio da Secretaria de Serviços Sociais.
Parágrafo Unico - a matéria relativa à extinção da Fundação será apreciada em reunião especialmente convocada para esse fim, em duas sessões consecutivas, com intervalo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 44 - Na hipótese de extinção da Fundação, seu patrimônio incorporar-se-á ao do Distrito Federal.
Art. 45 - Os órgãos responsáveis pela execução das atividades auxiliares da Fundação vincular-se-ão aos respectivos órgãos centrais da Administração Direta do Distrito Federal, na forma do que dispõe o artigo 13 e seu parágrafo único, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.
Art. 46 - No desempenho de suas atividades, os órgãos da Fundação integrar-se-ão com os da Secretaria de Serviços Sociais, em regime de mútua colaboração.
Art. 47 - Enquanto não forem aprovados os novos Regimentos dos órgãos de Administração Superior da Fundação, continuarão em vigor os atuais, naquilo que não contrariarem o presente Estatuto.
Art. 48 - As alterações da composição do Conselho Deliberativo, somente ocorrerão após a extinção de mandato dos atuais membros ou vacância.
Art. 49 - O presente Estatuto será aprovado pelo Governador do Distrito Federal e entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 50 - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 17 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
HÉLIO ROMÃO DAMASO SEGUNDO
VITAL DE MORAES ANDRADE
JOSÉ MANOEL COELHO
JENNY ANTUNES DE SOUZA
REGINA PELOSI SILVA

Na forma do Art. 1.201 do código de Processo Civil Brasileiro aprovo o novo Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.
DF., 26/05.76
ASSINATURAS ILEGIVEIS

DECRETO Nº 3.273 DE 08 DE JUNHO DE 1976

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 26.238.066,77 (vinte e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil, sessenta e seis cruzeiros e setenta e sete centavos) às dotações do Orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 7º da Lei nº 6 280, de 09 de dezembro de 1 975, combinado com o Art. 41, Item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 013.505/76,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar no valor de Cr$ 26.238.066,77 (vinte e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil, sessenta e seis cruzeiros e setenta e sete centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:
3.0.0.0. - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.7,0 - DIVERSAS TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.7.5 - Fundações Instituidas pelo Poder Público
01 - Pessoal 25.227.226,77
06 - Salário-família 1.010.840,00
Art. 2º - O credito suplementar de que trata o Artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º, Item III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, das seguintes dotações orçamentárias da propria Secretaria de Educação e Cultura.
3.0.0.0. - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0. - DESPESAS DE CAPITAL
3.1.1.0 — Pessoal
3.1.1.1. - Pessoal Civil
01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 25.127,226,77
02 - Despesas Variaveis 100.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - Transferencias de Assistencia e Previdência Social
3.2.3.3. - - - Salário - familia 1.010.840,00
Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto integrarão a programação abaixo discriminada:
Função 08 - Educação e Cultura
Programa 42- Ensino de Primeiro Grau
Subprograma 188 - Ensino Regular
Atividade 2 048 - Manutenção do Ensino de Primeiro Grau 14.187.984,52
Programa 43 - Ensino de Segundo Grau
Subprograma 188 - Ensino Regular
Atividade 2 049 - Manutenção do Ensino de Segundo Grau 12.050.082,25
Art. 4º - Os valores de que trata o Artigo Anterior serão deduzidos da seguinte programação:
Função 08 - Educação e Cultura
Programa 42 - Ensino de Primeiro Grau
Subprograma 188 - Ensino Regular
Atividade 2 042 - Recursos Humanos para Ensino de Primeiro Grau 14.187.984,52
Programa 43- Ensino de Segundo Grau
Subprograma 188 - Ensino Regular
Atividade 2 043 - Recursos Humanos para Ensino de Segundo Grau 12.050.082,25
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contratrio.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976
88º da República e 17º de Brasilia.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº. 3274 de 08 DE JUNHO DE 1976

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.494.520,00 (hum mil hão, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 7º da Lei nº. 6.280, de 09 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 41. Item I das Normas Gerais do Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº. 4320, e 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no processo nº. 013.510/76.

DECRETA:

Art. 1º.- Fica aberto à Secretaria de Serviço Públicos o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.494,520,00 (hum milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:
30.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros
3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros ... 1.494.520,00

Art. 2º. O crédito suplementar de qu trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, parágrafo 1º., Item III da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial, em igual valor, seguinte dotação orçamentária da própria Secretaria de Serviços Públicos.
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.2.0 - O Material de Consumo 1.494.520,00

Art. 3º. - Os valores de que trata o presente Decreto integram a Função 10 - Habitação e Urbanismo, Programa 58, - Urbanismo, Subprograma 575 - Vias Urbanas, Projeto 1\077 - Identificação de Quadras, Praças e Logradouros Públicos.
Art. 4º. -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976
88º da República e 17º de Brasília
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº. 3.275 DE 08 DE JUNHO DE 1976

Altera as Cotas Trimestrais de Despesa do Gabinete do Governador do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 50 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o Artigo 5º do Decreto nº. 3.097, de 22 de dezembro de 1975, e o que consta no Processo nº. 015.638.

DECRETA:
Art. 1º. - Ficam alteradas, na forma do quadro anexo, as Cotas Trimestrais de Despesa do Gabinete do Governador do Distrito Federal
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976
88º da República e 17º de Brasília.
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA GABINETE DO GOVERNADOR

CÓDIGO	PROJETOS / ATIVIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1101.03070202.003	Assessoramento Superior	3.991.252	7.670.748	4.900.000	1.723.000	18.285.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.911.587	5.000.413	3.200.000	1.473.000	12.585.000
	- Outras Despesas Correntes	960.042	2.039.958	1.200.000	100.000	4.300.000
	- Capital	119.623	630.377	500.000	150.000	1.400.000
	TOTAL GERAL	3.991.252	7.670.748	4.900.000	1.723.000	18.285.000

Secretaria do Governo

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960

RESOLVE:

Designar ANTONIO DE SOUZA AMORIM, Escrevente Datilógrafo, nível 7, matrícula n.º 16.977, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-6, de Chefe da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960.

Dispensar JOÃO GONÇALVES NOBREGA, Datilógrafo, Código SA-402.2, matrícula n.º 6.227, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-6, de Chefe da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra Função.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOÃO GONÇALVES NOBREGA, Datilógrafo, Código SA-402.2, matrícula n.º 6.227, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-4, de Assistente da Divisão de Administração Geral, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar ANTONIO DE SOUZA AMORIM, Escrevente Datilógrafo, nível 7, matrícula n.º 16.977, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-8, de Secretário Datilógrafo do Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra Função.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do Artigo 20, da Lei n.º 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar CELINA LIMA FERREIRA, Agente Administrativo, Código SA—401.4, matrícula n.º 12.978, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Expediente, do Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das

atribuições que lhe confere o inciso VII do Artigo 20 da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar JOSÉ ANDRADE DOS SANTOS Agente Administrativo, Código SA—401.4, matrícula n.º 12.550, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão símbolo FC-04, de Chefe da Seção de Documentação, da Divisão de Administração Geral da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designado para outra função.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar JOSÉ ANDRADE DOS SANTOS, Agente Administrativo, Código SA-401.4, matrícula n.º 12.550, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-01, de Assessor Técnico do Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de, 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, ALCEU CAMPOS DA PAZ, matrícula nº 18.283, do Cargo em Comissão, Código DAS—101.1, de Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Planaltina da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar FRANCISCO FERREIRA DE ARAUJO, Agente Administrativo, Código SA—401.3, matrícula nº 11 885, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC—08 de Secretário Datilógrafo, da Coordenação da Administração Regional da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar IZIS SILVA DA COSTA, professora do Ensino Elementar, nível 13, matrícula n.º 5082, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão símbolo FC-03, de Assessora Auxiliar, da Coordenação da Administração Regional da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por ter sido designada para outra função.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 08 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20 da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar IZIS SILVA DA COSTA, Professora do Ensino Elementar, nível 13, matrícula n.º 5082, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-01, de Assessor Técnico, da Coordenação da Administração Regional da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 14 .007/76,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Oficial de Administração, nível 14—B, CYRA MARIA ANDRADE VON SPERLING, matrícula nº 12.262, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 23.896/73,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item III, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Escrevente-Datilógrafo, nível 7, IZAMAR TOSTA DA SILVA, matrícula nº 11.424, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 15.185/76,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item III, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Classe "B", Código -SA-401, MANOEL BARBOSA DA FONSECA, matrícula nº 11 531, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de 06 de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo n.º 520.494/73,

RESOLVE:

DEMITIR, por abandono de cargo, o funcionário JOÃO BATISTA NEUMANN, Inspetor Eletrotécnico, nível 17, matrícula n.º 13.243, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, nos termos do artigo 201, inciso V, combinado com o artigo 207, inciso II, da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, incisco VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o constante do processo n.º 38.802/73,
RESOLVE:
DEMITIR, por abandono de cargo, o funcionário SEBASTIÃO DUARTE, Trabalhador, nível 01, matrícula n.º 17.541, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, nos termos do artigo 201, inciso V, combinado com o artigo 207, inciso II, parágrafo único, da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n.º 122.435/76,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOSÉ MACHADO CAMPOS, do cargo de Agente de Polícia, Código PC-205, matrícula n.º 33.634, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 31 de maio do corrente ano.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n.º. 3751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo n.º. 31.270/74,

RESOLVE:
DEMITIR nos termos do inciso X, do artigo 207, da Lei nº. 1711, de 28 de outubro de 1952, o funcionário MARIO PEREIRA BRAGA, Servente, nível 05, matrícula nº. 1.801, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, por inobservância às disposições contidas no inciso IV, do artigo 195 da mencionada Lei.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei n°. 3751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n°. 31.270/74,

RESOLVE:
DEMITIR nos termos do inciso X, do artigo 207, da Lei n°. 1711, de 28 de outubro de 1952, o funcionário Hélcio Leite Novaes, Técnico em Contabilidade, nível 15—C, matrícula nº. 1.769, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, por inobservância às disposições contidas no inciso IV, do artigo 195 da mencionada Lei.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 14 789/76

RESOLVE:

CONSIDERAR APOSENTADO, nos termos dos artigos 176, item I, e 181, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item II e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Classe "C", Código SA—401, BENEDITO MAURICIO VERDEJO, matrícula nº 11.285, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 16 de maio do corrente ano.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 14 008/76,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952 combinados com os artigos 101, item I, e 102. item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente de Portaria, Classe 'A", Código TP—602, MANOEL DIAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 2.800, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n.º 14.297/76,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Médio, Código MG1.02.19, AVANY ARLETE MARTINS PRATES, matrícula n.º 3.777, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n.º 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo n.º 121.591/76,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item III, da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente de Polícia, Classe "B", Código PC—205, JOSÉ FRANCISCO SILVA, matrícula n.º31.415, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 15.003/76,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item III, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Fiscal de Tributos, Classe "B", Código TAF-303, BALDUR MEURER DA COSTA, matrícula nº 1.913, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 302.463/75,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Carpinteiro, nível 9—B, GERALDO MARCELINO GONÇALVES, matrícula nº 14.566, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 4.218/75,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Classe "C", Código SA-401, JOSÉ EDUARDO MONTANDON BORGES, matrícula nº 11.005, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

Secretaria de Finanças

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar SANDRA FURTADO AYRES, Fiscal de Tributos "C", Código TAF-303.4, matrícula n.º 7.818, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-3, de Chefe da Seção de Orientação e Consultas, da Divisão de Tributação, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças.
Distrito Federal, 25 de maio de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 07 DE JUNHO DE 1976
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o parágrafo único do artigo 90 da Lei n.º 6023, de 03 de janeiro de 1974, e considerando o que consta do processo n.º 121.544/76,

RESOLVE:

Reformar, "ex officio", o Soldado PM — CARLOS JOSÉ DE BARROS PEREIRA — RG n.º 324.988, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação com proventos integrais relativos ao soldo de Terceiro Sargento PM e gratificações incorporáveis a que fizer jus e mais o Auxílio-Invalidez, com base nos artigos 101, II; 103, II; 104 e 105 parágrafos 1.º e 2.º, letra "c", da Lei n.º 6023, de 03 de janeiro de 1974, e de acordo ainda com o que dispõem os artigos 94, 1 e 2; 104, 2 e 106, 2 e seus parágrafos, da Lei n.º 5619, de 03 de novembro de 1970, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial-militar e para todo e qualquer trabalho sem poder prover os meios de subsistência e necessitar de cuidados médicos e assistência permanente de enfermagem.
Distrito Federal, em 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DESPACHOS

PROCESSO N.º: 122.435/76
INTERESSADO: JOSÉ MACHADO CAMPOS — Mat. 33.634-SEP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO:

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.
O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.
Brasília, 07 de junho de 1976

JORGE CAETANO
Secretário de Administração

DE ACORDO, lavre-se o ato.
Brasília, 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

Processo nº: 31 270/74
Interessado: Mário Pereira e Hélcio Leite Novaes
Assunto: Processo Administrativo

Senhor Governador:

Diante da notícia de possível desvio de mercadoria de propriedade da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, ocorrido no Posto de Revenda de Material Agropecuário dessa Entidade e tendo em vista solicitação do seu ilustre Presidente, instaurei Processo Administrativo para apurar os fatos, conforme Portaria de 31 de dezembro, de 1974, publicada no "Distrito Federal", nº 06, do dia 10 de fevereiro de 1975.
Levantamento procedido no local acusou a ausência de mercadorias avaliadas em Cr$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos cruzeiros).
Iniciados os trabalhos, a Comissão realizou a diligência que julgou necessárias, obteve cópia dos autos do Inquérito Policial em tramitação, na Delegacia de Roubos e Furtos, ouvindo, em seguida, os envolvidos.
Após formar juízo preliminar sobre os fatos, a Comissão instruiu o feito e indiciou os servidores MARIO PEREIRA BRAGA, Servente, nível 05, matrícula nº 1 801, e HELCIO LEITE NOVAES, Técnico em Contabilidade, nível 15—C, matrícula nº 1.769, ambos do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, contra quem arguiu os seguintes fatos:
I MARIO PEREIRA BRAGA
haver, na qualidade de Encarregado do Posto de Revenda de Material Agropecuário da Fundação Zoobotânica, do Distrito Federal, desviado e vendido o material de propriedade dessa Entidade emitindo, inclusive, notas fiscais falsas;

II - HELCIO LEITE NOVAES

haver auxiliado diretamente a MÁRIO PEREIRA BRAGA no desvio e na venda do material aludido, bem como, emitido notas fiscais, falsas, participando, assim, da prática dos atos ilícitos descritos.
Citados na forma do art. 222 e seu parágrafo 2º, da lei nº 1.711/52, para obterem vista aos autos e apresentarem defesa escrita, os indiciados apresentaram suas alegações em tempo hábil.
Conhecidas as razões da defesa, a Comissão formou juízo conclusivo sobre os fatos e relatou o feito, no entendimento de que os indiciados, com as condutas, descritas nos autos, infringiram as disposições contidas no inciso IV, do art. 195 da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952.
As robustas provas reunidas pela Comissão demonstram de maneira insofismável que os indiciados dolosamente cogitaram, prepararam, executaram, consumaram e exauriram o desvio de material agropecuário de propriedade da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no valor de Cr$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos cruzeiros), conforme denúncia datada de 17 de dezembro de 1974. Os indiciados não somente confessaram a prática de atos ilícitos perante às autoridades Policiais, em mínimos detalhes, como, também confirmaram tais declarações perante a Comissão de Processo Administrativo.
Negaram os indiciados, entretanto, a autoria do desvio de 75 frascos de vacina contra aftosa, no valor global de Cr$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta cruzeiros)
Para realizar o desvio os indiciados alugaram um barraco localizado na Quadra 1, Conjunto J, Lote 11 na Vila Buritis em Planaltina, e para lá enviaram parte do material, onde 96 (noventa e seis) sacos de Fosfato Araxá, foram apreendidos.
Conforme Autos de Apresentação e apreensão de fls. 20/21 foram apreendidos em poder de MÁRIO PEREIRA BRAGA, Cr$4.000,00 (quatro mil cruzeiros), em dinheiro e Cr$2.700,00 (dois mil e setecentos cruzeiros) em cheque, e, em poder de HELCIO LEITE NOVAES, Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) valores, estes provenientes da renda do material desviado.
Esclareceu MARIO PEREIRA BRAGA que 300 (trezentos) sacos foram vendidos ao Bar Mocambo 50 (cinquenta) sacos a Arnaudes Fitipaldi e 100 (cem) a Alberto Freitas Santos, sendo que as notas fiscais relacionadas à venda de 150 (cento e cinquenta) sacos foram por ele extraídas.
A materialidade dos ilícitos imputados aos indiciados está sobejamente provada nos autos.
O elemento subjetivo do dolo está perfeitamente caracterizado nas declarações de MARIO PEREIRA BRAGA às fls 26/27verbis.
"Que diante do convite, dissera para HELCIO que não iria dar certo aquela transação; Que HELCIO alegou, na oportunidade, que eles se viravam; Que o interrogado procurou o local para alugar, a fim de depositarem o material que iriam desviar encontrando-o, mais fácil na Q.1. Conj. J lote 11 - Buritis - Planaltina".

O sobrestamento da instância administrativa, arguido pelos indiciados em suas alegações preliminares não há que se aplicar à presente questão, visto que os atos praticados caracterizaram ilícitos administrativos e, possivelmente, crime, dependendo, nesta última hipótese, do entendimento da Justiça Criminal, a qual somente poderá influir na esfera administrativa caso reste por provado a inocência dos indiciados ou a negação de autoria. Caso isto venha ocorrer, poderão os indiciados, a qualquer tempo, pleitear a Revisão do Processo Administrativo. Se de um lado compete à Justiça Criminal pronunciar-se se as condutas dos indiciados constituiram crime, à Administração compete concluir se tais fatos constituiram ilícitos administrativos.
A competência da Administração no presente caso, dada a independência das instâncias, não pode ultrapassar às normas fixadas no art. 199, da Lei nº 1.711/52, ou seja, no exame das condutas dos indiciados com vistas a determinar a responsabilidade administrativa por parte destes agentes. Provada a responsabilidade administrativa por parte dos indiciados, compete à Administração aplicar-lhes as sanções disciplinares cabíveis, nada havendo que impeça que as sanções administrativas e penais cumulem-se.
A Lei nº 1.711/52, que rege a matéria não sujeita à autoridade administrativa ao sobrestamento de sua decisão até ao advento da decisão judicial, revelando-se, portanto, descabida a pretensão dos indiciados.
No mérito, é inoportuna a alegação do Adovogado de HÉLCIO LEITE NOVAES, no que diz respeito ao fato de estar este servidor de férias por ocasião da prática dos ilícitos que lhe foram imputados, não somente porque nesta circunstância não deixou ele de ser funcionário público, mas, também, porque o período de férias, nos termos do inciso I, do art. 79, da Lei nº 1.711/52, é considerado como de efetivo exercício do cargo. Tanto não se desvinculou o indiciado do cargo que ocupa que, pelo exercício dele, recebeu os vencimentos correspondentes.
Há que se considerar, ainda, que a condição de funcionário público propiciou aos indiciados todas as facilidades para a prática dos ilícitos que lhe foram imputados, caso contrário não teriam tido eles acesso às dependências do órgão.
Despiciendo outras considerações sobre as alegações produzidas em defesa dos indiciados, face às robustas provas reunidas nos autos, que atestam a responsabilidade pelos ilícitos que lhe foram imputados.
Diante do exposto, acolho em parte as conclusões da Comissão, no entendimento, de que MÁRIO PEREIRA BRAGA e HÉLIO LEITE NOVAES, já qualificados, com a as condutas descritas nos autos, infringiram as disposições contidas no inciso IV, do art. 195, da Lei nº 1.711/52, motivo pelo qual proponho a Vossa Excelência a demissão dos aludidos servidores, nos termos do inciso X, do art. 207, da retrocitada Lei, sem prejuízo da obrigatoriedade de recolherem aos cofres da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, a importância de Cr$ 6.900,00 (seis mil e novecentos cruzeiros) correspondente à parte do produto de venda que realizaram, não recuperada pela Administração.
Brasília, 07 de junho de 1976
JORGE CAETANO
Secretário de Administração
Substituto
DE ACORDO.
Lavrem-se os atos.
Brasília, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº.: 520.494/73
INTERESSADO: JOÃO BATISTA NEUMANN
ASSUNTO: Processo Administrativo

Senhor Governador:
Diante da notícia de que o servidor JOÃO BATISTA NEUMANN, Inspetor Eletrotécnico, nível 17, matrícula nº. 13.243, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, faltara, injustificadamente, 426 (quatrocentos e vinte e seis) dias ao serviço, no período de 01 de novembro de 1973 a 31 de dezembro de 1974, instaurei Processo Administrativo para apurar a ocorrência, conforme Portaria de 26 de junho de 1975, publicada no "Distrito Federal" nº. 102, de 10 de julho de 1975
As diligências realizadas pela Comissão no sentido de ouvir o servidor resultaram-se infrutíferas.
Em razão disto, solicitou-se o comparecimento da esposa do servidor perante a Comissão que, na oportunidade, declarou desconhecer as razões pelas quais o interessado deixou de comparecer ao serviço.
Atualizada a frequência, constatou-se que JOÃO BATISTA NEUMANN, continuou faltando ao serviço consecutivamente até 31 de julho de 1975, sem apresentar qualquer justificativa.
Formado juízo preliminar sobre os fatos, a Comissão instruiu o feito e indiciou JOÃO BATISTA NEUMANN, já qualificado, arguindo-lhe o fato de haver faltado ao serviço, injustificadamente, no período compreendido entre 1º. de novembro de 1973 a 31 de julho de 1975.
Citado para apresentar sua defesa, o indiciado, alegando exiguidade de tempo, solicitou e obteve prorrogação do prazo para providenciar a documentação probante necessária à produção de suas alegações.
Conhecidas as alegações do indiciado e tendo em vista a ausência de qualquer prova idônea capaz de justificar suas ausências ao serviço, a Comissão, como medida cautelar, solicitou informações à Divisão de Serviços Médicos, desta Secretaria, a respeito das alegações constantes da defesa.
Informou a Divisão de Serviços Médicos inexistirem no Serviço de Assistência Médica, do 1º. Hospital Distrital de Brasília, qualquer prova de atendimento ao servidor naquele nosocômio e, ainda, não constar dos arquivos daquela Divisão qualquer justificativa para a conduta do indiciado.
Diante destes fatos decidiu a Comissão relatar o feito e ratificar o juízo preliminar contido

na peça instrutória, vez que os argumentos constantes da defesa não foram capazes de descaracterizar os fatos arguídos contra o indiciado.
Diante do exposto, e por tudo mais que consta dos autos, acolho as conclusões da Comissão, por entender que JOÃO BATISTA NEUMANN, já qualificado, com a sua conduta, incorreu em abandono de cargo, ilícito capitulado no parágrafo 1°., do artigo 207, da Lei n°. 1711, de 28 de outubro de 1952, motivo pela qual proponho a Vossa Excelência a demissão do citado servidor, nos termos do inciso V, do artigo 201, combinado com inciso II, do artigo 207 do mesmo Diploma Legal.
Brasília, 25 de maio de 1976
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N.°: 038.802/73
INTERESSADO: SEBASTIÃO DUARTE
ASSUNTO: Processo Administrativo

Senhor Governador,

Diante da notícia de que o servidor SEBASTIÃO DUARTE, Trabalhador, nível 01, matrícula n.° 17.541, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ausentara-se do serviço, injustificadamente, no período compreendido entre 1.° de julho de 1973 a 31 de março de 1975, instaurei Processo Administrativo, para apurar os fatos, conforme Portaria de 26 de junho de 1975, publicada no "Distrito Federal" n.° 102, de 10 de julho do mesmo ano.
Notificado pessoalmente para prestar esclarecimentos, o servidor não compareceu perante a Comissão.
Ao atualizar a frequência, a Comissão constatou que o servidor continuou faltando até 30 de junho de 1975.,
Após formar juízo conclusivo sobre os fatos, a Comissão instruiu o feito e indiciou o servidor, arguindo-lhe o fato de haver faltado injustificadamente ao serviço, no período compreendido entr 1.° de julho de 1973 a 31 de março de 1975.
Citando para, nos termos do art. 222, da Lei n.° 1.711/52, apresentar defesa a respeito dos fatos que lhe foram arguidos na peça instrutória, o indiciado não compareceu aos autos e nem justificou porque não o fez.
Caracterizada a revelia de que trata o art. 223, da Lei citada, a Comissão deu-lhe defensor de ofício, o qual apresentou as suas alegações em tempo hábil.
O defensor levantou a tese do estado de necessidade, concluindo suas alegações por procurar demonstrar a ausência de prova do **animus abandonandi** por parte do indiciado.
Após conhecer as razões da defesa, a Comissão formou juízo conclusivo sobre a ocorrência e relatou o feito, no entendimento de que o indiciado, com a conduta descrita nos autos, incorreu em abandono de cargo, ilícito capitulado no parágrafo 1.°, do art. 201, da Lei n.° 1.711/52.
O exame dos elementos reunidos nos autos demonstram claramente que o indiciado não somente faltou ao serviço um ano e oito meses injustificadamente, como, também, ao ser convocado para apresentar suas razões, quer na fase instrutoria do feito, quer na da defesa, não demonstrou o menor interesse em retornar ao serviço e nem de justificar as razões de sua ausência, deixando, inclusive, que se caracterizasse sua revelia.
Como bem demonstrou a Comissão ao contestar as alegações da defesa, os argumentos trazidos à colação, além de desprovidos de provas, dizem respeito à situação de ordem geral e não esclarecem a atitude do indiciado em relação ao abandono do cargo.
A materialidade e a subjetividade do abandono estão sobejamente demonstrados nos autos e contra tais evidências não prosperam e nem convencem as alegações da defesa.
Diante do exposto, acolho as conclusões da Comissão processante e, entendendo que SEBASTIÃO DUARTE, já qualificado, ao ausentar-se injustificadamente do serviço, no período compreendido entre 1.° de julho de 1973 a 31 de março de 1975, incorreu em abandono de cargo, proponho a Vossa Excelência a demissão do referido servidor, com base no inciso V, do art. 201, combinado com o art. 207, inciso II e parágrafo 1.°, todos da Lei n.° 1.711/52
Brasília, 1o de maio de 1976

JOSÉ AFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO.
Lavre-se o ato.

Em, 07 de junho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°.: 16.124/76
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VEICULO

Senhor Governador:
O Senhor Secretário de Educação e Cultura, solicita autorização para aquisição de 1 (um) veículo marca Chevrolet, tipo Opala, modelo especial, ano 1976, para uso do Chefe de Gabinete daquela Secretaria.
Pelas informações às fls. iniciais do presente processo, a aquisição pretendida implicará em aumento de frota, mas o titular da SEC justifica alegando que o veículo vira suprir as necessidades daquele órgão.
A Coordenação do Sistema de Transportes Internos opinou favoravelmente no que se refere às características do veículo a ser adquirido.
Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a aquisição ora proposta.
Brasília, 31 de maio de 1976
JORGE CAETANO
Secretário de Administração
(Substituto)
De acordo. Autorizo.
Brasília, 07 de 06 de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°.: 9793/76
INTERESSADO: ETERNILHA MARIA DO NASCIMENTO ALVES-matr. 11823
ASSUNTO: SOLICITA RECONSIDERAÇAO SOBRE INSPEÇÃO MÉDICA

Senhor Governador:
ETERNILHA MARIA DO NASCIMENTO ALVES, Telefonista, nível 7-B, matr. n°. 11.823, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal por 3 (três) vezes solicitou inspeção médica, em razão de não se conformar com a conclusão do Laudo Médico n°. 16/73—SM, emitido pelo Serviço Médico da C.S.P./SEA.
A última petição, dirigida a Vossa Excelência, foi indeferida em 30 de junho de 1975, publicada a decisão em 03 de julho do mesmo ano.
Retorna, agora, a interessada, através da Defensoria Pública do Ministério Público do Distrito Federal solicitando reconsideração do despacho de Vossa Excelência.
Submetida a nova inspeção médica, a Divisão de Serviços Médicos desta Secretaria se pronunciou: "Deve ser mantido o Laudo de Aposentadoria n°. 016/73—SM, de 14.02.73, por não haver razões para modifica-lo".
Isto posto, submeto o assunto à consideração de Vossa Excelência opinando pelo indeferimento.
JORGE CAETANO
Secretário de Administração
(Substituto)
De acordo. Indefiro.
Brasília, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°.: 16.114/76
INTERESSADO: ELIZABETH BARROS DE MORAES TRINDADE-matr. 5842—SES
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI)

Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento, com prejuizo de seus vencimentos, até 31 de dezembro de 1976
Brasília, 03 de junho de 1976
JORGE CAETANO
Secretário de Administração
(Substituto)
De acordo. Autorizo.
Brasília, 07 de 06 de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°.: 11.144/76
INTERESSADO: HELOISA HELENA CARVALHO MERECHIA, mat. 8.133—SEC
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR—MEC)

Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento sem prejuizo de seus vencimentos e vantagens, até 31/12/76
Brasília, 03 de junho de 1976
JORGE CAETANO
Secretario de Administração
(Substituto)
De acordo. Autorizo.
Brasília, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°.: 105.823/76
INTERESSADO: CÉLIO RODRIGUES PEREIRA, mat. 104.352—08—FHDF—CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:
Trata o presente processo de solicitação de dispensa de ponto do servidor CÉLIO RODRIGUES PEREIRA, Médico, nível 14, matrícula n°. 104.352—08, contratado da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para participar do Congresso Médico da Associação Médica Americana, no período de 26 a 30 de junho de 1976, em Dallas, Texas, U.S.A.
A Secretaria de Saúde, órgão de lotação do servidor, manifestou-se favoravelmente, nos termos do art. 2°. do Decreto n°. 2.814/74
Assim, proponho a Vossa Excelência seja considerada a dispensa do ponto do servidor em questão, no período de 26 a 30 de junho de 1976, nos termos do artigo 1°., do Decreto n°. 2.814, desde que comprove o seu comparecimento.
Brasília, 03 de junho de 1976
JORGE CAETANO
Secretário de Administração
(Substituto)
De acordo. Autorizo.
Brasília, 07 de 06 de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°.: 105.799/76
INTERESSADO: MIRIAM NOBREGA RODRIGUES PEREIRA, mat. 103.016—07—FHDF—CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:
Trata o presente processo de solicitação de dispensa de ponto da servidora MIRIAM NOBREGA RODRIGUES PEREIRA, Médica, nível 14, matrícula n°. 103.016—07, contratada da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para participar do Congresso Médico da Associação Médica Americana, no período de 26 a 30 de junho de 1976, em Dallas, Texas U.S.A.
A Secretaria de Saúde, órgão de lotação da servidora, manifestou-se favoravelmente, nos termos do art. 2°. do Decreto n°. 2.814/74
Assim, proponho a Vossa Excelência seja considerada a dispensa de ponto da servidora em questão, no período de 26 a 30 de junho de 1976, nos termos do artigo 1°., do Decreto n°. 2.814/74, desde que comprove o seu comparecimento.
JORGE CAETANO
Secretário de Administração
De acordo. Autorizo.
Brasília, 07 de 06 de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 005.364/76
INTERESSADO: LUIZ FRANCISCO DE FREITAS - Mat. 17.417- SVO
ASSUNTO: RETIFICAÇAO DE FREQUENCIA

Senhor Governador:

LUIZ FRANCISCO DE FREITAS, Trabalhador, nível 01, matrícula n° 17.417, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pleiteia a justificativa de uma falta ao serviço, que lhe foi atribuída no dia 21 de janeiro de 1974.
Alega o peticionário que se encontrava, à época, em gozo de licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico arquivado na Divisão de Serviços Médicos da Coordenação do Sistema de Pessoal e cópias anexas ao seu pedido.
Consultada a Divisão de Serviços Médicos, esta informa que houve engano do então Serviço Médico, na prorrogação de licença do requerente. Este esteve em gozo de licença para tratamento de saúde de 13/12/73 a 20/01/74 e 21/01/74 a 31/01/74, tendo este último período figurado na cópia do atestado de fls. 06 como sendo de 22/01 a 31/01/74, quando o correto devia ser de 21/01 a 31/01/74 - (grifamos).
Evidenciado o equívoco do então Serviço Médico na prorrogação da licença, está provado que o peticionário esteve em gozo de licença para tratamento de saúde todo o mês de janeiro de 1974, e não deveria, consequentemente, ter figurado com nenhuma falta ao serviço.
Diante do exposto, e levando em consideração que o pedido tem amparo no Parecer n° 18/72, da Douta Procuradoria - Geral do Distrito Federal, opino pela correção "ex officio" da frequência do requerente, correspondente ao dia 21 de janeiro de 1974.
À superior consideração de Vossa Excelência.
Brasília, 25 de maio de 1976

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO.
Brasília, 07 de junho de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE TURISMO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO N°. 37/76
03 de junho de 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, artigo 18, capitulo I, título III e inciso III de 12 de julho de 1971,
RESOLVE:
Prorrogar, por mais 12 (doze) dias, a autorização constante da Ordem de Serviço n° 16/76, que trata do afastamento dos servidores ROBERTO L. DE OLIVEIRA —Chefe da Seção de Serviços Auxiliares EC—05 e ANT° CARLOS AMANCIO DA SILVA — Chefe da Seção de Divulgação Turística - EC—05, deste Departamento, nos locais abaixo relacionados.
MACEIÓ/AL — 20 a 21.05.76;
ARACAJU/SE — 22, 23, 24, 25 e 26.05.76;
Viagem de retorno — 27, 28, 29, 30 e 31.05.76;
Brasília, 03 de junho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO N°. 38/76
03 de junho de 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso V de 12 de julho de 1971,
RESOLVE:
Prorrogar, por mais 12 (doze) dias, a designação constante da Ordem de Serviço n°. 35/76, que trata da substituição do servidor RICARDO T. BITTENCOURT, de Chefe Substituto da Seção de Divulgação Turística, no período de 20 a 31.05.76.
Brasília, 03 de junho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO N°.: 39/76
07 de junho de 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 1745, artigo 18, título III, capítulo I e inciso II de 12 de julho de 1971,
RESOLVE:

Autorizar a prestação de serviços extraordinários, no mês de junho do ano em curso, conforme relação em anexo.
Brasília, 07 de junho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PREVISÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS A SEREM EXECUTADOS POR SERVIDORES DC DETUR, DURANTE O MÊS DE JUNHO/76, CONFORME ORDEM DE SERVIÇO Nº 39/76 de 07.06.76.

N O M E S	EMPREGO	TOTAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
01. Antº Barbosa da Costa	Mot.II	100 hs

02. Antº Pereira de Melo	Mot.II	120 hs
03. Antº Qaldino da Rocha	Almoxarife	60 hs
04. Augusto A.de Moraes	Servente	80 hs
05. Decoclécio P.Abi-Acl	Mot.I	100 hs
06. Geraldo P.do Nascimento	Mot.I	80 hs
07. Juvenila D.de Souza	Servente	40 hs
08. Ma.Abadia Vieira	Servente	40 hs
09. Ma. Ferreira Campos	Servente	40 hs
10. Manoel Mda Cruz	Mot.I	80 hs
11. Manoel Pedro Campos	Aux.Portaria	40 hs
12. Sebastião R.da Cunha	Mot.II	100 hs
13. Valdecy de Deus Pinto	Mot.I	80 hs
14. Raimundo Cardoso	Aux.Portaria	60 hs
15. Raimundo Nonato da Silva	Mot.I	80 hs
16. Pedro Deolindo da Silva	Mot.I	80 hs
17. Salomão Nery	Prat.Adm.	60 hs
18. Francisca Maria Gomes	Aux.Adm.I	60 hs
19. Helena Ma.F.Lima	Servente	60 hs
20. Elson Silva	Aux.Adm.II	80 hs
21. Mª do Carmo M.Lira	Aux.Téc.Adm.I	60 hs
22. Leila Mª Moreira	Aux.Adm.II	60 hs
23. Valdik A.Andrade	Aux.Adm.I	60 hs
24. Marilene de A.Caetano	Prat.Adm.	60 hs
25. Mª Lúcia Prates L.Borges	Aux.Téc.Adm.I	60 hs
26. Luiz Carlos G.Ramos	Aux.Adm.II	60 hs
27. Rivando de M.Guedes	Aux.Adm.I	60 hs

DIVISÃO DE TURISMO

01. Arnaldo A.Moreira	Servente	80 hs
02. Heleno Antº da Silva	Servente	80 hs
03. Jair de Siqueira	Aux.Portaria	80 hs
04. João N.Dias	Guarda	80 hs
05. Marino de-C.Vaillant	Porteiro	80 hs
06. Manoelito A.do Nascimento	Guarda	80 hs
07. Manoel Vieira	Servente	80 hs
08. Onildo J.Nascimento	Aux.Port.	80 hs
09. Pedro C.Marques	Porteiro	80 hs
10. Pedro dos Santos Neto	Eletricista	80 hs
11. Raimundo S.Pereira	Aux.Port.	80 hs
12. Ricardo T.Bittencourt	Téc.Turismo	80 hs
13. Severino N.Figuereido	Porteiro	80 hs
14. Taurino P.Ramos	Aux.Port.	80 hs
15. Wilson P.de Oliveira	Servente	60 hs
16. Reginaldo Bimbato	Prat.Adm.	30 hs
17. Carlos Eduardo O.de Oliveira	Prat.Adm.	30 hs
18. José Vieira da Silva	Vigia	54 hs
19. Renato Cavalcante e Cysne	Recepcionista	60 hs
20. Rita F.Schinaid	Faxineira	36 hs
21. Rubens Mz de Sena	Guarda Camping	60 hs
22. Rosimar Mendes Sandes	Vigia	54 hs
23. Cliba M.de Araújo	Aux.C.Vigilante	60 hs
24. Francisco A.Caldas	Faxineiro	40 hs

DIVISÃO DE OPERAÇÕES

01. Alencar R.Farias	Servente	80 hs
02. Alice R.da Cunha	Servente	60 hs
03. Arlindo J.da Costa	Guarda	80 hs
04. Aluizio B.de Souza	M.Carpinteiro	40 hs
05. Antº da R.Ferreira	Art.S.S.	80 hs
06 Eduardo L.de Oliveira	Servente	80 hs
07. José G.dos Santos	Carpinteiro	80 hs
08. José L.de Oliveira	Carpinteiro	80 hs
09. Luiz Hilério Neto	Art.S.S.	80 hs
10. Nely O.Araújo	Art.S.S.	60 hs
11. Otávio A.de Araújo	M.Carpinteiro	80 hs
12. Sogan Ohashy	Art.S.S.	80 hs
13. Vicente Elias Ferreira	Carpinteiro	80 hs
14. Vicente de P.Martins	Guarda	40 hs

Brasília, 07 de junho de 1976

AUTORIZO:

CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N'nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do

RESOLVE:

MANDAR FRANCISCO SALLES BALBINO, Cargo AUXILIAR RURAL, Nível 03, matrícula nº. 01.605 do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENT. E COMUNICAÇÃO ADMINIS. desta Secretaria.

Distrito Federal, 20 de maio de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do

RESOLVE:

MANDAR ARI PEIXOTO, Cargo AGENTE DE PORTARIA, Nível CLASSE "A" cód. TP—602.1, matrícula nº. 03.766 do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL—SEA, desta Secretaria.

Distrito Federal, 21 de maio de 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que cosnta do

RESOLVE:

MANDAR MANOEL BERNARDO DE FARIAS, Cargo AGENTE DE PORTARIA, Nível TP—602.2, matrícula Nº. 4.543, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Coord. de Sist. de Transportes Internos., desta Secretaria.

Distrito Federal, 25 de maio de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal
DAG-SEA.

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, tendo em vista oque consta do Processo nº 009893/76 de 23 de março de 1976,

RESOLVE:

REMOVER ELIAS DIAS DA SILVA, cargo, Soldador Elétrico, Nível 08 matrícula nº 9 380 do Quadro Provisório de PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, do (a) Coordenação do Sstema de Transportes Internos, para a Coordenação de Administração de Próprios desta Secretaria.

Distrito Federal, 17 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração, do Distrito Fderal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27 alínea "a", do Decreto 'N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:

MANDAR JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS, Cargo Pedreiro, Nível 09—B, matrícula nº 16425 do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL- SEA- desta Secretaria.

Distrito Federal, 18 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pesssoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, a alínea "a", do decreto "N" nº 428 de 28 de julo de 1965, e tendo em vista o que consta do

RESOLVE:

MANDARBENEDITOXIMENES DE ARAGÃO, Cargo AGENTE DE PORTARIA, Nível TP 602.2 matrícula nº 15 255 do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COM. ADMINISTRATIVA desta Secretaria

Distrito Federal, DF, 18 de maio de 1976

TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:

Mandar MILTON FERREIRA DE AMORIM, Cargo Escrevente Datilógrafo Nível 07, matrícula nº. 14.979, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação de Próprios, desta Secretaria.

Distrito Federal, 31 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG — SEA

O CHHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL., da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:

Mandar JOÃO AUGUSTO BARBOSA, Cargo Motorista Oficial, Nível Classe-B, Cód-TP-601.5, matrícula 15.932 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coord. de Sist. de Transp. Internos, desta Secretaria.

Distrito Federal, 1º. de junho de 1976

TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27. alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do O.S./DRMP de 1º./06/76
RESOLVE:

Mandar LOURIVAL GUEDES PEREIRA, Cargo Agente Administrativo, Nível Código SA—401.3, matrícula nº. 2780, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal 01/06/76

TOMAZ AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que conta do
RESOLVE:

Mandar TEOTONIO DOS SANTOS CUNHA, Cargo Agente de Portaria, Nível Cod.-TP—602.2 Classe B, matrícula nº. 11865, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Divisão de Administração Geral - DAG — SEA, desta Secretaria

Distrito Federal, 27 de maio de 1976

TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:

Mandar JOSÉ ARCANJO EMERY PEREIRA, Cargo Agente Administrativo, Nível Cód.-SA.401.5, matrícula nº. 11268, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Divisão de Administração Geral - DAG — SEA, desta Secretaria

Distrito Federal. 27 de maio de 1976

TOMAZ AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do

RESOLVE:

Mandar VALDOMIRO PEREIRA DA COSTA, Cargo Trabalhador, Nível 01, matrícula nº. 12.687, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação do Sistema de Transportes Insternos-SEA, desta Secretaria.

Distrito Federal, 28 de maio de 1976

TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, a línea "a", do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1975, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:

MANDAR JOSEFA RAMOS DE OLIEIRA SILVA, Cargo Telefonista, Nível 07, matrícula nº 15.639, do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Coord. de Administração de Próprios desta Secretaria.

Distrito Federal, 26 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27 alínea "a', do Decreto "N" nº 428, de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do
RESOLVE:

MANDAR JOSE DE ARIMATEIA DA SILVA, Cargo, Pintor Nível 08—A, matrícula nº 16 514, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Divisã de Adm. de Próprios, desta Secretaria.

Distrito federal, 27 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n° 428, de 28 de julho de 1965, etendo em vista o que consta do

RESOLVE:

MANDAR JOSE TEIXEIRA MAGALHAES FILHO, Cargo Agente de Portaria, Nível Cód. TP 602.1 Classe A, marícula n° 01.793, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-SEA, desta Secretaria.
Distrito Federal, 27 de maio de 1976 TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ Chefe da Seção de Pesoal - DAG SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n.° 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do O.S. DRMP de 26/04/76.

RESOLVE:

Mandar MARIA ADELIA DO NASCIMENTO, Cargo Agente de Portaria, Nível TP—602.1 Classe "A", matrícula n.° 2.827 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coord. do Sist. de Doc. e Com. Administrativa, desta Secretaria.

Distrito Federal, 04/05/76

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal — DAG— SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n.° 428, de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do

RESOLVE:

Mandar FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO, Cargo Auxiliar de Artifice Marceneiro, Nível 05, matrícula n.° 10.755 do Quadro Provisório de Pesseal do Distrito Federal, ter exercício Coordenação do Sistema de Administração de Próprios-CAP, desta Secretaria.

Distrito Federal, 17 de maio de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal — DAG — SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Decreto "N" n° 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do O.S. de 11 de maio/76.

RESOLVE:

Mandar Antonio Paulino Neto, Cargo Agente de Portaria, Nível TP—602.2, matrícula n.° 14.732 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação do Sistema de Material, desta Secretaria.

Distrito Federal, 14 de maio de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal — DAG— SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" n° 428 de 28 de julho de 1.965,

RESOLVE:

MANDAR BARTOLOMEU CHAVES DOS SANTOS, Cargo CARPINTEIRO, Nível 10- C, matrícula n° 14. 555, do QUADRO PROVISORIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício NA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL desta Secretaria.
Distrito Federal, 29 de abril de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG - SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" n° 428 de 28 de julho de 1.965,

R E S O L V E

REMOVER MARIA AUREA MATHIAS CRUZ, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível COD. SA 401.6, matrícula n° 02.185, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, da COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA, para COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL, desta Secretaria.
Distrito Federal, 29 de abril de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG - SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2, alínea "a", do Decreto "N", n° 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta

RESOLVE:

MANDAR ZENI MOREIRA, Cargo, AGENTE ADMIISTRATIVO, Nível Cód. SA—401.6, matrícula n° 13 951 do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício NA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEA, desta Secretaria.

Distrito Federal , 27 de maio de 1976

TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art 27, alínea "a', do Decreto "n" n° 428, de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do

RESOLVE:

MANDAR MANOEL LOPES DA CRUZ, Cargo Agente Administrativo, Nível Cód. SA 401.6, matrícula n° 11 327, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercíciona DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL — SEA, desta Secretaria.
Distrito Federal, 27 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração, do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n° 428, de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do

RESOLVE:

MANDAR ANTONIO TIMOTEO DA SILVA, Cargo AGENTE DE PORTARIA, Nível Cód. TP 602.2 Classe B, matrícula n° 11 486, do Quadro de PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercícioDIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL —DAG—SEA desta Secretaria.
Distrito Federal, 27 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n° 428 de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta do.

RESOLVE :

MANDAR Antonio Umbelino da Silva, Cargo Trabalhador, Nível 01, matrícula n° 17.088 do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria.

Distrito Federal, 12 de maio de 1976.

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n° 428 de 28 de julho de 1 965, e tendo em vista o que consta do O.S. de 31 de março/76.

RESOLVE :

MANDAR Antonio Soares da Silva, Cargo AGENTE DE PORTARIA, Nível Cód. TP—602.54, matrícula n° 12.390 do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Coordenação do Sistema de Transportes Internos., desta Secretaria.

Distrito Federal, 11 de maio de 1976.

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n° 428 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do O.S./DRMP de 05.05.76.

RESOLVE :

MANDAR ANDARILHO FERREIRA DOS SANTOS, Cargo Zelador, Nível 07, matrícula n° 6.104, do QUADRO PROVISÓRIO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Coordenação do Sistema de Pessoal (Cad. Financeiro), desta Secretaria.

Distrito Federal, 07— 05— 76.

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n.° 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do O.I. 439-SP—DAG—SEA/76

RESOLVE:

MANDAR MARINA GOMES, Cargo Agente de Portaria, Nível TP—602.1, matrícula n.° 3.323 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação de Administração de Próprios, desta Secretaria.

Distrito Federal, 06 de junho de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG — SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n.° 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do O.I. 215/76-IDR

RESOLVE:

MANDAR WALDENER ALVES DOS SANTOS, Cargo Encarregado de Irlat, Nível 12, matrícula n.° 12.866 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação de Administração de Próprios, desta Secretaria.

Distrito Federal, 05 de maio de 1976

Tomaz de Aquino C. da Luz
Chefe da Seção de Pessoal - DAG — SEA

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" n° 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do.

RESOLVE:

MANDAR FRANCISCO PEDRO DA CONCEIÇÃO, Cargo: Auxiliar Rural, Nível: 03, matrícula n°: 1.603 do QUADRO Provisório DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, ter exercício na Coordenação de Administração de Próprios, desta Secretaria.
Distrito Federal, 12 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

BOLETIM DE OCORRENCIAS FUNCIONAIS N° 24 DE 06/05/76 CONCESSÃO DE SALÁRIO. FAMILIA

Matrícula: 320
Servidor: Domingos Magalhães
Req. n° 44/76—SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário Família ao servidor, pelo seu dependente DEMSERSON BATISTA MAGALHÃES, filho, nascido em 02/03/76, o pagamento a partir de março de 1976.

Matrícula: 1 773
Servidor: Herculano Lopes Guirra
Req. n 48/76—SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário Família ao servidor, pela sua dependente: LUCELIA DA SILVA GUIRRA filha, nascida em 22/04/76 e o pagamento a partir de abril de 1976.

Matrícula: 2.569
Servidor: Gonçalo Gomes da Silva
Req. 39/76—SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário Família ao servidor, pela sua dependente: MARIA ELISANA OLIVEIRA DA SILVA, filha, nascida em 18/04/76, e o pagameto a partir de abril de 1976.

Matrícula: 6 136
Servidor: Aldineas Dias Lemos
Req. n° 41/76—SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário Família ao servidor, pela sua dependente: SABRINA DIAS FIRMO, filha, nascida em 15/06/75, a partir de junho de 1975 e o pagamento a partir de janeiro de 1976. Quanto ao período anterior, o servidor deveria requerer por Exercício Findo

Matrícula: 7 965
Servidor: Oreste Antonio de Mendonça
Req. n 43/76—SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário Família ao servidor, pelo seu dependente: ELITON DA SILVA DE MENDONÇA, filho, nascido em 14/03/76, o pagamento a partir de março de 19766.

Matrícula: 9 374
Servidor: Braz da Silva Palmeira
Req. n° 40/76—SP/SEA
Despacho: CONCEDO salário Família ao servidor, pela sùa dependente: CELIA ANDRADE PALMEIRA, filha, nascida em 08/04/76 a partir de abril de 1976. o pagamento a partir de abril de 1976.

Matrícula: 15 452
Servidor: Alexandre José de Alcântara
Req. n° 42/76—SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário Família ao servidor, pelo seu dependente: ANDRÉ PEREIRA DE ALCANTARA, filho, nascido em 13/09/75, a partir de setembro de 1975, o pagamento a partir de janeiro de 1976. Quanto ao período anterior, o servidor devera requerer por Exercício Findo.
Brasília, 13 de maio de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEA

BOLETIM DE OCORRENCIAS FUNCIONAIS N°. 26 DE 21/05/76 CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA

Matrícula: 8888
Servidor: Antonio Mardônio Ribeiro
Req.: 50/76—SP—SEA
Despacho: CONCEDO Salário Familia ao servidor pela sua dependente: EMILIA GALISA DAS CHAGAS RIBEIRO, esposa, nascida em 01/11/43 e o pagamento a partir de março de 197

Matrícula: 9974
Servidor: Jose de Azevedo Leite
Req.: 52/76—SP—SEA
Despacho: CONCEDO Salário Familia ao servidor pela sua dependente: SONIA DE MORAIS LEITE, esposa, nascida em 05/01/38 a partir de maio de 1976

Matrícula: 10.464
Servidor: Geremias Galdino de Araújo
Req.: 51/76—SP/SEA

Despacho: CONCEDO Salario Familia ao servidor pelo seu dependente: CICERO GALDINO DE ARAUJO, filho, nascido em 05/11/57, a partir de maio de 1971 e o pagamento a partir de janeiro de 1976. Quanto ao período anterior, o servidor deverá requerer por Exercicios Findos.

SALARIO FAMILIA CANCELADOS

Matrícula: 10.458
Servidor: Gilberto de Morais Porto
Processo: 008070/76
Despacho: CANCELO Salário Familia do servidor, referente a sua dependente FRANCELINA QUEIROZ PORTO, sua genitora, afim de que a mesma concretize sua aposentadoria conforme solicitação do interessado.

Matrícula: 13.674
Servidor: Aniversino Emilio da Silva
Processo: 012459/76
Despacho: CANCELO Salário Familia do servidor, referente a ALTAIR INACIO DA SILVA, seu dependente, por ter o mesmo contraído matrimônio em 11/02/76, conforme Certidão de Casamento constante da fls. 02 do presente processo e o cancelamento a partir de março de 1976

Matrícula: 13.884
Servidor: Laura Amelia de Araújo
Processo nº.: 013845/76
Despacho: CANCELO Salário Familia, da servidora referente seus dependentes: KATHIA AMÉLIA DE ARAUJO e JOÃO ROBERTO DE ARAUJO, a partir de junho de 1976, em virtude dos mesmos passarem a receber o referido salário, a partir de junho como dependentes do esposo da interessada.

Matrícula: 14.082
Servidor: Laurindo Rocha da Silva
Processo: 012290/76
Despacho: CANCELO Salário Família do servidor referente a sua dependente: ZILDA ROCHA DA SILVA, por ter a mesma contraido matrímônio em 27/03/76, conforme Certidão de Casamento constante da fl. 02 do presente processo e o cancelamento a partir de abril de 1976
Matrícula: 17188
Servidor: Francisco da Costa Tavares
Processo: 011752/76
Despacho: CANCELO Sálario Familia do servidor referente a sua dependente MARIANA DE ABREU DOS SANTOS: mae do interessado, pelo seu falecimento em 23/03/76, conf. Certidão de Obito constante da fl. 02 do presente processo e o cancelamento a partir de abril de 1976.
Brasilia, 01 de junho de 1976
TOMAZ DE AQUINO C. DA LUZ
Chefe da Seçao de Pessoal - DAG—SEA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 129/76—IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Ar. 22, Inciso XXVIII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975.

RESOLVE :

Designar REGINA CÉLIA CORBUCII DA COSTA PEREIRA para ministrar 10 (dez) horas-aula de Relações Humanas, no II Treinamento para Secretárias do Instituto de Alimentação e Nutrição, no período de 07/06 a 11/06/76, conforme Eidtal nº 016/76—IDR.

Brasília, 03 de junho de 1976

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
SUPERINTENDETE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 130/76—IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVIII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

Designar MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE OLIVEIRA, para ministrar 30 (trinta) horas-aula de Comunicação e Expressão e Redação Oficial, no II Treinamento para Secretárias do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, no período de 14 a 28.06.76, conforme Edital nº 016/76—IDR.

Brasilia, 03 de junho de 1976

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 131/76—IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSITITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS- IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art 22, Inciso XXVIII, Capitulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

Designar ANTONIO NEUBER RIBAS, para ministrar 10 (dez) horas-aula de Introdução à Administração Geral, no II Treinamento para Secretárias do Instituto de Alimentaçao e Nutrição, no período de 29.06 a 05.07.76, conforme Edital nº 016/76—IDR.

Brasília, 03 de junho de 1976

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 132/76—IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVIII, Capitulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

Designar MARIA JOSÉ DA LUZ VAZ MARQUES DE OLIVEIRA para ministrar 10 (dez) horas-aula de Documentação e Arquivo, no II Treinamento para Secretárias do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, no período de 05 a 12.07; 76, conforme Edital nº 016/76- IDR.

Brasília, 03 de junho de 1976

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 133/76-IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS- iIDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVIII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975.

RESOLVE :

Designar MARLENE MIRAN GODOY ELBEL para coordenar as atividades de execução do II Treinamento para Secretárias do Instituto de Alimentação e Nutrição no período de 07.06 a 19.07.76, conforme Edital nº 016/76—IDR.

Brasília, 03 de junho de 1976

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 134/76—IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS- IDR,, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVIII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975.

RESOLVE :

Designar SANDRA TEREZINHA GONÇALVES DA SILVA para ministrar 04 (quatro) horas-aula sobre Estrutura Administrativa do INAN, no II Treinamento para Secretárias do Instituto de Alimentação e Nutrição, no período de 16 a 19.07.76, conforme Edital nº 016/76—IDR.

Brasília, 03 de junho de 1976

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CARGOS

1064ª. REUNIÃO

PROCESSO Nº: 012.515/76
INTERESSADO: JOSÉ MARIA NOGUEIRA PINTO
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo arquivamento do processo".

Brasília, 18 de maio de 1976
EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Vice-Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Membro
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
RAMILTON BERNARDES PEREIRA
Membro-Suplente
Senhor Secretário de Administração.

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.
Brasília, 14 de maio de 1976
EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

PROCESSO Nº: 012.515/76
INTERESSADO: JOSÉ MARIA NOGUEIRA PINTO—Mat.: 109278-02
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
APROVO.
Publique-se e arquive-se.
Brasília, 26 de maio de 1976
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

Processo: 012150/76
Interessada: REGINA AMELIA DE OLIVEIRA VILLAÇA
Assunto: Licença para acompanhar cônjuge.

Concedo nos têrmos do artigo 84, inciso I do Decreto nº. 2.250 de 08.05.73, combinado com o artigo 115 da Lei nº. 1.711/52, licença sem vencimentos para acompanhar conjuge, a partir de 02 de junho de 1976.
Brasília, 24 de maio de 1976
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP — SEA

DRMP — SMP — SEA
Processo: 15704 — Matr.: 913
Interessado: WANDA MACHADO LUSZCZYNSKI
Assunto: Reassunção de Licença Especial.
Despacho: Autorizo a reassunção a partir de 22/05/76
Em, 24.05.76
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal

O. I. nº 198/76
Matr. 03.332
Interessado: MARLENE ESTEVAM DANTAS CALHEIROS
Assunto: Reassunção de Licença para trato de interesse particular.
Despacho: Autorizo a reassunção a partir de 02/06/76

Em, 03/06/76

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Processo nº : 17.044
Matricula nº 09.945
Interessado: Miguel Lourenço de Lima
Assunto: Reassunção de licença especial.
Despacho: Autorizo a reassunção a partir de 1º/06/76

Em, 03/06/76

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Processo nº: 15.117/76
Interessado: Eunice de Souza Oliveira
Matrícula nº 07.381
Assunto: Pedido de cancelamento de reassunção de Licença para trato de interesse particular.
Despacho: Autorizo o cancelamento.
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal

Processo nº: 014862/76
Matrícula nº: 07.577
Interessado: Edilamar Campos Sampaio
Assunto: Reassunção de Licença para trato de Interesse Particular.
Despacho: Autorizo a reassunção a partir de 01/05/76
Em, 21/05/76
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal

Processo n.º: 14157/76
Interessado: EUNICE DE SOUZA OLIVEIRA
Matrícula n.º: 07.381
Assunto: Reassunção de Licença para Trato de Interesses Particulares.
DESPACHO: Autorizo a reassunção a partir do dia 01/06/76.

Em, 04/05/76

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Processo nº: 15.880/76
Matrícula nº 03 494
Interessado: Orlando Vieira Torres
Assunto: Reassunção de Licença para trato de interesse particular.
Despacho Autorizo a reassunção a partir de 26/05.76.
Em, 27/05/76
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal

Processo nº: 13265/76
Interessado: NEUZA MARIA BATISTA BORGES
Assunto: Reassunção de Licença Especial
Despacho: Autorizo a reassunção a partir de 1º/05/76.
Em, 30/04/76
Matrícula nº 05.439

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Processo nº. 13674/76
Interessado: MARIA AMANDA DA CUNHA CARNEIRO
Assunto: Reassunção de Licença Especial
Despacho: Autorizo a reassunção a partir de 1º/05/76
Em 06/05/76
Matrícula nº 09.491

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/05/76
PROCESSO Nº 281702/76
Nome : Arilda Helena da Costa
Matr.: 18.521
Cargo;: Secretária Datilógrafa
Expedir a presente ordem de Serviço a Arilda Helena da Costa do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pela qual passa a assinar Arilda Helena Gonçalves de Resende, conforme documentaçao apresentada.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
Nome: Edgard Hugo da Cruz
Matr.: 16.681
Cargo: Agente de Portaria TP.602.2
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
Nome: Expedito Soares Bento
Matr.: 16.691
Cargo: Agente de Portaria TP-602.1
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
Nome: Geraldo Elias de Araújo
Matr.: 10.828
Cargo: Auxiliar Artifice de Manutenção
Nível: 05
Remove da SVO para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
Nome: Selos Rodrigues
Matr.: 16.584
Cargo: Agente de Portaria TP—602.4
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
Nome: Jovino Antonio Antunes
Matr.: 16.474
Cargo: Pedreiro
Nível: 10—C
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11/05/76
O.I. n.º 823/76
Nome: João Rodrigues Damasceno
Matr: 10.632
Cargo: Agente de Portaria TP—602.2
Retorna do DEFER, para o GAG, remove do CAG, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 11/05/76
Processo 13383/76
Nome: José Barbosa Macedo
Matr: 16.768
Cargo: Agente de Portaria TP—602.2
Remove da SVO, para RA—GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 10/05/76
Processo n.º: 302026/76
Nome: José Moreira da Sila
Matr: 13.783
Nível 08—A
Cargo: IRLAT
Remove da SEA, para ASRIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 10/05/76
Processo n.º 13559/76
Nome: Josemiro José de Oliveira
Matr. 17.390
Cargo: Trabalhador
Nível 01
Remove da SVO, para a RA—Gama

ORDEM DE SERVIÇO 10/05/76
Processo n.º 240515/76
Nome: Mariana Leite Alves
Matr: 03.349
Cargo: Agente de Portaria TP-602.1
Cargo: Agente de Portaria
Retorna da FEDF, para a SEC, remove da SEC, para RA—Brazlândia

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/04/76
NOME: Raimundo Nonato Costa
Matr.: 12.497
Cargo: Agente Administrativo SA—401.5
remove da SES, para o CBDF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/04/76
O.I. nº 184/76,
NOME: Roberto Pires Campos
Matr.: 07.919
Cargo: Engenheiro NS—710.6
Retorna da CAESB, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/04/76
Processo nº: 11974/76,
NOME: Teresinha da Costa Santos
Matr.: 16.900
Cargo: Agente de Portaria TP—602.1
remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/04/76
Processo nº: 11974/76,
NOME: Bernardina Maria dos Santos
Matr.: 16.891
Cargo: Agente de Portaria TP.602.2
remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/04/76
O.I. nº 89/76—CSDCA, de 22/04/76,
NOME: Terezinha Gomes dos Santos Siqueira
Matr.: 12.837
Cargo: Agente de Portaria TP—602.1
Retorna da FHDF, para a SES, remove da SES, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/04/76
NOME: Edú Cordeiro
Matr.: 11.149
Cargo: Agente Administrativo SA—401.6
Retorna do DER—DF, para a SVO, remove da SVO, para a PM-DF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/04/76
Processo 302105/76
NOME: Francisco Caetano dos Santos
Matr.: 09.656
CARGO: Apontador Fiscal
Nível: 08—B
remove da SVO, para a ASRIA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/04/76
NOME: Francisco Gomes de Souza
Matr.: 03.920
Cargo: Agente Administrativo SA—401.5
remove da SEC, para o CBDF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/04/76
NOME: Gaudencio Antonio dos Santos
Matr.: 11.415
Cargo: Agente de Portaria TP—602.2
remove da SAP, para o CBDF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/04/76
NOME: Domingos Teófilo dos Santos
Matr.: 16.678
Cargo: Agente de Portaria TP—602.2
remove da SAP, para o CBDF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 14/05/76
Processo nº: 263067/76
NOME: Natal Vieira Neves
Matr.: 00.946
Cargo: Atendente
Nível: 09
Retorna da FSS, para a SSS, Remove da SSS, para Adm. Reg. do Gama.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
Processo: 224270/76
NOME: Pedro Gonçalo Maranhão
Matr.: 16.845
Cargo: Agente de Portaria TP.—602.2
Remove da SEA, para Adm. Reg. de Sobradinho.

ORDEM DE SERVIÇO DE 20/05/76
Of. nº 41/GP, de 18/05/76,
NOME: Rosa Maria Faria Rodrigues
Matr.: 082.355
Cargo: Professora de Ensino Elementar - CLT—FEDF
Coloca à disposição da PRG.

ORDEM DE SERVIÇO DE 14/05/76
Processo nº: 07.550/76
NOME: Ruy Robert Castro de Figueiredo (Insc. Matr.: 56.206
Cargo: Condutor Técnico - CLT--novacap Nível: coloca à disp. da SVO.

ORDEM DE SERVIÇO 19/05/76
Processo nº: 240513/76.
NOME: Severino Bezerra de Souza
Matr.: 11.141CARGO
CARGO: Agente Administrativo SA-401.4
Remove da SEA, para a Adm. Reg. Brazlândia.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
Processo nº: 12071/76
NOME: Orestes dos Passos Lima
Matr.: 15.792
Cargo: Motorista Oficial TP.601.3
Retorna da NOVACAP para a SVO. remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 19/05/76
Processo: 002.751/76
Nome: Mria Dionisia Gonçalves da Silva
Matr.: 05.274
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Nível: 13—A
Coloca à disp. da FHDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 19/05/76
NOME: Mariangela Pfelisticker
Matr.: 03.350
Cargo: Professora de Ensino Elementar
Nível: 13—B
Remove do GAG, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 17/05/76
Processo nº: 12.303/76
NOME: Miguel Flexa
Matr.: 16.209
Cargo: Agente Administrativo SA-401.4
Retorna da NOVACAP, para a SVO, remove da SVO para a SEG.

ORDEM DE SERVIÇO DE 20/05/76
Processo nº: 13197/76
NOME: Milton Ferreira de Amorim
Matr.: 14.979
Cargo: Escrevente Datilógrafo
Nível: 07
Remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 13/05/76
Processo nº: 13051/76
NOME: João Tomazetti
Matr.: 14.691
Cargo: Condutor Técnico
Nível: 17—D
Remove da SEA, para a SVO.

ORDEM DE SERVIÇO DE 12/05/76
Processo nº: 12718/76
NOME: José Ferreira do Nascimento
Matr.: 14.937
Cargo: Agente Administrativo SA-401.5
Remove da PMDF, para o CBDF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 30/03/76
Processo nº: 7878/76
NOME: José Rodrigues Lima Vianna
Matr.: 10.542
Cargo: Agente Administrativo SA-401.4
Remove da SEA para a SEF,

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
Processo nº: 8608/76
NOME: Josefa Ramos de Oliveira Silva
Matr.: 15.639
Cargo: Telefonista
Nível: 07—B
Remove da SEG. para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
Processo nº: 0012071/76
Nome: Jurandy Cezar dos Santos
Matr.: 15.039
Cargo: Escriturário
Nível: 08—A
Retorna da NOVACAP, para a SVO, remove da SVO, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO DE. 17/05/76
Processo nº: 14421/76
NOME: Joaquim Camelo de Barros
Matr.: 11.166
Cargo: Pintor
Nível: 09—B
Retorna da FZDF, para a SAP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 17/05/76
NOME: João Batista Cirino
Matr.: 18.788
Cargo: CLT—SAB
Nível:
Coloca à Disposição da Adm. Reg. de Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
O.I. nº 79/76
NOME: João Batista Frota
Matr.: 15.765
Cargo: Motorista Oficial TP—601.3
Remove da PRG, para o GAG, e coloca à disposição do Conselho Penitenciário do DF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
O.I. nº 79/76,
NOME: José Severino Duarte
Matr.: 02.145
Cargo: Motorista Oficial TP—601.3
Coloca à disp. do Conselho Penitenciário do DF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 13/05/76
Processo nº: 281161/76
NOME: João Pereira Rocha
Matr.: 15.646
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Retorna da FEDF, para a SEC, remove da SEC, para Adm. Cid. Satélite do N. Bandeirante.

ORDEM DE SERVIÇO DE 14/05/76
Processo nº 14049/76
Nome: Geraldo Dias Ferreira
matr.: 17.222
Cargo: Trabalhador
nível : 01
Remove, da SVO, para a SEF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 13/05/76
Processo nº 105343/76.
Nome : Geralda Maria Ferreira da Silva
Matr.: 05.777
Cargo: Agente de Portaria TP-602.1
Retorna a FHDF para a SES, remove da SES, para o GAG.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/05/76
O.I. nº 242/76
Nome: Gilberto Dantas de Araujo
Matr.: 02.565
Cargo: Delegado de Policia PC—201.
Remove da SSP, para a SEP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
NOME: Israel Otaviano de Amorim
Matr. : 15.762
Cargo: Motorista Oficial TP—601.3
Retorna da NOVACAP, para a SVO, remove da SVO, para o GAG.

ORDEM DE SERVIÇO DE 19/05/76
Processo nº 13258/76
Nome: Iroan Mineiro Matos
Matr.: 56403
Cargo: Economista EP-29 CLT-NOVACAP
Coloca à disposição da SEG.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº 142259/76
Nome: Conrado Borges Fernandes
Matr.: 15.717
Cargo: Mestre de Obras
nível : 13—B
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 / 05 /76
Processo 122004/76
Nome: Expedito Antonio
Matr.: 17.165
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Remove da SVO, para a SEP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 14/05/76
Processo nº 002357/76
Nome: Francisco Galdino Filho
Matr.: 01.600
Cargo: Pedreiro
Nível : 08—A
Retorna da FZDF, para a SAP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 /05/76
Processo nº 15275/76
Nome: Francisco Pereira da Silva
Matr.: 12.214
Cargo: Auxiliar Rural
Nível : 03
Remove do GAG, para a SAP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
Processo nº 11588/76
Nome: Francisco Rocildo Vieira
Matr.: 11.588
Cargo: Bombeiro Hidráulico
Nível: 10—B
Retorna da FEDF, para a SEC, remove da SEC, para a SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº 142259/76.
Nome: José Alves da Silva
Matr.: 17.306
Cargo: Trabalhador
Nível : 01
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº 142259/76
Nome: Ercilio Pego Paixão
Matr.: 16.686
Cargo: Agente de Portaria TP—602.1.
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº 142259/76
Nome: Jose Gumercindo Antunes de Andrade
Matr.: 09.819

Cargo: Apontador Fiscal
Nível : 10—C
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº 142259/76
Nome: Salvador Santos Vasconcelos
Matr.: 10.871
Cargo: Auxiliar Artifice de Manutenção
Nível : 05
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº 142259/76
Nome: Expedito Francisco
Matr.: 14.147
Cargo: Auxiliar Rural
Nível : 03
Remove da SVO, para a SSP

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
NOME: Manoel de Souza Góis
Matr.: 15.677
Cargo: Mestre de Bombeiro Hidráulico
Nível: 12—A
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
NOME: Francisco Justino
Matr.: 15.673

Cargo: Mestre Artífice de Fabricação de Telas
Nível: 13
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
NOME: João Antonio dos Santos
Matr.: 16.363
Cargo: Pedreiro
Nível: 08—A
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
NOME: Joaquim Gabriel Canedo
Matr.: 16.943
Cargo: Técnico de Laboratório
Nível 12—A
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 18/05/76
Processo nº: 142259/76
NOME: Pedro Coelho de Souza
Matr.: 17.499
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
Remove da SVO, para a SSP.

ORDEM DE SERVIÇO DE 06/04/76
O.I. nº 18/76
NOME: Elci Rufino de Souza
Matr.: 13.860
Cargo: Motorista Oficial TP-601.3
Remove da SSP, para a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 05/04/76
O.I. nº 260/76
Nome: Cosme Damião
Matr.: 10.732
Cargo: Auxiliar Artífice de Carpinteiro
Nível: 05
Retorna da NOVACAP, para a SVO.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/04/76
O.I. nº 94/76
Nome: Josete Adelina Rosa de Faria
Matr.: 07.725
Cargo: Atendente
Nível: 09
Retorna da FHDF, para a SES, e coloca à disposição

ORDEM DE SERVIÇO DE 19/05/76
Processo nº: 02.751/76
Nome: Anaides Ferreira de Oliveira
Matr.: 11.303
Cargo: Atendente
Nível: 09
Retorna da FHDF, para a SES.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/05/76
Nome: Antissimo Gonçalves da Silva
Matr.: 14.648
Cargo: Carpinteiro
Nível: 12-D
Remove da SEA, para a SEF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 26/05/76
Processo nº: 09665 /76
Nome: Vera Lúcia Lima de Souza
Matr:: 90.533
Cargo: Professora de Ensino de 1º e 2º Graus
Nível:...
Coloca à disposição da FHDF.

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

Despachos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1976

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta o processo nº 054 122 75,
RESOLVE:
Expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a MIRIAN DOS REIS COELHO RESENDE, Professora do E. Elementar, Nível 13-B, Matrícula n 3.395, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual a servidora averba 365 dias, ou seja: 01 ano, referente a licença prêmio não gozada, a que fez jús no decênio de 01.12.64 a 24.4.75, contada em dôbro e averbado somente para fins de aposentadoria.
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de C. Financeiro

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE MAIO DE 1976
PROCESSO Nº: 043.715/73
NOME: MARLENE DE GUSMÃO
MATR:. 16.936
CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
NIV.: 15—C
QUADRO: DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL
Retifica a ORDEM DE SERVIÇO DE 06 de Maio de 1975, expedida a servidora, para declarar que a mesma averba 1 728 dias, ou seja: 04 anos, 08 meses e 28 dias, prestados ao Ex-Instituto de Aposentação e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas, no período de 05.09.53 a 31.07.58.
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de C. Financeiro

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Processo nº : 016096/76
Nome: LILA DE ALMEIDA
Cargo: Professor do Ensino Elementar - N - 13.B
Assunto: INDEFIRO, com base no art. 5º da Lei no 3.841, de 15 de dezembro de 1960.
Publique-se e arquive-se.
Brasília, 04 de junho de 1976

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisao de Cadastro Financeiro
CSP - SEA - GDF

AUXÍLIO — DOENÇA — DEFERIDO.

Processo. 007290/76
Nome: SEBASTIAO CANUTO DOS SANTOS
Matrícula: 2.267
Lotação: SEF
Cargo, Agente Administ. - Classe "E" Cód. SA - 401.6.
Assunto: Auxílio - Doença
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º. anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "CONCEDO", o pedido com base nos artigos 118-Vel 43, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas, com o período ininterrupto de: 10.11.74 a 09.11.75, foram recomendadas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei.

AUXILIO — DOENÇA — DEFERIDO.

Proc. 007287/76
Nome: ANÍSIO ALVES DE MAGALHAES
Matrícula: 17.037
Lotação: SEA
Cargo, Trabalhador - nível 01
Assunto: Auxílio - Doença
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º., anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "CONCEDO", o pedido com base nos artigos 118—Vel. 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas, com o período ininterrupto de 29.02.75 a 28.02.76, foram recomendadas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei.

AUXÍLIO — DOENÇA — INDEFERIDO.

Proc. 006696/76
Nome: OSVALDO RIBEIRO DE SOUZA
Matrícula: 14.053
Lotação: APOSEN.
Cargo: Auxiliar de Medição - nível 06
Assunto: Auxílio - Doença
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º., anexo I, do Decreto nº. 2978, de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-Vel. 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que o servidor, não consta com 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendadas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei.

PROR. DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE — EX.OFFICIO
Nome : ANTONIO ELEOTERIO FILHO
Mat. 17.055
Cargo : Trabalhador - Nivel 01
Lot. SVO/NOV
Assunto: PLTS - EX.OFFICIO
Despacho : No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saude, a partir de 16.04.76, ate a publicação do ato concessorio da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 paragrafo Unico, e 97, da Lei n 1711, de 28 de outubro de 1952.
Nome : BALDUR MEURER DA COSTA
Mat. 01.913
Cargo : Fiscal de Tributos - TAT - 303.3
Lote. SEF
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho : No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saude, a partir de 18.09.75, até a publicação do ato concessorio da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome : AVANI ARLETE MARTINS PRATES
Mat. 03.777
Cargo : Professora do Ensino Médio - MG - 1.02
Lot. SEC
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho : No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saude, a partir de 05 .05.76, até a publicação do ato concessorio da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

PROR. DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE — EX. OFFICIO

Nome : MARIETA OLIVEIRA DA FONSECA
Cargo : Auxiliar de Bibliotecário - Nivel 07
Mat. 04.230
Lot. SEC
Assunto : PLTS — EX. OFFICIO
Despacho : No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saude, a partir de 08.05.76, até a publicação do ato concessorio da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: ELIZEU MOREIRA VAZ
Mat. 10.823
Cargo: Aux. de Artifice de Manutenção - Nivel 05
Lote. SEA
Assunto : PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO, prorrogação de licença para tratarmento de saude, a partir de 01.07.76, até a publicação do ato concessorio da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome : JOÃO FELISBERTO DA SILVA
Mat. 15.933
Cargo : Motorista Oficial - TP — 601.5
SAG
Assunto : PLTS — EX.OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saude, a partir de 08.05.76, até a publicação do ato concessorio da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

PROR. DE LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAUDE — EX OFFICIO

Nome: José Severo das Neves
Mat. 14.432
Cargo: Trabalhador - Nível 01
Lot. NOVACAP
Assunto: PLTS - EX OF— FICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8.º Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "CONCEDO", "EX OFFICIO, prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 03.04; 7, até a publicação do ato concessório da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: ETELVINA GADONI FERNANDES
Mat; 05.818
Cargo: Escriturária - Nível 08-A
Lot. SEA
Assunto: PLTS — EX OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8.º Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO, "EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 09.04.76, até a publicação do ato concessório da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 paragrafo Unico, e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: EIMAR COELHO MIRANDA
Mat; 04.883
Cargo: Professora do Ensino Elementar — Nível 13-B
Lot. SEC
Assunto: PLTS — EX OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8.ª, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 21.04.76, até a publicação do ato concessório da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de oututbro de 1952.

PROR. DE LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAUDE — EX OFFICIO

Nome: EDINA CARDOSO DA SILVA
Mat. 04.866
Cargo: Servente — Nível 05
Lot. SEC
Assunto: PLTS — EX OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item I, Artigo 8.º Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 14.04.76, até a publicação do ato concessório da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: PEDRO SOARES
Mat. 11.388
Cargo: Operador de Máquinas — Nível 08
Lot. SEA
Assunto: PLTS — EX OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8.º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 01.05.76, até a publicação do ato concessório da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: JOSÉ ALBERTO DA SILVA
Mat: 10.762
Cargo: Mecânico de Máquinas — Nível 08—A
Lot. SEA
Assunto: PLTS — EX OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8.º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 23.04.76, até a publicação do ato concessório da aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Paragrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

AUXILIOS—DOENÇA — DEFERIDOS

Proc. nº. 201251/76
Nome: MANOEL DARCI ALVES — Matrícula: 12.678
Cargo: Trabalhador - Nível 01 — Lotação: SEC
Assunto: AUXILIO—DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º., Anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118-V e 43 da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei, com periodo ininterrupto de : 03.04.75 a 02.04.76.
Proc. nº. 12208/76
Nome: LUISA RODRIGUES NOGUEIRA — Matricula: 5.200
Cargo: Servente - Nível 05 — Lotaçao: Inativa
Assunto: AUXILIO- DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º., Anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118-V e 43 da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei, com periodo ininterrupto de : 29.11.73 a 28.11.75.
Proc. nº. 11035/76
Nome: FLORIPEDES DE SOUZA — Matrícula: 10157
Cargo: Artifice de Manutenção Nível 06 — Lotação: SEA
Assunto: AUXILIO—DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º., Anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975 "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118-Ve 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por

constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de: 15.10.73 a 15.10.75.

AUXILIO—DOENÇA — DEFERIDO

Proc. 11.016/76
Nome: JOÃO MARTINS COELHO — Matrícula: 12058
Cargo: Agente de Portaria - Classe C - Lotação: SSP
Assunto: AUXILIO—DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º., anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-Ve 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de: 09.02.75 a 08.02.76.

AUXILIOS—DOENÇA — INDEFERIDOS

Proc. nº. 08293/76
Nome: MARLENE DE SOUZA MARCELO — Matrícula: 03388
Cargo: Atendente - Nível 09 — Lotaçao: SEC
Assunto: AUXILIO—DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º., anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-Ve 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que o servidor, não consta com 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendada em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei.

Proc. nº. 12.825/76
Nome: ANTONIO MOITA NETO
Matrícula: 17071
Cargo: Trabalhador - Nível 01 - Lotação: SEA
Assunto: AUXILIO—DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º., anexo I, do Decreto 2978 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-Ve 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que o servidor não consta com 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendada em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida lei.

AUXILIOS—DOENÇAS — INDEFERIDOS

Proc. nº. 28.147/76
Nome: BENVINDO BARCELOS RANGEL — Matrícula: 00123
Cargo: Agente de Portaria - Classe A - Lotação: SEG
Assunto: AUXILIO—DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º., Anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118-Ve 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que o servidor, não consta com 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendada em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei.

Proc. nº. 12.860/76
Nome: SILVIO ALVES DA PAIXÃO — Matrícula: 09.379
Cargo: Apontador Fiscal - Nível 08A — Lotação: SEF
Assunto: AUXILIO—DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º., anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO" o pedido com base nos artigos 118-Ve 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que houve interrupção nos períodos de licenças para tratamento de saúde, concedidas ao referido servidor.

PROR. DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE — EX. OFFICIO

Nome: MANOEL DIAS DE OLIVEIRA
Mat.: 02.800
Cargo: Agente de Portaria - Classe "A"
Lot.: SEG
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX-OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 07.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: RAFAEL ALMEIDA DA SILVA
Mat.: 13.027
Cargo: Agente de Portaria - Classe "A"
Lot.: SEC
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX-OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 05.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: DIVINO LUIZ DE AZEVEDO
Mat.: 06.862
Cargo: Servente - Nível 05
Lot.: SES
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX-OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 01.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

PROR. DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE — EX.OFFICIO

Nome: CYRA MARIA ANDRADE VON SPERLING
Mat.: 12.262
Cargo: Oficial de Administração - Nível 14—B
Lot.: SES
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde, a partir de 01.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: JOSÉ HENRIQUE FREIRE
Mat.: 02.704
Cargo: Guarda Sanitário - Nível 05
Lot.: SES
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde, a partir de 01.05.76, até a publicaçao do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA
Mat.: 12.658
Cargo: Pedreiro - Nível 08-A
Lot.: SEC
Assunto: PLTS. - EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde, a partir de 11.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

AUXILIO-DOENÇA - DEFERIDO

Proc. 103159/76
Nome: ANTONIO SEVERINO DA SILVA
Cargo: Guarda nível 8-A
Matrícula: 1.972
Lotação: SES
Despacho: - No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8º anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "CONCEDO", 02 (dois) meses de vencimento a título de Auxílio-Doença, com base nos artigos 118.V e 143, da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952, por constar com 24 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendadas, em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de: 14.02.72 a 14.02.76.

AUXILIO DOENÇA DEFERIDO

Proc. nº 201.335/76
Nome: Antonio Gomes
Cargo: Trabalhador - Nível 01
Matrícula, 00 005
Lotação: SEG
Assunto: Auxilio Doença
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, AnexoI, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos artigos 118—V, e 143, da Lei Lei 1711 de 28 de outubro de 1962, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei com período ininterrupto de: 02.04.75 A 01.04.76.

AUXILIOS DOENÇAS — INDEFERIDOS

Proc. nº 201.383/76
Nome: Abdias Dias dos Santos
Matrícula: 12 429
Cargo: Pedreiro - Nível 09
Lotação SEG
Assunto: Auxilio Doença
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, AnexoI, do Decreto n 2978 de 14 de agosto de 1975, "INDEFERIO", o pedido com base nos Artigos 118—V, e 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário não foram recomendas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei.

Proc. nº 13 250/76
Nome: Manoel Antunes de Oliveira
Matrícula 9.186
Cargo: Motorista Oficial - TP—601.3
Lotação: SEA
Assunto: Auxlio Doença
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos artigos 118—V e 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, porcons tatar que as licenças concedidas ao funcionário, não foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei.

PROR. DE LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAUDE EX OFFICIO

Nome: Francisco Valdevino de Souuza
Mat. 02 049
Cargo: Agente de Portaria - TP—602.3
Assunto: PLTS EX OFFICIO
Lot. SEA
Despacho: No uso das atribuiçês conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 12.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria nos termos dos Artigos 95 parágrafo único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: Manoel Barbosa da Fonseca
Mat. 11 531
Cargo: Agente Administrativo - SA—401.3
RA 1.N. BAND.
Assunto: PLTS EX OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8, Anexo I, do Decreto 2978, e 14 de agosto de 1975,CONCEDO "EX OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 17.05.76 até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos artigos 95 parágrafo unico, e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

AUXILIOS DOENÇAS — DEFERIDOS

Proc. nº: 13 252/76
Nome: Cornelio de Oliveira
Matrícula, 12 695
Cargo Aux. de Vendas Nível 05
Lotação Aposent.
Assunto: Auxílio Doença
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118V e 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de 11.04.69 a 10.04.70.

Proc. nº 12 775/76
Nome: Luiz Mendes Cordeiro
Matrícula: 12 973
Cargo: Of. de Administração - Nível 14B
Lotação: SEC
Assunto: Auxilio Doença
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978 de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", O pedido com base nos Artigos 118—V, e 143, da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de: 27.12.73 a 27.12.75, perfazendo portanto, 2 (dois) anos.
Publique-se e arquive-se
Em, 02.06.76

AUXILIO—DOENÇA — DEFERIDO.
Proc. 002655/76
Nome: JOSÉ ABEL PEREIRA
Matrícula: 12.941
Cargo: Garção - nível 07-B
Lotação: SEG
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8.º anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "CONCEDO" 01 (um) mês de vencimento a título de Auxilio-Doença, com base nos artigos 118-V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constar com 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendadas em consequência de doença para tratamento de saúde, recomendadas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de: 03.02.75 a 31.01.76

AUXILIO—DOENÇA — DEFERIDO
Proc. 103027/76
Nome: SABINA TAVARES DOS REIS
Matrícula 8.058
Cargo: Enfermeira — nível 20
Lotação, SES
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8.º anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1952, por constar com 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendadas em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de 02.12.74 a 01.12.75.

AUXILIO —DOENÇA — DEFERIDO

Proc. 103159/76
Nome: ANTONIO SEVERINO DA SILVA
matrícula: 1.972
Cargo: Guarda - nível 8-A
Lotação: SES
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, artigo 8.º anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "CONCEDO", 02 (dois) meses de vencimento a título de Auxílio-Doença, com base nos artigos 118-V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constar com 24 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, recomendadas, em consequência de doença prevista no artigo 104, da referida Lei, com período ininterrupto de: 14.02.72 a 14.02.76.

PROR. DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE — EX. OFFICIO

Nome: RAIMUNDO NONATO DIAS
Mat.: 12.258
Cargo: Auxiliar de Vendas - Nível 05
Lot.: SES
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX.OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde, a partir de 03.04.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: LEDIS SILVA FREITAS
Mat.: 03.015
Cargo: Professora do Ensino Hementar - Nível 13—B
Lot.: SEC
Assunto: PLTS - EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde, a partir de 07.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 e Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: GERALDO MARCELO GONÇALVES
Mat.: 14.566
Cargo: Carpinteiro - Nível 09—B
Lot.: SEG
Assunto: PLTS — EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975,

CONCEDO "EX. OFFICIO", prorrogação de licença para tratamento de saúde a partir de 07.05.76, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 Parágrafo Unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.
Brasília, 19 de maio de 1976
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP—SEA—GDF
ANTONIO ALBERTO BOQUADY
Chefe da Seção de Processamento de Vantagens
DCFi—CSP—SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE ABRIL DE 1976
PROCESSO Nº. 002379/76
NOME: WALTER JOSÉ DE CASTRO — MATR: 16226
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO — COD. SA-401.6
QUADRO: DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL
Averba 365 dias, ou seja: 01 ano, referente à licença-prêmio não gozada, a que fez jús no decênio de 05.09.57 a 02.09.67, contada em dobro e averbado somente para fins de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE ABRIL DE 1976

PROCESSO Nº. 105.200/76
NOME: WANDA CARNEIRO TORRES — MATR: 5607
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO — COD.: SA-401.5
QUADRO: DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

Torna sem efeito a ORDEM DE SERVIÇO DE 05.10.75, publicado no DF. nº. 176, página 12, pela qual a servidora averbou 365 dias, ou seja: 01 ano, referente à licença-prêmio não gozada, que fez jús no decênio de 01/10/64 a 10.12.74

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE ABRIL DE 1976

NOME: MILITINA DE JESUS MELO PAZ — MATR: 8062
CARGO: PROF. DO E. Elementar - Nív.: 13-B
QUADRO: PROVISÓRIO

Retifica a ORDEM DE SERVIÇO DE 04.12.68, para declarar que a servidora averba 688 dias, ou seja: 02 anos, 02 meses e 14 dias, à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 01.04.64 a 21.03.66, considerado somente para fins de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE MAIO DE 1976

PROCESSO Nº.: 121757/76
NOME: ALTAIR JOSÉ CORREA — MATR: 11592
CARGO: Agente Administrativo - COD.: SA—401.5
QUADRO: DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

Averba 295 dias, ou seja: 09 meses e 25 dias, prestados ao Ministério do Exército, no período de 01.03.40 a 21.12.40, considerado somente para fins de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE MAIO DE 1976

PROCESSO Nº.: 004740/76
NOME: JURACY MACHADO FERNANDES — MATR: 5152
CARGO: PROF. do E. Elementar - NIV.: 13-B
QUADRO: PROVISÓRIO

Averba 365 dias, ou seja: 01 ano, referente à licença-prêmio nao gozada, a que fez jús no decênio de 01.10.63 a 27.09.73, contada em dôbro e averbado somente para fins de aposentadoria.

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE MAIO DE 1976

PROCESSO Nº.: 03011/76
NOME: VALERIANO CEOTTO — MATR: 4406
CARGO: ENGENHEIRO — COD.: NS-710.6
QUADRO: DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

Averba 295 dias, ou seja: 09 meses e 25 dias, prestados ao Tiro de Guerra nº. 38, no período de 31.10.39, a 25.08.40, contado somente para fins de aposentadoria.

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de C. Financeiro

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 08 DE 07 DE JUNHO DE 1976
Prorroga prazo de entrega da Guia de Informação e Apuração do ICM—GIA, referente ao exercício de 1975.
O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sus atribuições
considerando a obrigatoriedade da apresentacão da Guia de Informação e Apuração ICM de que trata o artigo 80, do Anexo I a que se refere o artigo 2º, do Decreto nº 1.697, de 27 de maio de 1971. e,
considerando os fatores técnicos que influiram na confecção dos novos formulários da GIA/ICM,
RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado para o dia 30 de junho de 1976, o prazo de entrega da Guia de Informação e Apuração do ICM, GIA - referente ao exercício de 1975, fixado no artigo 3º, da Portaria nº 15, de 20 de agosto de 1973, com a nova redação dada pela de nº 07, de 1º de abril de 1974, publicada no "DISTRITO FEDERAL" de 18 do mesmo mês e ano.
Parágrafo 1º- A Guia de Informação e Apuração do ICM —GIA compreendendo as operações realizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1975, deverá ser entregue na Divisão da Receita da circunscrição do contribuinte..
Parágrafo 2º -O modelo e o respectivo Manual de Orientação da GIA estarão à disposição dos contribuintes nas Divisões da Receita de suas circunscrições.
Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Portaria nº 07, de 1º de abril de 1974.
Art. 3º - A presente Portaria integra o Livro V, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 6º, do Decreto nº 1 891, de 21 de dezembro de 1971.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.
DISTRITO FEDERAL, 07 de junho de 1976
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Dec. "N" nº 428 de 28.07.65,
RESOLVE:

MANDAR a partir desta data, o servidor TOBIAS RIBEIRO DE PAIVA, Controlador da Arrecadação Classe "B" Código TAF—302.2, matrícula 01.856, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento da Receita desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MAIO DE 1976
O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL Geral da Divisão de Administração da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Decreto "N" nº 428, de 28.07.65,
RESOLVE:

MANDAR, a partir desta data, o servidor GERALDO DIAS FERREIRA, Trabalhador nível 01, matrícula nº. 17.222 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Divisão de Administração Geral desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE MAIO DE 1976
O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Decreto "N" nº. 428, de 28.07.65,
RESOLVE:

MANDAR, a partir desta data, o servidor EZIO VICTOR PIMENTA, Agente Fiscal de Tributos "A", matrícula nº. 07.748 do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento da Receita desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG—SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE MAIO DE 1.976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Dec. "N" nº 428, de 28.07.65.

RESOLVE :

MANDAR a partir desta data o servidor ADÃO DA SILVA ROCHA, Agente de Portaria Classe "B", Código, TP-602.2, matricula nº. 04.593, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento da Receita desta Secretaria.

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE MAIO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a" do Dec. "N" nº. 428, de 28.07.65,

RESOLVE:

REMOVER, a partir desta data, o servidor ANTONIO RODRIGUES SOARES, Agente Administrativo, Classe "B" Código SA—401.3, Matrícula nº. 14.864, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial para o Departamento da Receita desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG—SEF

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JUNHO DE 1976

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea do DEC. "N" n.º 428, de 28.07.65.

RESOLVE:

MANDAR, a partir desta data, o servidor JOSÉ MARCOS GONÇALVES, Agente Administrativo, Classe "B", Código SA—401.3, Mat. 09.821, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício na Coordenação do Sistema de Contabilidade desta Secretaria.

RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal — DAG—SEF

SALÁRIO FAMILIA CONCEDIDO

MATRICULA 01.753
NOME: CLEMENTE LUIZ PEREIRA
DEPENDENTE, Fernando Batista Pereira, filho, nasc. em 11.02.76. Conceder o benefício a partir de fevereiro de 1976

MATRICULA: 07.389
NOME: AURELINO OLIVEIRA FILHO
DEPENDENTE: Rosalina Moreira Oliveira, Mãe viúva.
Cancelar o benefício a partir de março de 1.976, por motivo do falecimento da mesma, ocorrido em 24.03.76, conforme documento em nosso poder.

MATRICULA: 07.868
NOME: AULIDES PINHEIRO MARTINS
DEPENDENTE: Décio Lutz Pinheiro, filho, nascido em 20.12.55.
Cancelar o benefício a partir de março de 1976, conforme documento em nosso poder.

MATRICULA: 12.302
NOME: RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
DEPENDENTE: Gercina Catarina Nunes Costa, esposa.
Cancelar o benefício a partir de fevereiro de 1976, conforme documento em nosso poder.

MATRICULA: 15.118
NOME: JESSÉ SOARES DA SILVA
DEPENDENTE: Jessé Soares da Silva Júnior, filho nascido em 13.04.76.
Conceder o benefício a partir de abril de 1.976, conforme documento em nosso poder.

MATRICULA: 02.058
NOME: GETULIO DA COSTA MACHADO
DEPENDENTE: Maria Aparecida Machado, esposa nascida em 05.03.47.
Conceder o benefício a partir de janeiro de 1976, conforme documento em nosso poder.

MATRICULA: 02.058
NOME: GETULIO DA COSTA MACHADO
DEPENDENTE: Sérgio Márcio da Costa Machado, filho nascido em 24.07.75.
Conceder o benefício a partir de julho de 1975 e o pagamento a partir de janeiro de 1976 e o período anterior a ser requerido por exercício findo.

MATRICULA: 02.400
NOME: ANTONIO POMPEU DE SOUSA
DEPENDENTE: Valdinei Pompeu de Sousa, Filho, nascido em 11.05.76.
Conceder o benefício a partir de maio de 1976, conforme documento em nosso poder.

MATRICULA: 14.533
NOME: QUINTINO ROSA DE SOUSA
DEPENDENTE: Aldeci Rosa Lima, filha nascida em 19.06.53.
Cancelar o benefício a partir de maio de 1976, em virtude de ter contraído matrimônio, conforme documento em nosso poder.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 98 da Lei nº 1.711/52

Jorge dos Santos Amazonas
Mat.: 07.730
Período: 10.05 a 14.05.76
Atestado: 01.413/76—DSM

Maria Aparecida Pierri
Mat.: 09.274
Período: 06.05 a 10.05.76
Atestado: 01.372/76—DSM

Antério Maximiano Pinto
Mat.: 11.789
Período: 12.05 a 14.05.76
Atestado: 01.421/76—DSM

Maria Joana Massarotto
Mat.: 14.446
Período: 01.05 a 30.05.76
Atestado: 01.402/76—DSM

Cícero Lúcio Miguel
Mat.: 17.670
Período: 06.05 a 07.05.76
Atestado: 01.417/76—DSM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DESAUDE—Art.93,97e99da Lei nº 1.711/52
Ernestina Vieira da Silva
Mat.: 06.263
Período: 16.05 a 15.06.76.
Laudo Médico: 01.323/76—DSM

Nilde Lemos Rosal Pacheco
Mat.: 07.134
Período: 04.05 a 02.06.76
Laudo Médico: 01.275/76—DSM

Breno Porfirio Martins
Mat.: 12.195
Período: 16.05 a 14.07.76
Laudo Médico: 01.322/76—DSM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123, 97 e 98 da Lei nº 1.711/52
Décio Del Sarto
Mat.: 02.007
Atestado: 01.479/76—DSM
Período: 17.05 a 24.05.76

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 123, 97 e 98 da Lei nº 1.711/52
Alzira Eufrazina da Silva
Mat.: 06.122
Período: 12.05 a 26.05.76
Atestado: 01.403/76—DSM

Aloysio Barbosa de Melo
Mat.: 11.900
Período: 30.04 a 12.05.76
Atestado: 01.407/76—DSM

Lidia Lemos Paraguassú
Mat.: 12.581
Período: 12.05 a 21.05.76
Atestado: 01.422/76—DSM

Dionizia Costa Rego
Mat.: 12.980
Período: 10.05 a 14.05.76
Atestado: 01.440/76—DSM

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE EM PESSOA DA FAMILIA Art. 106 da Lei nº 1.711/52

Wilson Alves de Albuquerque
Mat.: 02.293
Período: 10.05 (um dia)
Atestado: 01.423/76—DSM

Brasília, 27 de maio de 1976
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG--SEF

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

Atos do Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/76 - COSAP

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, tendo em vista o que consta do Art. 28, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975

RESOLVE:

Determinar que DINUAMARQUES SOUZA RIOS, Agente Administrativo, Classe "D", Código SA-401.5, matrícula 9.765, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, responda pela Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes, símbolo FC.6, da Divisão de Registro e Controle, desta Coordenação, a partir desta data.

Brasília, D.F., 26 de março de 1976

NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/76 - COSAP

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, tendo em vista o que consta do Art. 28, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975

RESOLVE:

1. Determinar que CICERO RAMOS DE SANTANA, Agente Administrativo, Classe "D", Código SA.401.5, matrícula 1.517, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, responda pela Seção de Operações Patrimoniais, símbolo FC.6, da Divisão de Operações Patrimoniais, desta Coordenação, a partir desta data.

2. O exercício provisório de responder pelo expediente se esgotará com a entrada em exercício do novo ocupante.

Brasília, D.F., 06 de abril de 1976

NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº.: 04/76—COSAP

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL da Secretaria de Finanças, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo DECRETO nº. 2.863, de 21 de março de 1.975,

CONSIDERANDO:

I - o erro contido na Nota de Recebimento nº. 190/76—DM;

II- que tal erro provoca divergência entre as Contabilidades Patrimonial, Financeira e Orçamentária do Governo, sem considerar outros aspectos danosos à administração pública e, em particular, à administração patrimonial.

RESOLVE:

Determinar à Divisão de Operações Patrimoniais, aceitar somente as Notas de Recebimento corretamente emitidas, de modo que não prejudique a correta identificação, classificação e registro dos bens patrimoniais

Brasília-DF, 03 de maio de 1976

NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/76—COSAP
O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º da Portaria -SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº. 27/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido nos processos nºs.: 20.804/73 - 30.321/74, 30.320/74, 25.237/74, 29.914/74, 26.481/74, 22.600/74, 14.935/74, 14.208/74.

RESOLVE:

I—AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
II a consequente DESCARGA DE RESPONSABILIDADE DO Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Finanças.
III Encaminhe-se às Divisões da Operações Patrimoniais e Registro e Controle, para cumprimento.
IV - Publique-se, juntamente com o Parecer nº. 27/76—CPBBP.
Brasília, DF, 18 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/76—COSAP
O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL: no uso da competência delegada por Artº 1º da Portaria —SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº 28/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido nos processos nºs.: 221.269/75, 222.534/74, 333.023/73.

RESOLVE:

I—AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
II— a consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Região Administrativa de Sobradinho.
III— Encaminhe-se às Divisões de Oprações Patrimoniais e Registro e Contrôle, para cumprimento.
Publique- se, juntamente com o Parecer nº. 28/76—CPBBP.
Brasília-DF, 18 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/76—CSAP
O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º, da Portaria -SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº. 29/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº. 27.387/74

RESOLVE:

1—AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
III a consequente DESCARGA, de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Procuradoria Geral.
III— Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Contrôle, para cumprimento.
IV- Publique-se juntamente com o Parecer nº. 29/76—CPBBP.
Brasília-DF, 18 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 08/76
O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONAIL; no uso da competência delegada pelo Art. 1º., da Portaria -SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº. 30/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº. 160.869/75
RESOLVE:

I—AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no Citado Parecer e,
II - a consquente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio do Departamento de Educação Física Esportes e Recreação.
III - Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimonias e Registro e Controle para cumprimento.
IV- Publique-se juntamento com o Parecer nº. 30/76—CPBBP.
Brasília-DF, 18 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 09/76—COSAP
O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO, PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º da Portaria - SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº 31/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais contido nos processos nºs, 00859/75, 12.410/74, 12.833/74, 13.397/74 14.560/74, 22.984/73, 24.675/72 e 25.317/73.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
II - a consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Finanças.
III - Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Controle, para cumprimento.
IV -Publique-se juntamente com o Parecer nº 31/76—CPBBP.
Brasília, DF, 18 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competencia delegada pelo art. 1º da Portaria —SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº. 32/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº. 39.703/73.

RESOLVE:

I AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
II - A consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Viação e Obras.
III Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Controle para cumprimento.
IV Publique-se juntamente com o parecer nº. 32/76—CPBBP
Brasília-DF, 18 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº.: 11/76—COSAP.

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º., da Portaria - SEF, de 31 de agosto de 1.970 e de conformidade com o Parecer nº. 33/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº. 160.897/74,

RESOLVE:

I — AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,

II - a consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio do Departamento de Educação Física Esportes e Recreação.
III - Encaminhe-se as Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Contrôle, para cumprimento.
IV - Publique-se, juntamente com o Parecer nº. 33/76 — CPBBP.

Brasília - DF, 17 de maio de 1976

NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador.

ORDEM DE SERVIÇO Nº : 12/76— COSAP

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º., da Portaria - SEF., de 31 de agosto de 1.970 e de conformidade com o Parecer nº. 34/76., da Comissão Permanente da Baixa de Bens Patrimoniais, contido nos processos nº.s: 3.988/74-, 4.160/73,

RESOLVE:

I — AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,

II - a consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimonio da Secretaria de Serviços Públicos.

III - Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Contrôle, para cumprimento.
IV - Publique-se, juntamente com o Parecer nº. 34/76 — CPBBP.

Brasília - DF, 17 de maio de 1976

NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador.

ORDEM DE SERVIÇO Nº.: 13/76—COSAP.

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º., da Portaria - SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº. 35/76 da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº. 20.981/73,

RESOLVE:

I — AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,

II - a consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Região Administrativa de Planaltina.
III - Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Contrôle, para cumprimento.
IV - Publique-se, juntamente com o Parecer nº. 35/76 — CPBBP.

Brasília - DF, 17 de maio de 1976

NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/76—COSAP
O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º da Portaria - SEF, de 31 de agosto e 1970 e de conformidade com o Parecer nº 36/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº 45.692/73,

RESOLVE:

I - AUTORIZAR A BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
II - a consequente DESCARGA de responsabilidade de Agente Setorial de Patrimônio da Procuradoria Geral.
III - Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Controle, para cumprimento.
VI - Publique-se juntamente com o Parecer nº 36/76—CPBBP.
Brasília, DF, 17 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/76—COSAP
O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º da Portaria-SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº 32/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº 22.707/73.
RESOLVE:

I - AUTORIZAR a BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos

Materiais relacionados no citado Parecer e,
II - a consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Administração.
III- Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Controle, para cumprimento.
IV - Publique-se juntamente com o parecer nº 37/76—CPBBP.
Brasília, DF, 17 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 17/76—COSAP .

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL no uso da competência delegada pelo Art. 1º., da Portaria -SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº 39/76, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº. 26.480/74.

RESOLVE:

I—AUTORIZAR a Baixa no Registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
II- a consequente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimonio da Secretaria de Serviços Sociais.
III— Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Controle para cumprimento.
IV- Publique-se juntamente com o Parecer nº. 39/76-CPBBP.
Brasília-DF, 17 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16/76—COSAP

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL, no uso da competência delegada pelo Art. 1º, da Portaria-SEF, de 31 de agosto de 1970 e de conformidade com o Parecer nº 3876, da Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, contido no processo nº 334.569/73.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR A BAIXA no registro da Seção de Cadastro de Móveis e Semoventes dos Materiais relacionados no citado Parecer e,
II - a consquente DESCARGA de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Região Administrativa de Sobradinho.
III - Encaminhe-se às Divisões de Operações Patrimoniais e Registro e Controle, para cumprimento.
IV - Publique-se, juntamente com o parecer nº 38/76—CPBBP.
Brasília-DF, 17 de maio de 1976
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenador

COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS

Processo nº: 160.869/75
Interessado: Seção de Material - DEFER
Assunto: Solicita baixa de bens.
A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº 160.869/75 e de conformidade com a ATA DA SETIMA REUNIÃO, realizada em 24/10/75, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio do Departamento de Educação Física Esportes e Recreação, dos bens relacionados abaixo.
Processo nº: 160.869/75
Tombamento nº TGM.3/026/73 DEFER - 04 (quatro) Bandeiras do Distrito Federal, valor Cr$ 840,00.
Tombamento nº - TGM. R/024/73—DEFER—04 (quatro) Bandeiras do Brasil, valor Cr$ 880,00.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida, pela Coordenação do Sistema e Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais-COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1975
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP: Visto
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

Processo nº 221.269/75 e outros
Interessado: Seção de Material e Patrimônio RA—V
Assunto: Solicita baixa de bens
A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando os processos nº. 221.269/75, 333.023/73 e 222.534/74 e de conformidade com a ATA DA SETIMA REUNIÃO, realizada em 24/10/75, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Região Administrativa de Sobradinho, dos bens relacionados abaixo:
PROCESSO Nº 221.269/75
Tombamento nº S/N - 02(duas) Réguas "T", marca Arquimedes, ref. 66/150, com 150cm, CG. R/202/67 - RA—V, valor Cr$ 48,00.
PROCESSO Nº 333.023/73
Tombamento nº S/N - Trena de aço, com 50m, chave de bremem, CG. 52/67—RA—V, valor Cr$ 45,15;
Tombamento nº S/N - 02 (duas) Trenas de aço de 30m, Massi Alema, TGM. 185/72—RA—V, valor Cr$ 184,00;
Tombamento nº S/A - 03 (três) Balizas desmontáveis, modelo 81, Rosenhain, CG. 1430/69—RA—V, valor Cr$ 85,32;
Tombamento nº S/N - 08 (oito) Grampeadores, marca Elwood, CG. 3570/70—RA—V, valor Cr$ 237,44.
PROCESSO Nº 222.534/74
Tombamento nº S/N - 03 (três) Balizas desmontáveis de aço, redonda, de 15,8 x 2000mm, modelo 81, Rosenhain, CG. 1430/69—RA—V, valor Cr$ 85,32;
Tombamento nº S/N - 02 (duas), Bandeiras do Brasil, com 03 (três) panos, medindo 1,35 x 1,95m, em tecido Fileli, CG. 236/72- RA - V, valor Cr$ 156,00;
Tombamento nº S/N - 03 (três) Bandeiras do Distrito Federal, com 02 (dois) panos, medindo 0,90 x 1,20m, em tecido Fileli, CG. 184/72—RA— V. valor Cr$ 120,00.
Encaminhe-se à Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida, pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP: Visto
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

PROCESSO Nº: 026.480/74—SSS
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES—SSS
ASSUNTO: Solicita Baixa de Bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº 026.480/74, e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIÃO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Serviços Sociais, dos bens relacionados abaixo:

PROCESSO N0: 026.480/74

Tombamento nº: 6.042 - Poltrona Giroflex, modelo luxo, CG. 031/67-SSS, valor Cr$ 83,66;
Tombamento nº 6.465 - Poltrona estofada, individual, CG. 033/67-SSS, valor Cr$ 200,00;
Tombamento nº 10.922 - Poltrona, marca Personalidade, modelo 324, CG. 005/67-SSS. Valor Cr$ 79,00;
Tombamento nº 10.922 - Poltrona, marca Personalidade, modelo 324, CG.005/67-SS, valor 79,00.

Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, sugerindo para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRANIO DOS REIS SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP: Visto
NEWTON CARNEIRO LOBO
Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

PROCESSO nº 22.707/73
INTERESSADO: Seção de Material e Transportes. - SEA
ASSUNTO: Solicita Baixa de Bens
A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº 22.707/73 e de conformidade com a ATA DAS OITAVA REUNIÃO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Administração dos bens relacionados abaixo:
Processo nº: 22.707/73
Tombamento nº .742-Cadeira Mogi-mirim, modelo 154, nº 101.230, CG. 516/67 - SEA valor Cr$ 7,19;
Tombamefto nº 4.745 - Cadeira Mogi-mirim, modelo 154, nº 98.290, CG. 651/67—SEA, valor Cr$ 7,19;
Tombamento nº 6.022 - Material de metal, modelo Provençal, CG. 628/67—SEA, valor Cr$ 9,80;
Tombamento nº 6.025 - Cadeira de metal , modelo Provençal, CG. 618/67—SEA, valor Cr$ 9,80.
Tombamento nº 10.766 - Cadeira Mogi-mirim, Provençal, CG. 894/68—SEA, valor Cr$ 7,19;
Tombamento nº S/N - 02 (duas) Bandeiras do Distrito Federal, em tecido Fileli, medindo 1,30 x 1,80m, CG. 2712/70—SEA, valor Cr$ 238,00;
Tombamento nº S/N - 03 (três) Bandeiras do Brasil, em tecido Fileli, medindo: 1,35 x 1,92, m CG. 2380/69—SEA, valor Cr$ 204,12.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de maço de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida pela Coordenação do Sistema de Contabilidade se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.

Brasília, 30 de abril de 1976
AFRÂNIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOUTRA - Membro
COSAP—Visto
NEWTON CARNEIRO LOBO
Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

PROCESSO Nº.: 27.387/74
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES—PRG
ASSUNTO: Solicita baixa de bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS,construída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº. 27.387/74, e de conformidade com a ATA DA SÉTIMA REUNIÃO, realizada em 24/10/75, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Procuradoria Geral dos bens relacionados abaixo:
PROCESSO Nº 27.387/74
Tombamento nº. S/N —06 (seis) Jarras Térmicas marca Lider, TGM. 170/72-PRG, valor Cr$ 189,00.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Artº 100,da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedia, pela Coordenação do Sistema de Contabilidade se de mediante Memorando de Baixa de Ben. Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais-COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRÂNIO DOS REIS DE SOUZA
PRESIDENTE
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
MEMBRO
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
MEMBRO
COSAP: Visto
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial
COORDENADOR

PROCESSO Nº: 334.569/73
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO RA—V
ASSUNTO: Solicita Baixa de Bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº 334.569/73 e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIÃO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Região Administrativa de Sobradinho, dos bens relacionados abaixo:

PROCESSO Nº 334.569/73
Tombamento nº S/N - 02 (duas) Bandeiras do Distrito Federal, em tecido Fileli, TGM. CG. 2936/70, valor unitário Cr$ 99,00, valor Total Cr$ 198,00;
Tombamento nº S/N - 03 (três) Bandeiras do Brasil, em tecido Fileli, TGM. R/236/72, valor unitário Cr 43,00, valor Total Cr$ 129,00.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida, pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP: Visto
NEWTON CARNEIRO LOBO
Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

PROCESSO Nº: 160.897/74
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL —DEFER
ASSUNTO: Solicita Baixa de Bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinandco processo nº 160.897/74 e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIÃO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio do Departamento de Educação Física Esportes e Recreação, dos bens relacionados abaixo:

PROCESSO Nº 160.897/74
Tombamento nº. S/N-Prateleira de tábua de pinho (fabricada pelo DEFER), MIM. 43/72-ORA, valor Cr$ 252,10;
Tombamento nº S/N - Prateleira de tábua, medindo 2,55 x 5.50 x 0,30m, MIM. 43/72 -ORA, valor Cr$ 70,00;
Tombamento nº S/N - 05 (cinco) Bandeiras do Brasil, em tecido Fileli, TGM. R/24/73-DEFER, valor unitário Cr$ 220,00, valor total Cr$ 1.100,00;
Tombamento nº S/N- 04 (quatro) Bandeiras do Distrito Federal, em tecido Fileli, TGM.4/26/73--defer, valor unitário Cr$ 210,00, valor total Cr$ 840,00;
Tombamento nº S/N - Bateria, marca Sonneschein Standart, EBF, TGM. R/029/73-DEFER, valor Cr$ 200,00.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa

de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
COSAP: Visto.
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP: Visto.
NEWTON CARNEIRO LOBO
Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

PROCESSO Nº : 045.692/73
INTERESSADO : SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES — PRG
ASSUNTO: Solicita Baixa de Bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAS, constituida pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº. 045.692/73 e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIÃO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimonio da Procuradoria Geral, dos bens relacionados abaixo:
PROCESSO Nº. 045.692/73
Tombamento nº. 896 — Perfurador de papel "De Luxe", modelo 910, CG. 065/67—PRG, valor Cr$ 7,40;
Tombamento nº. 15.456 - Porta-revista de madeira, CG. 988/68—SEA, valor Cr $ 14,00;
Tombamento nº S/N - 07 (sete) jarras Térmicas, marca Lider, MIM. 170/72, valor unitário Cr$ 31,50, valor total Cr$ 220,50;
Tombamento nº S/N - Perfurador para papel, modelo 107—AS, CG. 072/71-PRG, valor Cr$ 14,90;
Tombamento nº S/N - 02 (dois) Grampeadores, marca Carbex, CG. R/ 393 e R/433/68—PRG, valor unitario Cr$ 18,50, valor total Cr$ 37,00;
Tombamento nº. S/N - Grampeador, marca Elwood, CG. 3567/70—PRG, valor Cr $ Cr$ 29,68.
Tombamento nº S/N - Porta-fita adesiva, tipo Brasilia, marca 3M, CG. 3075/70-PRG, valor Cr$ 4,90;
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais-COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1 976

AFRÂNIO DOS REIS DE SOUZA
PRESIDENTE

DINUAMARQUES SOUZA RIOS
MEMBRO

ANTONIO PEREIRA DE MOURA
MEMBRO

COSAP: Visto

NEWTON CARNEIRO LOBO
Sistema de Administração Patrimonial
COORDENADOR

PROCESSO Nº: 003.988/74 e 04.160/73
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES —SSP
ASSUNTO: Solicita Baixa de Bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando os processos nºs 003.988/74 e 04.160/73 e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIÃO, realizada em, 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Serviços Públicos, dos bens relacionados abaixo,

PROCESSO Nº 003.988/74
Tombamento nº 5.789- Cadeira Brafor, modelo 6013, para reunião, CG. 229/68—SSP, valor Cr$ 3,132;
Tombamento nº 6.242 - Poltrona "Guelman", fixa, sem rodízios e com braços, nº de fabricação 124.298, CG. 162/67-SEF, valor Cr$ 2,00;
Tombamento nº 6.349 - Cadeira "Gerdau", fixa, sem braços, assento e encosto de madeira, CG. 266/67-SSP, valor Cr$ 1,60;
Tombamento nº 6.649- Poltrona "Ritzman", giratória, sem rodízios e com braços, CG. 273/68-SSP, valor Cr$ 3,00.

PROCESSO Nº 04.160/73
Tombamento nº 1.172 - Grampeador "Carbex", CG. 232/68—SSP, valor Cr$ 18.50;
Tombamento nº 5.647 - Cadeira Brafor, modelo 6013, para reunião, CG. 382/67-SEF, valor Cr$ 3.32;
Tombamento nº 11.836 - Cadeira Mogi-mirim, modelo Provençal, CG. 217/68-SSP, valor Cr$ 11.80,
Tombamento nº S/N - Perfurador "De Luxe", CG. 290/68-SSP, valor Cr$ 15.00.

Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida, pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante, Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP: Visto
NEWTON CARNEIRO LOBO
Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

PROCESSO Nº: 20.981/73
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO—RA—VI
ASSUNTO: Solicita Baixa de Bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº 20.981/73 e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIÃO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Região Administrativa de Planaltina, dos bens relacionados abaixo;
PROCESSO Nº: 20.981 /73
Tombamento nº S/N - 03 (três) Bandeiras do Brasil, medindo 1,35 x 1,95m, em tecido Fileli, CG. 3310/70—RA-VI, valor Cr$ 321,00;
Tombamento nº S/N - 02 (duas) Bandeiras do Distrito Federal, medindo 1,30 x 1,80m em tecido Fileli, CG. 3504/70-RA-VI, valor Cr$ 228,00;
Tombamento nº S/N - Bandeira do Brasil, medindo 1,35 x 1,95m, em tecido Fileli CG. 3504/70-RA-VI, valor Cr$ 98,00.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP: Visto.
NEWTON CARNEIRO LOBO
Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador

PROCESSO Nº: 039.703/73
INTERESSADO : SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES — DAG/SVO
ASSUNTO : Solicita baixa de bens.

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS constituida pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentissimo Senhor Secretário de Finanças, examinando o processo nº. 039.703/73 e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIÃO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Viação e Obras, dos bens relacionados abaixo:
PROCESSO Nº 039.703/73
Tombamento nº 499 — Cadeira, tipo escolar, com armação de ferro, CG. 069/67—GAG valor Cr$ 8,50:
Tombamento nº. 1.178 — Grampeador para prancheta, "Bostitch", CG. 430/67—SVO, valor Cr$ 0,84:
Tombamento nº. 1.669 - Cadeira de madeira, CG. 432/68-SVO, valor Cr$ 2,00:
Tombamento nº. 5.522 — Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 374/68-SVO, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.609 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG.379/68-SVO, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.653 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 374/68-SVO, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.816 — Cadeira Brafor, modelo 6013, CG.374/68—SVO, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.821 — Cadeira Brafor, modelo 6013, CG.374/68—SVO, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.833 — Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 350/68-SVO, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.882 - Cadeira Brafor, modelo 6013, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.883 - Cadeira Brafor, modelo 6013, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.886 — Cadeira Brafor, modelo 6013, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.890 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 492/68—DETUR, valor Cr$3,32;
tombamento nº. 5.891- Cadeira Brafor, modelo 6013, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5.892 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 374/68—SVO, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 10.165 - Guarda-sol para topografia, marca Campestre, CG. 593/66—SVO valor Cr$ 33,00;
Tombamento nº. 10.166 - Guarda-sol para topografia, marca Campestre, CG. 593/66—SVO, valor Cr$ 33,00;
Tombamento nº. 10.168- Guarda sol para topografia, marca Campestre, CG. 432/68- SVO, valor Cr$ 12,00;
Tombamento nº. 24.945 — Guarda-sol para topografia, marca Campestre, CG.2907/70—SVO, valor Cr$ 86,39;
Tombamento nº. S/N - Açucareiro de metal, marca SIAFAB, tamanho 06, CG. 186/66- SVO, valor Cr$ 0,68;
Tombamento nº S/N - Apontador de lápis, marca Fritz Johansen, MIM. 546/71-SVO, valor Cr$ 107,00;
Tombamento nº S/N - 04 (quatro) balizas de aço, CG. 143/67—SVO, valor unitário Cr$ 16,00, valor total Cr$ 64,00;
Tombamento nº S/N - 03 (tres) balizas desmontáveis, em tubo de aço, marca Cafra, CG. 2671/69—SVO, valor unitário Cr$ 17,50, valor total Cr$52,50;
Tombamento nº S/N - Grampeador, modelo Rapid 9, CG. R/1792/69-SVO, valor CR$ 97,00;
Tombamento nº S/N - 03 (tres) Guarda-sol para topografia, com oito varetas de 80cm, CG. 3319/70—SVO, valor Cr$ unitário 61,60, valor total Cr$ 184,80;
Tombamento nº S/N 02 (duas) Trenas de aço, de 20m, marca Massi Alemã, MIM. 783/71—SVO, valor unitário Cr$ 48,00, valor total Cr$ 96,00;
Tombamento Nº S/N 14 (quatorze) trenas de aço, de 20m, marca Chave de Bremem, CG. R/050/67—SVO, valor unitário Cr$ 20,10, valor total Cr$ 281,40;
Tombamento nº S/N - Trena de aço, de 30m, marca Massi Alemã, MIM. 783/71-SVO, valor Cr$ 63,00;
Tombamento nº S/N - Trena de fibra de vidro, de 50m, marca Eslon, MIM. 728/71—SVO valor Cr$ 172,00;
Tombamento nº S/N - Trena de aço, de 50m, marca chave de Bremem, CG. R/050/67—SVO valor Cr$ 45,15.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida, pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais-COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1 976
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
PRESIDENTE
DINUAMARQUES SOUZA RIOS
MEMBRO
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
MEMBRO

COSAP. Visto.
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial
COORDENADOR

PROCESSO Nº.: 20.804/73 e outros
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES—SEF
ASSUNTO: Solicita baixa de bens

A COMISSÃO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretario de Finanças, examinando os processos nºs. 20804/73, 30321/74, 30.320/74, 025.237/74, 29.914/74, 026.481/74, 022.600/74, 014.935/74 e 14.208/74 e de conformidade com a ATA DA SÉTIMA REUNIÃO, realizada em 24/10/75, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Finanças, dos bens relacionados abaixo:
PROCESSO Nº.: 20.804/73
Tombamento nº S/N - 02 (dois) Revolver Taurus, calibre 38, nº de fabricação 124, 184 e 188.581. CG. 2698/69—DRC/COSAP/SEF valor Cr$ unitário 25,20, valor total Cr$ 50,40:
Tombamento nº S/N - 03 (três) Carimbo Numerador, marca Etron, MIM. 677/71—SEF, valor Cr$ 209,94;
Tombamento nº. S/N - Carimbo Numerador automático, marca Clobe-105 Tcheco, MIM. 395/71—SEF, valor Cr$ 65,00.
PROCESSO Nº. 30321/74
Tombamento nº. 11.932 - Cadeira, marca Mogi-mirim, CG. 444/67—SEF, valor Cr$ 11,80.
PROCESSO Nº. 30.320/74
Tombamento nº. 334 - Mesa de madeira, marca Brafor, CG. 207/67—SEF, valor Cr$ 7,70.
PROCESSO Nº. 025237/74 -
Tombamento nº. 1259 - Apontador de lápis, marca Dalhe/66, CG. 435/67—SEF, valor Cr$ 16,00.
PROCESSO Nº.: 29.914/74
Tombamento nº. 10.790 - Cadeira Mogi-mim, CG. 566/68—SEG, valor Cr$ 11,80.
PROCESSO Nº. 026481/74
Tombamento nº. 5467 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG.840/68—SEF, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5895 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 254/67—SEF, valor Cr$ 3,32.
PROCESSO Nº. 022600/74
Tombamento nº. 28566 - Cadeira de armação tubular cromada, modelo Provençal, CG. 131/71—SEF, valor Cr$ 52:00;
Tombamento nº. 12510 - Cadeira Mogi-Mirim, modelo Provençal, nº. 670268, CG. 383/67—SEF, valor Cr$ 12,75;
Tombamento nº. 12454 - Cadeira Mogi-Mirim, modelo Provençal, CG. 157/67—SEF, valor Cr$ 12,75;
Tombamento nº. 12460 - Cadeira Mogi-Mirim, modelo Provençal, CG. 313/67—SEF, valor Cr$ 12,75;Tombamento nº. 12628 - Cadeira Giratória para datilógrafo, marca Giroflex, CG. 389/67-SEF, valor Cr$ 65,00
PROCESSO Nº. 014.935/74
Tombamento nº. 1.465 - Mesa para escritório, modelo 6004, marca Brafor, CG. 248/67—SEF, valo Cr$ 7,12;
Tombamento nº. 5463 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 1109/68—SEF, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 5489 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 1101/68—SEF, valor Cr$ 3,32;
Tombamento nº. 12440 - Cadeira Mogi-Mirim, modelo Provençal, CG. 154/67—SEF, valor Cr$ 12,75;
Tombamento nº. 12614 - Cadeira Giratória, para datilógrafo, marca Giroflex, CG. 213/67—SEF, valor Cr$ 65,00;
Tombamento nº. 28569 - Cadeira de armação tubular, modelo Provençal, CG. 131/71—SEF, valor Cr$ 52,00;
Tombamento nº. 28574 - Cadeira de armação tubular, modelo Provençal, CG. 131/71—SEF, valor Cr$ 52,00
PROCESSO Nº. 14.208/74
Tombamento nº. R/331—SEF— Cortina em tecido de canhamo, (área 12,00 x 2,65m), valor Cr$ 1.368,00;

Tombamento nº. 1002 - Mesa para escritório, brafor, modelo 6001, CG. 1108/68—SEF, Valor Cr$ 23,75;
Tombamento nº. 902 - Máquina de contabilidade sintética, modelo P-613, nº. de fabricação P-177892—S, CG. 306/67—SEF, valor Cr$ 542,72.
Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida, pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais-COSAP.
Brasília, 30 de abril de 1976
AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente

DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro
ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
NEWTON CARNEIRO LOBO
Coordenação de Sistema de Administraçao Patrimonial
Coordenador

PROCESSO Nº.: 000859/75 e outros
INTERESSADO: SEÇAO DE MATERIAL E TRANSPORTES — SEF
ASSUNTO: Solicita baixa de bens.

A COMISSAO PERMANENTE DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS, constituída pela Portaria de 16 de outubro de 1974, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, examinando os processos nº.s 000859/75, 012.410/75, 012.833/74, 013.397/74, 014.560/74, 22.984/73, 24.675/72 e 25.317/73 e de conformidade com a ATA DA OITAVA REUNIAO, realizada em 18/03/76, concluiu pela baixa patrimonial e descarga de responsabilidade do Agente Setorial de Patrimônio da Secretaria de Finanças, dos bens relacionados abaixo:

PROCESSO Nº.: 000859/76
Tombamento nº. S/N - Rádio para automóvel, "Uirapuru-II", CG. 1908/69—SEF, valor Cr$ 360,00.

PROCESSO Nº. 012.410/74
Tombamento nº. 5.734 - Cadeira Brafor, modelo 6013, GT.328/71—SEF, valor Cr$ 3,32;

Tombamento nº. 12.012 - Cadeira Mogi - mirim, modelo Provençal, CG. 048/67—SEF, valor Cr$ 11,80.

PROCESSO Nº.: 012.833/74
Tombamento nº. 12.553 - Cadeira Mogi - mirim, modelo Provença, CG. 337/67 — SEF., valor Cr$ 12,75.

PROCESSO Nº.: 013.397/74
Tombamento nº. 2.473 - Grampeador, marca Carbex, CG. 203/67—SEF, valor Cr$ 18,50;
Tombamento nº. S/N - 02 (dois Grampeadores, marca Elwood, MIM. 015/72—SEF valor Cr$ 55,56;

Tombamento nº. S/N - Grampeador, marca Pilot, R/223/67 — SEF, valor Cr$ 36,42.

PROCESSO Nº.: 014.560/74
Tombamento nº. 13.234 — Cadeira de armação tubular, marca Provençal, CG. 1175/67—SEF valor Cr$ 17,20.

PROCESSO Nº. 22.984/73
Tombamento nº. 374 — Cadeira, tipo cimo, CG. 536/68 —SEG. valor Cr$ 1,50;
Tombamento nº. 2.238 - Cadeira de madeira, tipo simples, CG.327/67 — SEF, valor Cr$ 1,30;
Tombamento nº.: 5.428 - Cadeira Brafor, modelo 6013, CG. 982/68 — RA—V, valor Cr$ 3,32;

Tombamento nº. 6.372 — Poltrona "Guelman", nº. 124.152, CG. 2518/69 — SEF, valor Cr$ 2,00;

Tombamento nº. 6.375 - Cadeira "Guelman", nº. 122.791, CG.970/67—RA—V, valor Cr$ 2,00;

Tombamento nº. 6.376 - Poltrona "Guelman", nº. 125.855, CG. 970/67 — RA—V, valor Cr$ 3,50.

PROCESSO Nº.: 24.675/72

Tombamento nº. 6.713 — Cadeira Brafor, modelo 6014, CG.: 388/67 —SEF, valor Cr$ 5,36;

Tombamento nº. 740 - Ventilador Spanmobil. CG. 416/67-SEF, valor Cr$ 19,50.

PROCESSO Nº.: 25.317/73

Tombamento nº. 2.359 - Mesa de madeira, com tampo de fórmica, CG. 2515/69 — SEF, valor Cr$ 11,00;
Tombamento nº. 2.360 - Mesa de madeira, com tampo de fórmica, CG.2515/69—SEF, valor Cr$ 6,80.

Encaminhe-se a Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial sugerindo, para efeito do disposto no Art. 100, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que a baixa patrimonial a ser procedida, pela Coordenação do Sistema de Contabilidade, se de mediante Memorando de Baixa de Bem Patrimonial que deverá ser expedido pela Seção de Operações Patrimoniais - COSAP.

Brasília, 30 de abril de 1976

AFRANIO DOS REIS DE SOUZA
Presidente

DINUAMARQUES SOUZA RIOS
Membro

ANTONIO PEREIRA DE MOURA
Membro
COSAP, VISTO

NEWTON CARNEIRO LOBO

Coordenação de Sistema de Administração Patrimonial
Coordenador.

DEPARTAMENTO DA RECEITA

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO N.º 18/76-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, da SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 — Remover da Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais para o Gabinete do Departamento da Receita o servidor. ADONIAS DOS REIS SANTIAGO, Fiscal de Tributos, Classe "C", Grupo TAF 303.4, Mat. 6.276, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1.º de maio de 1976.
2 — Atribuir ao referido servidor:
2.1 — A supervisão, orientação e controle das atividades vinculadas ao processamento eletrônico de dados no âmbito do Departamento da Receita, quanto ao aspecto técnico;
2.2 — A manutenção de contatos com órgãos de execução do processamento eletrônico de dados, acompanhamento dos respectivos projetos e providências decorrentes;
2.3 — A elaboração de estudos de viabilidade para adequação e implantação de sistemas de processamento de dados no Departamento da Receita, visando otimizar o controle do comportamento fiscal dos contribuintes do Distrito Federal.
2.4 — O controle e o acompanhamento dos Convênios de prestação de Serviços Técnicos.
Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 12 de maio de 1976

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA.
Diretor do Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO Nº 20/76—DPR.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, usando de sua competência legal e tendo em vista que o Chefe da Seção de Programação Fiscal da Divisãode Fiscalização foi dispensado dessa função por ter sido designado para outra função e considerando o disposto no Parágrafo Unico do art. 24 e arts. 25. "a", e 26 do Decreto nº. 2.951 de 22.07.76.

RESOLVE:

1. Designar o Chefe da Seção de Fiscalização Itinerante da Divisão de Fiscalização para responder pelo expediente, sem prejuízo do efetivo exercício da função de que é titular, da Seção de Programação Fiscal da Divisão de Fiscalização deste Departamento.
2. Apresente Ordem de Serviço entra em vigor nesta data.
Brasília, 25 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo Nº: 32.425/75
Interessado: Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
Nos termos da delegação decompetência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA—TERRACAP, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre o imóvel localizado no SHCG/N Q. 708—Creche, de acordo com o disposto no inciso VIII, do art. 3º, da Lei nº 5.861/72.
Restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 25 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 25 755/76
Interessada: Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira.
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A IMUNIDADE, em favor da JUNTA DE MISSÕES NACIONAIS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territoral Urbano, relativo ao exercício de 1975, e do Imposto de Transmissão, incidente sobre o imóvel localizado à SHI/SUL, QL 7/3, Lote nº 20, de acordo com o disposto na alínea "c", do "item III, do Artigo 19 da Constituição Federal, combinado com o Art. 9º, IV, alínea "c", da Lei nº 5.172/66.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
BRASILIA, 19 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO Nº: 056.023/76
INTERESSADO: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação, deste Departamento, RECONHEÇO A IMUNIDADE, em favor do CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo aos exercícios de 1972 a 1976, incidentes sobre os imóveis localizados a EQ/NORTE 707/907, Lote "A", "B", EQ/NORTE 707/907, Módulos "C" e "D"; EQ/NORTE 708/908, Módulos "A", "B", "C", "D", "E" e "F"; e exercício de 1976 para os imóveis situados no SGA/NORTE, LOTES "F" e "G", da QUADRA 915, de acordo com o disposto no art. 19, III, "c", da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 14, itens I, II e III da Lei nº 5.172/66.
Nos termos do disposto na Portaria 09/73-SEF, determino o cancelamento das Certidões de Débitos relacionados às fls. 66, verso.
A IMUNIDADE ora reconhecida fica condicionada ao atendimento, por parte da beneficiária, das exigências estabelecidas no Parágrafo 1º do artigo 9º e no artigo 14 e parágrafos da Lei nº 5.172/66, cessando seus efeitos no momento em que a entidade descumprir o disposto no inciso I do art. 14 do Código Tributário Nacional.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
BRASILIA, 24 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo Nº: 3.120/76
Interessado: Mariano Ferreira da Silva
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de MARIANO FERREIRA DA SILVA, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, exercício de 1976, incidente sobre o imóvel localizado à SQ/-sul, 407-BL. "K" Apatº. nº. 203, nos termos da Lei nº. 5.755, de 03. de dezembro de 1971.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providên-

BRASILIA, 27 DE MAIO DE 1976 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo Nº: 25 418/75
Interessado: CENTRO DE ENSINO MEDIO "ELEFANTE BRANCO"
Usando da competência que me foi delegada pela Portaria de 20/08/69-SEF e tendo em vista o Parecer constante dos autos, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de Centro de Ensino Médio "Elefante Branco", quanto ao pagamento do Imposto sobre Serviços incidente sobre a realização do "V Encontro Musical de Estudantes (V ENCEMEB) nos dias 21 e 24 de agôsto de 1975, às 20 horas no Auditório da Escola Parque, com fundamento no disposto no artigo 9º, inciso VIII, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.603, de 28/02/71.
Cientifique-se o interessado, publique-se e encaminhe-se à Divisão da Receita de Brasília, para as devidas anotações e providências.
Em 21 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 056.259/76
Interessado: CENTRO ISLAMICO DO BRASIL

Nos termos da delegação de competência que me foi delegada pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A IMUNIDADE, em favor do CENTRO ISLAMICO DO BRASIL, quanto ao pagamento do Imposto de Transmissão, pela aquisição do imóvel localizado na Entre-Quadra/Sul - EQ/Sul - 712/912, lotes D, E e F, de propriedade da República Árabe do Egito, com fundamento no art. 19, inciso — III, alínea "b" da Constituição Federal, combinado com o art. 9º, inciso —IV, alínea "b" da Lei nº 5.172/66.
Quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano, não há por que reconhecer-se a imunidade, porquanto é de responsabilidade do atual proprietário do imóvel, que por sua vez está isento do pagamento do imposto, de acordo com os dispositivos da Convenção de Viena, Código Tributário Nacional e Código Tributário do Distrito Federal.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais para as devidas anotações e providências ulteriores.
Brasília, DF., em 11 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 054.368/76
Interessado: ENACO — EMPRESA NACIONAL DE CONSTRUÇÕES LTDA.

Usando da competência que me foi delegada pela Portaria de 20/08/69-SEF e tendo em vista o parecer da Divisão de Tributação, deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO em favor de Enaco - Empresa Nacional de Construções Ltda., quanto ao pagamento da Taxa de Fiscalização de Obras incidente sobre a construçõao de 32 (trinta e duas) casas tipo DF. 26. - I-3-83, na quadra QNL —15 , de Taguatinga-DF, de propriedade da SHIS - Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda, de que trata o contrato CONT/-SHIS/GS/SJ/Nº 003/76, com fundamento no art. 120 do Decreto-lei nº 82/66, combinado com o art. 1º do Decreto nº 983, de 22/04/69.
Cientifique-se o interessado, publique-se e encaminhe-se à Divisão da Receita de Brasília, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 11 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO Nº.: 033.446/75
INTERESSADA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA — TERRACAP

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 -SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA - TERRACAP, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre os imóveis abaixo relacionados: Setor de Rádio e Televisão Norte Lote "F", Setor de Rádio e Televisão Norte "G", Setor Industrial Q.02, Lote 520, Setor Industrial Q. 02, lotes 07 e 08; SAS Q.5 Lote 1—A, Area Esp. nº. 13 Setor "G" Norte SC; Setor de Clubes esportivos Sul Lote 4/1 B - Acrescimo Setor de Clubes Esportivos Sul 4/1 C, de acordo

com o disposto no inciso VIII do art. 3° da Lei n°. 5.861/72.
Restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
BRASILIA, 25 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N° : 033.445/75
INTERESSADA: COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA — TERRACAP

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor da COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA — TERRACAP, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre os imoveis abaixo relacionados: SHL/NORTE Lote n° 9; Setor de Garagens e Transportes Coletivos, Lote n°. 04; Setor de Garagem e Transportes Coletivos, Lote 4-A; AE 11, p/industria, Lotes n°s. 08,09, 11,12,13, 14,15,16 e 17; Setor Leste Industrial Q. 02, Lote n°. 220; SAU/SUL Q. 06, Lotes : 07 e 08: Setor Com. Norte-CN 02, Lote "F" e Setor Res. de Ind. e Abast. QE 28, Area "M", de acordo com o disposto no inciso VIII, do art. 3° da Lei n°. 5.861/72.
Restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Economico.-Fiscais, para as devidas anotações e providencias.
Brasília, 10 de maio de 1976.

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N° : 033.444/75
INTERESSADA : COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA— TERRACAP

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor da COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA "TERRACAP", quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territotir al Urbano, incidente sobre os imóveis abaixo relacionados: Q. 04, Lotes n°s. 580, 600, 500, St. Leste Industrial; Q. 06, Lotes n°s. 1100, 1120, 1140, 1160, 1180, 1200, 1220, 1240; e 1260; Q. 02, Lotes 860, 880, 900, 920, 120, 620, St. Leste Industrial; Q. 05, Lotes n°s. 520, 540, 700, 840, 860, St. Leste Industrial; "TAGUATINGA": Q. 25, Lotes n°s. 31, 32, 33, 34, Setor Industrial ; Q. 23, Lotes n°s. 40, 41 e 42 - Setor Industrial; PLANO PILOTO : AE SQ/Sul 415, (IGREJA), de acordo com o disposto no inciso VIII, do art. 3° da Lei n°. 5.861/72.
Restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Economico-Fiscais, para as devidas providencias.
BRASÍLIA, 18 de maio de 1976

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N° : 032.803/76
INTERESSADA : COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA — TERRACAP

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69—SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor da COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA — TERRACAP, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidente sobre os imoveis abaixo relacionados: Setor Industrial Q. 04, Lote 500; Setor Industrial Q. 04, Lotes 0580, 600; Setor Industrial Q. 02, Lotes 900, 920; Setor Industrial Q. 02, Lotes 860, 880; Setor Industrial Q. 02, Lotes 120, 620; Setor Industrial Q.05, Lotes 520, 540, 700, 840, 860; Setor Industrial Q. 06, Lotes 1110, 1120, 1140, 1160, 1180, 1200, 1220, 1240, 1260; Setor de Inflamáveis, Lote 14; Lote D - SHD, CS/Planaltina; QI 25, Lotes 31, 32, 33 e 34; (TAGUATINGA); QI 23, Lotes 40 , 41 e 42, TAGUATINGA; PLANO PILOTO: AE/SQ/SUL 415, (IGREJA), de acordo com o disposto no inciso VIII do art. 3° da Lei n°. 5861/72.
Restitua-se à Divisão de Cadastro e Informações Economico-Fiscais, para as devidas anotações e providencias.
Brasilia, 10 de maio de 1 976.
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°.: 053.489/76

INTERESSADO: ALVARO CAETANO DOS REIS

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de ÁLVARO CAETANO DOS REIS, quanto ao pagamento do IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, relativa ao exercício de 1976, incidente sobre o imóvel localizado à SQS 414, BLOCO "F", APARTAMENTO N°. 105, de acordo com o disposto no artigo 2°., da Lei n°. 5.755, de 03.12.71.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
BRASILIA, 31 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°.: 001.042/75
INTERESSADO: SABINO CARDOSO DE LIMA

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 - SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, DEIXO DE RECONHECER A ISENÇÃO, em nome de SABINO CARDOSO DE LIMA, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao exercício de 1972, por ter sido requerida fora do prazo, de acordo com o disposto no parágrafo 1°., art. 179, da Lei n°. 5172/66.
Publique-se, cientifique-se ao interessado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, para as devidas anotações e providências.
BRASÍLIA, 31 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO N°.: 002.221/76
INTERESSADO: JOÃO DE NORONHA REBOUÇAS

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em nome de JOÃO DE NORONHA REBOUCAS, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativa ao exercício de 1976, incidente sobre o im localizado a SQN 404, Bloco "F" (22), Apartamento n°. 102, de acordo com o disposto no rtigo 2° da Lei n°. 5.755, de 3.12.71.
Publique-se, cientifique-se ao in- essado e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais para as devidas anotações e providências.
BRASILIA, 31 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo n°: 006.709/75
Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Gênero: Consulta DT N° 25/76 (402)

EMPRESA PUBLICA IMUNIDADE

A empresa Brasileira de Correios e Telégrafos goza de imunidade quanto aos ISS por força do Decreto-Lei n° 509/69, e art. 19, parágrafo 2°, da Constituição Federal.
A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos apresenta consulta nos seguintes termos:
Constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação de serviço pela ECT; a particular, quanto a publicidade a ser colocada na parte externa das suas caixas coletoras instaladas nas vias públicas?
E o relatório.
A consulente é empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações, executando e controlando em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território Nacional. Assim sendo gozo de imunidade tributária face ao art. 12. do Decreto-Lei 509/59 que dispõe: "Art.12-A ECTgozará de isenção de direitos de importação de materiais e equipamentos destinados aos seus serviços, dos privilégios concedidos à Fazenda Pública, quer em relação à imunidade tributária, direta ou indireta, impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, quer no concernente a foro, prazos e custas processuais". (Grifamos).
Consta do preâmbulo do referido Decreto-Lei: 'O presiente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1°do artigo 2° do Ato Institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta: "
Assim evidencia-se o declarado caráter de Norma Complementar. Observe-se que o Congresso Nacional fora posto em recesso, e todas as atribuições Legislativas estavam com o Presidente da República por força do Ato Institucional n° 5.
Como Lei ordinária Federal, o referido Decreto-Lei só poderia conceder isenção de impostos de competência da União, mas com força de Lei Complementar, observe-se o parágrafo 2° do Artigo 19 da Emenda Constitucional n° 01/69:
"Art. 19 (...)
Parágrafo 2° - A União mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional poderá conceder isenções de impostos Estaduais e Municipais".
"
Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu livro "Comentários à Constituição Brasileira", comentando o referido Parágrafo 2° assim se expressa:
"Incumbindo a União de promover o desenvolvimento econômico Nacional, a Constituição neste passo, a autoriza a estabelecer, por meio de lei complementar, isenções de impostos estaduais e municípais, em favor de empresa ou determinadas empresas, de relevante interesse econômico ou social".
Assim, com base no art. 19, parágrafo 2° da Constituição Federal, e art. 12 do Decreto-Lei n° 509/69 entendemos imune de tributação, no que se refere ao ISS a referda empresa pública.
E o parecer sub-censura.
Brasília-DF, 29 de abril de 1976
SANDRA FURTADO AYRES
Fiscal de Tributo
Mat. 7518
Aprovo o parecer supra. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.
Em, 18 de maio de 1976
BALTAZAR AMORIM DA SILVA
Diretor da Divisão de Tributação
VISTO: Cientifique-se o interessado, e publique-se
Em, 2 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo n°: 22.765/75
Firma: PROTEGE — Comércio - Indústria e Representações Ltda
Gênero: Consulta DT N° 21/76 (401)
Assunto: Formula consulta se sua atividade está sujeita à incidência do ICM.

Versa o presente processo sobre consulta referente à incidência do ICM na fabricação de galpões em estrutura metálica, indagando:
a) caso esteja sujeita à incidência do ICM, sob que parcela da obra?
b) se estiver sujeita ao ICM, terá direito ao crédito de ICM, na aquisição de mercadorias, mesmo que compradas de revendedores.
Muito embora o problema proposto esteja previsto na legislação tributária local, vale esclarecer que o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, tem como fato gerador, a saída destas de estabelecimento - comercial, industrial, ou produtor.
Tratando-se, pois, de fabricação de galpões em estrutura metálica, conforme seu petitório, indubitavelmente que o fato gerador do imposto terá como base de cálculo o valor da operação de que decorrer a saída de mercadoria e tem o suporte fático legal no Regulamento aprovado pelo Decreto n° 1.697, de 27 de maio de 1971, artigos 1° I, e 10, I, sem que, para determinação do montante tributável, seja abatido quaisquer despesas decorrentes da fabricação.
Pelo princípio constitucional da não-cumulatividade do imposto, o qual se acha também consagrado em nossa legislação fiscal, que determina que o pagamento do tributo far-se-á pela diferença apurada entre o imposto devido - pelas mercadorias saídas e o pago relativamente às mercadorias entradas no estabelecimento, para comercialização ou industrialização, tem o consulente direito ao aproveitamento do crédito fiscal das matérias - primas empregadas no processo de fabricação dos galpões em estrutura metálicas, na forma do artigo 11, I, do RICM.
Em relação às normas procedimentais serão obedecidas aquelas previamente estabelecidas no RICM e no Sistema Nacional Integrado de Informações - Econômico-Fiscais que o acompanha.
É o parecer "sub-censura".
Brasília, 19 de maio de 1976
ANTONIO LUIZ BARBOSA
Ag. Fiscal de Tributos
mat. 7860
Aprovo o parecer supra. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.
Em, 19 de maio de 1976
BALTAZAR AMORIM DA SILVA
p/Diretor da Divisão de Tributação
VISTO:
Cientifique-se o interessado e publique-se.
Em, 24 de maio de 1976
BENEDITO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo n° 029.016/73
Interessado : PIBIGAS DO BRASIL S.A.
Gênero: Consulta DT n° 24/76 (401)
Assunto : Pede esclarecimento sobre aliquota do ICM nas operações interestaduais.

As aliquotas do ICM sao as previstas no Decreto n° 2.779, de 04/12/74,
A fls. 01, retro, a consulente pede ..."esclarecimento do art. 8°, incisos I e II, do Decreto n° 1.697/71..." a fim de "...dirimir dúvidas sobre o ICM nas operações interestaduais..."
É o relatorio.
O solicitado - fixação de aliquotas de ICM nas operações interestaduais - tem resposta nos atos normativos seguintes:
a) - até 31/12/74, as aliquotas eram fixas no Regulamento do ICM, aprovado pelo Decreto n° 1.697/71;
b) - a partir de 01/01/75, pelo Decreto n° 2.779/74, as aliquotas passaram a ser de 12% (doze por cento) em 1975 e de 11% (onze por cento) em 1976.
Quanto ao entendimento consubstanciado no acordão do Supremo Tribunal Federal no RE 72.285, prolatado em março de 1973, a legislação local não foi alterada.
É o parecer.

Brasília, 29 de janeiro de 1976.

JOSÉ PALMA FILHO
Fiscal de Tributos - Matr. 2137.
Aprovo o parecer supra. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.
Em 18 de maio de 1976.
BALTAZAR AMORIM DA SILVA
Diretor da Divisão de Tributação
VISTO:
Cientifique-se o interessado e publique-se.
Em 24 de maio de 1976.

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo n° 26.423/75
Interessado: H.P. MENDES COMÉRCIO INDUSTRIA LTDA.
Gênero: Consulta DT 28/76
Assunto : Enquadramento de atividade de prestação de serviço

Cópias em "off-set" se enquadram no subgrupo 05- Serviços Fotograficos, Cinematograficos e Afins e Reproduções de Documentos - Código de Atividade: 105.108.3 - Cópias e documentos e outros papeis, plantas e desenhos, por qualquer processo.
A consulente, na inicial, pergunta sobre se as cópias em "off-set" se enquadram em "Outros Serviços não Especificados" da Instrução n° 08/74-DPR, na codificação 10.6.199.2.
É o relatorio.
A resposta à formulação é pela negativa, pois, é de notar-se que a codificação indicada está dentro do subgrupo 06—Serviços Gráficos e Editoriais, nao se ajustando ao pretendido porque o serviço prestado se enquadra, mais especificamente, no subgrupo, 05—Serviços Fotograficos, Cinematograficos e Afins e Reproduções de Documentos - Código de atividade: 105.108.3 - Cópias de documentos e outros papeis, plantas e desenhos por qualquer processo, atividade prevista no ítem 51 da Lista de

Serviços, anexa ao Regulamento do ISS.
É o parecer.
Brasilia, 04 de fevereiro de 1976.
JOSÉ PALMA FILHO
Fiscal de Tributos - Matr. 2137
Aprovo o parecer supra. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.
Em 18 de maio de 1976

BALTAZAR AMORIM DA SILVA
Diretor da Divisao de Tributação
VISTO: Cientifique-se o interessado e publique-se.
Em 24 de maio de 1976.

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº 023.229/74
Interessado : UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
Gênero: Consulta DT nº 27/76 (402)
Assunto: Incidancia de Impostos sobre Serviços e Taxas
Estabelecimento bancário está sujeito ao ISS e a taxas, na forma estabelecida na legislação fiscal.
AA requerente de fls. 01, retro, União de Bancos Brasileiros S.A., faz consulta sobre "Taxa de Licença para localização, Funcionamento, Instalações e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza" e se há sujeiçao à sua incidencia.
No que diz respeito a taxas, apesar da imprecisão da consulta, é de se informar que a sua cobrança está prevista no Decreto-Lei nº. 82/66, artigos 114 e 125 e é feita segundo coeficientes estabelecidos nestes dispostivos.
As taxas codificadas são devidas por todos aqueles que solicitam ou utilizem serviços prestados pela administração pública, que constituam fato gerador das mesmas.
O estabelecimento bancário consulente, sob o aspecto fiscal, está sujeito:
a) às taxas referidas nos dispositivos citados, desde que requeira a prestação de serviço ou pratica de atos administrativos previstos nessas normas legais;
b) ao ISS, dentro do estipulado no Parecer Normativo PN/DT-D/001/72, no qual está casuistica e exaustivamente examinado quando se dá a sua incidencia. O referido parecer foi publicado no "Distrito Federal" de 01/11/72, página 23.
Finalmente, esclarecemos que ao contribuinte não se aplica o disposto no artigo 144, do Decreto lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, por não ser a materia consultada de natureza controvertida.
Em 21 de janeiro de 1976.

JOSÉ PALMA FILHO
Fiscal de Tributos Matr. 2137

Aprovo o parecer retro. Encaminhe-se ao Departamento da Receita. Em 18 de maio de 1976. BALTAZAR AMORIMDA SILVA, Diretor da Divisão de Tributação
VISTOS: Cientifique- se o interessado e publique- se. Em 24 de maio de 1976. BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA, Diretor do Departamento da Receita.

Processo nº: 23.065/75
Interessado: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO GAMA
Assunto: Consulta sobre incidência de imposto - ICM, em devolução - ou retomada de mercadorias, por inadimplência do devedor.

CONSULTA DT Nº 22/76 (401)

Senhor Chefe,

Versa o presente processo sobre pedido de entidade supra, órgão representativo dos comerciantes e industriais da Região Administrativa do Gama, acerca da incidência ou não do ICM nas operações de devoluções de mercadorias e quando o recebimento de objetos usados como entrada por venda de mercadorias.
Esclarece ainda que as vendas de mercadorias a prazo variam de 6 a 24 meses, e que diversos clientes, por motivos os mais variados, devolvem-nas. O principal deles é a falta de pagamento das prestações, por isso protesta por entendimento desta Seção quanto à sistemática de crédito e débito nessas operações.
O peticionário, muito embora não tenha feito esclarecimentos sobre a maneira de efetuarem seus associados as vendas a prazo, se financiadas por instituições financeiras legalmente constituídas ou por financiamento do próprio contribuinte, analisaremos o problema proposto por dois ângulos.
Na saída de objetos usados, recebidos a título de entrada, incidirá o ICM. Desde que se refiram a máquinas, aparelhos ou veículos, a base de cálculo, na saída, é reduzida em 90% (noventa por cento). Também deverão estar devidamente registrados no livro de Entrada de Mercadorias. Excetuam-se as peças e acessórios aplicados nos bens a que se refere o artigo 10, parágrafo 9º, do RICM e não gozarão dos benefícios nele previsto, isto é, da redução da base de cálculo.
Também não poderão ser abatidas do valor das saídas de mercadorias novas ou usadas, aquelas recebidas a título de entrada, pois são consideradas aquisição de mercadorias.
Tal dispostivo, dispõe:
"Art. 10....
.....
Parágrafo 9º. - Nas saídas dos seguintes objetos usados: máquinas, aparelhos ou veículos, que tenham dado entrada para comercialização e cujas entradas, regularmente registradas, não tenham sido oneradas pelo imposto de circulação de mercadorias, a base de cálculo será correspondente a 10% (dez por cento) do valor da operação de que decorrer a saída. As peças e acessórios aplicados nos bens a que se refere esta disposição, não gozarão do benefício nela previsto".

Dispõe o artigo 1º do Decreto-Lei nº 406/68 - "in verbis":
"Art. 1º - O imposto não-incide:
I.....
II - sobre a alienação fiduciária em garantia.
De outro lado, em nosso Código Tributário, a garantia do privilégio fiscal acha-se definido no seu artigo 40: II, e no seu Regulamento referente ao ICM, no artigo 6º, II.
O imposto de circulação de mercadorias não incide também na operação posterior ao vencimento do contrato de financiamento, efetuada pelo credor em razão do inadimplemento do devedor face ao disposto no artigo 52, Parágrafo 3º, inciso II, da Lei nº 5.172/66, com a nova redação do artigo 5º da Lei nº 5.589/70, prefalada.

O que daí se deduz é que o ICM não incidirá:
a) - sobre a transmissão de domínio feita pelo devedor fiduciante em favor do credor fiduciário através de instrumento contratual de garantia;
b) - sobre a transferência da posse da mercadoria objeto da garantia, em favor do credor fiduciário em virtude de inadimplência do fiduciante; e
c) - sobre a saída de mercadoria promovida pelo credor fiduciário a terceiros em virtude de inadimplência do devedor.
Entretanto, quando se tratar de vendas a prazo realizadas pelos próprios estabelecimentos comerciais ou industriais, essas operações não são atingidas pela citada Lei do Mercado de Capitais e pela legislação fiscal aplicável à espécie (não incidência do ICM), pois o artigo 66, parágrafo 1º, da Lei nº 4.728/65, define quais as mercadorias que são garantidas por alienação fiduciária, "in verbis"
"Art. 66....
.....
Parágrafo 1º - A alienação fiduciária em garantia somente se prova por escrito, e o seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, cuja cópia será arquivada no registro de títulos e documentos, sob pena de não valer contra terceiros, conterá o seguinte:
a) - o total da dívida ou sua estimativa;
b) a taxa de juros, se houver;
c) a descrição da coisa objeto da alienação e os elementos indispensáveis a sua identificação".
Nas vendas a prazo quando devolvidas ou reavidas as mercadorias por inadimplência, a entrada delas no estabelecimento não constitui fato gerador para efeito de tributação do ICM, mas a operação posterior, a saída, estará sujeita a este imposto.
A legislação fiscal do Distrito Federal não preceitua em que momento as mercadorias são consideradas usadas. Contudo, face ao disposto na norma do artigo 100, II, da Lei nº 5.172/66 e o artigo 99, do RICM, fica fixado o conceito dessas mercadorias - como norma complementar da legislação: o conceito de mercadoria usada independe do requisito cronológico, basta, que já tenha o produto sido - objeto de saída com destino a usuário final.
No que diz respeito à emissão do documentário - fiscal, toda vez que a firma ou empresa comercial ou industrial receber, em devolução ou reaver, mercadorias nas condições retrocitadas, deverá emitir a Nota Fiscal, Série "E", sem desque do ICM.
É o Parecer subcensura
Brasília-DF, 26 de abril de 1976
ANTONIO LUIZ BARBOSA
Ag. Fiscal de Tributos mat. 7800
Aprovo o parecer supra. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.
Em, 29 de abril de 1976.
BALTAZAR AMORIM DA SILVA
Diretor da Divisão de Tributação
VISTO: Cientifique-se o interessado e publique-se.
Em, 29 de abril de 1976
BENEDITO ONOFRE EVÀNGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO Nº.: 032973/75
INTERESSADO: IRMÃOS GRAVIA LTDA
ASSUNTO: Faz consulta a respeito de envio de esquadrias metálicas ao local da obra em outro Estado da Federação
CONSULTA DT Nº 23/76(401)

Devem integrar a base de calculo para incidência do ICM o fornecimento das esquadrias metálicas, mais o material tido como acessórios e destinado à complementação e sua colocação, quando incluída no preço. A circulação de bens do Ativo Fixo não tem incidência do ICM, quando se enquadre no disposto no art. 6º., inciso VII, do RICM.

A firma consulente de fls. 01 e 02 - IRMÃOS GRAVIA LTDA diz:
a) - fornecer "esquadrias metálicas de sua produção, bem como sua colocação no local de obra situada em BH - MG, cujo faturamento será globalmente tributado pelo ICM, em cada remessa";
b) - enviar como "semi-montado para, no local da obra, complementar sua montagem e proceder à sua colocação, motivo pelo qual "pequena" parte do material acessório, necessário à complementação e colocação do produto, embora integrando o valor da unidade faturada, com remessa simultânea mas separadamente no mesmo veículo";
c) - que, para atender a tal complementação da montagem precisa manter no local da obra algumas máquinas, equipamentos e ferramentas de pequeno porte, daí necessitando, vez por outra, da remessa... de componentes do ATIVO INDUSTRIAL...";
d) - que, em consequência "...pretende apor histórico na respectiva Nota Fiscal..." com a expressão de ressalva que indica;
e) - que, no que se refere aos utensílios mencionados (letra "c") "... pretende faturá-lo sob o fim a que se destinam com menção do seu retorno... e indicação "sem valor comercial", para fins de não tributação".
É o relatório.
A respeito, especificamente, do assunto tratado na letra "d" que é decorrência da letra anterior "c" - remessa de componentes do ATIVO INDUSTRIAL (algumas maquinas, equipamentos e ferramentas de pequeno porte), cumpre informar que a saída dos bens utilizados no Ativo Fixo, não estão sujeitos à incidência do ICM, desde que a entrada, regularmente registrada, não tenha gerado crédito fiscal, na forma do art. 6º., inciso VII, do Regulamento do ICM, que dispõe:
"Art. 6º. - O imposto (ICM) não incide sobre:
VII - a saída de bens imoveis, inclusive veiculos, utilizados em carater permanente ou duradouro na instalação, equipamento ou exploração do movimento comercial do proprio estabelecimento, desde que sua entrada, regularmente registrada, nao tenha gerado crédito fiscal".
Isto posto, cumpre concluir que:
1) - incide o ICM na saída de esquadrias metalicas, inclusive material acessorio destinado à montagem, sendo a base de cálculo o valor de que decorrer a saída das mercadorias (preço, mais despesas acessórias debitadas ao comprador ou destinatário) inclusive as de colocação.
2) - a saída de bens móveis, inclusive veículos, utilizados na exploração do movimento comercial do contribuinte, desde que a entrada, regularmente registrada, não tenha gerado credito fiscal, não está sujeita ao ICM.
3) - o contribuinte deve emitir Nota Fiscal, sem débito do ICM, na saída dos bens móveis referidos no item 2, supra, fazendo observação quanto à sua destinação e emita Nota Fiscal de Entrada, no retorno dos mesmos, sem crédito do ICM, fazendo a indicação do número e demais características da Nota Fiscal que acobertou a saída dos mesmos, observado o disposto no art. 6º., inciso VII, do RICM e os termos do art. 9º. do Anexo I, do referido RICM
É o Parecer.
Brasília, DF., 05 de maio de 1976
JOSÉ PALMA FILHO
Fiscal de Tributos
Matr. 2.137

PROCESSO Nº.: 032973/75
INTERESSADO: IRMÃOS GRAVIA LTDA
GÊNERO: CONSULTA DT Nº. 23/76 (401)
ASSUNTO: Faz consulta a respeito de envio de esquadrias metálicas ao local da obra em outro Estado da Federação
Aprovo o parecer retro. Encaminhe-se ao Departamento da Receita.
Em 18 de maio de 1976
BALTAZAR AMORIM DA SILVA
Diretor da Divisao de Tributação
VISTO: Cientifique-se o interessado e publique-se.
Em 24 de maio de 1976
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntário nº. 102/76
Recor ente: Padaria e Confeitaria Capacabana Ltda.
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DESPACHO DO JUIZ
Padaria e Confeitaria Copacabana Ltda, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal nº. 141.052/76, pertinente ao auto de infração nº 4.390/76, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 21 de maio de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 11)
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 4 de maio de 1976 (Recibo de fls. 10), 257 da lei nº. 4.191/62, combinado com os art. 34e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se
Brasília, 1º. de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº: 101/76
Recorrente: Roosevelt Teixeira da Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Roosevelt Teixeira da Silva, irresignado com a sentença de Primeira Instância prolatada no processo fiscal nº 141.193/76, pertinente ao auto de infração nº 5022/76, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 18 de maio de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 9).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 6 de maio de 1976 (Recibo de Fls. 8), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.
Brasília, 26 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntario nº. 29/76
Recorrente: Monoel Xavier do Nascimento
Recorrido: Serviço Autonomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Newton Egydio Rossi

ACORDÃO Nº. 74/76 — (1.471)

EMENTA: — INCOMPETÊNCIA — SLU — O Serviço Autônomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidade Satelites, cujo Código próprio de Edificações não se confunde com o de Brasilia.
INFRAÇÕES AO CODIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATELITES — COMPETENCIA PARA AUTUAÇÃO — A competência para autuar por infrações ao Código de Edificaçoes das Cidades Satelites, aprovado pelo Decreto nº. 944/69, e das respectivas Regiões Administra-

tivas, consoante o paragrafo único do art. 219, do Código citado.
AUTO DE INFRAÇÃO — NULIDADE — Nulo e o auto de infração e todo o processado se os atos praticados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou (art. 2°., paragrafo único, letra "a" da Lei n°. 4.717/65).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntario n°. 29/76, em que é Recorrente Manoel Xavier do Nacimento, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o Auto de Infraçao e, em consequência, todo o processado, nos termos das notas taquigráficas. Ausente a votação, justificadamente, o Juiz Walter Basniaki Linhares.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 18 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NEWTON EGYDIO ROSSI
Redator

Recurso Voluntário n°. 96/76
Recorrente Pedro Queiroz de Oliveira
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A firma individual Pedro Queiroz de Oliveira, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n°. 31.870/75, pertinente ao auto de infração n°. 30.571/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de abril de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 19), através de procurador devidamente habilitado (doc. fls. 12).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 8 de abril de 1976 (recibo de fls. 18), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n°. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se
Brasília, 24 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°.: 95/76
Recorrente: Pedro Queiroz de Oliveira
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A firma individual Pedro Queiroz de Oliveira, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n°. 31.867/75, pertinente ao auto de infração n°. 30.569/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de abril de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 34), através de procurador devidamente habilitadao (doc. fls. 21).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 8 de abril de 1976 (Recibo de fls. 33), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n°. 4.191/62, combinado com os art. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Distribua-se e Publique-se
Brasília, 24 de Maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°. 94/76
Recorrente Alfa Decorações Ltda
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO: DO JUIZ PRESIDENTE
A firma Alfa Decorações Ltda, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n°. 31.866/75, pertinente ao auto de infração n° 30.565/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de abril de 1976 (Registro de Protocolo Geral de Fls. 85), através de procurador devidamente habilitado (doc. fls. 79).
Recurso Tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 8 de abril de 1976 (Recibo de fls. 84), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n°. 4.191/62, combinado com os arts 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se
Brasília, 24 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°. 104/76
Recorrente: Maria Izabel da Silva
Recorrido: Serviço Autonomo de Limpeza Urbana
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Maria Izabel da Silva, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 141.100/76, pertinente ao auto de infração n°. 4.010/76, ofereceu recurso a esta egrégia junta em 26 de maio de 1976 (Registro do Protocolo Geral de Fls. 6).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 7 de maio de 1976 (Recibo de f.s 5), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n°. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se
Brasília, 1° de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n° 97/76
Recorrente: Pedro Queiroz de Oliveira
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A firma individual Pedro Queiroz de Oliveira, irresignada com a sentença de Primeira Instância prolatada no processo fiscal n° 31.872/75, pertinente ao auto de infração n° 30.567/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de abril de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 23), através de procurador devidamente habilitado (doc. fls. 14).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 08 de abril de 1976 (Recibo de fls. 22), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.
Brasília, 24 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°: 98/76
Recorrente: Alfa Decorações Ltda
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Alfa Decorações Ltda, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 30.885/75, pertinente ao auto de infração n° 30.566/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de abril de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 20), através de procurador devidamente habilitado (doc. fls. 10).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão ocorreu em 8 de abril de 1.976 (Recibo de fls. 19), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.
Brasília, 24 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°: 99/76
Recorrente: Pedro Queiroz de Oliveira
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A firma individual Pedro Queiroz de Oliveira, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 30.889/76, pertinente ao auto de infração n° 30.570/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de abril de 1.976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 52), através de procurador devidamente habilitado (dec. fls. 46).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 8 de abril de 1976 (Recibo de fls. 51), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.
Brasília, 24 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°: 100/76
Recorrente: Fofi Magazine Ltda
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Fofi Magazine Ltda, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 140.668/76, pertinente ao auto de infração n° 4.361/76, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 17 de maio de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 11).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 26 de abril de 1.976 (Recibo de fls. 10), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.
Brasília, 24 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

RECURSO VOLUNTARIO N°. 62/76
RECORRENTE: ANTONIO ARRAIS DE SANTANA
RECORRIDO: SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
RELATOR: JUIZ ADOLFO DIAS LOPES

ACORDÃO N°. 80/76 (1.477)

EMENTA: — INCOMPETENCIA — SLU — O Serviço Autônomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidades Satélites, cujo Código proprio de Edificações não se confunde com o de Brasília.

INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATELITES — COMPETENCIA PARA AUTUAÇÃO — A competência para autuar por infrações ao Código de Edificações das Cidades Satélites, aprovado pelo Decreto n°. 944/69, é das respectivas Regiões Administrativas, consoante o parágrafo único do art. 219, do Código citado.
AUTO DE INFRAÇÃO — NULIDADE — Nulo é o auto de infração e todo o processado se os atos praticados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou (art. 2°., parágrafo único, letra "a" da Lei n°. 4.717/65).

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntario n°. 62/76, em que é Recorrente Antonio Arrais de Santana, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o Auto de Infraçao e, em consequência todo processado, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 27 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
ADOLFO DIAS LOPES
Redator

RECURSO VOLUNTARIO N°. 64/76
RECORRENTE: CARLOS LUIZ PEREIRA LOPES
RECORRIDO: SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
RELATOR: JUIZ NELSON FERNANDES EUSTAQUIO

ACORDÃO N°. 79/76 (1476)

EMENTA: — INCOMPETENCIA — SLU — O Serviço Autônomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidades Satélites, cujo Código próprio de Edificações nao se confunde com o de Brasília.

INFRAÇÕES AO CODIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATELITES — COMPETENCIA PARA AUTUAÇÃO — A competência para autuar por infrações ao Código de Edificações das Cidades Satélites, aprovado pelo Decreto n°. 944/69, é das respectivas Regiões Administrativas, consoante o parágrafo único do art. 219,do Código citado.
AUTO DE INFRAÇÃO — NULIDADE — Nulo é o auto de infração e todo o processado se os atos praticados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou (art. 2°., parágrafo único, letra "a" da Lei n°. 4717/65).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 64/76, em que e Recorrente Carlos Luiz Pereira Lopes, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o auto de infração e, em consequência, todo processado, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF., em 27 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator

RECURSO VOLUNTARIO N°. 54/76
RECORRENTE: ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS
RECORRIDO: SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
RELATOR: JUIZ UBALDO ATAIDE CAVALCANTE

ACORDÃO N°. 77/76 (1.474)

EMENTA: — INCOMPETENCIA — SLU — O Serviço Autônomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidades Satélites, cujo Código próprio de Edificações não se confunde com o de Brasília.
INFRAÇÕES AO CODIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATELITES — COMPETENCIA PARA AUTUAÇÃO — A competência para autuar por infrações ao Código de Edificações das Cidades Satélites, aprovado pelo Decreto n°. 944/69, é das respectivas Regiões Administrativas, consoante o parágrafo único do Art. 219, do Código citado.
AUTO DE INFRAÇÃO — NULIDADE — Nulo é o auto de infração e todo o processado se os atos praticados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou (art. 2°., parágrafo único, letra "a" da Lei n° 4.717/65).

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 54/76, em que é Recorrente Antonio Pereira dos Santos, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o Auto de Infração e, em consequência, todo processado, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Nelson Fernandes Eustaquio.

Sala das Sessões-Brasília-DF., em 27 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
UBALDO ATAIDE CAVALCANTE
Redator

Recurso Voluntário n°. 66/76
Recorrente: Joaquim Galdino da Costa
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante

ACÓRDAO N°.: 78/76 (1.475)

EMENTA:

- INCOMPETENCIA — SLU - O Serviço Autônomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidades Satélites, cujo Código próprio de edificações não se confunde com o de Brasília.
INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATÉLITES — COMPETENCIA PARA AUTUAÇÃO — A competência para autuar por infrações ao Código de Edificações das Cidades Satélites, aprovado pelo Decreto n° 944/69, é das respectivas Regiões Administrativas; consoante o parágrafo único do art. 219, do Código citado.

AUTO DE INFRAÇAO — NULIDADE - Nulo é o auto de infração e todo o processado se os atos praticados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou. (art. 2°., parágrafo único, letra "a", da Lei n°. 4.717/65).

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n°. 66/76, em que é Recorrente Joaquim Galdino da Costa, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o auto de infração e, em consequência, todo processado, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação, justificadamente, o Juiz Adolfo Dias Lopes.

Sala das Sessões - Brasília - DF., em 27 de maio de 1976.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

UBALDO ATAIDE CAVALCANTE
Redator.

Recurso Voluntário n°. 398/74
Recorrente: ENCOL S/A., Engenharia, Comércio e Indústria
Recorrido: Departamento da Receita
Relator: Juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante

ACÓRDAO N°.: 76/76 (1.473)

EMENTA:

- MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTO FISCAL — INTEGRAÇAO DOLOSA NO MOVIMENTO COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL — Consideram-se integradas, dolosamente, no movimento comercial do Distrito Federal, as mercadorias encontradas em depósito clandestino sem a necessária documentação fiscal.

DEPÓSITO CLANDESTINO — INEXISTENCIA DE INSCRIÇÃO - A utilização de depósito sem a necessária inscrição constitui infração formal, sujeitando-se o infrator à penalidade prevista no art. 73, item III letra "a" do Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, aprovado pelo Decreto n°. 1.697/71.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n° 398/74, em que é Recorrente ENCOL S/A.-Engenharia, Comércio e Indústria, Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à maioria, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Foi voto vencido, em parte, o do Juiz Newton Egydio Rossi, que dava provimento parcial ao recurso. Declararam-se impedidos de discutir e votar os Juizes Adolfo Lopes e Nelson Fernandes Eustáquio. Ausente à votação, justificadamente, o Juiz Walter Basniaki Linhares.

Sala das Sessões- Brasília-DF., em 27 de maio de 1976

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente.
UBALDO ATAIDE CAVALCANTE
Redator.

Recurso Voluntário n°. 142/73
Recorrente: Goiás Refrigerantes S/A.
Recorrida: Divisão de Tributos Diversos

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
Goiás Refrigerantes S/A, irresignada com a sentença de Primeira Instância prolatada no processo fiscal n°. 3.261/71, pertinente ao auto de infração n°. 21.307/71, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 29 de outubro de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 89).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 17 de outubro de 1974 (Recibo de fls. 78), e evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n°. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.

Brasília, 2 de junho de 1976

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°. 105/76
Recorrente: Helio Pires Martins
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Helio Pires Martins irresignado com a sentença de Primeira Instância prolatada no processo fiscal n°. 140.553/76, pertinente ao auto de infração °. 4623/76, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de maio de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fsl. 9).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu na mesma data (Recibo de fls. 8), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n°. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Distribua-se e Publique-se
Brasília, 03 de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário n°: 55/76
Recorrente: Lourival Soares de Mendonça
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio

ACÓRDAO N° 75/76 (1.472)

EMENTA: — INCOMPETÊNCIA—SLU - O Serviço Autônomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidades Satélites, cujo Código próprio de Edificações não se confunde com o de Brasília.
INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATÉLITES — COMPETÊNCIA PARA AUTUAÇÃO - A competência para autuar por infrações ao Código de Edificações das Cidades Satélites, aprovado pelo Decreto n° 944/69, é das respectivas Regiões Administrativas, consoante o parágrafo único do art. 219, do Código citado.
AUTO DE INFRAÇÃO — NULIDADE — Nulo é o auto de infração e todo o processado se os atos praticados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou (art. 2°, parágrafo único, letra "a", da Lei n° 4.717/65).

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n° 55/76, em que é Recorrente Lourival Soares de Mendonça, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o auto de infração, e, em consequência, todo o processado, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi.
Sala das Sessões - Brasília-DF., em 20 de maio de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO
redator

Recurso Voluntário n° 43/76
Recorrente: Brasília Palace Serviços Buffet Ltda.
Recorrido: Departamento da Receita
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes

ACORDÃO N° 82/76 (1.479)

EMENTA : — FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E OUTRAS MERCADORIAS NOS RESTAURANTES — COBRANÇA DE ICM — LEGITIMIDADE — É legitima a cobrança de ICM sobre o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias nos restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares, visto que o referido fato gerador está previsto no Decreto-lei n° 82/66 (Sistema Tributário do Distrito Federal) e, no Decreto n° 1.697/71 que regulamenta o imposto sobre a circulação de mercadorias no Distrito Federal.
SOBRESTAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL — MANDADO DE SEGURANÇA — Mandado de Segurança não interrompe o prosseguimento do Processo Administrativo Fiscal tendente à constituição do crédito tributário sobre o qual versa a medida judicial, mormente quando haja sido denegada a segurança.
JUROS MORATÓRIOS — Para a exigência de juros de mora sobre o tributo, à falta de regra especifica na lei local, aplica-se o disposto no art. 161, do Código Tributario Nacional (Lei n° 5.172/66) face ao que preceitua o art. 218, do Sistema Tributário do Distrito Federal (Decreto-lei n° 82/66).
CORREÇÃO MONETÁRIA — JUROS DE MORA — As quantias decorrentes dos juros de mora são impassiveis de atualização monetária, pois o art. 199 do Decreto-Lei 82/66, determina a correção monetária apenas dos valores oriundos de tributos e penalidades.
CORREÇÃO MONETÁRIA — MULTA FISCAL — A correção monetária aplicável aos tributos não atinge a multa fiscal antes da sua *imposição por sentença* imutável administrativamente.
CORREÇÃO MONETÁRIA — EXECUÇÃO DE DECISÃO — DÍVIDA ATIVA — REMESSA DE CERTIDÃO À COBRANÇA EXECUTIVA — MULTA FISCAL — Vencido o prazo para pagamento da condenação e inscritos os valores em Dívida Ativa com a remessa da certidão à cobrança executiva, cabe à 2ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, ainda em via administrativa, decidir sobre a atualização monetária das importancias referentes às multas fiscais, considerada no entanto, a data da inscrição (art. 278, VII. da Lei n° 4.191/62).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n° 43/76, em que é Recorrente Brasília Palace Serviços Buffet Ltda., Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, rejeitar a arguição de nulidade do Auto de Infração por entender existir previsão legal para a espécie. Ainda, em preliminar, à unanimidade, rejeitar a arguição de sobrestamento do feito, por falta de amparo legal, consoante jurisprudência consubstanciada no Acórdão n° 260/75. No merito, também, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial no sentido especifico de excluir a correção monetária incidente sobre juros de mora e, ainda excluir, nesta fase administrativa, a correção monetária sobre a multa fiscal, tudo nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação, justificadamente, o Juiz Walter Basniaki Linhares,
Sala das Sessões-Brasília-DF, em 1° de junho de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

ADOLFO DIAS LOPES
Redator

Recurso Voluntário n° 63/76
Recorrente: Maria Alves da Silva
Recorrido : Serviço Autonomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Junior

ACORDÃO N° 81/76 (1.478)

EMENTA — INCOMPETENCIA — SLU — O Serviço Autonomo de Limpeza Urbana é incompetente para autuar os infratores das normas de posturas das Cidades Satelites, cujo Código proprio de Edificações não se confunde com o de Brasilia.
INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DAS CIDADES SATÉLITES — COMPETENCIA PARA AUTUAÇÃO — A competência para autuar por infração ao Codigo de Edificações das Cidades Satelites, aprovado pelo Decreto n° 944/69, é das respectivas Regiões Administrativas, consoante o parágrafo único do art. 219, do Código citado.
AUTO DE INFRAÇÃO — NULIDADE — Nulo é o auto de infração e todo o processado se os atos particados não se incluem nas atribuições legais de quem os praticou (art. 2°, parágrafo único, letra "a" da Lei n° 4.717/65).
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário n° 63/76, em que é Recorrente Maria Alves da Silva, Recorrido Serviço Autonomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o auto de infração e, em consequencia, todo processado, nos termos das notas taquigráficas.

Sala das Sessões-Brasilia-DF., em 01 de junho de 1976

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator

ATA DA SESSÃO ORDINARIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

As 15h. do dia 23 de março de 1976, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury da Silva Ramos e presentes os Juízes Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 18 de março de 1976. Foi lido para conhecimento do Plenário, ofício remetido pelo Sr. Francisco Leocádio Araújo Pinto, Presidente da Fedração das Industrias de Brasília, acusando e agradecendo o recebimento do expediente formulado por este Tribunal, por ocasião de sua reeleição à Presidência da referida entidade. Foram distribuídos os seguintes Recursos Voluntários: 54/76; sorteado para relator o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante; 57/76; sorteado para relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior; 53/76; sorteado para relator o Juiz Newton Egidio Rossi; 55/76; sorteado para relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Foram conferidos os acórdãos ns. 25/76; 26/76 e 27/76, referente aos seguintes recursos: Ex Officio n°.s 126/75 e 152/75 e Voluntário n. 168/75, respecitamente. Da pauta de julgamento do dia constou: Para início de votação: RV-193/75, em que é recorrente José Ribamar Neiva e Cia. Ltda, referida Secretaria de Viação e Obras e relator o Juiz Adolfo Lopes. Concluido o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Redator para o acordão o Juiz Adolfo Lopes. RV-02/76, em que é recorrente Condomínio do Edificio Cine Venâncio Junior, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar pprovimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Redator para o acordão o Juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante. A seguir, o Juiz Newton Egydio Rossi solicitou licença ao Sr. Presidente para se ausentar da sessão naquele instante, por ter sido chamado para audiência com o Exmo. Sr. Secretário de Serviços Sociais do Distrito Federal, no que foi atendido. RV-06/76, em que é recorrente Nair Alves Vieira, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator o Juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante. Concluído o julgamento, foi proferida de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recursos para declarar nulo o auto de infração e, em consequência, todo o processado, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acordão o Juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante.

Ausentes à votação os Juízes, Nelson Fernandes Eustáquio e Newton Egydio Rossi, este de forma justificada. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra ordinária para o dia 25 de 1976, às 15 horas., por nada mais constar eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 25 de março de 1976, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Resp. Fazenda) - WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) - NELSON FERNANDES EUSTAQUIO (Juiz) - NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz) - UBALDO ATAIDE CAVALCANTE (Juiz Suplente) - ADOLFO DIAS LOPES (Juiz) - ISAURO CARNEIRO FILHO (Juiz Suplente) - JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz) - AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS (Juiz Presidente)

SECRETARIA DE EDUÇAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 03 DE JUNHO DE 1976

O Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o item VI do artigo 1º, do Decreto "E" nº 340, de 12/12/67 e tendo em vista o disposto no artigo 16 do Decreto nº 2.951, de 22/07/75,

RESOLVE:

Designar LUCILIA BERLIM KREUTZ, Técnico em Assuntos Educacionais, código NS- 718.4, matrícula nº 3.053, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Autenticação da Vida Escolar da Divisão de Orientação e Assistência, do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação e Cultura, a contar da data da publicação desta Portaria, até o dia 29/08/76, em virtude da titular se encontrar em gozo de licença para tratamento de saúde.

Distrito Federal, 03 de junho de 1976.

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS, Secretário de Educação e Cultura - Substituto -

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Mapa de frequência dos Conselheiros

MAIO

Mês de ..... de 1976.

MEMBROS	ORDEM DAS SESSÕES E DATA DA REALIZAÇÃO												
	MATRICULA	C.E. 5/5	S.O. 5/5	C.E. 12/5	S.O. 12/5	C.P. 18/5	S.O. 19/5	C.P. 25/5	C.E. 26/5	S.O. 26/5			
ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA	6539	-	-	C	C	C	C	-	-	-			
CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA		C	C	C	C	-	C	-	C	C			
ECILDA RAMOS DE SOUZA	3846	-	-	-	-	-	-	C	-	-			
EUDALDO SILVA LIMA	83303	C	C	C	C	C	C	C	C	C			
GILDO WILLADINO	3946	C	C	C	C	C	C	C	C	C			
JOSEPHINA DESCOURET BAIOCCI		C	C	C	C	C	C	C	C	C			
JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH		C	C	C	C	-	C	-	C	C			
JÚLIO CESAR SANTOS		C	C	C	C	-	C	-	C	C			
PAULO VICENTE GUIMARÃES		C	C	-	-	C	C	-	C	C			
SÉRGIO FARIA		C	C	C	C	-	C	-	-	-			
STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS	3571												
TOTAL		08	08	08	08	05	09	04	07	07			

OBSERVAÇÕES:

* LICENCIADA

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria Geral

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Presidente

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS

MAPA DE FREQUÊNCIA — Mês de MAIO .....de 1976...

MEMBROS	ENTIDADE	ORDEM DAS SESSÕES E DATA DE REALIZAÇÃO										TOTAL
		110ª S.O. 4/5	111ª S.O. 11/5	112ª S.O. 18/5	113ª S.O. 25/5							
AYRTON PINHEIRO DE ALMEIDA	UNAF	P	P	P	P							
EUDALDO SILVA LIMA	PRESIDENTE	P	P	P	P							
JOSÉ BURVAL DE ARAUJO LIMA	D.I.E.	P	P	P	P							
JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH	AEPE	P	P	P	P							
LORIVAL VIEIRA FERNANDES	SUNAB	P	P	P	P							
PAULO GALANTE	CNTEEC	P	P	P	P							
ISIS DE MARIA LOPES G. FERREIRA	D.I.E.	P	P	P	-							
TOTAL		06	06	06	05							

OBSERVAÇÕES:

Elaborado em ..... Visto em .....

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"
PAPELETA: 0798/76—GDF
SERVIDOR: JOÃO JOSÉ RIBEIRO
MATRICULA: 463
Período: 20.03.76 a 15.04.76

PAPELETA: 0776/76—GDF
SERVIDOR: HORACIO FERNANDES DIAS
MATRICULA: 0763
Período: 17.03.76 a 15.04.76

PAPELETA: 0949/76—GDF
SERVIDOR: JOSÉ ALCIDES ALVES GOUVEIA
MATRICULA: 2662
Período: 31.03.76 a 30.04.76

PAPELETA: 00499/76—SM
SERVIDOR: LILA DE ALMEIDA
MATRICULA: 3031
Período: 02.04.76 01.05.76

PAPELETA: 00456/76—SM
SERVIDOR: MARIA EDENY P. COSTA GOMES
MATRICULA: 3161
Período: 01.04.76 a 30.04.76

PAPELETA: 0784/76—GDF
SERVIDOR: MARIA SILVA FRANÇA
MATRICULA: 3299
Período: 26.02.76 a 24.06.76

PAPELETA: 00343/76—SM
SERVIDOR: JOSÉ GUEDES DE BRITO
MATRICULA: 495
Período: 14.03.76 a 12.04.76

PAPELETA: 0831/76—GDF
SERVIDOR: HUMILES PINHEIRO DOS SANTOS
MATRICULA: 2580
Período: 02.03.76 a 01.04.76

PAPELETA: 0747/76—SM
SERVIDOR: LEUZINA CUNHA GONÇALVES
MATRICULA: 3027
Período: 06.03.76 a 15.05.76

PAPELETA: 00348/76—SM
SERVIDOR: MARIA BENEDITA DA CONCEIÇÃO
MATRICULA: 3121
Período: 22.03.76 a 04.04.76

PAPELETA: 00457/76—SM
SERVIDOR: MARIA HELENA G. IBIAPINA
MATRICULA: 3196
Período: 04.04.76 a 13.04.76

"LICENÇA GESTANTES NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00347/76—SM
SERVIDOR: MARIA DE ARAUJO M. OLIVEIRA
MATRICULA: 3113
Período: 18.03.76 a 17.07.76

"LIC. M. D. P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00455/76—SM
SERVIDOR: MARIA APARECIDA M. MENDONÇA
MATRICULA: 3108
Período: 01.04.76 a 15.04.76

PAPELETA: 00355/76—SM
SERVIDOR: MARLENE PARENTE CARVALHO
MATRICULA: 3330
Período: 23.03.76 a 26.03.76

PAPELETA: 00460/76—SM
SERVIDOR: MARIA ROCHA DA SILVA
MATRICULA: 3292
Período: 07.04.76 a 16.04.76

FEDF — DGA — DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
Chefe

FEDF — DA
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 98 da lei 1711 de 28.10.52"

PAPELETA 0347/76-GDF
SERVIDOR: Evaristo Francisco da Silva
MATRICULA: 4940
Período: 01.02.76 a 01.04.76

PAPELETA: 0295/76-GDF
SERVIDOR: José Crisóstomo do Carmo
MATRICULA: 5114
Período: 31.01.76 a 01.06.76

PAPELETA: 0412/76-GDF
SERVIDOR: Neusa da Silva Santos
MATRICULA: 5440
Período: 21.01.76 a 30.04.76

PAPELETA: 0291/76-GDF
SERVIDOR: João Ribeiro da Silva
MATRICULA: 5102
Período: 01.02.76 a 30.06.76

PAPELETA: 0354/76-SM-GDF
SERVIDOR: José Passos Jardim
MATRICULA: 5119
Período: 01.02.76 a 30.06.76

LIC. M.D. P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00057/76-SM
SERVIDOR: Iolanda Luiz do Nascimento
MATRICULA: 5044
Período: 02.02.76 a 11.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00145/76-SM
SERVIDOR: Anselmo Gomes
MATRICULA: 11842
Período: 09.02.76 a 11.02.76

PAPELETA: 0227/76-GDF
SERVIDOR: Arcelino Jacinto de Pontes
MATRICULA 16648
Período: 23.01.76 a 25.01.76

PAPELETA: 0416/76-GDF
SERVIDOR: Manoel Almeida Alves
MATRICULA: 16811
Período: 01.02.76 a 03.02.76

PAPELETA: 00153/76-SM
SERVIDOR: Pedrina Pereira Viana
MATRICULA: 70016
Período: 09.02.76 a 11.02.76

PAPELETA: 00155/76-SM
SERVIDOR: Terezinha Veloso
MATRICULA: 70035
Período: 11.02.76 a 13.02.76

PAPELETA: 00038/76-SM
SERVIDOR: Maria Alice Silva
MATRICULA: 70215
Período: 28.01.76 a 30.01.76

PAPELETA: 00146/76-SM
SERVIDOR: Francisco Sales Ferreira
MATRICULA: 12298
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00149/76-SM
SERVIDOR: Francisco Ferreira Filho
MATRICULA: 16702
Período: 10.02.76 a 12.02.76

PAPELETA: 00150/76-SM
SERVIDOR: Antonio Pereira dos Santos
MATRICULA: 17077
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00154/76-SM
SERVIDOR: Maria Lúcia Oliveira de Souza
MATRICULA: 70032
Período: 09.02.76 a 11.02.76

PAPELETA: 00156/76-SM
SERVIDOR: Jamili Amim Carneiro
MATRICULA: 70095
Período: 02.02.76 a 04.02.76

FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal

CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF-DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

LIC. M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA 00107/76—SM
SERVIDOR Almerinda Gonçalves de Souza
MATRICULA 4624
Periodo 16.02.76 a 25.02.76

PAPELETA 00117/76—SM
SERVIDOR Etelvina Bites Ribeiro
MATRICULA 4927
Período 11.02.76 a 25.02.76

PAPELETA 00113/76—SM
SERVIDOR Dilma Almeida da Rocha
MATRICULA 4830
Período 02.02.76 a 20.02.76

FEDF -DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares da Silva

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00171/76-SM
SERVIDOR: Ana Vitória Cardoso Spotto
MATRICULA: 4659
Período: 26.02.76 a 16.03.76

PAPELETA: 00317/76-SM
SERVIDOR: Benedita B.X. Junqueira
MATRICULA: 4720
Período: 15.03.76 a 03.04.76

PAPELETA: 0543/76-GDF
SERVIDOR: José Alexandre da Silva
MATRICULA 5109
Período: 23.02.76 a 30.06.76

PAPELETA: 00237/76-SM
SERVIDOR: Benedita B.X. Junqueira
MATRICULA: 4720
Período: 04.03.76 a 08.03.76

PAPELETA: 00238/76-SM
SERVIDOR: Carime Miguel Salomão
MATRICULA: 4734
Período: 03.03.76 a 17.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00236/76-SM
SERVIDOR: Aurelice Bezerra Aragão
MATRICULA: 4713
Período: 04.03.76 a 03.07.76

PAPELETA: 00244/76-SM
SERVIDOR: Edith Moreira B. Costa
MATRICULA: 4873
Período: 25.02.76 a 24.06.76

PAPELETA: 00240/76-SM
SERVIDOR: Celia Maria Oliveira Torres
MATRICULA 4758
Período: 02.03.76 a 01.07.76

PAPELETA: 00253/76-SM
SERVIDOR: Izabel Silveira de Oliveira
MATRICULA: 5067
Período: 12.03.76 a 11.07.76

Guedes
MATRICULA: 4706
Período: 08.03.76

PAPELETA: 00243/76-SM
SERVIDOR: Edil Benevides Neivà
MATRICULA: 4863
Período: 11.03.76 a 18.03.76

PAPELETA: 00247/76-SM
SERVIDOR: Elba Pinheiro Dias
MATRICULA: 4884
Período: 15.03.76

PAPELETA: 0619/76-GDF
SERVIDOR: Eva Vieira dos Santos
MATRICULA: 4937
Período: 11, 13, e 16.02.76

PAPELETA: 00175/76-SM
SERVIDOR: Celia Cardoso de Lucena
MATRICULA: 4754
Período: 25.02.76

PAPELETA: 00248/76-SM
SERVIDOR: Elba Pinheiro Dias
MATRICULA: 4884
Período: 10.03.76

PAPELETA: 00249/76-SM
SERVIDOR: Eunice Pereira dos Santos
MATRICULA: 4932
Período: 09.03.76

PAPELETA: 00252/76-SM
SERVIDOR: Iolanda Ramos Rosa
MATRICULA: 5045
Período: 10.03.76 a 24.03.76

FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF-DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00532/76—SM
SERVIDOR Joselina Arcangela de J. Martins
MATRICULA 5127
Periodo 06.04.76 a 08.04.76

PAPEPLETA 00561/76—SM
SERVIDOR Anna Edy H. Abreu
MATRICULA 6538
Periodo 15.03.76 a 17.03.76

PAPELETA 00401/76—SM
SERVIDOR Marizete D. de Morais Félix
MATRICULA 6581
Periodo 26.03.76 a 28.03.76

PAPELETA 00479/76—SM
SERVIDOR Geny de Moraes Aviani
MATRICULA 6995
Periodo 09.04.76

PAPELETA 00402/76—SM
SERVIDOR Corália de Faria Traverso
MATRICULA 7016
Periodo 13.03.76 a 15.03.76

PAPELETA 00562/76—SM
SERVIDOR Sonia Maria G. Madeira
MATRICULA 7083
Periodo 01.04.76 a 02.04.76

PAPELETA 00477/76—SM
SERVIDOR Maria Tereza da Silva
MATRICULA 5371
Periodo 01.02.76 a 03.02.76

PAPELETA 00535/76—SM
SERVIDOR Ieda Vandete M. Soares Araújo
MATRICULA 6572
Periodo 01.04.76

PAPELTA 00261/76—SM
SERVIDOR Maria Nobre Porto
MATRICULA 6887
Periodo 12.03.76 a 14.03.76

PAPELETA 00536/76—SM
SERVIDOR Mariza Evangelho Breier
MATRICULA 7000
Periodo 05.04.76 a 06.04.76

PAPELETA 00403/76—SM
SERVIDOR Sonia Maria G. Madeira
MATRICULA 7083
Periodo 24.0376

PAPELETA 00404/76—SM
SERVIDOR Pauline Aparecida de S. Ferreira
MATRICULA 7091
Periodo 18.03.76 a 20.03.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00563/76—SM
servidor benedita Pereira da Silva
Periodo 13.04.76. a 14.04.76

PAPELETA 00409/76—SM
SERVIDOR Maria Alba M. de Moraes
MATRICULA 7178
Periodo 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00539/76—SM
SERVIDOR Josimira Ribeiro Alves
MATRICULA 7221
Periodo 15.03.76 a 16.03.76

PAPELETA 00411/76—SM
SERVIDOR Lindomar Vieira Marques
MATRICULA 7273
Periodo 18.03.76 a 20.03.76

PAPELETA 00540/76—SM
SERVIDOR Thelma Simões Santos
MATRICULA 7306
Periodo 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA 00408/76—SM
SERVIDOR Vicentina L. V. de Souza
MATRICULA 7174
Periodo 29.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00538/76—SM
SERVIDOR Gilvanira Duarte Lima
MATRICULA 7212
Periodo 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA 00410/76—SM
SERVIDOR Maria Machado R. de Moura
MATRICULA 7254
Periodo 30.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00412/76—SM
SERVIDOR Dilma Lopes da Silva
MATRICULA 7285
Periodo 22.03.76 a 23.03.76

PAPELETA 00413/76—SM
SERVIDOR Iris Henrique Fernandes
MATRICULA 7570
Periodo 30.03.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52."

PAPELETA 00532/76—SM
SERVIDOR Joselita Arcangela de J. Martins
MATRICULA 5127
Periodo 09.04.76 a 15.04.76

PAPELETA 00561/76—SM
SERVIDOR Anna Edy H. Abreu
MATRICULA 6538
Periodo 18.03.76 a 31.03.03.76

PAPELETA 00261/76—SM
SERVIDOR Maria Nobre Porto
MATRICULA 6887
Perido 15.03.76 a 19.03.76

PAPELETA 00404/76—SM
SERVIDOR Pauline Aparecida de S. Ferreira
MATRICULA 7091
Periodo 21.03.76 a 01.04.76

PAPELETA 00409/76—SM
SERVIDOR Maria Alba M. de Moraes
MATRICULA 7178
Periodo 07.03.76 a 09.03.76

PAPELETA 00410/76—SM
SERVIDOR Maria Machado R. de Moura
MATRICULA 7254
Periodo 01.04.76 a 15.04.76

PAPELETA 00477/76—SM
SERVIDOR Maria Tereza da Silva
MATRICULA 5371
Periodo 04.02.76 a 29.02.76

PAPELETA 00401/76—SM
SERVIDOR Marizete D. de Moraes Félix
MATRICULA 6581
Perido 29.03.76

PAPELETA 00402/76—SM
SERVIDOR Corália de Faria Traverso
MATRICULA 7016
Periodo 16.03.76 a 11.04.76

PAPELETA 00408/76—SM
SERVIDOR Vicentina L. V. de Souza
MATRICULA 7174
Periodo 01.04.76 a 02.04.76

PAPELETA 00538/76—SM
SERVIDOR Gilvanira Duarte Lima
MATRICULA 7212
Periodo 08.04.76 a 14.04.76

PAPELETA 00411/76—SM
SERVIDOR Lindomar Vieira Marques
MATRICULA 7273
Periodo 21.03.76 a 23.03.76

F.E.D.F. - D.G.A. D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. - D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00305/76—SM
SERVIDOR: Linda Mameri Calcagno
MATRICULA: 3035
Período: 08.03.76 a 10.03.76

PAPELETA: 00307/76—SM
SERVIDOR: Maria Edeny P. Costa Gomes
MATRICULA: 3161
Período: 16.03.76 a 18.03.76

PAPELETA: 00196/76—SM
SERVIDOR: Maria Marta Cintra
MATRICULA: 3255
Período: 20.02.76

PAPELETA: 00160/76—SM
SERVIDOR: Maria Miriam de Freitas
MATRICULA: 3260
Período: 20.02.76 a 22.02.76

PAPELETA: 00207/76—SM
SERVIDOR: Maria Pereira Luiz
MATRICULA: 3281
Período: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00197/76—SM
SERVIDOR: Marly Martins Auler
MATRICULA: 3340
Período: 24.02.76 a 26.02.76

PAPELETA: 00335/76—SM
SERVIDOR: Livete Stolle Silva
MATRICULA: 3039
Período: 19.03.76

PAPELETA: 00206/76—SM
SERVIDOR: Maria Madalena Araújo
MATRICULA: 3248
Período: 09.03.76 a 11.03.76

PAPELETA: 00195/76—SM
SERVIDOR: Maria Marta Cintra
MATRICULA: 3255
Período: 24.02.76 a 25.02.76

PAPELETA: 00161/76—SM
SERVIDOR: Maria Paulina França
MATRICULA: 3276
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00162/76—SM
SERVIDOR: Marina Rocha Pires de Oliveira
MATRICULA: 3324
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00208/76—SM
SERVIDOR: Maria Lindalva C. Nogueira
MATRICULA: 3385
Período: 26.02.76 a 28.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00210/76—SM
SERVIDOR: Nelizinha Mateus Sampaio
MATRICULA: 3432
Período: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00163/76—SM
SERVIDOR: Nilcéa Gouvea de Oliveira
MATRICULA: 3450
Período: 20.02.76

PAPELETA: 00212/76—SM
SERVIDOR: Oneide Medeiros da Silva
MATRICULA: 3490
Período: 08.03.76 a 10.03.76

PAPELETA: 00211/76—SM
SERVIDOR: Neyse Ataide de O. Fernandes
MATRICULA: 3444
Período: 10.03.76 a 12.03.76

PAPELETA: 00044/76—SM
SERVIDOR: Nilza Vaiano
MATRICULA: 3460
Período: 01.02.76 a 03.02.76

PAPELETA: 00309/76—SM
SERVIDOR: Raquel Dourado Barreto
MATRICULA: 3516
Período: 15.03.76 17.03.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00212/76—SM
SERVIDOR: Oneida Medeiros da Silva
MATRICULA: 3490
Período: 11.03.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00309/76—SM
SERVIDOR: Raquel Dourado Barreto
MATRICULA: 3516
Período: 18.03.76 a 19.03.76

FEDF—DGA—DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00393/76—SM
SERVIDOR: Carime Miguel Salomão
MATRICULA: 4734
Período: 18.03.76 a 01.04.76

PAPELETA: 00394/76—SM
SERVIDOR: Carlos Carneiro de Mendonça
MATRICULA: 4735
Período: 12.03.76 a 10.04.76

PAPELETA: 0758/76—GDF
SERVIDOR: Eimar Coelho Miranda
MATRICULA: 4883
Período 16.03.76 a 16.04.76

PAPELETA: 00528/76—SM
SERVIDOR: Francisca Carlos

da Silva
MATRICULA: 4947
Período: 02.04.76 a 04.04.76

PAPELETA: 0748/76—GDF
SERVIDOR: Ires Terceiro Guberobich
MATRICULA: 5059
Período: 21.02.76 a 19.023.76

PAPELETA: 00520/76—SM
SERVIDOR: Carime Miguel Salomão
MATRICULA: 4734
Período: 02.04.76 a 04.04.76

PAPELETA: 0799/76—GDF
SERVIDOR: Corinta David de Oliveira
MATRICULA: 4793
Período: 09.03.76 a 06.05.76

PAPELETA: 0924/76-SM-GDF
SERVIDOR: Evaristo Francisco da Silva
MATRICULA: 4940
Período: 02.04.76 a 02.06.76

PAPELETA: 0757/76—GDF
SERVIDOR: Francisca Duarte Silva
MATRICULA: 4951
Período: 15.03.76 a 13.05.76

PAPELETA: 0900/76—GDF
SERVIDOR: Ires Terceiro Guberobich
MATRICULA: 5059
Período: 20.03.76 a 10.04.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00530/76—SM
SERVIDOR: Iara Maria S. de M. Reffatti
MATRICULA: 5026
Período: 06.04.76 a 05.08.76

"LIC. M. D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0849/76—1 GDF
SERVIDOR: Dativa Dantas de Medeiros
MATRICULA: 4816
Período: 23.03.76 a 24.03.76

PAPELETA: 00526/76—SM
SERVIDOR: Etelvina Bites Ribeiro
MATRICULA: 4927
Período: 05.04.76 a 12.04.76

PAPELETA: 00399/76—SM
SERVIDOR: Irene de Souza Maciel Pires
MATRICULA: 5058
Período: 24.03.76 a 26.03.76

PAPELETA: 00475/76—SM
SERVIDOR: Emyrene Ferreira da Silva
MATRICULA: 4917
Período: 02.04.76 a 01.05.76

PAPELETA: 00397/76—SM
SERVIDOR: Francisca Ribeiro Lima Brito
MATRICULA: 4956
Período: 25.03.76 a 26.03.76

PAPELETA: 00560/76—SM
SERVIDOR: Irene de Souza Maciel Pires
MATRICULA: 5058
Período: 16.04.76

FEDF—DGA—DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00256/76—SM
SERVIDOR Josemias Costa
MATRICULA 5130
Período 15.03.76 a 17.03.76

PAPELETA 00257/76—SM
SERVIDOR Maria Tereza da Silva
MATRICULA 5371
Período 01.03.76 a 03.03.76

PAPELETA 00319/76—SM
SERVIDOR Gessy G. Ribeiro
MATRICULA 5771
Período 17.03.76 a 19.03.76

PAPELETA 00263/76—SM
SERVIDOR Mariza Evangelho Breier
MATRICULA 7000
Período 04.03.76 a 05.03.76

PAPELETA 00320/76—SM
SERVIDOR Maria de Lourdes R. de Oliveira
MATRICULA 7160
Período 10.03.76 a 12.03.76

PAPELETA 00269/76—SM
SERVIDOR Maria José Pereira Alves
MATRICULA 7246
Período 04.03.76 a 05.03.76

PAPELETA 00178/76—SM
SERVIDOR Júlia de Souza dos Santos
MATRICULA 5142
Período 25.02.76 a 26.02.76

PAPELETA 00258/76—SM
SERVIDOR Hilda de Faria Roberto
MATRICULA 5743
SPeríodo 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00259/76—SM
SERVIDOR Caetana Amaral Braga
MATRICULA 6016
Período 03.03.76 a 05.03.76

PAPELETA 00267/76—SM
SERVIDOR Enei Maria B. de Moura
MATRICULA 7131
Período 25.02.76 a 27.02.76

PAPELETA 00268/76—SM
SERVIDOR Maria do Rosário Nunes Oliveira
MATRICULA 7169
Período 12.03.76 a 14.03.76

PAPELETA 00270/76—SM
SERVIDOR Maria José A. Lima Miranda
MATRICULA 7248
Período 20.02.76 a 22.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00321/76—SM
SERVIDOR Maria Machado R. de Moura
MATRICULA 7254
período 10.03.76

PAPELETA 00273/76—SM
SERVIDOR Maria Angélica Gonçalves
MATRICULA 7300
Período 05.03.76

PAPELETA 00275/76—SM
SERVIDOR Cecy Antunes Liberato
MATRICULA 7584
Período 06.03.76 a 08.03.76

PAPELETA 00278/76—SM
SERVIDOR Uyara do Nascimento Fleury
MATRICULA 7712
Período 04.03.76

PAPELETA 00280/76—SM
SERVIDOR Etelvina A. Teixeira Gourlat
MATRICULA 8069
Período 03.03.76 a 05.03.76

PAPELETA 00324/76—SM
SERVIDOR Marlene Alves Santana
MATRICULA 8100
Período 15.03.76.

PAPELETA 00271/76—SM
SERVIDOR Selma Glauce Monteiro Rocha
MATRICULA 7267
Período 09.03.76

PAPELETA 00322/76—SM
SERVIDOR Iris Henriques Fernandes
MATRICULA 7570
Período 19.03.76

PAPELETA 00323/76—SM
SERVIDOR Marlene Porto Ramos
MATRICULA 7640
Período 17.03.76 a 18.03.76

PAPELETA 00279/76—SM
SERVIDOR Evanilde Nogueira da Silva
MATRICULA 7792
Período 07.03.76 a 09.03.76

PAPELETA 00281/76—SM
SERVIDOR Marlene Alves Santana
MATRICULA 8100
Período 18.0276.

"LIC; TRATA. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.""

PAPELETA 00255/76—SM
SERVIDOR Joselina A. de Jesus Martins
MATRICULA 5127
Período 11.03.76

PAPELETA 00258/76—SM
SERVIDOR Hilda de Faria Roberto
MATRICULA 5743
Período 07.03.76 a 13.03.76

PAPELETA 00259/76—SM
SERVIDOR Caetana Amaral Braga
MATRICULA 6016
Período 06.03.76 a 17.03.76

PAPELETA 00320/76—SM
SERVIDOR Maria de Lourdes R. de Oliveira
MATRICULA 7160
Período 13.03.76 a 20.03.76

PAPELETA 00270/76—SM
SERVIDOR Maria José A. Lima Miranda
MATRICULA 7248
Período 23.02.76 a 19.04.76

PAPELETA 00279/76-SM
SERVIDOR Evanilde Nogueira da Silva
MATRICULA 7792
Período 10.03.76 a 11.03.76

PAPELETA 00257/76—SM
SERVIDOR Maria Tereza da Silva
MATRICULA 5371
Período 04.03.76 a 30.03.76

PAPELETA 00319/76—SM
SERVIDOR Gessy G. Ribeiro
MATRICULA 5771
Período 20.03.76 a 24.03.76

PAPELETA 00267/76—SM
SERVIDOR Enei Maria B. de Moura
MATRICULA 7131
Período 28.02.76 a 29.02.76

PAPELETA 00268/76—SM
SERVIDOR Maria do Rosário Nunes Oliveira
MATRICULA 7169
Período 15.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00275/76—SM
SERVIDOR Cecy Antunes Liberato
MATRICULA 7584
Período 09.03.76 a 20.03.76

F.E.D.F. - D.G.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.A. D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0668/76—GDF
SERVIDOR: Araci Batista da Luz
MATRICULA: 4697
Período: 11.03.76 a 22.03.76

PAPELETA: 00521/76—SM
SERVIDOR: Carmélia Dias F. Monteros
MATRICULA: 4737
Período: 30.03.76 a 25.04.76

PAPELETA: 00523/76—SM
SERVIDOR: Deusa Reis L. Teixeirense
MATRICULA: 4826
Período: 06.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00474/76—SM
SERVIDOR: Edil Benevides Neiva
MATRICULA: 4864
Período: 05.04.76 a 12.04.76

PAPELETA: 00525/76—SM
SERVIDOR: Eliezina D'abadia J. Caldeira
MATRICULA: 4891
Período: 04.04.76 a 15.04.76

PAPELETA: 00527/76—SM
SERVIDOR: Francisca Belo Vieira
MATRICULA: 4946
Período: 08.04.76 a 12.04.76

PAPELETA: 00519/76—SM
SERVIDOR: Beatriz Mendes Chaves Ros
MATRICULA: 4719
Período: 04.04.76 a 08.04.76

PAPELETA: 00522/76—SM
SERVIDOR: Celme Maria de A. Moreno
MATRICULA: 4764
Período: 04.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00395/76—SM
SERVIDOR: Djanira Nunes M. de Araújo
MATRICULA: 4846
Período: 25.03.76 a 29.03.76

PAPELETA: 00524/76—SM
SERVIDOR: Edina Bernardes de Moraes
MATRICULA: 4865
Período: 04.04.76 a 05.04.76

PAPELETA: 00496/76—SM
SERVIDOR: Eunice Pereira dos Santos
MATRICULA: 4932
Período: 01.04.76 a 02.04.76

PAPELETA: 00531/76—SM
SERVIDOR: Iraci Silva de Goes
MATRICULA: 5051
Período: 01.04.76 a 05.04.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00476/76—SM
SERVIDOR: Itala Conde Duarte
MATRICULA: 5072
Período: 11.04.76 a 22.04.76

FEDF—DGA—DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00344/76—SM
SERVIDOR: José Felismino de Carvalho
MATRICULA: 2692
Período: 12.03.76 a 14.03.76

PAPELETA: 00497/76—SM
SERVIDOR: Laurecy de Oliveira Moreira
MATRICULA: 3002
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00500/76—SM
SERVIDOR: Livete Stolle Silva
MATRICULA: 3039
Período: 07.04.76

PAPELETA: 00346/76—SM
SERVIDOR: Lourdes Silva Maciel
MATRICULA: 3043
Período: 23.03.76 a 25.03.76

PAPELETA: 00502/76—SM
SERVIDOR: Luzemir de Freitas Terra
MATRICULA: 3066
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 0708/76—GDF
SERVIDOR: Maria Inês Fontenele Mourão
MATRICULA: 3205
Período: 11.03.76 a 13.03.76

PAPELETA: 00498/76—SM
SERVIDOR: Laurecy de Oliveira Moreira
MATRICULA: 3002
Período: 30.03.76

PAPELETA: 00345/76—SM
SERVIDOR: Livete Stolle Silva
MATRICULA: 3039
Período: 29.03.76 a 30.03.76

PAPELETA: 00501/76—SM
SERVIDOR: Lizete Maria Galrão Carneiro
MATRICULA: 3041
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00454/76—SM
SERVIDOR: Lúcia da Conceição G. Calvoso
MATRICULA: 3048
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00349/76—SM
SERVIDOR: Maria Helena G. Ibiapina
MATRICULA: 3196
Período: 25.03.76 a 27.03.76

PAPELETA: 00350/76—SM
SERVIDOR: Maria José Braga
MATRICULA: 3220
Período: 22.03.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00351/76—SM
SERVIDOR: Maria José Braga
MATRICULA: 3220
Período: 24.03.76

PAPELETA: 00352/76—SM
SERVIDOR: Maria José da Costa
MATRICULA: 3221
Período: 29.03.76 a 31.03.76

PAPELETA: 00353/76—SM
SERVIDOR: Maria Marta Cintra
MATRICULA: 3255
Período: 09.03.76 a 10.03.76

PAPELETA: 00554/76—SM
SERVIDOR: Maria Neide Eleutério de Souza
MATRICULA: 3267
Período: 12.04.76 a 13.04.76

PAPELETA: 00458/76—SM
SERVIDOR: Maria José Braga
MATRICULA: 3220
Período: 01.04.76

PAPELETA: 00459/76—SM
SERVIDOR: Maria Lúcia Ebert
MATRICULA: 3241
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00354/76—SM
SERVIDOR: Maria Marta Cintra
MATRICULA: 3255
Período: 16.03.76

PAPELETA: 00356/76—SM
SERVIDOR: Marly Pereira Martins
MATRICULA: 3340
Período: 16.03.76 a 18.03.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00344/76—SM
SERVIDOR: José Felismino de Carvalho
MATRICULA: 2692
Período: 15.03.76 a 22.03.76

PAPELETA: 00501/76—SM
SERVIDOR: Lizete Maria Galrão Carneiro
MATRICULA: 3041
Período: 08.04.76 a 14.04.76

PAPELETA: 00454/76—SM
SERVIDOR: Lúcia da Conceição G. Calvoso
MATRICULA: 3048
Período: 08.04.76 a 14.04.76

PAPELETA: 00349/76—SM
SERVIDOR: Maria Helena G. Ibiapina
MATRICULA: 3196
Período: 28.03.76 a 03.04.76

PAPELETA: 00352/76—SM
SERVIDOR: Maria José da Costa
MATRICULA: 3221
Período: 01.04.76 a 12.04.76

PAPELETA: 00354/76—SM
SERVIDOR: Maria Marta Cintra
MATRICULA: 3255
Período: 17.03.76 a 30.03.76

PAPELETA: 00497/76—SM
SERVIDOR: Laurecy de Oliveira Moreira
MATRICULA: 3002
Período: 08.04.76

PAPELETA: 00346/76—SM
SERVIDOR: Lourdes Silva Maciel
MATRICULA: 3043
Período: 26.03.76 a 21.04.76

PAPELETA: 00502/76—SM
SERVIDOR: Luzemir de Freitas Terra
MATRICULA: 3066
Período: 08.04.76 a 14.04.76

PAPELETA: 0708/76—GDF
SERVIDOR: Maria Inês Fontenele Mourão
MATRICULA: 3205
Período: 14.03.76 a 31.07.76

PAPELETA: 00459/76—SM
SERVIDOR: Maria Lúcia Ebert
MATRICULA: 3241
Período: 08.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00356/76—SM
SERVIDOR: Marly Pereira Martins
MATRICULA: 3340
Período: 19.03.76 a 24.03.76

FEDF—DGA—DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00119/76—SM
SERVIDOR: ILZA PEREIRA BARBOSA
MATRICULA: 7069
Período: 13.02.76

PAPELETA: 0122/76—SM
SERVIDOR: DINA ANTONIO CARDOSO
MATRICULA: 7145
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00059/76—SM
SERVIDOR: ADALCY TEIXEIRA MACIEL
MATRICULA: 7232
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00061/76—SM
SERVIDOR: MARIA ANGELICA GONÇALVES
MATRICULA: 7300
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00127/76—SM
SERVIDOR: MARLENE PORTO RAMOS
MATRICULA: 7640
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00129/76—SM
SERVIDOR: ESTHER DE ANDRADE MELO
MATRICULA: 7696
Período: 09.02.76 a 11.02.76

PAPELETA: 00120/76—SM
SERVIDOR: MARIA PASSOS NASCIMENTO
MATRICULA: 7099
Período: 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA: 0123/76—SM
SERVIDOR: MADALENA FERREIRA DE MORAIS
MATRICULA: 7166
Período: 04.02.76 a 06.02.76

PAPELETA: 00060/76—SM
SERVIDOR: MARLI PEREIRA DE QUEIROZ
MATRICULA: 7247
Período: 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA: 00124/76—SM
SERVIDOR: ZANE DE OLIVIERA SANTOS
MATRICULA: 7307
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00128/76—SM
SERVIDOR: MARIA ALICE OLIVEIRA LENZI
MATRICULA: 7648
Período: 12.02.76 a 14.02.76

PAPELETA: 00063/76—SM
SERVIDOR: OVIDIO JOSÉ DE SOUZA
MATRICULA: 7713
Período: 02.02.76 a 04.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00131/76—SM
SERVIDOR: ANGELA MARIA FONTES VILLAS
MATRICULA: 8029
Período: 18.02.76 a 19.02.76

PAPELETA: 00064/76—SM
SERVIDOR: DULCE LABOISSIÉRE VILLELA
MATRICULA: 8161
Período: 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA: 00133/76—SM
SERVIDOR: EUGÊNIA BONIFÁCIO DE SOUSA
MATRICULA: 8224
Período: 17.02.76 a 19.02.76

PAPELETA: 00137/76—SM
SERVIDOR: ADELMA DE MENDONÇA FONSECA
MATRICULA: 8593
Período: 18.02.76

PAPELETA: 00132/76—SM
SERVIDOR: ANA MARIA DANIN MOLINA
MATRICULA: 8102
Período: 18.02.76 a 20.02.76

PAPELETA: 00065/76—SM
SERVIDOR: MARIA LENI OLIVEIRA E SILVA
MATRICULA: 8183
Período: 09.02.76 a 11.02.76

PAPELETA: 00134/76—SM
SERVIDOR: DIRCE DE ARAUJO WERNIK
MATRICULA: 8280
Período: 17.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00067/76—SM
SERVIDOR: CLÉLIA MACRINI L. MOREIRA
MATRICULA: 8601
Período: 03.02.76 a 05.02.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00120/76—SM
SERVIDOR: MARIA PASSOS NASCIMENTO
MATRICULA: 7099
Período: 06.02.76 a 07.02.76

PAPELETA: 00123/76—SM
SERVIDOR: MADALENA FERREIRA DE MORAIS
MATRICULA: 7166
Período: 07.02.76 a 04.03.76

PAPELETA: 00060/76—SM
SERVIDOR: MARLY PEREIRA DE QUEIROZ
MATRICULA: 7247
Período: 06.02.76 a 26.02.76

PAPELETA: 00127/76—SM
SERVIDOR: MARLENE PORTO RAMOS
MATRICULA: 7640
Período: 05.02.76 a 08.02.76

PAPELETA: 00129/76—SM
SERVIDOR: ESTHER DE ANDRADE MELO
MATRICULA: 7696
Período: 12.02.76 a 23.02.76

PAPELETA: 00064/76—SM
SERVIDOR: DULCE LABOISSIÉRE VILLELA
MATRICULA: 8161
Período: 06.02.76 a 27.02.76

PAPELETA: 00122/76—SM
SERVIDOR: DINA ANTONIO CARDOSO
MATRICULA: 7145
Período: 05.02.76 a 06.02.76

PAPELETA: 00059/76—SM
SERVIDOR: ADALCY TEIXEIRA MACIEL
MATRICULA: 7232
Período: 05.02.76 a 16.02.76

PAPELETA: 00124/76—SM
SERVIDOR: ZANE DE OLIVEIRA SANTOS
MATRICULA: 7307
Período: 19.02.76 a 25.02.76

PAPELETA: 00128/76—SM
SERVIDOR: MARIA ALICE OLIVEIRA LENZI
MATRICULA: 7648
Período: 15.02.76 a 12.03.76

PAPELETA: 00063/76—SM
SERVIDOR: OVIDIO JOSÉ DE SOUZA
MATRICULA: 7713
Período: 05.02.76 a 16.02.76

PAPELETA: 00065/76—SM
SERVIDOR: MARIA LENI OLIVEIRA E SILVA
MATRICULA: 8183
Período: 12.02.76 a 13.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00185/76—SM
SERVIDOR Maria Solange P. dos Santos
MATRICULA 8742
Período 25.02.76 a 26.02.76

PAPELETA 00291/76—SM
SERVIDOR Fátima Braga Mendes
MATRICULA 8743
Período 28.02.76 a 01.03.76

PAPELETA 00293/76—SM
SERVIDOR Maria Aracy Bittencourt Oliveira
MATRICULA 9866
Período 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00296/76—SM
SERVIDOR João Chaves Figueiredo
MATRICULA 12395
Período 04.03.76 a 05.03.76

PAPELETA 00330/76—SM
SERVIDOR Maria Solange P. dos Santos
MATRICULA 8742
Período 18.03.76

PAPELETA 00186/76—SM
SERVIDOR José Fernandes da Rocha
MATRICULA 9816
Período 04.02.76 a 06.02.76

PAPELETA 00294/76—SM
SERVIDOR Jorge Ferreira dos Santos
MATRICULA 11106
Período 23.02.76 a 25.02.76

PAPELETA 00297/76—SM
SERVIDOR João Chaves Figueiredo
MATRICULA 12395
Período 15.03.76.

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. - D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

PAPELETA: 00515/76—SM
SERVIDOR: LINDOLFO LINO DOS SANTOS
MATRICULA: 4129
Período: 01.04.76

PAPELETA: 00386/76—SM
SERVIDOR: LUIS FERNANDES
MATRICULA: 4140
Período: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00468/76—SM
SERVIDOR: MIRIAM ALMEIDA DA FONSECA
MATRICULA: 4256
Período: 08.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00469/76—SM
SERVIDOR: STENIO DA SILVA RIOS
MATRICULA: 4390
Período: 06.04.76

PAPELETA: 00518/76—SM
SERVIDOR: THOMAZ DE AQUINO N. DE CARVALHO
MATRICULA: 4403
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00391/76—SM
SERVIDOR: ANTONINA MAIA NOGUEIRA
MATRICULA: 4684
Período: 31.03.76

PAPELETA: 00516/76—SM
SERVIDOR: LINDOLFO LINO DOS SANTOS
MATRICULA: 4129
Período: 06.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00467/76—SM
SERVIDOR: MARIA JOSÉ BRAGA RIBEIRO
MATRICULA: 4200
Período: 07.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00388/76—SM
SERVIDOR: ROBERTO DA SILVA
MATRICULA: 4346
Período: 15.03.76 a 17.03.76

PAPELETA: 00470/76—SM
SERVIDOR: STENIO DA SILVA RIOS
MATRICULA: 4390
Período: 08.04.76

PAPELETA: 00471/76—SM
SERVIDOR: VALDETE ALVES NOGUEIRA
MATRICULA: 4405
Período: 08.04.76 a 10.04.76

PAPELETA: 00472/76—SM
SERVIDOR: APARECIDA CASTILHA
MATRICULA: 4693
Período: 08.04.76 a 09.04.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00371/76—SM
SERVIDOR: CARLOS JOSÉ PEREIRA
MATRICULA: 3797
Período: 28.03.76 a 03.04.76

PAPELETA: 00374/76—SM
SERVIDOR: JACY ADÉLIA DE ARAUJO
MATRICULA: 4000
Período: 07.03.76 a 11.03.76

PAPELETA: 0897/76—GDF
SERVIDOR: JOSÉ BARBOSA
MATRICULA: 4044
Período: 18.03.76 a 21.03.76

PAPELETA: 00516/76—SM
SERVIDOR: LINDOLFO LINO DOS SANTOS
MATRICULA: 4129
Período: 08.04.76

PAPELETA: 00388/76—SM
SERVIDOR: ROBERTO DA SILVA
MATRICULA: 4346
Período: 18.03.76 a 22.03.76

PAPELETA: 00372/76—SM
SERVIDOR: EISHIN KOKITSU
MATRICULA: 3863
Período: 25.03.76 a 29.03.76

PAPELETA: 00514/76—SM
SERVIDOR: JOAQUIM FERNANDO SOARES ALONSO
MATRICULA: 4030
Período: 31.03.76 a 01.04.76

PAPELETA: 00383/76—SM
SERVIDOR: LIBANIA RABELLO FERREIRA
MATRICULA: 4123
Período: 13.03.76 a 23.03.76

PAPELETA: 00386/76—SM
SERVIDOR: LUIS FERNANDES
MATRICULA: 4140
Período: 07.03.76 a 09.03.76

PAPELETA: 00471/76—SM
SERVIDOR: VALDETE ALVES NOGUEIRA
MATRICULA: 4405
Período: 11.04.76

"PROC. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00827/76—GDF
SERVIDOR: AVANY ARLETE MARTINS PRATES
MATRICULA: 3777
Período: 01.02.76 a 31.03.76

PAPELETA: 00378/76—SM
SERVIDOR: JOEL FERRAZ
MATRICULA: 4035
Período: 24.03.76 a 22.04.76

PAPELETA: 00384/76—SM
SERVIDOR: LINDOLFO LINO DOS SANTOS
MATRICULA: 4129
Período: 23.03.76

PAPELETA: 0891/76—GDF
SERVIDOR: MARIETA OLIVEIRA DA FONSECA
MATRICULA: 4230
Período: 25.02.76 a 08.04.76

PAPELETA: 00389/76—SM
SERVIDOR: ROSALY MARIA S. DE OLIVEIRA
MATRICULA: 4354
Período: 15.03.76 a 03.04.76

PAPELETA: 00392/76—SM
SERVIDOR: APARICIO VIDAL ATAIDE
MATRICULA: 4694
Período: 07.03.76 a 05.05.76

PAPELETA: 0739/76—GDF
SERVIDOR: DJANIRO JOSÉ PEREIRA
MATRICULA: 3839
Período: 05.03.76 a 03.05.76

PAPELETA: 00385/76—SM
SERVIDOR: LINDOLFO LINO DOS SANTOS
MATRICULA: 4129
Período: 17.03.76

PAPELETA: 00517/76—SM
SERVIDOR: LUIS FERNANDES
MATRICULA: 4140
Período: 24.03.76 a 22.04.76

PAPELETA: 0910/76—GDF
SERVIDOR: OMAR PAULO MACHADO
MATRICULA: 4297
Período: 01.04.76 a 30.04.76

PAPELETA: 00559/76—SM
SERVIDOR: ROSALY MARIA S. DE OLIVEIRA
MATRICULA: 4354
Período: 05.04.76 a 31.05.76

FEDF — DGA
Divisão de Pessoal

CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal

FEDF – DA
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DO S ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00481/76—SM
SERVIDOR: Evanilde Nogueira da Silva
MATRICULA: 7792
Período: 15.03.76 a 29.03.76

PAPELETA: 00485/76—SM
SERVIDOR: Rita Maria M. de B. G. Costa
MATRICULA 8156
Período: 07.04.76 a 14.04.76

PAPELETA: 00486/76—SM
SERVIDOR: Dirce de Araújo Wernik
MATRICULA: 8280
Período: 12.04.76 a 14.04.76

PAPELETA: 00434/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Oliveira
MATRICULA: 8641
Período: 18.03.76

PAPELETA: 00481/76—SM
SERVIDOR: Evanilde Nogueira da Silva
MATRICULA: 7792
Período: 01.04.76 a 15.04/76

PAPELETA: 0726/76—GDF
SERVIDOR: Ana Amélia Resende Perillo
MATRICULA: 8254
Período: 02.03.76 a 31.03.76

PAPELETA: 0734/76-SM-GDF
P
SERVIDOR: Gildete Mundim Guimarães
MATRICULA: 8413
Período: 07.03.76 a 05.04.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00421/76—SM
SERVIDOR: Eleida Aquino Correa
MATRICULA: 8191
Período: 22.03.76 a 21.07.76

PAPELETA: 00424/76—SM
SERVIDOR: Maria Beatriz V. Carpaneda
MATRICULA: 8241
Período: 24.03.76 a 23.07.76

"LIC. M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00418/76—SM
SERVIDOR: Messias Vileta B. Parente
MATRICULA: 8061
Período: 06.03.76 a 09.03.76

PAPELETA: 00543/76—SM
SERVIDOR: Olézia Maria de A. Borges
MATRICULA: 8087
Período: 01.04.76

PAPELETA: 00546/76—SM
SERVIDOR: Marilene Brandão Rocha
MATRICULA: 8194
Período: 06.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00429/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Oliveira
MATRICULA: 8641
Período: 08.03.76

PAPELETA: 00542/76—SM
SERVIDOR: Lena Dagmar Aires Ferreira
MATRICULA: 8075
Período: 05.04.76

PAPELETA: 00544/76—SM
SERVIDOR: Maria da Glória Soares
MATRICULA: 8106
Período: 05.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00422/76—SM
SERVIDOR: Regina M. C. Vianna Silva
MATRICULA: 8195
Período: 15.03.76 a 24.03.76

PAPELETA: 00430/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Oliveira
MATRICULA: 8641
Período: 19.03.76

FEDF—DGA—DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART' 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52

PAPELETA 00513/76—SM
SERVIDOR Elmira Hermano Lima Rocha
MATRICULA 3873
Período 28.02.76 a 27.06.76

FEDF-GDA—DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA—SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"LIC' M.D.P. FAMÍLIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.42"

PAPELETA 00390/76—SM
SERVIDOR Alaide Dutra Borges Amaral
MATRICULA 4607
Período 22.03.76 a 05.04.76
FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEM LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52

PAPELETA 0668/76—GDF
SERVIDOR Araci Batista da Luz
MATRICULA 4697
Período 08.03.76 a 10.03.76

PAPELETA 00521/76—SM
SERVIDOR Carmélia Dias F. Monteros
MATRICULA 4737
Período 27.03.76 a 29.03.76

PAPELETA 00523/76—SM
SERVIDOR Deusa Reis L. Teixeirense
MATRICULA 4826
Período 03.04.76 a 05.04.76

PAPELETA 00395/76—SM
SERVIDOR Djanira Nunes M. de Araujo
MATRICULA 4846
Período 22.03.76 a 24'03.76

PAPELETA 00524/76—SM
SERVIDOR Edina Bernardes de Moraes
MATRICULA 4865
Período 01.04.76 a 03.04.76

PAPELETA 00396/76—SM
SERVIDOR Eunice Pereira dos Santos
MATRICULA 4932
Período 29.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00519/76—SM
SERVIDOR Beatriz Mendes Chaves Ros
MATRICULA 4719
Período 01.04.76 a 03.04.76

PAPELETA 005022/76—SM
SERVIDOR Celme Maria de A. Moreno
MATRICULA 4764
Periodo 01.04.76 a 03.04.76

PAPELETA 00474/76—SM
SERVIDOR Edil Benevides Neiva
MATRICULA 4864
Período 02.04.76 a 04.04.76

PAPELETA 00525/76—SM
SERVIDOR Eliezina D' Abadia J. Caldeira
MATRICULA 4891
Período 01.04.76 a 03.04.76

PAPELETA 00527/76—SM
SERVIDOR Francisca Belo Vieira
MATRICULA 4946
Período 05.04.76 a 07.04.76
FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00565/76—SM
SERVIDOR: Márcia Maria R. de Oliveira
MATRICULA: 7603
Período: 08.04.76 a 10.04.76

PAPELETA: 00415/76—SM
SERVIDOR: Carmen Leite Aviani
MATRICULA 7683
Período: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00482/76—SM
SERVIDOR: Maria Stella M. Gaspar
MATRICULA: 7913
Período: 07.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00483/76—SM
SERVIDOR Messias Violeta B. Parente
MATRICULA: 8061
Período: 02.02.76 a 03.02.76

PAPELETA: 00420/76—SM
SERVIDOR: Maria Benedita F. Brazuna
MATRICULA 8121
Período: 15.03.76 a 16.03.76

PAPELETA: 00545/76—SM
SERVIDOR: Isabel Marques da Silva
MATRICULA: 8188
Período: 05.04.76 07.04.76

PAPELETA: 00480/76—SM
SERVIDOR: Dina Mãe
MATRICULA: 7622
Período: 25.03.76 a 27.03.76

PAPELETA: 00417/76—SM
SERVIDOR Maria Stella M. Gaspar
MATRICULA: 7913
Período: 24.03.76 a 26.03.76

PAPELETA: 00541/76—SM
SERVIDOR: Angela Maria F. Villas
MATRICULA: 8029
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00419/76—SM
SERVIDOR: Messias Violenta B. Parente
MATRICULA: 8061
Período: 11.03.76 a 12.03.76

PAPELETA: 00484/76—SM
SERVIDOR: Elza Soares de Melo
MATRICULA 8125
Período: 06.04.76 a 08.04.76

PAPELELTA: 00423/76—SM
SERVIDOR: Generosa de Oliveira A. Costa
MATRICULA: 8196
Período 25.02.76

F.E.D.F. - D.G.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
Chefe

F.E.D.F. - D.A.
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

PAPELETA: 00566/76—SM
SERVIDOR: Maria do Carmo de Aragão
MATRICULA: 8200
Período: 13.04.76

PAPELETA: 00426/76—SM
SERVIDOR: Maria Eunice S. do A. Carvalho
MATRICULA: 8516
Período: 24.03.76 a 26.03.76

PAPELELTA: 00427/76—SM
SERVIDOR: Eurides de Souza Davi
MATRICULA: 8618
Período: 23.03.76

PAPELETA: 00433/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Oliveira
MATRICULA 8641
Período: 05.03.76

PAPELETA: 00425/76—SM
SERVIDOR: Dirce de Araújo Wernik
MATRICULA: 8280
Período: 23.03.76 a 25.03.76
Período: 23.03.76 a 25.03.76

PAPELETA: 00487/76—SM
SERVIDOR: Therezinha L. de J.O. A. Lima
MATRICULA: 8586
Período: 06.04.76 a 08.04.76

PAPELETA: 00547/76—SM
SERVIDOR: Leny Camargo Rocha
MATRICULA: 8626
Período: 05.04.76 a 07.04.7

PAPELELTA: 00431/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Olieira
MATRICULA: 8641
Período: 10.03.76 a 11.03.76
F.E.D.F. - D. G.A. - DA
CARMEN LUCIA DD QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
Chefe
F.E.D.F. - D.A
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

11LIC. TRAT SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52."
PAPELETA: 00565/76—SM
SERVIDOR Marcia Maria R. de Oliveira
MATRICULA: 7603
Período: 11.04.76 a 14.04.76

PAPELETA: 00415/76—SM
SERVIDOR: Carmen Leite Aviani
MATRICULA 7683
Período: 07.03.76 a 28.03.

PAPELETA: 00541/76—SM
SERVIDOR: Angela Maria F. Villas
MATRICULA 8029
Período: 08.04.76 a 15.04.76

PAPELETA: 00545/76—SM
SERVIDOR: Isabel Marques da Silva
MATRICULA 8188
Período: 08.04.76 a 04.05.76

PAPELELTA: 00487/76—SM
SERVIDOR: Therezinha L. de J.O.A. Lima
MATRICULA: 8586
Período: 09.04.76 a 20.04.76

PAPELELA: 00480/76—SM
SERVIDOR: Dina Mãe
MATRICULA 7622
Período: 28.03.76 a 08.04.76

PAPELETA: 00482/76—SM
SERVIDOR: Maria Stella M. Gaspar
MTRICULA: 7913
Período: 10.04.76 a 13.04.76

PAPELETA: 00484/76—SM
SERVIDOR: Elza Soares de Melo
MATRICULA: 8125
Período: 09.04.76

PAPELELTA: 00425/76—SM
SERVIDOR: Dirce Araújo Wernik
MATRICULA: 8280
Período: 26.03.76 a 06.04.76

PAPELETA: 00431/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Oliveira
MATRICULA: 8641
Período: 12.03.76
F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LÚCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessal
Chefe
F.E.D.F. - D.A.
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

"LIC. M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00428/76—SM
SERVIDOR Vera Lúcia de Oliveira
MATRICULA 8641
Período 22.03.76

PAPELETA 00436/76—SM
SERVIDOR Dirce Maria R. de Almeida
MATRICULA 8647
Período 31.03.76 a 01.04.76

PAPELETA 00489/76—SM
SERVIDOR Coracy do Nascimento S. Lopes
MATRICULA 8703
Período 01.04.76

PAPELETA 00440/76—SM
SERVIDOR Vera Lucia Cavalcante de Barros
MATRICULA 8746
Período 25.03.76 a 26.03.76

PAPELETA 00435/76—SM
SERVIDOR Roseli Peres
MATRICULA 8646
Período 23.03.76 a 31.03.76
P

PAPELETA 00488/76—SM
SERVIDOR Dirce Maria Roça de Almeida
MATRICULA 8647
Período 09.04.76

PAPELETA 00437/76—SM
SERVIDOR Zélia M. da Silva Pinho
MATRICULA 8729
Período 22.03.76 a 28.03.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00448/76—SM
SERVIDOR Myrialva B. Ribeiro
MATRICULA 70085
Período 19.03.76

PAPELETA 00451/76—SM
SERVIDOR Marilia Barros Costa
MATRICULA 70186
Período 19.02.76

PAPELETA 00452/76—SM
SERVIDOR Rosilda Moraes da Rosa
MATRICULA 70187
Período 26.03.76

PAPELETA 00450/76—SM
SERVIDOR Marilia Barros Costa
MATRICULA 70186
Período 11.02.76

PAPELETA 00453/76—SM
SERVIDOR Rosilda Moraes da Rosa
MATRICULA 70187
Período 23.03.76

PAPELETA 00476/76—SM

SERVIDOR Viviane Maria S. Brasil
MATRICULA 70220
Periodo 02.04.76 a 04.04.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00448/76—SM
SERVIDOR Myrialva B. Ribeiro
MATRICULA 70085
Periodo 20.03.76 a 22.03.76

PAPELETA 00496/76—SM
SERVIDOR Viviane Maria S. Brasil
MATRICULA 70220
Periodo 05.04.76 a 16.04.76

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00573/76—SM
SERVIDOR Maria Alice Silva
MATRICULA 70215
Periodo 01.04.76 a 30.04.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LÚCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. - D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00040/76—SM
SERVIDOR: Lilia Portugal Magnavita
MATRICULA: 3032
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00075/76—SM
SERVIDOR: Maria da Conceição N. Chaves
MATRICULA: 3143
Período: 23.02.76

PAPELETA: 00078/76—SM
SERVIDOR: Maria Madalena Araújo
MATRICULA: 3248
Período: 09.02.76 a 10.02.76

PAPELETA: 00077/76—SM
SERVIDOR: Maria Madalena Araújo
MATRICULA: 3248
Período: 12.02.76

PAPELETA: 00079/76—SM
SERVIDOR: Maria dos Mares Tôrres
MATRICULA: 3253
Período: 09.02.76 a 11.02.76

PAPELETA 00027/76—SM
SERVIDOR: Maria Reis Canêdo
MATRICULA: 3289

Período: 19.01.76 a 21.01.76

PAPELETA: 00080/76—SM
SERVIDOR: Marlene Estevam D. Calheiros
MATRICULA: 3332
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00081/76—SM
SERVIDOR: Mary Canfora Castro
MATRICULA: 3357
Período: 09.02.76 a 11.02.76

PAPELETA: 00042/76—SM
SERVIDOR: Maria de Lourdes C. Ferreira
MATRICULA: 3389
Período: 02.02.76

PAPELETA: 00084/76—SM
SERVIDOR: Maria de Lourdes C. Ferreira
MATRICULA: 3389
Período: 23.02.76

PAPELETA: 00085/76—SM
SERVIDOR: Nair Peres Tôrres
MATRICULA: 3416
Período: 12.02.76 a 14.02.76

PAPELETA: 00086/76—SM
SERVIDOR: Nívea Ramos Madureira
MATRICULA: 3464
Período: 02.02.76 a 04.02.76.

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00045/76—SM
SERVIDOR: Renilda da Silva Neves
MATRICULA: 3523
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00090/76—SM
SERVIDOR: Rosa Pereira Melo
MATRICULA: 3530
Período: 12.02.76

PAPELETA: 00091/76—SM
SERVIDOR: Rosely Silva Lagos
MATRICULA: 3536
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00093/76—SM
SERVIDOR: Terezinha Brito de Moraes
MATRICULA: 3586
Período: 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA: 00094/76—SM
SERVIDOR: Therezinha Machado de Menezes
MATRICULA: 3594
Período: 17.02.76

PAPELETA: 00095/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia G.C. de Souza
MATRICULA: 3619
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00047/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Paula Barbosa
MATRICULA: 3624
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00098/76—SM
SERVIDOR: Yvonne Domingues A. de Assunção
MATRICULA: 3649
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00099/76—SM

SERVIDOR: Zilneide Ribeiro Mariano
MATRICULA: 3674
Período: 10.02.76

PAPELETA: 00029/76—SM
SERVIDOR: Zilta Rocha de C. Oliveira
MATRICULA: 3675
Período: 22.01.76 a 24.01.76

PAPELETA: 00048/76—SM
SERVIDOR: Adélia Leite Coelho
MATRICULA: 3693
Período: 01.02.76 a 03.02.76

PAPELETA: 00050/76—SM
SERVIDOR: José Caetano da Silva
MATRICULA: 4048
Período: 02.02.76 a 04.02.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00040/76—SM
SERVIDOR: Lilia Portugal Magnavita
MATRICULA: 3032
Período: 05.02.76 a 16.02.76

PAPELETA: 00079/76—SM
SERVIDOR: Maria dos Mares Torres
MATRICULA: 3253
Período: 12.02.76 a 24.03.76

PAPELETA: 00027/76—SM
SERVIDOR: Maria Reis Canêdo
MATRICULA: 3289
Período: 22.01.76 a 30.01.76

PAPELETA: 00080/76—SM
SERVIDOR: Marlene Estevam D. Calheiros
MATRICULA: 3332
Período: 05.02.76 a 01.04.76

PAPELETA: 00081/76—SM
SERVIDOR: Mary Canfora Castro
MATRICULA: 3357
Período: 12.02.76 a 19.03.76

PAPELETA: 00085/76—SM
SERVIDOR: Nair Peres Tôrres
MATRICULA: 3416
Período: 15.02.76 a 27.02.76

PAPELETA: 00086/76—SM
SERVIDOR: Nívea Ramos Madureira
MATRICULA: 3464
Período: 05.02.76 a 06.02.76

PAPELETA: 00045/76—SM
SERVIDOR: Renilda da Silva Neves
MATRICULA: 3523
Período: 05.02.76 a 16.02.76

PAPELETA: 00091/76—SM
SERVIDOR: Rosely Silva Lagos
MATRICULA: 3536
Período: 05.02.76 a 08.02.76

PAPELETA: 00093/76—SM
SERVIDOR: Terezinha Brito de Moraes
MATRICULA: 3586
Período: 06.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00095/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia G.C. de Souza
MATRICULA: 3619
Período: 05.02.76 a 11.02.76

PAPELETA: 00047/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Paula Barbosa
MATRICULA: 3624
Período: 05.02.76.

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00051/76—SM
SERVIDOR: Luiz Marques Leitão
MATRICULA: 4143
Período: 29.01.76 a 31.01.76

PAPELETA: 00102/76—SM
SERVIDOR: Marilza Alda Costa da Cruz
MATRICULA: 4233
Período: 19.02.76 a 21.02.76

PAPELETA: 00103/76—SM
SERVIDOR: Nize Lima Leão da Motta
MATRICULA: 4289
Período: 23.02.76 a 25.02.76

PAPELETA: 00052/76—SM
SERVIDOR: Ovídio José de sousa
MATRICULA: 4310
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00105/76—SM
SERVIDOR: Rosaly Maria S. de Oliveira
MATRICULA: 4354
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00106/76—SM
SERVIDOR: Semiramis Regueira Burgos
MATRICULA: 4378
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00032/76—SM
SERVIDOR: Veridiana Bragança da Silva
MATRICULA: 4410
Período: 30.01.76 a 01.02.76

PAPELETA: 00108/76—SM
SERVIDOR: Ana Vitória Cardoso Spotto
MATRICULA: 4659
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00110/76—SM
SERVIDOR: Benedita Baía X. Junqueira
MATRICULA: 4720
Período: 10.02.76 a 12.02.76

PAPELETA: 00033/76—SM
SERVIDOR: Berenice Fonseca da Cunha Melo
MATRICULA: 4727
Período: 21.01.76 a 23.01.76

PAPELETA: 00053/76—SM
SERVIDOR: Carime Miguel Salomão
MATRICULA: 4734
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00111/76—SM
SERVIDOR: Célia Cardoso de Lucena
MATRICULA: 4754
Período: 10.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00112/76—SM
SERVIDOR: Célia Maria Oliveira Torres
MATRICULA: 4758
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00054/76—SM
SERVIDOR: Cleusa M. Resende Lara
MATRICULA: 4782
Período: 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA: 00055/76—SM
SERVIDOR: Dalva B. S. da Veiga Pessoa
MATRICULA: 4807
Período: 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA: 00115/76—SM
SERVIDOR: Elza Alabarce Gonçalves
MATRICULA: 4906
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00116/76—SM
SERVIDOR: Espedita Alves de Lima
MATRICULA: 4924
Período: 09.82.11.02.76

PAPELETA: 00118/76—SM
SERVIDOR: Eunice Gomes de Oliveira
MATRICULA: 6875
Período: 23.02.76 a 25.02.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00050/76—SM
SERVIDOR: José Caetano da Silva
MATRICULA: 4048
Período: 05.02.76 a 06.02.76

PAPELETA: 00051/76—SM
SERVIDOR: Luiz Marques Leitão
MATRICULA: 4143
Período: 01.02.76 a 05.02.76

PAPELETA: 00102/76—SM
SERVIDOR: Marilza Alda Costa da Cruz
MATRICULA: 4233
Período: 22.02.76 a 26.02.76

PAPELETA: 00103/76—SM
SERVIDOR: Nize Lima Leão da Motta
MATRICULA: 4289
Período: 26.02.76 a 27.02.76

PAPELETA: 00052/76—SM
SERVIDOR: Ovídio José de Souza
MATRICULA: 4310
Período: 05.02.76 a 16.02.76

PAPELETA: 00105/76—SM
SERVIDOR: Rosaly Maria S. de Oliveira
MATRICULA: 4354
Período: 05.02.76 a 16.02.76

PAPELETA: 00106/76—SM
SERVIDOR: Semiramis Regueira Burgos
MATRICULA: 4378
Período: 05.02.76 a 12.02.76

PAPELETA: 00032/76—SM
SERVIDOR: Veridiana Bragança da Silva
MATRICULA: 4410
Período: 02.02.76 a 13.02.76.

PAPELETA: 00108/76—SM
SERVIDOR: Ana Vitória Cardoso Spotto
MATRICULA: 4659
Período: 19.02.76 a 25.02.76

PAPELETA: 00110/76—SM
SERVIDOR: Benedita Baía Xavier Junqueira
MATRICULA: 4720
Período: 13.02.76 a 24.02.76

PAPELETA: 00033/76—SM
SERVIDOR: Berenice Fonseca da Cunha
MATRICULA: 4727
Período: 24.01.76

PAPELETA: 00053/76—SM
SERVIDOR: Carime Miguel Salomão
MATRICULA: 4734
Período: 05.02.76 a 02.03.76.

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00138/76—SM
SERVIDOR Veneranda Costa dos Santos
MATRICULA 8660
Periodo 11.02.76

PAPELETA 00069/76—SM
SERVIDOR Coracy do Nascimento Silva Lopes
MATRICULA 8703
Periodo 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA 00140/76-SM
SERVIDOR Anna Neli Mota Flores
MATRICULA 8730
Periodo 09.02.76

PAPELETA 00143/76—SM
SERVIDOR Maria da Graça Barreto Porto
MATRICULA 10.004

Periodo 16.02.76

PAPELETA 00037/76—SM
SERVIDOR Gedetilde Leitão da Silva
MATRICULA 8678
Periodo 02.01.76

PAPELETA 00139/76—SM
SERVIDOR Idalina Rosa de Almeida
MATRICULA 8712
Periodo 20.02.76

PAPELETA 00070/76—SM
SERVIDOR José Caetano da Silva
MATRICULA 9008
Periodo 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA 00151/76—SM
SERVIDOR Elenir Gambini de Castro
MATRICULA 17.714
Periodo 02.02.76 a 04.02.76

LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00069/76—SM
SERVIDOR Coracy do Nascimento Silva Lopes
MATRICULA 8703
Periodo 06.02.76.

PAPELETA 00151/76-SM
SERVIDOR Elenir Gambini de Castro
MATRICULA 17.714
Periodo 05.02.76 a 09.02.76

PAPELETA 00070/76-SM
SERVIDOR José Caetano da Silva
MATRICULA 9008
Periodo 05.02.76 a 06.02.76

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00142/76—SM
SERVIDOR Renée de Freitas Silva

MATRICULA 9409
Periodo 12.02.76 a 12.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00068/76—SM
SERVIDOR Josefa Pascoal da S. Jerônimo
MATRICULA 8689
Periodo 02.02.76 a 01.06.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0609/76-GDF
SERVIDOR: Júlio Lerário
MATRICULA: 6975
Período: 01.03.76 a 07.03.76

PAPELETA: 0481/76-GDF
SERVIDOR: Marly Santiago Ferreira
MATRICULA: 6994
Período: 18.01.76 a 13.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0476/76-GDF
SERVIDOR: Conceição Alvares T. de Castro
MATRICULA 7213
Período: 01.02.76 a 31.05.76

PAPELETA: 00274/76-SM
SERVIDOR: Rosa Maria Ramos Alves
MATRICULA: 7314
Período: 08.03.76 a 07.07.76

PAPELETA: 00272/76-SM
SERVIDOR: Flor de Maria Costa R. Soares
MATRICULA: 7288
Período: 10.03.76 a 09.07.76

PAPELETA: 00277/76-SM
SERVIDOR: Maria dos Reis e Silva
MATRICULA: 7631
Período: 25.02.76 a 24.06.76

"LIC. M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00262/76-SM
SERVIDOR: Geny de Moraes Aviani
MATRICULA: 6995
Período: 09.03.76 a 10.03.76

PAPELETA: 00266/76—SM
SERVIDOR: Sônia Maria Guerra Madeira
MATRICULA: 7083
Período: 25.02.76

PAPELETA: 00179/76-SM
SERVIDOR: Selma Glauce Monteiro Rocha
MATRICULA: 7267
Período: 25.02.76 a 26.02.76

PAPELETA: 00260/76-SM
SERVIDOR: João Rodrigues do Nascimento
MATRICULA: 6660
Período: 20.02.76 a 23.02.76

PAPELETA: 00264/76-SM
SERVIDOR: Ilza Pereira Barbosa
MATRICULA: 7069
Período: 10.03.76 a 12.03.76

PAPELETA: 00265/76-SM
SERVIDOR: Sônia Maria Guerra Madeira
MATRICULA: 7083
Período: 08.03.76

PAPELETA: 00276/76-SM
SERVIDOR: Zoraide Antunes Ribeiro
MATRICULA: 7599
Período: 04.03.76 a 05.03.76

FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF-DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DOS ARTS. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00165/76—SM
SERVIDOR Viola Reny Oliveira dos Santos
MATRICULA 3630
Periodo 03.02.76 a 05.02.76

PAPELETA 00166/76—SM
SERVIDOR Zilma Salgado Ferraz
MATRICULA 3673
Periodo 05.02.76

PAPELETA 00216/76—SM
SERVIDOR Zilma Salgado Ferraz
MATRICULA 3673
Periodo 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00198/76—SM
SERVIDOR Zuleica Pinheiro das Neves
MATRICULA 3681
Periodo 24.02.76

PAPELETA 00220/76—SM
SERVIDOR Jacob Germano Galler
MATRICULA 3941
Periodo 01.02.76 a 03.02.76

PAPELETA 00223/76—SM
SERVIDOR Jayme de Mattos
MATRICULA 4009
Periodo 23.02.76 a 25.02.76

PAPELETA 00215/76—SM
SERVIDOR Zenaide Salgado
MATRICULA 3665
Periodo 10.03.76 a 12.03.76

PAPELETA 00167/76—SM
SERVIDOR Zilma Salgado Ferraz
MATRICULA 3673
Periodo 26.02.76 a 27.02.76

PAPELETA 00199/76—SM
SERVIDOR Zuleica Pinheiro das Neves
MATRICULA 3681
Periodo 18.02.76 a 19.02.76

PAPELETA 00168/76—SM
SERVIDOR Corina França da Silva
MATRICULA 3816
Periodo 24.02.76 a 26.02.76

PAPELETA 00221/76—SM
SERVIDOR Ildete Cavalcante B. Benck
MATRICULA 3981
Periodo 11.02.76

PAPELETA 00224/76—SM
SERVIDOR Joaquim Fernando Soares Alonso
MATRICULA 4030
Periodo 18.02.76 a 20.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00227/76—SM
SERVIDOR Joel Ferraz
MATRICULA 4035
Periodo 09.03.76 a 11.03.76

PAPELETA 00229/76—SM
SERVIDOR Maria Abadia P. M. de Almeida
MATRICULA 4172
Periodo 20.02.76

PAPELETA 00231/76—SM
SERVIDOR Maria Conceição de F.M.Gebailli
MATRICULA 4190
Periodo 11.03.76 a 13.03.76

PAPELETA 0338/76—SM
SERVIDOR Sônia Lourdes Rêgo
MATRICULA 4386
Periodo 16.02.76

PAPELETA 00234/76—SM
SERVIDOR Alcina Monteiro Vianna Fortes
MATRICULA 4614
Periodo 12.03.76

PAPELETA 00337/76—SM
SERVIDOR Lindolfo Lino dos Santos
MATRICULA 4129
Período 08.03.76 a 10.03.76

PAPELETA 00311/76—SM
SERVIDOR Maria Aparecida de Oliveira
MATRICULA 4181
Periodo 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00169/76—SM
SERVIDOR Maria José Braga Ribeiro
MATRICULA 4200
Periodo 23.02.76 a 25.02.76

PAPELETA 00170/76—SM
SERVIDOR Sônia Lourdes Rêgo
MATRICULA 4386
Periodo 19.02.76 a 20.02.76

PAPELETA 00235/76—SM
SERVIDOR Ana Pereira Leal e Costa
MATRICULA 4656
Periodo 10.03.76 a 12.03.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.210.52"

PAPELETA 00165/76—SM
SERVIDOR Viola Reny Oliveira dos Santos
MATRICULA 3630
Periodo 06.02.76 a 12.02.76

PAPELETA 00198/76—SM
SERVIDOR Zuleica Pinheiro das Neves
MATRICULA 3681
Periodo 25.02.76 a 28.02.76

PAPELETA 00220/76—SM
SERVIDOR Jacob Germano Galler
MATRICULA 3941
Periodo 04.02.76 a 28.02.76

PAPELETA 00225/76—SM
SERVIDOR Joaquim Fernando Soares Alonso
MATRICULA 4030
Periodo 25.02.76 a 27.02.76

PAPELETA 00337/76—SM
SERVIDOR Lindolfo Lino dos Santos
MATRICULA 4129
Periodo 11.03.76 a 12.03.76

PAPELETA 00231/76—SM
SERVIDOR Maria Conceição de F. M. Gebailli
MATRICULA 4190
Periodo 14.03.76 a 20.03.76

PAPELETA 00216/76—SM
SERVIDOR Zilma Salgado Ferraz
MATRICULA 3673
Periodo 07.03.76

PAPELETA 00168/76—SM
SERVIDOR Corina França da Silva
MATRICULA 3816
Periodo 27.02.76 a 09.03.76

PAPELETA 00223/76—SM
SERVIDOR Jayme de Mattos
MATRICULA 4009
Periodo 26.02.76 a 10.03.76

PAPELETA 00227/76—SM
SERVIDOR Joel Ferraz
MATRICULA 4035
Periodo 12.03.76 a 23.03.76

PAPELETA 00311/76—SM
SERVIDOR Maria Aparecida de Oliveira
MATRICULA 4181
Periodo 07.03.76

PAPELETA 00169/76—SM
SERVIDOR Maria José Braga Ribeiro
MATRICULA 4200
Periodo 26.02.76 a 27.02.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00112/76—SM
SERVIDOR: CÉLIA MARIA OLIVEIRA TORRES
MATRICULA: 4758
Período: 19.02.76 a 01.03.76

PAPELETA: 00055/76—SM
SERVIDOR: DALVA B. S. DA VEIGA PESSOA
MATRICULA: 4807
Período: 06.02.76 a 29.02.76

PAPELETA: 00118/76—SM
SERVIDOR: EUNICE GOMES DE OLIVEIRA
MATRICULA: 6875
Período: 26.02.76 a 23.03.76

PAPELETA: 00054/76—SM
SERVIDOR: CLEUSA M. RESENDE LARA
MATRICULA: 4782
Período: 06.02.76

PAPELETA: 00115/76—SM
SERVIDOR: ELZA ALABARCE GONÇALVES
MATRICULA: 4906
Período: 05.02.76 a 08.02.76

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0419/76—GDF
SERVIDOR: MARIA AUXILIADORA DO C. LIMA
MATRICULA: 4184
Período: 08.02.76 a 07.04.76

PAPELETA: 0432/76—SM—GDF
SERVIDOR: OCTAVIO DE SOUZA PINTO
MATRICULA: 4309
Período: 01.02.76 a 31.07.76

PAPELETA: 00081/76—SM
SERVIDOR: SYLVIO MENDES
MATRICULA: 4383
Período: 19.11.76 a 02.01.76

PAPELETA: 0215/76—GDF
SERVIDOR: VICENTE TARCHETTI
MATRICULA: 4414
Período: 01.01.76 a 31.01.76

PAPELETA: 0334/76—GDF
SERVIDOR: FRANCISCA CARLOS DA SILVA
MATRICULA: 4947
Período: 02.02.76 a 01.04.76

PAPELETA: 0451/76—GDF
SERVIDOR: OMAR PAULO MACHADO
MATRICULA: 4297
Período: 13.02.76 a 31.03.76

PAPELETA: 00104/76—SM
SERVIDOR: OVIDIO JOSÉ DE SOUZA
MATRICULA: 4310
Período: 17.02.76 a 01.05.76

PAPELETA: 0351/76—GDF
SERVIDOR: SYLVIO MENDES
MATRICULA: 4383
Período: 03.01.76 a 31.03.76

PAPELETA: 0441/76—GDF
SERVIDOR: ALICE DA PAIXÃO OLIVEIRA VIEIRA
MATRICULA: 4620
Período: 02.02.76 a 03.04.76

FEDF — DGA — DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
- Chefe -
FEDF — DA
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"
PAPELETA 00192/76—SM
SERVIDOR Maria de Jesus de M. C. Martins
MATRICULA 70009
Período 19.02.76 a 21.02.76

PAPELETA 00303/76—SM
SERVIDOR Claudina de Pádua Prado
MATRICULA 70040
Período 21.02.76 a 03.03.76

PAPELETA 00333/76—SM
SERVIDOR Lenita Magalhães Santos
MATRICULA 70054
Período 18.03.76 a 29.03.76

PAPELETA 00334/76—SM
SERVIDOR Maria Alice Silva
MATRICULA 70215
Período 21.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00301/76—SM
SERVIDOR Maria Elisa Santana Resende
MATRICULA 70023
Período 07.03.76 a 19.03.76

PAPELETA 00332/76—SM
SERVIDOR Leila Magalhães Santos
MATRICULA 70041
Período 18.03.76 a 24.03.76

PAPELETA 00193/76—SM
SERVIDOR Valderez Gonçalves Ilhesca
MATRICULA 70083
Período 21.02.76 a 27.02.76

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA 00189/76—SM
SERVIDOR Cícero Pereira de Araujo
MATRICULA 14655
Período 23.02.76 a 24.02.76

PAPELETA 0509/76—GDF
SERVIDOR José Lima
MATRICULA 15377
Período 05.02.76 a 08.03.76

PAPELETA 05079/76—GDF
SERVIDOR Patrocina Gomes da Nova
MATRICULA 70057
Período 18.02.76 a 18.03.76

PAPELETA 0600/76—GDF
SERVIDOR José Gomes Pedrosa
MATRICULA 15373
Período 29.01.76 a 03.03.76

PAPELETA 00302/76—SM
SERVIDOR Terezinha Veloso
MATRICULA 70035
Período 04.03.76 a 30.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00304/76 SM
SERVIDOR Maria Ricardina S. de Almeida
MATRICULA 70056
Período 04.03.76 a 03.07.76

PAPELETA 00194/76—SM
SERVIDOR Claunilda Leite de Almeida
MATRICULA 70203
Período 24 02.76 a 23.06.76

FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00540/76—SM
SERVIDOR: THELMA SIMÕES SANTOS
MATRICULA: 7306
Período: 08.04.76 a 04.05.76

"PROC. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0722/76—GDF
SERVIDOR: JOSÉ ALVES DA SILVA LOBO
MATRICULA: 5111
Período: 02.03.76 a 31.03.76

PAPELETA: 00534/76—SM
SERVIDOR: HILDA DE FARIA ROBERTO
MATRICULA: 5743
Período: 01.04.76 a 15.04.76

PAPELETA: 0829/76—GDF
SERVIDOR: MARLY SANTIAGO FERREIRA
MATRICULA: 6994
Período: 14.03.76 a 11.06.76

PAPELETA: 00537/76—SM
SERVIDOR: SUELY GERALDO SALOMÃO
MATRICULA: 7163
Período: 02.04.76 a 04.04.76

PAPELETA: 00407/76—SM
SERVIDOR: MADALENA FERREIRA DE MORAIS
MATRICULA: 7166
Período: 05.03.76 a 03.05.76

PAPELETA: 00533/76—SM
SERVIDOR: MARIA TEREZA DA SILVA
MATRICULA: 5371
Período: 31.03.76 a 29.05.76

PAPELETA: 0812/76—GDF
SERVIDOR: EDSON FERREIRA DOS ANJOS
MATRICULA: 6880
Período: 02.02.76 a 01.04.76

PAPELETA: 00406/76—SM
SERVIDOR: MARIA DE LOURDES R. DE OLIVEIRA
MATRICULA: 7160
Período: 21.03.76 a 31.03.76

PAPELETA: 00564/76—SM
SERVIDOR: SUELY GERALDO SALOMÃO
MATRICULA: 7163
Período: 22.04.76 a 21.05.76

PAPELETA: 0736/76—GDF
SERVIDOR: ANTONIA DUARTE DA SILVA
MATRICULA: 7228
Período: 24.02.76 a 31.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00405/76—SM
SERVIDOR: ANGELA MARIA DA SILVEIRA
MATRICULA: 7135
Período: 22.03.76 a 21.07.76

"LIC. M. D. P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00478/76—SM
SERVIDOR: GESSY G. RIBEIRO
MATRICULA: 5771
Período: 07.04.76 a 09.04.76

FEDF — DGA — DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
- Chefe -

FEDF — DA
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00357/76—SM
SERVIDOR: Marly Ramos de Alcântara
MATRICULA: 3341
Período: 16.03.76 a 18.03.76

PAPELETA: 00503/76—SM
SERVIDOR: Mercilenes Faroni Gonzalez
MATRICULA: 3367
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00360/76—SM
SERVIDOR: Maria de Lourdes C. Ferreira
MATRICULA: 3389
Período: 22.03.76.

PAPELETA: 00506/76—SM
SERVIDOR: Maria de Lourdes C. Brandão
MATRICULA: 3390
Período: 07.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00461/76—SM
SERVIDOR: Nila Xavier de Resende
MATRICULA: 3448
Período: 08.04.76

PAPELETA: 00462/76—SM
SERVIDOR: Nirce Neves Barreto Pimentel
MATRICULA: 3462
Período: 06.04.76

PAPELETA: 00555/76—SM
SERVIDOR: Marysia Teixeira A. Camargo
MATRICULA: 3358
Período: 16.03.76 a 18.03.76

PAPELETA: 00505/76—SM
SERVIDOR: Maria de Lourdes C. Peixoto
MATRICULA: 3388
Período: 05.04.76

PAPELETA: 00359/76—SM
SERVIDOR: Maria de Lourdes C. Ferreira
MATRICULA: 3389
Período: 22.03.76

PAPELETA: 00361/76—SM
SERVIDOR: Nelly Maria Vieira da S. Miranda
MATRICULA: 3430
Período: 05.03.76 a 07.03.76

PAPELETA: 00507/76—SM
SERVIDOR: Nilza Silva
MATRICULA: 3459
Período: 02.04.76 a 04.04.76

PAPELETA: 00463/76—SM
SERVIDOR: Nirce Neves Barreto Pimentel
MATRICULA: 3462
Período: 08.04.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".
PAPELETA: 00556/76—SM
SERVIDOR: Nirce Neves Barreto Pimentel
MATRICULA: 3462
Período: 12.04.76

PAPELETA: 00508/76—SM
SERVIDOR: Sebastiana Bragança Oliveira
MATRCULA: 3551
Período: 06.04.76

PAPELETA: 00509/76—SM
SERVIDOR: Terezinha A. Fonseca
MATRICULA: 3584
Período: 05.04.76 a 07.04.76

PAPELETA: 00364/76—SM
SERVIDOR: Tereznha M.S. de Araújo
MATRICULA: 3595
Período: 30.03.76

PAPELETA: 00512/76—SM
SERVIDOR: Alaíde Alves de Oliveira
MATRICULA: 3708
Período: 01.04.76 a 03.04.76

PAPELETA: 00370/76—SM
SERVIDOR: Antonio Passarinho
MATRICULA: 3752
Período: 24.03.76 a 26.03.76

PAPELETA: 0693/76—GDF
SERVIDOR: Rosália Melo Pires da Luz
MATRICULA 35?
Período: 01.02.76 a 03.02.76

PAPELETA: 00557/76—SM
SERVIDOR: Sofia Dounis Rodrigues
MATRICULA: 3563
~~Perícula~~

Período: 12.04.76 14.04.76

PAPELETA: 00363/76—SM
SERVIDOR: Terezinha M.S. de Araújo
MATRICULA: 3595
Período: 24.03.76

PAPELETA: 00367/76—SM
SERVIDOR: Zilneide Ribeiro Mariano
MATRICULA 3674
Período: 04.03.76 a 05.03.76

PAPELETA: 00368/76—SM
SERVIDOR: Ana Maria Barros H.D'El Rei
MATRICULA: 3729
Período: 17.02.76 a 19.02.76

PAPELETA: 00466/76—SM
SERVIDOR: Antonio Pereira da Silva
MATRICULA: 3755
Período: 07.04.76 a 09.04.76
F.E.D.F.- D.G.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
Chefe
FED.F.
Serviço Médico
DR;; OSAIR TAVARES SILVA

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"
PAPELETA: 00555
SERVIDOR: Marysia Teixeira A. Camargo
MATRICULA: 3358
Período: 19.03.76 a 14.04.76

PAPELETA: 00506/76—SM
SERVIDOR; Maria de Lourdes C. Brandão
MATRICULA: 3390
Período: 10.04.76 15.04.76

PAPELETA: 00507/76—SM
SERVIDOR: Nilza Silva
MATRICULA: 3459
Período: 05.04.76 a 16.04.76

PAPELETA: 00368/76—SM
SERVIDOR: Ana Maria Barros H. D/El Rei
MATRICULA: 3729
Período: 20.02.76 a 24.02.76

PAPELETA: 00503/76—SM
SERVIDOR: Mercilenes Faroni Gonzalez
MATRICULA: 3367
Período: 08.04.76 a 14.04.76

PAPELETA: 00361/76—SM
SERVIDOR: Nelly Maria Vieira da S. Miranda
MATRICULA: 3430
Período: 08.03.76 a 10.03.76

PAPELETA: 0693/76—GDF
SERVIDOR: Rosália Melo Pires da Luz
MATRICULA: 3532
Período: 04.02.76a 16.03.76

PAPELETA: 00370/76—SM
SERVIDOR: Antonio Passarinho
MATRICULA: 3752
Período: 27.03.76 a 07.04.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
Chefe

F.E.D.F. - D.A.
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES DILVA

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00432/76—SM
SERVIDOR: VERA LUCIA DE OLIVEIRA
MATRICULA: 8641
Período: 23.03.76

PAPELETA: 0841/76—GDF
SERVIDOR: JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
MATRICULA: 10847
Período: 27.03.76 a 10.04.76

PAPELETA: 00444/76—SM
SERVIDOR: JOÃO CHAVES FIGUEIREDO
MATRICULA: 12395
Período: 22.03.76 a 23.03.76

PAPELETA: 0902/76—GDF
SERVIDOR: JOSÉ DE OLIVEIRA DA SILVA
MATRICULA: 12658
Período: 30.03 .76 a 10.05.76

PAPELETA: 0677/76—GDF
SERVIDOR: JOSÉ GOMES PEDROSA
MATRICULA: 15373
Período: 04.03.76 a 02.05.76

PAPELETA: 0906/76—GDF
SERVIDOR: AURIVALDO MANOEL DA SILVA
MATRICULA: 16409
Período: 01.04.76

PAPELETA: 00567/76—SM
SERVIDOR: MARIA ARACY B. DE OLIVEIRA
MATRICULA: 9866
Período: 18.04.76 a 04.05.76

PAPELETA: 1025/76—GDF
SERVIDOR: SEBASTIÃO LONGUINHOS DE FARIA
MATRICULA: 12368
Período: 01.02.76 a 30.04.76

PAPELETA: 0857/76—GDF
SERVIDOR: DOMINGOS JOAQUIM OLIVEIRA
MATRICULA: 12530
Período: 27.03.76 a 03.04.76

PAPELETA: 0664/76—GDF
SERVIDOR: RAFAEL ALMEIDA DA SILVA
MATRICULA: 13027
Período: 01.03.76 a 01.05.76

PAPELETA: 0698/76—GDF
SERVIDOR: AURIVALDO MANOEL DA SILVA
MATRICULA: 16409
Período: 01.03.76 a 31.03.76

PAPELETA: 0664/76—GDF
SERVIDOR: MANOEL ALMEIDA ALVES
MATRICULA: 16811
Período: 01.03.76 a 30.04.76

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00570/76—SM
SERVIDOR: PEDRO SUPLINIO DE SOUZA
MATRICULA: 16854
Período: 14.04.76 a 22.04.76

PAPELETA: 00572/76—SM
SERVIDOR: VALDEREZ GONÇALVES ILHESCA
MATRICULA: 70083
Período: 05.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00495/76—SM
SERVIDOR: LENITA MAGALHÃES SANTOS
MATRICULA: 70054
Período: 01.04.76 a 30.04.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00494/76—SM
SERVIDOR: TEREZINHA VELOSO
MATRICULA: 70035
Período: 01.04.76 a 31.07.76

FEDF — DGA — DA
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
Chefe

FEDF — DA
Serviço Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00282/76—SM
SERVIDOR Vilma da Silveira Lucena
MATRICULA 8124
Período 07.03.76 a 12.03.76

PAPELETA 00181/76—SM
SERVIDOR Regina Martha C. Vianna Silva
MATRICULA 8195
Período 24.02.76 a 06.03.76

PAPELETA 00291/76—SM
SERVIDOR Fátima Braga Mendes
MATRICULA 8743
Período 02.03.76 a 10.03.76

PAPELETA 00294/76—SM
SERVIDOR Jorge Ferreira dos Santos
MATRICULA 11106
Período 26.02.76 a 02.03.76

PAPELETA 00326/76—SM
SERVIDOR Rita Maria Monteiro de B. G. Costa
MATRICULA 8156
Período 18.03.76 a 24.03.76

PAPELETA 00341/76—SM
SERVIDOR Mariza de Oliveira Batista
MATRICULA 8227
Período 07.03.76 a 23.03.76

PAPELETA 00293/76—SM
SERVIDOR Maria Aracy Bittencourt Oliveira
MATRICULA 9866
Período 07.03.76 a 17.04.76

PAPELETA 00297/76—SM
SERVIDOR João Chaves Figueiredo
MATRICULA 12395
Período 16.03.76 a 20.03.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

SERVIÇO MÉDICO
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

'FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART; 123E DA LEI 1711 DE 28.10.52".
PAPELETA: 00398/76—SM
SERVIDOR: Gilda Oiamaré Siqueira
MATRICULA: 4980
Período: 26.03.76 a 28.03.76

PAPELETA: 00531/76—SM
SERVIDOR: Iraci Silva de Goes
MATRICULA: 5051
Período: 29.03.76 a 31.03.76

PAPELETA: 00400/76—SM
SERVIDOR: Jacy Alves
MATRICULA: 5083
Período: 24.03.76 a 26.03.76

PAPELETA: 00529/76—SM
SERVIDOR: Hilda de Azevedo Borges
MATRICULA 5016
Período: 07.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00476/76—SM
SERVIDOR: Itala Conde Duarte
MATRICULA: 5072
Período: 08.04.76 a 10.04.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Chefe
F.E.D.F.- D.A.
Servio Médico
Dr. OSAIR TAVARES SILVA

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00157/76- SM
SERVIDOR José Guedes de Brito
MATRICULA 495
Periodo: 13.02.76 a 13.03.76

PAPELETA 0638/76- GDF
SERVIDOR Antonio Lutero Ramos
MATRICULA 2381
Periodo: 01.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00204/76- SM
SERVIDOR Lila de Almeida
MATRICULA 3031
Periodo: 03.03.76 a 01.04.76

PAPELETA 00205/76- SM
SERVIDOR Maria Miriam de Freitas
MATRICULA 3260
Periodo: 04.03.76a 13.03.76

PAPELETA 0552/76- GDF
SERVIDOR Neusa Maria da Costa Pereira
MATPICULA 3439
Período: 25.02.76 a 23.05.76

PAPELETA 0518/76- GDF
SERVIDÔR Severina das Neves Dias
MATRICULA 3556
Periodo: 31.01.76 a 30.03.76

PAPELETA 0483/76- GDF
SERVIDOR Horácio Fernandes Dias
MATRICULA 763
Periodo: 16.02.76 a 16.03.76

PAPELETA 0512/76- GDF
SERVIDOR Humiles Pinheiro dos Santos
MATRICULA 2580
Periodo: 01.02.76 a 01.03..76- GDF
PAPELETA: 00159/76—SM
SERVIDOR Maria Madalena Araújo
MATRICULA 3248
Periodo: 24.02.76 a 27.02.76

PAPELETA 0568/76- GDF
SERVIDOR Maria do Socorro de M. Pereira
MATRICULA 3306
Periodo: 02.02.76 a 02.04.76

PAPELETA 00336/76- SM
SERVIDOR Orminda de Faria Vieira
MATRICULA 3495
Periodo: 11.03.76 a 09.05.76

PAPELETA 00164/76- SM
SERVIDOR Venância Vita de Jesus
MATRICULA 3615
Período: 23.02.76 a 23.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00209/76- SM
SERVIDOR Moema Maria A. Cavalcanti
MATRICULA 3401
Periodo: 08.03.76 a 07.07.76

"LIC. M. D. P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00306/76- SM
SERVIDOR Maria Aparecida M. Mendonça
MATRICULA 3108
Periodo: 15.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00213/76- SM
SERVIDOR Sebastiana Bragança Oliveira
MATRICULA 3551
Periodo: 08.03.76.

F.E.D.F. - D.G.A.- D.A.(Divisão de Pessoal)
CARMEM LUCIA DE QUEIROZ, Setor Regional de Pessoal-CHEFE-
F.E.D.F. Serviço Médico
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00312/76- SM
SERVIDOR Amália Botelho Gorayb
MATRICULA 4662
Periodo: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00172/76- SM
SERVIDOR Antonina Maia Nogueira
MATRICULA 4684
Periodo: 20.02.76.

PAPELETA 00316/76- SM
SERVIDOR Armênia Marra Guedes
MATRICULA 4706
Periodo: 15.03.76 a 16.03.76

PAPELETA 00173/76- SM
SERVIDOR Celcina Caldeira de Araújo
MATRICULA 4750
Periodo: 25.02.76.

PAPELETA 00241/76- SM
SERVIDOR Coracy Lopes da Silva
MATRICULA 4790
Período: 05.03.76 a 07.03.76

PAPELETA 00242/76- SM
SERVIDOR Ediete Rodor de Araújo
MATRICULA 4863
Periodo: 15.03.76.

PAPELETA 00313/76- SM
SERVIDOR Anileda de B.B. Pauluci
MATRICULA 4669
Periodo: 15.03.76 a 17.03.76

PAPELETA 00314/76- SM
SERVIDOR Armênia Marra Guedes
MATRICULA 4706
Periodo: 09.03.76

PAPELETA 00174/76- SM
SERVIDOR Celcina Caldeira de Araújo
MATRICULA 4750
Periodo: 23.02.76

PAPELETA 00239/76- SM
SERVIDOR Célia Cardoso de Lucena
MATRICULA 4754
Periodo: 10.03.76

PAPELETA 00176/76- SM
SERVIDOR Dayse Nunes Gonçalves
MATRICULA 4803
Periodo: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA 00246/76- SM
SERVIDOR Ednei Vaz Duarte Silva
MATRICULA 4877
Periodo: 16.02.76 a 18.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"
PAPELETA 00177/76—SM
SERVIDOR Efigênia Pinheiro Trindade
MATRICULA 4882
Periodo: 10.12.75

PAPELETA 00318/76- SM
SERVIDOR Elza Oliveira e Silva
MATRICULA 4911
Periodo: 04.03.76 a 05.03.76

PAPELETA 00201/76- SM
SERVIDOR Helena Melo Peressin
MATRICULA 5002
Periodo: 25.02.76 a 27.02.76

PEPELETA 00254/76- SM
SERVIDOR Josefa Francisca Silva de Lima
MATRICULA 5125
Periodo: 23.02.76 a 25.02.76

PAPELETA: 00200/76—SM
SERVIDOR Ely de Calasans Falcon
MATRICULA 4904
Periodo: 17.02.76 a 19.02.76

PAPELETA 00250/76- SM
SERVIDOR Geralda Faria Bonádio
MATRICULA 4970
Periodo: 04.03.76 a 06.03.76

PEPELETA 00251/76- SM
SERVIDOR Ilis de Rosário Battaglini
MATRICULA: 5038
Periodo: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00255/76- SM
SERVIDOR Josefina A. de Jesus Martins
MATRICULA 5127
Periodo: 08.03.76 a 10.03.76
"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00235/76- SM
SERVIDOR Ana Pereira Leal e Costa
MATRICULA 4656
Periodo: 13.03.76 a 08.04.76

PAPELETA 00241/76- SM
SERVIDOR Coracy Lopes da Silva
MATRICULA 4790
Periodo: 08.03.76 a 19.03.76

PAPELETA 00245/76- SM
SERVIDOR Edna Lúcia Pontes Guércio
MATRICULA 4876
Periodo: 21.11.75

PAPELETA 00250/76- SM
SERVIDOR Geralda Faria Bonádio
MATRICULA 4970
Periodo: 07.03.76 a 10.03.76

PAPELETA 00251/76- SM
SERVIDOR Ilis do Rosário Battaglini
MATRICULA 5038
Periodo: 07.03.76 a 18.03.76

PAPELETA 00312/76- SM
SERVIDOR Amália Botelho Gorayb
MATRICULA 4662
Periodo: 07.01.76 a 12.03.76

PAPELETA 00176/76- SM
SERVIDOR Dayse Nunes Gonçalves
MATRICULA 4803
Periodo: 19.02.76 a 16.03.76

PAPELETA 00246/76- SM
SERVIDOR Ednei Vaz Duarte Silva
MATRICULA 4877
Periodo: 19.02.76

PAPELETA 00201/76- SM
SERVIDOR Helena Melo Paressin
MATRICULA 5002
Periodo: 28.02.76 a 24.04.76

PAPELETA 00245/76- SM
SERVIDOR Josefa Francisca Silva de Lima
MATRICULA 5125
Período: 26.02.76 a 03.03.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00170/76—SM
SERVIDOR: SONIA LOURDES RÊGO
MATRICULA: 4386
Período: 21.02.76 a 04.03.76

"PROCR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00217/76—SM
SERVIDOR: ZILMA SALGADO FERRAZ
MATRICULA: 3673
Período: 12.03.76

PAPELETA: 00219/76—SM
SERVIDOR: CORINA FRANÇA DA SILVA
MATRICULA: 3816
Período: 10.03.76 a 22.03.76
PAPELETA: 00233/76—SM
SERVIDOR: SEMIRAMIS REGUEIRA BURGOS
MATRICULA: 4378
Período: 11.03.76 a 20.03.76

PAPELETA: 00339/76—SM
SERVIDOR: SONIA LOURDES REGO
MATRICULA: 4386
Período: 15.03.76 a 13.04.76

PAPELETA: 00218/76—SM
SERVIDOR: ZUELICA PINHEIRO DAS NEVES
MATRICULA: 3681
Período: 08.03.76 a 11.03.76

PAPELETA: 00230/76—SM
SERVIDOR: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
MATRICULA: 4181
Período: 08.03.76 a 12.03.76

PAPELETA: 00340/76—SM
SERVIDOR: SONIA LOURDES REGO
MATRICULA: 4386
Período: 08.03.76

PAPELETA: 0530/76—GDF
SERVIDOR: VICENTE TARCHETTI
MATRICULA: 4414
Período: 01.02.76 a 31.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28/10/52"

PAPELETA: 00310/76—SM
SERVIDOR: ANNA MARIA D.A. VILLABOIM
MATRICULA: 3730
Período: 17.03.76 a 16.07.76

PAPELETA: 00226/76—SM
SERVIDOR: JOAQUINIANA RODRIGUES DE MELLO
MATRICULA: 4033
Período: 04.03.76 a 03.07.76

"LIC. M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00214/76—SM
SERVIDOR: YVONE CARLOS DOMINGUES DA SILVA
MATRICULA: 3652
Período: 15.03.76 a 16.03.76

PAPELETA: 00232/76—SM
SERVIDOR: MARIA LUCIA C. DIB G. DE SOUZA
MATRICULA: 4214
Período: 16.02.76 a 28.02.76

FEDF — DGA — DA
Divisão de Pessoal
Carmen Lucia de Queiroz
Setor Regional de Pessoal
Chefe

FEDF — DA
Serviço Médico
Dr. Osair Tavares Silva

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00145/76- SM
SERVIDOR Anselmo Gomes
MATRICULA 11842
Periodo: 12.02.76 a 13.02.76

PAPELETA 0227/76- GDF
SERVIDOR Arcelino Jacinto de Pontes
MATRICULA 16648
Periodo: 26.01.76 a 29.01.76

PAPELETA 0416/76- GDF
SERVIDOR MANOEL ALMEIDA ALVES
MATRICULA 16811
Periodo: 04.02.76 a 29.02.76

PAPELETA 00153/76- SM
SERVIDOR Pedrina Pereira Viana
MATRICULA 70016
Periodo: 12.02.76 a 23.02.76
PAPELETA 00155/76- SM
SERVIDOR Terezinha Veloso
MATRICULA 70035
Periodo 14.02.76 a 25.02.76

PAPELETA 00146/76- SM
SERVIDOR Francisco Sales Ferreira
MATRICULA 12298
Periodo: 19.02.76 a 20.02.76

PAPELETA 00149/76- SM
SERVIDOR Francisco Ferreira Filho
MATRICULA 16702
Periodo: 13.02.76 a 16.02.76

PAPELETA 00150/76- SM
SERVIDOR Antonio Pereira dos Santos
MATRICULA 17077
Periodo: 19.02.76 a 16.03.76

PAPELETA 00154/76- SM
SERVIDOR Maria Lúcia Oliveira de Souza
MATRICULA 70032
Periodo: 12.02.76 a 23.02.76

PAPELETA 00156/76- SM
SERVIDOR Jamili Amim Carneiro
MATRICULA 70095
Periodo: 05.02.76 a 16.02.76

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA 0248/76- GDF
SERVIDOR José Ferreira dos Santos
MATRICULA 10847
Periodo: 26.01.76 a 25.02.76

PAPELETA 00144/76- SM
SERVIDOR Anselmo Gomes
MATRICULA 11842
Periodo: 16.02.76a 23.76 a 23.02.76

PAPELETA 0256/76- GDF
SERVIDOR Manoel dos Santos Machado
MATRICULA 13373
Periodo: 01.01.76 a 31.03.76

PAPELETA 0224/76- GDF
SERVIDOR José Luz de Almeida
MATRICULA 17365
Periodo: 01.01.76 a 30.06.76

PAPELETA 0336/76- GDF
SERVIDOR Myrialva B. Ribeiro
MATRICULA 70085
Periodo: 02.02.76 a 26.02.76

PAPELETA 0384/76- GDF
SERVIDOR Sebastião Pinto de Paula
MATRICULA 11294
Periodo: 01.02.76 a 30.04.76

PAPELETA 0390/76- GDF
SERVIDOR José Oliveira da Silva
MATRICULA 12658
Periodo: 30.01.76 a 29.03.76

PAPELETA 00148/76- SM
SERVIDOR Tomires José Conde
MATRICULA 16096
Periodo: 04.02.76 a 15.02.76

PAPELETA 0448/76- GDF
SERVIDOR Patrocina Gomes da Nova
MATRICULA 70057
Periodo: 08.02.76 a 17.02.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00072/76- SM
SERVIDOR Terezinha Marques Rosa
MATRICULA 70063
Periodo: 02.02.76 a 01.06.76

F.E.D.F.- D.G.A.- D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEM LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF — DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 e 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA 00133/76—SM
SERVIDOR Eugênia Bonifácio de Sousa
MATRICULA 8224
Período 20.02.76 a 21.02.76

PAPELETA 00067/76—SM
SERVIDOR Clélia Macrini L. Moreira
MATRÍCULA 8601
Período 06.02.76 a 07.02.76

PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97 98, e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 0058/76—SM
SERVIDOR Suely Geraldo Salomão
MATRÍCULA 7163
Período 02.02.76 à 01.04.76

PAPELETA 0415/76
SERVIDOR Josefina Guimarães Toledo
MATRÍCULA 7327
Período 04.01.76 a 02.04.76

PAPELETA 00135/76—SM
SERVIDOR Gildete Mundim Guimarães
MATRÍCULA 8413
Período 02.02.76 a 06.03.76

PAPELETA 0285/76—GDF
SERVIDOR Antonia Duarte da Silva
MATRÍCULA 7228
Período 25.01.76 a 23.02.76

PAPELETA 00130/76—SM
Servidor Ovídio José de Souza
MATRÍCULA 7713
Período 17.02.76 a 01.05.76

LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART; 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"
PAPELETA 0035/76—SM
SERVIDOR Maria Celeste Gomes Muraro
MATRÍCULA 7092
Período 22.01.76 a 21.05.76

PAPELETA 00062/76—SM

SERVIDOR Regina Maria R. Frota Neves
MATRÍCULA 7659
Período 02.02.76 a 01.06.76

PAPELETA 00136/76—SM
SERVIDOR Clélia Moraes M de Sousa
MATRÍCULA 8551
Período 09.02.76 a 08.06.76

PAPELETA 00125/76-SM
SERVIDOR Rosa Marta Magalhães de Oliveira
MATRÍCULA 7322
Período 06.02.76 a 05.06.75

PAPELETA 00036/76—SM
SERVIDOR Idelzinete Antão de M. Carvalho
MATRÍCULA 8395
Período 29.12.75 a 28.04.76: FEDF-DGA-DA.

LIC. M.D.P. • FAMÍLIA NOS TERMOS DO ART; 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52'.
PAPELETA 00121/76—SM
SERVIDOR Helena Cardoso Danna
MATRÍCULA 7118
Período 16.02.76 a 27.02.76

PAPELETA 00066/76—SM
SERVIDOR
Jandra de Melo Barbosa
MATRÍCULA 8229
Período 04.02.76 a 19.02.76

PAPELETA 00126/76—SM
SERVIDOR Zoraide Antunes Ribeiro
MATRÍCULA 7599
Período 10.02.76 a 12.02.76
FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEM LÚCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF-DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0359/76-GDF
SERVIDOR: Ana Amélia Resende de Perillo
MATRÍCULA: 8254
Período: 01.02.76 a 01.03.76

PAPELETA: 00328/76-SM
SERVIDOR: Maria Magali dos Santos
MATRÍCILA: 8524
Período: 12.03.76 a 21.03.76

PAPELETA: 00331/76-SM
SERVIDOR: Fragmar Diniz Leite
MATRÍCULA: 8996
Período: 30.01.76 a 29.03.76

PAPELETA: 0562/76-GDF
SERVIDOR: José Ferreira dos Santos
MATRÍCULA: 10847
Período: 26.02.76 a 26.03.76

PAPELETA: 00295/76-SM
SERVIDOR: Anselmo Gomes
MATRÍCULA: 11842
Período: 28.02.76 a 12.03.76

PAPELETA: 0572/76-GDF
SERVIDOR: João Soares da Silva
MATRÍCULA: 14152
Período: 03.03.76 a 30.04.76

PAPELETA: 00182/76-SM
SERVIDOR: Maria Magali dos Santos
MATRÍCULA: 8524
Período: 13.02.76 a 23.02.76

PAPELETA: 00286/76-SM
SERVIDOR: Clélia Macrini L. Moreira
MATRÍCULA: 8601
Período: 08.02.76

PAPELETA: 00292/76-SM
SERVIDOR: Renée de Freitas Silva
MATRÍCULA: 9409
Período: 13.03.76 a 10.06.76

PAPELETA: 00187/76-SM
SERVIDOR: Anselmo Gomes
MATRÍCULA: 11842
Período: 24.02.76 e 27.02.76

PAPELETA: 0581/76-GDF
SERVIDOR: Domingos Joaquim Oliveira
MATRÍCULA: 12530
período: 21.02.76 a 26.03.76

PAPELETA: 00188/76-SM
SERVIDOR: José Teodoro de Lima
MATRÍCULA: 14518
Período: 12.02.76 a 12.03.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00285/76-SM
SERVIDOR: Irma de Souza Palegrinelli
MATRÍCULA: 8251
Período: 04.03.76 a 03.07.76

PAPELETA: 00289/76-SM
SERVIDOR: Erci Maria de Sousa
MATRÍCULA: 8649
Período: 03.03.76 a 02.07.76

PAPELETA: 00184/76-SM
SERVIDOR: Marilene Brito Alves
MATRÍCULA: 8563
Período: 25.02.76 a 24.06.76

"LIC. M.D.P. FAMÍLIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28. 10.52"

PAPELTA: 00180/76-SM
SERVIDOR: Regina Maria Pires F. Machado
MATRÍCULA: 8153
Período: 23.02.76 a 01.03.76

PAPELETA: 00203/76-SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Oliveira
MATRÍCULA: 8641
Período: 26.02.76 a 27.02.76

PAPELETA: 00327/76-SM
SERVIDOR: Maria Eunice S. do A. Carvalho
MATRÍCULA: 8516
Período: 15.03.76

PAPELETA: 00288/76-SM
SERVIDOR: Dirce Maria Roça de Almeida
MATRÍCULA: 8647
Período: 11.03.76

F.E.D.F. - D.G.A. - D.A.
Divisão Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. - D.A.
SERVIÇOS MÉDICOS
Dr. Osair Tavares Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA ELI 1711 DE 28,10.52"

PAPELETA 00548/76—SM
SERVIDOR Veneranda Costa dos Santos
MATRÍCULA 8660
Período 05.04.76

PAPELETA 00438/76—SM
SERVIDOR Maria Solange P. dos Santos
MATRÍCULA 8742
Período 24.03.76 a 25.03.76

PAPELETA 00441/76—SM
SERVIDOR Maria da Graça Barreto Porto
MATRÍCULA 10.004
Período 24.03.76

PAPELETA 00442/76—SM
SERVIDOR Francisco Sales Ferreira
MATRÍCULA 12.298
Período 18.03.76 a 20.03.76

PAPELETA 00492/76—SM
SERVIDOR Raimundo Escórcio Coelho
MATRÍCULA 14.534
Período 29.03.76 a 31.03.76

PAPELETA 00552/76—SM
SERVIDOR João José Pereira
MATRÍCULA 16739
Período 30.03.76 a 01.04.76

PAPELETA 00490/76—SM
SERVIDOR Coracy do Nascimento Silva Lopes
MATRÍCULA 8703
Período 07.04.76 a 09.04.76

PAPELETA 00439/76—SM
SERVIDOR Vera Lúcia Cavalcante de Barros
MATRÍCULA 8746
Período 24.03.76.

PAPELETA 00568/76—SM
SERVIDOR Francisco Pedro Ramos
MATRÍCULA 12191
Período 12.04.76 a 14.04.76

PAPELETA 00443/76—SM
SERVIDOR Luiz Portela Sobrinho
MATRÍCULA 12.326
Período: 15.03.76 a 17.03.76.

PAPELETA 00493/76—SM
SERVIDOR João Atanázio de Araújo
MATRÍCULA 15.354
Período 09.04.76 a 11.04.76

PAPELETA 00445/76—SM
SERVIDOR Pedro Suplinio de Souza
MATRÍCULA 16854
Período 29.03.76 a 31.03.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00553/76—SM
SERVIDOR Oswaldina Leal Paulista
MATRÍCULA 70.012
Período 04.02.76

PAPELETA 00447/76—SM
SERVIDOR Myrialva B. Ribeiro
MATRÍCULA 70085
Período 18.03.76

PAPELETA 00449/76—SM
SERVIDOR: Myrialva B. Ribeiro.
MATRÍCULA 70085
Período 16.03.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 00568/76—SM
SERVIDOR Francisco Pedro Ramos
MATRÍCULA 12191
Período 15.04.76 a 16.04.76

PAPELETA 00443/76—SM
SERVIDOR Luiz Portela Sobrinho
MATRÍCULA 12326
Período 18.03.76 a 19.03.76

PAPELETA 00493/76—SM
SERVIDOR João Atanazio de Araújo
MATRÍCULA 15354
Período 12.04.76 a 23.04.76

PAPELETA 00445/76—SM
SERVIDOR Pedro Suplinio de Souza
MATRÍCULA 16854
Período 01.04.76 a 13.04.76

PAPEPELETA 00442/76—SM
SERVIDOR Francisco Sales Ferreira
MATRÍCULA 12298
Período 21.03.76 a 16.04.76
PAPELETA 00492/76—SM
SERVIDOR Raimundo Escórcio Coelho
MATRÍCULA 14534
Período 01.04.76 a 28.04.76

PAPELETA 00552/76—SM
SERVIDOR João José Pereira
MATRÍCULA 16739
Período 02.04.76 a 28.04.76

F.E.D.F. D.G.A.- D.A.
Divisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

F.E.D.F. - D.A.
SERVIÇO MÉDICO
DR. OSAIR TAVARES SILVA

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00024/76—SM
SERVIDOR: José Guedes de Brito
MATRÍCULA: 495
Período: 17.01.76 a 12.02.76

PAPELETA: 00025/76—SM
SERVIDOR: Manoel Rodrigues do Nascimento
MATRÍCULA: 3077
Período: 09.01.76 a 20.01.76

PAPELETA: 00087/76—SM
SERVIDOR: Orlando Vieira Torres
MATRÍCULA: 3494
Período: 09.02.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00028/76—SM
SERVIDOR: Venância Vita de Jesus
MATRÍCULA: 3615
Período: 23.01.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00030/76—SM
SERVIDOR: José Alcântara dos Santos
MATRÍCULA: 4041
Período: 04.01.76 a 27.01.76

PAPELETA: 00056/76—SM
SERVIDOR: Edna Batista Spinola Leal
MATRÍCULA: 4874
Período: 05.02.76 a 06.02.76

PAPELETA: 00037/76—SM
SERVIDOR: José Zezeu Cândido
MATRÍCULA: 717
Período: 08.02.76 a 05.03.76

PAPELETA: 00041/76—SM
SERVIDOR: Miguel Ferreira da Silva
MATRÍCULA: 3370
Período: 05.02.76 a 12.02.76

PAPELETA: 00088/76—SM
SERVIDOR: Orminda de Faria Vieira
MATRÍCULA: 3495
Período: 13.02.76 a 10.03.76

PAPELETA: 00097/76—SM
SERVIDOR: Vitalina Pinheiro Torres
MATRÍCULA: 3629
Período: 19.02.76 a 01.03.76

PAPELETA: 00109/76—SM
SERVIDOR: Aparício Vidal de Ataíde
MATRÍCULA: 4694
Período: 09.02.76 a 06.03.76

PAPELETA: 0216/76—GDF
SERVIDOR: José Alexandre da Silva
MATRÍCULA: 5109
Período: 26.01.76 a 22.02.76

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 97, E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 0362/76—GDF
SERVIDOR: José Alves da Silva Lobo
MATRÍCULA: 5111
Período: 04.02.76 a 01.03.76

PAPELETA: 00034/76—SM
SERVIDOR: Osvaldina Dy La Fuente Costa
MATRÍCULA: 5479
Período: 24.01.76 a 19.02.76

FEDF—DGA — DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LÚCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE

FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares da Silva

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00325/76—SM
SERVIDOR: Marlene Alves Santana
MATRÍCULA: 8100
Período: 19.03.76

PAPELETA: 00326/76—SM
SERVIDOR: Rita Maria Monteiro de B. G. Costa
MATRÍCULA: 8156
Período: 15.03.76 a 17.03.76

PAPELETA: 00283/76—SM
SERVIDOR: Generosa de Oliveira A. Costa
MATRÍCULA: 8196
Período: 04.03.76 a 05.03.76

PAPELETA: 00341/76—SM
SERVIDOR: Mariza de Oliveira Batista
MATRÍCULA: 8227
Período: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00329/76—SM
SERVIDOR: Rita Matos dos Santos
MATRÍCULA: 8550
Período: 16.03.76 a 17.03.76

PAPELETA: 00202/76—SM
SERVIDOR: Vera Lúcia de Oliveira
MATRÍCULA: 8641
Período: 11.02.76 a 12.02.76

PAPELETA: 00282/76—SM
SERVIDOR: Vilma da Silveira Lucena
MATRÍCULA: 8124
Período: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00181/76—SM
SERVIDOR: Regina Martha C. Vianna Silva
MATRÍCULA: 8195
Período: 21.02.76 a 23.02.76

PAPELETA: 00284/76—SM
SERVIDOR: Romualda Maria Bezerra
MATRÍCULA: 8212
Período: 08.03.76

PAPELETA: 00183/76—SM
SERVIDOR: Marli Elizabeth Ribeiro
MATRICULA: 8545
Período: 23.02.76

PAPELETA: 00287/76—SM
SERVIDOR: Eurides de Souza Davi
MATRICULA: 8618
Período: 04.03.76

PAPELETA: 00290/76—SM
SERVIDOR: Veneranda Costa dos Santos
MATRICULA: 8660
Período: 09.03.76.

FEDF—DGA—DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS, 97 E 98 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00029/76—SM
SERVIDOR: Zilta Rocha de C. Oliveira
MATRÍCULA: 3675
Período: 25.01.76 a 05.02.76

PAPELETA: 00048/76—SM
SERVIDOR: Adélia Leite Coelho
MATRÍCULA: 3693

Período: 04.02.76a 31.03.76

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00039/76—SM
SERVIDOR: Lila de Almeida
MATRÍCULA: 3031
Período: 02.02.76 a 02.03.76

PAPELETA: 0427/76—GDF
SERVIDOR: Meslinda de Morais Feitosa Abreu
MATRÍCULA: 3369
Período: 24.01.76 a 24.04.76

PAPELETA: 00082/76—SM
SERVIDOR: Maria José Mendonça de Oliveira
MATRÍCULA: 3374
Período: 01.02.76 a 01.03.76

PAPELETA: 00089/76—SM
SERVIDOR: Renilda da Silva Neves
MATRÍCULA: 3523
Período: 17.02.76 a 21.02.76

PAPELETA: 00092/76—SM
SERVIDOR: Sônia Maria Santos Patú
MATRÍCULA: 3566
Período: 16.02.76 a 20.02.76

"LICENÇA GESTANTE NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00043/76—SM
SERVIDOR: Neusa Dias Ferreira
MATRÍCULA: 3435
Período: 02.02.76 a 01.06.76

PAPELETA: 00096/76—SM
SERVIDOR: Victalina Lalucce dos Santos
MATRÍCULA: 3626
Período: 16.02.76 a 15.06.76.

"LIC. M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 2810.52".

PAPELETA: 00083/76—SM
SERVIDOR: Maria José Teixeira Aversa
MATRÍCULA: 3380
Período: 18.02.76 a 18.03.76

PAPELETA: 0223/76—GDF
SERVIDOR: Rosália Melo Pires da Luz
MATRÍCULA: 3532
Período: 18.12.75 a 31.01.76

FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52.

PAPELETA 00192/76—SM
SERVIDOR Maria de Jesus de M. C. Martins
MATRICULA 70009
Período 16.02.76 a 18.02'76

PAPELETA 00303/76-SM

SERVIDOR Claudina de Padua Prado
MATRICULA 70040
Período 18.02.76 a 20.02'76

PAPELETA 00333/76—SM
SERVIDOR Lenita Magalhães Santos
MATRICULA 70054
Período 15.02.76 a 17.03.76

PAPELETA 00334/76-SM
SERVIDOR Maria Alice Silva

MATRICULA 70215
Período 18.03.76 a 20.03.76

PAPELETA 00301/76—SM
SERVIDOR Maria Elisa Santana Resende
MATRICULA 70023
Período 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA 00332/76—SM
SERVIDOR Leila Magalhães Santos
MATRICULA 70041
Período 15.03.76 a 17.03.76

PAPELETA 00193/76—SM
SERVIDOR Valderez Gonçalves Ilhesca
MATRICULA 70083
Período 18'02.76 a 20.02.76

FEDF-DGA-DA
Divisão de Pessoal
CARMEM LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de pessoal
CHEFE

FEDF DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"PROR. LIC. TRAT. SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 E 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00504/76—SM
SERVIDOR: Miguel Ferreira da Silva
MATRICULA: 3370
Período: 01.04.76 a 15.04.76

PAPELETA: 00464/76—SM
SERVIDOR: Oneida Medeiros da Silva
MATRICULA: 3490
Período: 08.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 0772/76—GDF
SERVIDOR: Raimunda Ferreira Pedrosa
MATRICULA: 3510
Período: 03.03.76 a 30.04.76

PAPELETA: 0762/76—GDF
SERVIDOR: Zeyza Eleonora Ramos de Araújo
MATRICULA: 3667
Período: 29.02.76 a 31.03.76

PAPELETA: 00369/76—SM
SERVIDOR: Ana Maria Barros H. D'El-Rei
MATRICULA: 3729
Período: 15.03.76 a 23.03.76

PAPELETA: 00362/76—SM
SERVIDOR Nilza Vaiano
MATRICULA: 3460
Período: 26.03.76 a 20.04.76

PAPELETA: 0721/76—GDF
SERVIDOR: Raimunda Costa
MATRICULA: 3508
Período: 01.03.76 a 31.03.76

PAPELETA: 0899/76—GDF
SERVIDOR: Rosália Melo Pires da Luz
MATRICULA: 3532
Período: 17.03.76 a 02.04.76

PAPELETA: 00511/76—SM
SERVIDOR: Adélia Leite Coelho
MATRICULA: 3693
Período: 01.04.76 a 30.04.76

"LIC. M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00358/76—SM
SERVIDOR: Maria José Teixeira Aversa
MATRICULA: 3380
Período: 19.03.76 a 17.04.76

PAPELETA: 00366/76—SM
SERVIDOR: Yvonne Domingos A. de Assunção
MATRICULA: 3649
Período: 25.03.76

PAPELETA: 00465/76—SM
SERVIDOR: Yvone Carlos D. da Silva
MATRICULA 3652
Período: 05.04.76 a 09.04.76

PAPELETA: 00365/76—SM
SERVIDOR: Yvonne Domingues A. de Assunção
MATRICULA: 3649
Período: 18.03.76 a 19.03.76
PAPELETA: 00510/76—SM
SERVIDOR: Yvone Carlos D. da Silva

MATRICULA: 3652
Período: 29.03.76 a 02.04.76
PAPELETA: 00558/76—SM
SERVIDOR: Yvone Carlos D. da Silva
MATRICULA: 3652
Período , 12.04.76 a 14.04.76
"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA: 00371/76—SM
SERVIDOR: Carlos José Pereira
MATRICULA: 3797
Período: 25.03.76 a 27.03.76

PAPELETA: 00373/76—SM
SERVIDOR: Eva de Queiroz Martins
MATRICULA: 3888
Período: 18.03.76 a 19.03.76

PAPELETA: 00376/76—SM
SERVIDOR: Joaquim Fernando Soares Alonso
MATRICULA 4030
Período: 05.03.76

PAPELETA: 00377/76—SM
SERVIDOR: Joaquim Fernando Soares Alonso
MATRICULA: 4030
Período: 12.03.76.

PAPELETA: 00379/76—SM
SERVIDOR: José de Ribamar R. Resende
MATRICULA: 4090
Período: 19.03.76

PAPELETA: 00381/76—SM
SERVIDOR: José de Ribamar R. Resende
MATRICULA: 4090
Período: 25.03.76

PAPELETA: 00372/76—SM
SERVIDOR: Eishin Kokitsu
MATRICULA: 3863
Período: 22.03.76 a 24.03.76

PAPELETA: 00374/76—SM
SERVIDOR: Jacy Adélia de Araújo
MATRICULA: 4000
Período: 04.03.76 a 06.03.76

PAPELETA: 00375/76—SM
SERVIDOR: Joaquim Fernando Soares Alonso
MATRICULA: 4030
Período: 09.03.76

PAPELETA: 0897/76—GDF
SERVIDOR: José Barbosa.
MATRICULA: 4044
Período: 15.03.76 a 17.03.76

PAPELETA: 00380/76—SM
SERVIDOR: José de Ribamar R. Resende
MATRICULA: 4090
Período: 22.03.76

PAPELETA: 00383/76—SM
SERVIDOR: Libânia Rabello Ferreira
MATRICULA: 4123
Período: 10.03.76 a 12.03.76
FEDF—DGA—DA
DIVISÃO DE PESSOAL
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

"LIC M.D.P. FAMILIA NOS TERMOS DO ART. 106 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00141/76—SM
SERVIDOR: Maria Auxiliadora Rosado Maia
MATRICULA: 8733
Período: 19.02.76 a 20.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 00024/76—SM
SERVIDOR: José Guedes de Brito
MATRICULA: 495
Período: 14.01.76 a 16.01.76

PAPELETA: 00073/76—SM
SERVIDOR: José Zezeu Cândido
MATRICULA: 717
Período: 05.02.76 a 07.02.76

PAPELETA: 00025/76—SM
SERVIDOR: Manoel Rodrigues do Nascimento
MATRICULA: 3077
Período: 06.01.76 a 08.01.76

PAPELETA: 00041/76—SM
SERVIDOR: Miguel Ferreira da Silva
MATRICULA: 3370
Período: 02.02.76 a 04.02.76

PAPELETA: 00087/76—SM
SERVIDOR: Orlando Vieira Torres
MATRICULA: 3494
Período: 06.02.76 a 08.02.76

PAPELETA: 00088/76—SM
SERVIDOR: Orminda de Faria Vieira
MATRICULA: 3495
Período: 10.02.76 a 12.02.76

PAPELETA: 00028/76—SM
SERVIDOR: Venância Vita de Jesus
MATRICULA: 3615
Período: 20.01.76 a 22.01.76

PAPELETA: 00097/76—SM
SERVIDOR: Vitalina Pinheiro Torres
MATRICULA: 3629
Período: 16.02.76 a 18.02.76

PAPELETA: 00049/76—SM
SERVIDOR: Afonso Guilherme dos Santos
MATRICULA: 3701
Período: 29.01.76 a 31.01.76

PAPELETA: 00030/76—SM
SERVIDOR: José Alcântara dos Santos
MATRICULA: 4041
Período: 01.01.76 a 03.01.76

PAPELETA: 00109/76—SM
SERVIDOR: Aparício Vidal de Ataíde
MATRICULA: 4694
Período: 06.02.76 a 08.02.76

PAPELETA: 00056/76—SM
SERVIDOR: Edna Batista Spinola Leal
MATRICULA: 4874
Período: 02.02.76 a 04.02.76

"FALTAS RELEVADAS NOS TERMOS DO ART. 123 DA LEI 1711 DE 28.10.52".

PAPELETA: 0216/76—GDF
SERVIDOR: José Alexandre da Silva
MATRICULA: 5109
Período: 23.01.76 a 25.01.76

PAPELETA: 0362/76—GDF
SERVIDOR: José Alves da Silva Lôbo
MATRICULA: 5111
Período: 01.02.76 a 03.02.76

PAPELETA: 00034/76—SM
SERVIDOR: Osvaldina Dy La Fuente Costa
MATRICULA: 5479
Período: 21.01.76 a 23.01.76

"PROR. LIC. TRAT SAUDE NOS TERMOS DOS ARTS. 93, 97, 98 e 99 DA LEI 1711 DE 28.10.52"

PAPELETA 0410/76—GDF
SERVIDOR Manoel Henrique da Silva
MATRICULA 1681
Período 08.02.76 a 31.07.76

PAPELETA 0418/76—GDF
SERVIDOR José Alcides Alves Gouvea
MATRICULA 2662
Período 30.01.76 a 30.03.76

PAPELETA 00074/76—SM
SERVIDOR Maria Benedita da Conceição
MATRICULA 3121
Período 21.02.76 a 21.03.76—.

PAPELETA 00074/76—SM
SERVIDOR Tereza Pimenta Pedroso
MATRICULA 3597
Período 03.02.76 a 06.02.76
PAPELETA 00100/76-SM
SERVIDOR Djaniro José Pereira
MATRICULA 3839
Período 04.02.76 a 04.03.76

PAPELETA 0251/76—GDF
SERVIDOR Edina Cardoso da Silva
MATRICULA 4866
Período 28.01.76 a 31.03.76

PAPELETA 0377/76—GDF
SERVIDOR Antonio Lutero Ramos
MATRICULA 2381
Período 01.02.76 a 29.02.76—

PAPELETA 00026/76-SM
SERVIDOR Maria Benedita da Conceição
MATRICULA 3121
Período 22.01.76 a 20.02.76

PAPELETA 0242/76—GDF
SERVIDOR Severino Queiroz Soares
MATRICULA 3557
Período 27.01.76 a 30.06.76

PAPELETA 0360/76—GDF
SERVIDOR Zeyza Eleonora Ramos de Araujo
MATRICULA 3667
Período 30.01.76 a 28.02.76

PAPELETA 0333/76—GDF
SERVIDOR Irene França Barbosa
MATRICULA 3986
Período 01.02.76 a 28.04.76

PAPELETA 00114/76—SM
SERVIDOR Edna Batista Spinola Leal
MATRICULA 4874
Período 09.02.76 a 13.02.76

FEDF-DGA-DADivisão de Pessoal
CARMEN LUCIA DE QUEIROZ
Setor Regional de Pessoal
CHEFE
FEDF—DA
SERVIÇO MÉDICO
Dr. Osair Tavares Silva

DIRETORIA GERAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ATOS DO DIRETOR

ATO Nº 083/76 — DMP 16 DE MARÇO DE 1976.

O DIRETOR DO DEPARTMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº. 47945/76—FEDF,

RESOLVE :

Aplicar à firma "PAPEL PAPEIS E ARTES GRÁFICAS LTDA", a multa de Cr$ 76,59 (setenta e seis cruzeiros e cinquenta e nove centavos), por atraso de 16 (dezesseis) dias na entrega do material que lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº. 336/75—SEEC, entregue pela Nota Fiscal nº. 00594, de conformidade com as condições estabelecidas no Convite nº. 218/75.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilida.

Brasília - Distrito Federal, 16 de março de 1.976.
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 084/76 — DMP, 16 DE MARÇO DE 1.976.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº. 47369/76—FEDF,

RESOLVE :,
Cancelar o item nº. 07, da Nota de Empenho nº. 425/75—GDF/FEDF, emitida em nome de "PLANTEL S/A.

Brasília - Distrito Federal, 16 de março de 1.976

JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimonio
DIRETOR

ATO Nº. 085/76 — DMP, 16 DE MARÇO DE 1.976.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº. 48088/76—FEDF,

RESOLVE :

Aplicar à firma "GUANAPLAST PRODUTOS PLASTICOS LTDA," a multa de Cr$ 54,67 (cinquenta e quatro cruzeiros e sessenta e sete centavos), por atraso de 22 (vinte e dois) dias na entrega do material que lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº. 288/75 -GDF/FEDF, entregue pela Nota Fiscal nº. 1012, de conformidade com as condições estabelcidas na Proposta. Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.

Brasília - Distrito Federal, 16 de março de 1.976.

JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimonio
DIRETOR

ATO Nº 092/76—DMP, 24 DE MARÇO DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº 46691/76—FEDF,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o "ATO" de multa nº 049/76—DMP, de 16 de fevereiro de 1976, emitido em nome de "POLO NORTE EXTINTORES LTDA".
Brasília - Distrito Federal, 24 de março de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 093/76—DMP, 25 DE MARÇO DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº 48416/76—FEDF,

RESOLVE:

Aplicar à firma "CARVALHO DE MORAES e CIA LTDA", a multa de Cr$ 17,43 (dezessete cruzeiros e quarenta e três centavos), por atraso de 04 (quatro) dias na entrega do material que lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 323/75—DEF/MEC, entregue pelas Notas Fiscais nºs 041 e 098, de conformidade com as condições estabelecidas no Convite nº 216/75.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 25 de março de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 094/76—DMP, 25 DE MARÇO DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta do processo nº 48427/76—FEDF,

RESOLVE:

Aplicar à firma "PAULO CESAR BERNARDES e CIA LTDA", a multa de Cr$ 59,40 (cinquenta e nove cruzeiros e quarenta centavos), por atraso de 08 (oito) dias na entrega do material que lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 1 866/75, entregue pela Nota Fiscal nº 2266, de conformidade com as condições estabelecidas no Convite nº 196/75.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 25 de março de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 095/76—DMP, 25 DE MARÇO DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta do processo nº 48338/76—FEDF,

RESOLVE:

Aplicar à firma "PLANTEL S/A", a multa de Cr$ 2.18 (dois cruzeiros e dezoito centavos), e Cr$ 18,02 (dezoito cruzeiros e dois centavos), perfazendo a quantia de Cr$ 20,20 (vinte cruzeiros e vinte centavos) por atraso de 02 e 04 (dois e quatro) dias na entrega dos materiais que lhe foram adjudicados através da Nota de Empenho nº 378/75-DEM/MEC, entregue pelas Notas Fiscais nºs 1751 e 1700, de conformidade com as condições estabelecidas na Tomada de Preços nº 061/75.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 25 de março de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº. 113/76—DMP, 26 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº. 49349/76—FEDF

RESOLVE:

Aplicar à firma "IRMÃOS SEBBA LTDA - MADEIREIRA SÃO JORGE", a multa de Cr$ 142,56 (cento e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos) e Cr$ 61,56 (sessenta e um cruzeiros e cinquenta e seis centavos, perfazendo a quantia de Cr$ 204,12 (duzentos e quatro cruzeiros e doze centavos) por atraso de 04 (quatro) e 12 (doze) dias na entrega do meterial que lhe foi adjudicado através da ta de Empenho nº 0153/76, entregue pelas Notas Fiscais nºs. 16140 e 16415, de conformidade com as condições estabelecidas no Convite nº. 013/76.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 26 de abril de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material de Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº. 114/76—DMP, 26 DE ABRIL DE 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que costa o processo nº. 48377/76—FEDF,

RESOLVE:

I- Cancelar o item nº. 12, da Nota de Empenho nº. 458/75 - DEF/MEC, emitida em nome de "MÓVEIS DE AÇO FIELS.A.,"
II—Aplicar a multa de Cr$ 1.052,35 (hum mil cinquenta e dois cruzeiros e trinta e cinco centavos), correspondente a 20% (vinte por cento do valor do fornecimento não realizado.
Publique-se e encaminhe-se ao departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 26 de abril de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 115/76—DMP, 19 DE ABRIL DE 1976
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº. 48368/76—FEDF,
RESOLVE:

I—Cancelar a Nota de Empenho bº 0025/76, emitida em nome de "PLANTEL S/A".
II—Aplicar a multa de 20% (vinte por cento), no valor de Cr$ 632,05 (seiscentos e trinta e dois cruzeiros e cinco centavos), referente a mesma Nota de Empenho, de conformidade com as condições estabelecidas no Convite nº. 004/76.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 19 de abri de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 116/76—DMP, 26 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº 48941/76—FEDF,

RESOLVE:

Aplicar à firma "PLANTEL S/A", a multa de Cr$ 288,05 (duzentos e oitenta e oito cruzeiros e cinco centavos) e Cr$ 813,60 (oitocentos e treze cruzeiros e sessenta centavos), perfazendo a quantia de Cr$ 1.101,65 (hum mil cento e um cruzeiros e sessenta e cinco centavos), por atraso de 26 (vinte e seis) e 30 (trinta) dias na entrega dos materiais que lhe foram adjudicados através da Nota de Empenho nº 241/75—CENESP, entregue pelas Notas Fiscais nº 1621 e 1783, de conformidade com as condições estabelecidas no Convite nº 179/75.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 26 de abril de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 117/76—DMP, 26 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº 49351/76—FEDF,

RESOLVE:

Aplicar à firma "PLANTEL S/A", a multa de Cr$ 42,41 (quarenta e dois cruzeiros e quarenta e um centavos), por atraso de 03 (três) dias na entrega do material que lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 472/75—GDF/FED-F, entregue pela Nota Fiscal nº 1899, de conformidade com as condições estabelecidas na Tomada de Preços nº 048/75.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.

Brasília - Distrito Federal, 26 de abril de 1976

JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO

Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº 118/76—DMP, 28 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO, da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta do processo nº 49353/76—FEDF.

RESOLVE:

Aplicar à firma "MARTE — METALURGICA MOGI MIRIM S/A - IND. e COM"., a multa de Cr$ 217,89 (duzentos e dezessete cruzeiros e oitenta e nove centavos), por atraso de 30 (trinta) dias na entrega do material que lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 1 755/75, entregue pela Nota Fiscal nº 16006, de conformidade com as condições estabelecidas no Convite nº 138/75.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.

Brasília - Distrito Federal, 28 de abril de 1976
JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimônio
DIRETOR

ATO Nº. 122/76 — DMP, 30 DE ABRIL DE 1976

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal, no uso de suas atribuições e à vista do que consta o processo nº. 49461/76—FEDF,

RESOLVE:

Aplicar à firma "PLANTEL S/A", a multa de Cr$ 52,60 (cinquenta e dois cruzeiros e sessenta centavos) e Cr$ 99,12 (noventa e nove cruzeiros e doze centavos), perfazendo a quantia de Cr$ 151,72 (cento e cinquenta e um cruzeiros e setenta e dois centavos) por atraso de 07 (sete) e 14 (quatorze) dias na entrega dos materiais que lhe foram adjudicados através da Nota de Empenho nº. 374/75—DEM/-MEC, entregue pelas Notas Fiscais nºs. 1768 e 1809, de conformidade com as condições estabelecidas na Tomada de Preços nº. 062/75

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Orçamento e Contabilidade.
Brasília - Distrito Federal, 30 de abril de 1976
JONAS TEIXERIA DE CASTILHO
Departamento de Material e Patrimonio
Diretor

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 084 /76 - C. A.

ESTABELECE NORMAS DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso VIII, dos Estatutos Sociais da Empresa,

R E S O L V E :

CAPÍTULO I

DAS LICITAÇÕES

Art. 1º - As licitações para a aquisição de material e a contratação de obras e serviços, na NOVACAP, passam a reger-se pelas normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º - As aquisições de material e as contratações de obras ou serviços efetuar-se-ão com estrita observância do princípio da licitação.

Art. 3º - A licitação somente será dispensada: a) - nos casos de calamidade pública ou quando sua realização comprometer a segurança interna do Distrito Federal; b) - na aquisição de obras de arte e objetos históricos; c) - na aquisição ou arrendamento de imóveis e semoventes destinados à NOVACAP; d) - quando não acudirem interessados à licitação anterior, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas; e) - na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização; f) - nas compras ou execução de obras de pequeno vulto, entendidas como tais as que envolverem importância inferior a 5 (cinco) vezes, no caso de compras e serviços, e 50 (cinqüenta) vezes, no caso de obras, o valor de referência em vigor à época da licitação; g) - quando a operação envolver concessionário de serviços públicos, ou, exclusivamente, pessoas de direito público interno ou entidades sujeitas ao seu controle majoritário; h) - nos casos de emergência, caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, bens e equipamentos.

§ 1º - O valor de referência de que trata este artigo, em sua letra "f", refere-se ao coeficiente de atualização monetária previsto na Lei nº 6.205, de 29.04.75.

§ 2º - Sempre que ocorrer quaisquer das hipóteses previstas neste artigo, o órgão que propuser a dispensa apresentará justificativa em exposição circunstanciada perante a autoridade a quem competir dispensar a licitação.

§ 3º - A competência para dispensa da licitação cabe à autoridade que, consoante o disposto nas presentes normas, tiver competência para homologá-la.

Art. 4º - A NOVACAP dará preferência para fornecimento de material e prestação de serviços, às empresas de cujo capital o Distrito Federal participe.

§ 1º - A preferência a que se refere este artigo, poderá ser suspensa no caso da empresa deixar de cumprir os prazos estabelecidos para o fornecimento do material ou para a prestação de serviços.

§ 2º - A suspensão da preferência somente poderá ser aplicada enquanto perdurar o atraso do fornecimento ou da prestação de serviço anteriormente adjudicado.

Art. 5º - O critério da preferência será da exclusiva competência do Diretor Superintendente.

Art. 6º - Não será admitida a realização de licitação sem o atendimento prévio dos seguintes requisitos:

I - definição precisa do seu objeto, caracterizado por projetos completos, especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento, pelos interessados, do trabalho a realizar;

II - existência ou previsão de recursos suficientes ao desenvolvimento normal dos trabalhos, segundo as previsões do cronograma;

III - existência ou previsão de recursos suficientes para realização de licitações de compras.

§ 1º - Considera-se projeto completo ou final de engenharia, para os fins desta Resolução, o aprovado pela autoridade competente que conjugue os elementos e informações indispensáveis à integral definição, qualitativa e quantitativa dos atributos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros dos trabalhos e de sua forma de execução.

§ 2º - Só se admitirá a realização de licitação tendo por base anteprojeto, quando se tratar de obras ou serviços de pequeno vulto e de natureza simples, reconhecida e justificada a urgência de sua realização.

Art. 7º - Na habilitação às licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - personalidade jurídica;
II - capacidade técnica;
III - idoneidade financeira.

Art. 8º - As licitações para obras ou serviços admitirão os seguintes regimes de execução:

I - empreitada por preço global;
II - empreitada por preço unitário;
III - administração contratada.

Art. 9º - *Consideram-se obras, para os efeitos desta Resolução* todos os trabalhos de engenharia de que resulte criação, modificação ou reparação de bem público, mediante construção, ou que tenham como resultado qualquer transformação do meio ambiente natural.

Parágrafo único - Todas as fases de trabalho indispensáveis à consecução dos resultados previstos neste artigo, mesmo na hipótese de serem realizadas licitações parcelares, e inclusive os trabalhos posteriores de manutenção da obra pública serão consideradas como obras, para os efeitos de classificação e escolha da modalidade de licitação, segundo o disposto no Capítulo II desta Resolução.

Art. 10 - Consideram-se serviços os trabalhos de engenharia que não se ajustarem ao conceito definido no artigo anterior e não se constituirem em serviços de consultoria, que serão regulados por norma própria.

§ 1º - *O serviço ou obra será sempre programado em sua totalidade permitindo-se*, porém, sua execução parcial por etapas, de acordo com os recursos disponíveis e as conveniências da NOVACAP.

§ 2º - Quando os recursos só permitirem execução parcial, cada etapa ou conjunto de etapas será objeto de licitação distinta.

§ 3º - É vedado o parcelamento da execução do serviço ou obra quando houver recursos disponíveis para a sua execução total.

Art. 11 - Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos à licitação de preço, devendo, quando for o caso, ser objeto de concurso.

§ 1º - No interesse da Administração, poderão ser contratados, sem concurso, projetos de engenharia e arquitetura com profissionais ou firmas de reconhecida competência, devidamente habilitados, de acordo com as tabelas de honorários dos respectivos órgãos de classe.

§ 2º - Ainda no interesse da Administração, quando não houver urgência na elaboração dos projetos de engenharia ou arquitetura a escolha dos profissionais liberais ou firmas especializadas poderá ser feita por pré-qualificação pública que será regida por norma específica, sendo os honorários profissionais fixados em Edital, calculados nos mesmos termos do parágrafo anterior.

Art. 12 - Até a celebração do contrato toda licitação é revogável por motivo de conveniência ou oportunidade, a critério da autoridade que haja ordenado a sua realização ou autoridade superior.

Art. 13 - Será anulada a licitação nos casos de incompetência de autoridade, ilicitude de objeto, dos motivos, da finalidade e inobservância das formalidades legais ou regulamentares, ou quando houver contrariedade a dispositivos legais.

Parágrafo único - Aproveitar-se-á no todo ou em parte, o procedimento de licitação que, embora eivado de vício, não tenha acarretado, nem venha acarretar dano à Companhia, não prejudique qualquer direito de um dos licitantes em relação aos demais, ou, ainda, que não haja afetado o direito de co-participação de outros licitantes.

Art. 14 - *Nenhuma indenização*, a qualquer título, caberá aos licitantes, em decorrência de ato de revogação ou anulação.

Art. 15 - Será encerrado, pela autoridade que autorizou a abertura, o procedimento de licitação a cujo chamamento não tenha acudido proponentes.

Art. 16 - Não poderá participar de licitação quem estiver sob concordata, falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, in curso nos aritgos 59 e 60 do Decreto nº 1.703/71, ou haja sido declarado inidôneo por qualquer órgão público federal ou do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

Art. 17 - Salvo prévia e expressa disposição em contrário, o fornecimento de qualquer mercadoria abrangerá a entrega e, quando for o caso, a instalação no local que a autoridade indicar, a risco do adjudicatário na licitação.

Art. 18 - Entrega é o ato pelo qual o material é colocado no local determinado.

§ 1º - A entrega não implica em recebimento, mas transfere a responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor ao órgão recebedor.

§ 2º - A prova de entrega do material é constituída pela assinatura de quem de direito no documento fiscal, e servirá apenas como ressalva ao fornecedor, para os efeitos do parágrafo anterior e comprovação da data de entrega.

Art. 19 - Recebimento é o ato pelo qual o Chefe do órgão competente, ou seu substituto legal, declara, em documento hábil, haver recebido o material.

§ 1º - Quem recebe é o responsável pela quantidade e perfeita identificação do material recebido com as especificações contidas no pedido.

§ 2º - Quando for o caso, mediante solicitação do agente recebedor, a Administração poderá designar comissão técnica para proceder a exames, a fim de determinar se o material entregue atende às especificações prescritas.

§ 3º - Entre a entrega e o recebimento não poderá decorrer prazo superior a 15 (quinze) dias, salvo casos excepcionais, a juízo da Comissão Permanente de Licitação de Materiais.

Art. 20 - No caso de recusa do material, por divergência com a especificação do pedido ou irregularidade na documentação fiscal, não ocorrerá suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirá-lo no prazo que lhe for fixado.

Art. 21 - Verificado, em qualquer ocasião, que houve fraude, de forma a prejudicar a inspeção do material, o fornecedor será responsabilizado.

Art. 22 - O recebimento de obras e serviços será feito pela CPROS, segundo suas normas e rotinas próprias, obedecendo as seguintes etapas, sem prejuízo do disposto no artigo 1.245 do Código Civil.

a) - recebimento provisório até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita da empreiteira e confirmação, pelo órgão fiscalizador da NOVACAP, de que a obra ou serviço se encontra pronto para ser recebido;

b) - recebimento definitivo, a requerimento da empreiteira, através de termo lavrado pela CPROS, após verificado o cumprimento de todos os elementos contratuais, até 60 (sessenta) dias após o recebimento provisório.

§ 1º - No caso de construção de prédios, o recebimento definitivo se dará apos as indispensáveis ligações de água, luz, esgotos e o fornecimento do respectivo " habite-se ".

§ 2º - A caução inicial e seus respectivos reforços, se houver, somente poderão ser levantados após o recebimento definitivo da obra ou serviço, não vencendo juros nem correção monetária.

Art. 23 - No caso de serviços de engenharia, ou seja, projetos, orçamentos, pareceres técnicos, laudos de vistoria, relatórios de sondagem e outros pertinentes, serão recebidos pelas Divisões Técnicas das Diretorias respectivas, de acordo com as normas e rotinas específicas.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Art. 24 - São modalidades de licitação:

I - a Concorrência;
II - a Tomada de Preços;
III - o Convite.

SEÇÃO I

DA CONCORRÊNCIA

Art. 25 - Concorrência é a modalidade de licitação a que deve recorrer a Companhia nos casos de aquisição de material e contratação de obra ou serviço de vulto, em que se admite a participação de qualquer licitante, através de convocação de maior amplitude.

Art. 26 - Far-se-á licitação por Concorrência:

I - quando se tratar de serviços ou compras, se o seu valor estimado for igual ou superior a 10.000 (dez mil) vezes o valor de referência em vigor à época da licitação;

II - quando se tratar de obras, se o seu valor estimado for igual ou superior a 15.000 (quinze mil) vezes o valor de referência em vigor à época da licitação.

Art. 27 - A determinação de realização de Concorrência será da competência do Conselho de Administração.

Art. 28 - Nas concorrências haverá obrigatoriamente uma fase inicial de habilitação preliminar, destinada a comprovar a plena qualificação dos interessados para a realização do fornecimento ou a execução da obra ou serviço programado.

Art. 29 - A realização da Concorrência será precedida de publicação de notícia resumida de sua abertura, em órgão oficial e na imprensa diária, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com indicação do local em que os interessados poderão obter o edital e todas as informações necessárias.

Art. 30 - No edital de concorrência serão fixados, com a antecedência prevista no artigo anterior, os seguintes dados:

I - dia, hora e local para recebimento das propostas;

II - condições de apresentação de propostas e da participação na licitação;

III - condições de habilitação e respectivos critérios;

IV - critérios de julgamento das propostas;

V - descrição sucinta e precisa da licitação;

VI - local em que serão prestadas informações e fornecidas instruções, especificações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da licitação;

VII - prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação;

VIII - natureza da garantia, quando exigida.

Art. 31 - Os julgamentos das concorrências serão homologados pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II

DAS TOMADAS DE PREÇOS

Art. 32 - Para participação em licitação, na modalidade de Tomada de Preços, é obrigatório o registro prévio do interessado no cadastro da CPL da NOVACAP, para as firmas executoras de obras e serviços, e no Registro Central de Fornecedores do GDF, para as firmas fornecedoras de materiais.

Art. 33 - A CPL manterá registros cadastrais de habilitação de firmas, periodicamente atualizados e consoantes com as qualificações específicas estabelecidas em função da natureza e vulto das obras e serviços, fornecendo os respectivos certificados de registro.

Art. 34 - Far-se-á licitação por Tomada de Preços:

I - quando se tratar de compras ou serviços, se o seu valor estimado for inferior a 10.000 (dez mil) vezes e igual ou superior a 100 (cem) vezes o valor de referência em vigor à época da licitação;

II - quando se tratar de obra, se o seu valor estimado for inferior a 15.000 (quinze mil) vezes e igual ou superior a 500 (quinhentas) vezes o valor de referência em vigor à época da licitação.

Parágrafo único - Nos casos em que couber Tomada de Preços, a autoridade a qual competir determinar a realização da licitação poderá preferir a Concorrência, sempre que julgar conveniente.

Art. 35 - A determinação da realização de Tomada de Preços será da competência do Diretor Superintendente.

Art. 36 - A Tomada de Preços será realizada mediante afixação de edital, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em local acessível aos interessados e comunicação às entidades de classe que os representem, podendo ser publicada notícia resumida de sua abertura na

imprensa local, quando as características do objeto da licitação assim o aconselhar, por iniciativa das Comissões de Licitação.

Parágrafo único - Para elaboração do edital de Tomada de Preços será obrigatória a observância das disposições contidas no artigo 30 desta Resolução.

Art. 37 - Os julgamentos das Tomadas de Preços serão homologados pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO III

DO CONVITE

Art. 38 - Convite é a modalidade de licitação entre interessados no ramo pertinente ao objeto da licitação, em número mínimo de 3 (três), escolhidos pela NOVACAP e convocados por escrito, com a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Art. 39 - Far-se-á licitação por Convite:

I - quando se tratar de compras ou serviços, se o seu valor estimado for inferior a 100 (cem) vezes o valor de referência em vigor à época da licitação, observado o disposto no art. 3º, letra "I" da presente Resolução;

II - quando se tratar de obras, se o seu valor estimado for inferior a 500 (quinhentas) vezes o valor de referência em vigor à época da licitação, observado o disposto no art. 3º, letra "I", da presente Resolução.

Parágrafo único - Nos casos em que couber o Convite, a autoridade a qual competir determinar a realização da licitação poderá preferir a Tomada de Preços, sempre que julgar conveniente.

Art. 40 - A determinação da realização de licitações por Convite será da competência dos Diretores em suas áreas de competência.

Art. 41 - *Compete à Diretoria Colegiada da NOVACAP* homologar as licitações por Convite, inclusive dispensá-las nos casos previstos em Lei, autorizando em consequência, a celebração do respectivo contrato ou simples emissão da Nota de Empenho.

Parágrafo único - A faculdade contida no artigo 3º, alínea "I", é atribuída aos Diretores das áreas interessadas na sua utilização.

CAPÍTULO III

DAS LICITAÇÕES PARA ALIENAÇÃO

Art. 42 - Os bens de propriedade da NOVACAP considerados inservíveis, antieconômicos ou ociosos, deverão ser alienados através de licitação.

§ 1º - No procedimento para alienação, aplicam-se, no que couber, as disposições contidas nesta Resolução.

§ 2º - Os editais de licitação para alienação conterão, obrigatoriamente, o preço mínimo estipulado pela Comissão de Avaliação.

Art. 43 - A alienação de bens imóveis será autorizada pela Assembléia Geral e dependerá sempre de parecer do Conselho de Administração, quanto à sua oportunidade e conveniência.

Art. 44 - A alienação dos bens móveis, a que se refere o artigo 42, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa do Conselho de Administração.

Parágrafo único - Em qualquer caso, a autorização só será dada à vista de exposições de motivos fundamentada, acompanhada de uma relação contendo as características, estado de conservação, e, se for o caso, marca, número de fabricação, e de tombamento do bem a ser alienado.

CAPÍTULO IV

DAS GARANTIAS

Art. 45 - A garantia para a realização de licitação será obrigatória para concorrência a tomada de preço e facultada no caso de convite, a critério da autoridade que determinar a sua realização, segundo as seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos:

a) - da dívida pública;
b) - emitidos ou garantidos por entidades financeiras oficiais;

II - garantia fidejussória;

III - fiança bancária;

IV - seguro-garantia.

Art. 46 - O recolhimento da garantia será feito à Tesouraria da NOVACAP.

Art. 47 - A caução fidejussória será dada exclusivamente por estabelecimento bancário de capital social não inferior a 10 (dez) vezes o valor da licitação.

Art. 48 - A Fiança Bancária formalizar-se-á:

I - nos casos de garantia de propostas e cumprimento de obrigações decorrentes de adjudicação, mediante entrega da carta de fiança, cujos termos deverão expressar o compromisso garantido e o valor total da responsabilidade assumida;

II - no caso de contrato, mediante assinatura do respectivo termo pelo banco fiador, juntamente com os contratantes, do qual constará cláusula fixando a responsabilidade do fiador.

Art. 49 - O seguro-garantia será realizado mediante a entrega da competente apólice emitida por companhia legalmente autorizada a favor da NOVACAP, cobrindo o risco de quebra de compromisso até a extinção da responsabilidade assumida pela firma interessada.

Art. 50 - Conhecido o resultado da licitação, o proponente que não obtiver uma das três primeiras classificações poderá requerer imediatamente o levantamento da garantia depositada, sendo que para os licitantes classificados em 2º e 3º lugares, a referida garantia só será liberada após a homologação da licitação.

Parágrafo único - Quando convocada para a assinatura do contrato, ou recebimento do Empenho, quando for o caso, a empresa que se negar a fazê-lo perderá a caução de garantia, devendo esta exigência constar, obrigatoriamente do edital.

Art. 51 - A garantia depositada pelo licitante vencedor só poderá ser liberada após o recebimento do material, obra ou serviço, e se *for o caso, após o pagamento das multas em que incorrer.*

Parágrafo único - Para assegurar a entrega de material, obras ou serviço, poderá ser exigido reforço da garantia depositada inicialmente, se assim dispuser o Edital, exceção feita nos contratos de projetos ou serviços de engenharia a serem recebidos pelas Divisões Técnicas das Diretorias correspondentes e relacionados no art. 23.

Art. 52 - *As cauções na modalidade de seguro-garantia e fi*ança bancária obrigatoriamente abrangerão todo o período do contrato a ser celebrado inclusive o prazo estipulado em Edital para recebimento definitivo da obra ou serviço. A licitante vencedora obriga-se a, decorrido o prazo previsto sem a conclusão da obra ou serviço, prorrogar incontinenti o prazo de validade da caução sob pena de ficarem retidas as faturas a que tiver direito até o cumprimento da obrigação.

Art. 53 - *No caso de desclassificação*, por qualquer motivo, do licitante vencedor, a Administração poderá convocar, segundo a ordem de classificação, outros licitantes, se não preferir proceder a nova licitação.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE LICITAÇÕES ULTIMADAS

Art. 54 - As obrigações decorrentes de licitações ultimadas constarão de:

I - contrato obrigatório nos casos de concorrência;

II - contrato obrigatório nos casos de tomada de preços, quando se tratar de contratação de obra ou serviço, e facultativo na aquisição de materiais e equipamentos, a critério da autoridade administrativa;

III - outros documentos hábeis, tais como carta-contrato, empenho de despesas, autorização de compra e ordem de execução de serviço, nos casos de licitação por convite.

Parágrafo único - Será facultado a qualquer participante da licitação o conhecimento dos termos do contrato a ser celebrado.

Art. 55 - No caso da exceção contida no § 2º do artigo 6º, não poderá ser assinado qualquer contrato para execução de obras sem que estejam aprovados os respectivos projetos, bem como assegurados os necessários recursos financeiros.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, devidamente justificados pelos órgãos interessados, poder-se-ão incluir projetos complementares e a execução das respectivas obras no mesmo contrato, sendo que a construção só poderá ser iniciada após a aprovação de todos os projetos.

CAPÍTULO VI

DAS COMISSÕES DE LICITAÇÃO

Art. 56 - A habilitação preliminar e o julgamento das Concorrências, Tomadas de Preços e Convites, serão confiados às Comissões de Licitação.

Art. 57 - As Comissões de Licitação serão compostas de, pelo menos, três membros, todos designados pelo Diretor Superintendente da Companhia.

Art. 58 - As Comissões de que trata este Capítulo, quando instituídas em caráter permanente, terão suas normas regimentais de funcionamento estabelecidas em atos próprios.

Art. 59 - As Comissões de Licitação julgarão as Concorrências, Tomadas de Preços e Convites de acordo com a legislação em vigor, levando em conta, no interesse do serviço, as condições de qualidade, rendimento, preços, condições de pagamento, prazos e outras pertinentes, estabelecidas no Edital.

Art. 60 - Quando o ato convocatório admitir discriminação por itens, a licitação poderá prever preferência às propostas de menor preço para cada item, independentemente do preço global de cada proposta. Se tal preferência não for prevista, as propostas serão indivisíveis.

Art. 61 - No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a NOVACAP poderá proceder a uma nova licitação entre os licitantes empatados, que versará sobre o maior abatimento de preços sobre a oferta original.

Art. 62 - Persistindo o empate previsto no item anterior, terá preferência:

a) - o licitante que tiver o maior número de artigos ou serviços a serem adjudicados;

b) - a proposta de menor prazo para a conclusão dos serviços ou entrega de material;

c) - a proposta que apresentar qualquer outra condição técnica julgada relevante pela Comissão.

Art. 63 - Será obrigatória a justificação escrita, devidamente fundamentada, sempre que não for escolhida a proposta de menor preço.

DAS PENALIDADES

Art. 64 - Os fornecedores de materiais e os executores de obras ou serviços, que se tornarem inadimplentes, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Multa;
II - Suspensão do direito de licitar;
III - Declaração de inidoneidade.

Art. 65 - Será aplicada a multa de 0,3 % (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado quando o adjudicatário, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido a obrigação assumida.

§ 1º - O atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do material, obra ou serviço, sem a justificativa do adjudicatário, poderá ser considerado como recusa e dar causa ao cancelamento do pedido ou documento correspondente e à aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado.

§ 2º - A justa causa e a justificativa a que se refere este artigo e seu parágrafo primeiro, deverão ser apresentadas à autoridade competente até o trigésimo dia ulterior ao termo final do prazo para entrega do material ou execução da obra ou serviço.

§ 3º - A avaliação e a aceitação da justa causa compete ao Diretor, na área específica de suas atribuições, com aprovação do Diretor Superintendente, que, dependendo da gravidade da situação, poderá transferir o assunto à Diretoria Colegiada.

Art. 66 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do pedido ou do contrato, quando o adjudicatário se recusar a fazer o reforço da caução para garantia do fornecimento ou execução da obra ou serviço, ou deixar de assinar contrato, quando exigido, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data da convocação.

Art. 67 - A aplicação das multas previstas nesta Resolução será da competência do Diretor Superintendente.

Art. 68 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á ao adjudicatário a pena de suspensão do direito de licitar perante a Companhia:

I - por 3 (três) meses, quando incidir duas vezes em atraso de fornecimento, execução de obras ou serviços que lhe tenham sido adjudicados através de licitações distintas, com vencimento para o mesmo trimestre do ano civil;

II - por seis meses, quando for responsável pelo cancelamento, total ou parcial, de dois pedidos ou documentos correspondentes, vencíveis no mesmo exercício;

III - por maiores prazos que os estabelecidos nos incisos anteriores, a critério da autoridade competente, nos casos em que a inadimplência acarretar graves prejuízos à Companhia.

Art. 69 - Esgotado o prazo de entrega do material ou da execução de obra ou serviço, o adjudicatário ficará automaticamente impedido de participar de novas licitações, até o cumprimento da obrigação assumida, sem prejuízo de outras penalidades previstas nesta Resolução.

Parágrafo único - Os órgãos encarregados do recebimento deverão comunicar às Comissões Permanentes, obrigatoriamente, qualquer atraso na entrega da obra, material ou serviço, sob pena de responsabilidade.

Art. 70 - Declarar-se-á inidôneo o adjudicatário que, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo da Diretoria.

Parágrafo único - Na aplicação da pena de declaração de inidoneidade serão consideradas a natureza e gravidade da falta e a extensão do dano causado à Companhia.

Art. 71 - A declaração de inidoneidade implica na proibição de transacionar com a Companhia e no cancelamento do respectivo registro em todas as Comissões Permanentes.

Art. 72 - A suspensão do direito de licitar e a declaração de inidoneidade serão aplicadas pelo Diretor Superintendente, mediante despacho fundamentado, e comunicadas às Comissões Permanentes de Licitação.

Art. 73 - Os atos de aplicação das penalidades previstas nesta Resolução, serão publicados no Órgão Oficial "Distrito Federal".

DOS RECURSOS

Art. 74 - *Das decisões proferidas pela Comissão de Licita*ção caberá recurso, com efeito devolutivo, à autoridade imediatamente superior àquela que houver expedido o ato ou proferido a decisão, no prazo de dois (2) dias, contado da ciência da decisão recorrida ou de sua afixação no local próprio para as comunicações sobre licitação".

§ 1º - Os recursos serão interpostos por escrito perante a Comissão, registrando-se a data de sua entrega mediante protocolo.

§ 2º - Os recursos referentes à fase de habilitação terão efeito suspensivo e só poderão ser interpostos, sob pena de preclusão, antes do início da abertura das propostas.

§ 3º - Não havendo recurso voluntário, a Comissão remeterá o processo à autoridade competente para julgamento.

Art. 75 - A autoridade competente fundamentará sua decisão que prover o recurso voluntário para alterar o julgamento, anular ou revogar a licitação, salvo nos casos de conveniência da Administração.

Art. 76 - Os recursos precluso ou interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

Art. 77 - É facultado a qualquer licitante formular impugnações ou protestos, por escrito, relativamente a outro licitante ou ao transcurso da licitação, para que constem da ata dos trabalhos.

Art. 78 - Das decisões de última instância, caberá pedido de reconsideração, no prazo de dois (2) dias de sua ciência.

Parágrafo único - O recurso e o pedido de reconsideração, se providos, farão retroagir seus efeitos à data do ato impugnado.

Art. 79 - Interposto recurso voluntário, abrir-se-á vista do mesmo aos licitantes, na repartição pelo prazo de dois (2) dias, para impugnação, sobrestando-se a remessa do processo à autoridade competente.

Art. 80 - Impugnado ou não o recurso voluntário, a Comissão de Licitação o apreciará, podendo realizar instrução complementar, e decidirá motivamente, pela manutenção ou reforma do ato recorrido submetendo o processo à autoridade competente.

Parágrafo único - A autoridade competente fundamentará sua decisão que prover o recurso "ex-officio" ou voluntário para alterar o julgamento, anular ou revogar a licitação.

Art. 81 - É facultado ao Diretor Superintendente e ao Conselho de Administração da NOVACAP, avocar a licitação para anulá-la ou revogá-la em despacho motivado, salvo nos casos de conveniência da administração.

DO REGISTRO CADASTRAL DE FIRMAS

Art. 82 - O certificado de registro cadastral fornecido pela CPL constituirá prova, perante a NOVACAP, da qualificação do interessado para a habilitação em Tomada de Preços e Concorrências.

§ 1º - O certificado mencionará expressamente os documentos apresentados pela firma, com seus respectivos prazos de validade e de cuja exibição ficará dispensado por ocasião da licitação.

§ 2º - A apresentação do certificado não dispensará o seu portador de comprovar, na licitação, condições complementares previstas no Edital e não exigidas para expedição daquele.

Art. 83 - A documentação apresentada será julgada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir de sua entrega no protocolo da NOVACAP.

Art. 84 - Examinada a documentação e verificado que todas as condições exigidas foram satisfeitas, será ordenado o registro e feita a expedição do respectivo certificado.

Art. 85 - O prazo de validade do certificado de registro será de um ano a partir da data de sua expedição.

Art. 86 - Será anotada no respectivo registro cadastral a atuação do adjudicatário em decorrência de obrigações assumidas.

Art.87 - O Diretor Superintendente baixará normas sobre a inscrição no Registro Cadastral de Firmas a cargo da CPL da NOVACAP.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 88 - Quando convier à Companhia, a aquisição de veículos poderá ser realizada através de permuta, devendo, neste caso, constar o pedido de aquisição o laudo de avaliação do veículo que se pretender dar em troca.

Parágrafo único - A avaliação de que trata este artigo será sempre procedida por comissão de no mínimo 3 (três) membros.

Art. 89 - A Companhia poderá utilizar outros meios de informação ao seu alcance para maior divulgação das licitações, com o objetivo de ampliar a área de competição.

Art. 90 - Aplicam-se às licitações realizadas pela NOVACAP, subsidiariamente, e no que couberem, as normas de legislação federal pertinente.

Art. 91 - O adjudicatário obriga-se a manter nesta Capital um procurador com poderes para receber citações judiciais, transigir, acordar, firmar contratos, concordando ou discordando com suas cláusulas e condições e recebendo e dando quitações.

Art. 92 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Resolução nº 81/76-C.A., de 26 de março de 1976 e demais disposições em contrário.

Brasília, 04 de junho de 1976

SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO
INÁCIO DE LIMA FERREIRA
JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
FRANCISCO FONTES HÜPSEL
NILO DE CASTRO RIBEIRO

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 10/76

Aprova o Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso dos poderes que lhe confere o artigo 38 do Estatuto vigente, e, tendo em vista o que consta do Processo FSSDF — Nº 0.874 /75,

RESOLVE:

1. Aprovar o Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, na forma que a esta acompanha.
2. O Estatuto aprovado por esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, depois de aprovado pelo Ministério Público e promulgado pelo Governador do Distrito Federal.

Brasília, 17 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
JOSÉ MANOEL COELHO
HÉLIO ROMÃO DAMASO SEGUNDO
VITAL DE MORAES ANDRADE
JENNY ANTUNES DE SOUZA
REGINA PELOSI SILVA

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 279/76—C.A.

Dispõe sobre resultado do EDITAL EC—02/76, que objetiva a construção de 10 (dez) conjuntos comerciais no Setor "M" Norte de Taguatinga.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos ítens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Aprovar, em termos unânimes e de acordo com a competência que lhe é conferida pelo dispositivo contido no item VII da Cláusula Vigêsima Segunda do Contrato Social da Empresa, o negócio a ser formalizado através do Contrato de Empreitada com a Construtora PRESIDENTE S/A classificada como vencedora da concorrência relativa ao EDITAL EC—02/76, que objetiva a construção de 10 (dez) conjuntos comerciais no Setor "M" Norte de Taguatinga - Distrito Federal, com a proposta no valor global de Cr$ 6.887.902,57 (seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, novecentos e dois cruzeiros e cinquenta e sete centavos), nos termos da minuta elaborada pelo Serviço Jurídico da Empresa (documento de fls. 52/60), CONSIDERANDO, entretanto, da necessidade da observância das alterações e sugestões solicitadas no texto da Ata e constantes no Processo respectivo, conforme o voto do Conselheiro Relator (documento de fls. 66/67) - Processo nº 043.156/76".
Brasília, 04 de maio de 1.976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 280/76—C.A.
Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais esta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;
RESOLVE:

"Indeferir, por por unanimidade, as solicitações dos Senhores PEDRO SOARES DOS SANTOS - Processo nº. 050.166/76, MARIA JOSÉ FEITOSA NOGUEIRA - Processo nº. 150.247/76, CLEUSMAR URSULO Processo nº. 050.380/76, ANTONIA DIVA MORAIS - Processo nº. 050.575/76 e EULÁLIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA - Processo nº. 047.733/76, todos inscritos e classificados, comunicando que deverão aguardar posteriores convocações desta Sociedade, à época oportuna",
Brasília 07 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 281/76—C.A.
Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência qud lhe é conferida pelos itens I a XVI, da CláusulaDÉCIMA TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.
RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora MARIA SYLVIA MÓL TEDESCO - Processo nº. 050.244/76, informando à continuidade das Inscrições Públicas nesta Sociedade".
Brasília 07 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
membro-Relator

RESOLUÇÃO Nº. 282/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA -TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

'Indeferir, por unanimidade a solicitação da Senhorita MARIA RITA DOS SANTOS - Processo nº. .048.070/76, em favor do seu projenitor, Senhor LUIZ GONZAGA DOS SANTOS, o qual, regularmente inscrito, informando o mesmo, que deverá aguardar a publicação da IV Listagem Geral de Classificados, quando será computada a sua inscrição".
Brasília, 07 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 283/76—C.A.
Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, o disposto às Resoluções nºs 550/75-C.A, de 10.10.75, 638/75- C.A, de 11.11.75 e 673/75—CA. de 28.11.75, objetivando ratificar o indeferimento à solicitação do Senhor RAIMUNDO SOARES ARAGÃO - Processo nº 32107/75, visto nada de relevante aduzirem as novas peças do processado".
Brasília, 07 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº 284/76—C.A.
Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da sociedade:

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, o disposto à Resolução nº 561/75—C.A. de 14.10.75 e às Resoluções de nºs 323/74-C.A. de 06.12.74, 374/75—C.A. de 22.07.75 e 212/76-C.A. de 09.04.76, para indeferir as solicitações das Senhoras ADÉLIA GONÇALVES DE MAIA - Processo nº 024.370/75 e MARIA DE PAULA DIAS — Processo nº 012.373/74, respectivamente, em vista de não introduzirem as novas peças motivo estipulador de modificações das decisões anteriores do Colegiado".
Brasília, 07 de maio de 1976
DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVÉIRA FILHO
Membro- Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº 285/76—CA.
Dispõe sobre solicitações de unidade habitacional desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA –SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, a solicitação proferida pela Senhora MARIA ABADIA SOARES - Processo nº 046.523/76, devendo a postulante ser atendida de acordo com as normas e disponibilidades existentes à Empresa".
Brasília, 07 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA
Membro Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº 286/76 — C.A.
Dispoe sobre solicitaçoes de unidades habitacionais desta Socidedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS, de acordo com a competencia que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social de Sociedade;

RESOLVE :

"Indeferir por unanimidade, as solicitações dos Senhores CONSTANTINO RIBEIRO CAZEMIRO - Processo nº. 050.483/76, MANOEL MARTINS SILVA - Processo nº. 050.484/76, MARISVALDO LIMA GUAMÃES SANTOS - Processo nº. 048.171/76, JOSÉ HUGO TIMO - Processo nº. 050.165/76, LAURINDA RODRIGUES CORDEIRO - Processo nº. 050.167/76, CLARICE DA SILVA PENTEADO - Processo nº. 050.076/76, MARIA DA CONCEIÇÃO MALTA LESSA — Processo nº. 049.834/76 e RAIMUNDA CECILIA REIS MIRANDA - Processo nº. 050.246/76, os quais, na condição de inscritos e classificados, cientificando que deverao aguardar posteriores convocações, de acordo com as normas e criterios vigentes".
Brasilia, 07 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro - Relator
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 287/76 — C. A.
Dispoe sobre solicitações de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competencia que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE :

"Indeferir por unanimidade, a solicitaçao da Senhora VALDENICE ROMANA DIAS — Processo nº. 050.479/76, informando da continuidade das Inscrições Publicas desta Sociedade, abertas desde outubro de 1974".
Brasilia, 07 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro - Relator
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 288/76 — C. A.

Dispoe sobre solicitaçao de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competencia que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE :

"Determinar, por unanimidade, o arquivamento do Processo nº. 049.600/76, pertinente à Senhora DILEIZA DAMAZIO MONTEIRO, - em virtude de encontrar-se a mesma já convocada para recebimento e imóvel, com recursos do Governo do Distrito Federal, atraves de Relação publicada em 02.05.76".

Brasilia, 07 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro -Relator

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 289/76 — CA.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:
"I. Tornar sem efeito, por unanimidade, o disposto à Resolução nº. 351/75 — CA., de 11.07.75.
II. Deferir, por unanimidade, o pedido de reconsideração formulado pelo Senhor JOSÉ ANTONIO DA SILVA - Processo nº. 023.526/75, visto o que consta nos autos, às fls. 13/14 - RELATORIO DE VISITA DOMICILIAR, devendo ao requerênte, ser alienada uma unidade habitacional desta Sociedade, em consonância às normas e disponibilidades existentes".
Brasília, 07 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 290/76 — CA.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ANÉSIO JOSÉ DE MACEDO - Processo nº. 050.216/76, DINARTE ANTONIO DA SILVA - Processo nº. 050.169/76, RAIMUNDO NONATO DA SILVA — Processo nº. 049.000/76, ANTONIO MARTINS BORGES e BÁRBARA ROSA MOREIRA — Processo nº. 050.248/76, todos inscritos e classificados, sendo que deverão aguardar convocações concernentes, à época oportuna".
Brasília, 07 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator

RESOLUÇAO Nº.: 292/76— C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a comptência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitaçao do Senhor JORGE CARLOS VELTRI - Processo nº. 050.485/76, informando da continuidade das Inscrições Públicas nesta Sociedade, abertas desde outubro de 1.974".

Brasília, 07 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro - Relator.

RESOLUÇAO Nº.: 293/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA, - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Determinar, por unanimidade, a devolução do Processo nº. 048.719/76, o qual relativo a pedido formulado pelo Senhor JOSÉ VICENTE DOS SANTOS, à Diretoria da Superintendência que deverá tomar as providências cabíveis, visto que a matéria escapa à esfera de competência do Conselho de Administração".

Brasília, 07 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro - Relator.

RESOLUÇÃO Nº 294/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, o constante às Resoluções Nºs 512/75—C.A., de 19.09.75 e 595/75 - C.A., de 24.10.75 no ensejo de indeferir à reconsideração formulada pelo Senhor FRANCISCO SALES DE SOUZA - Processo nº 029.564/75".

Brasília, 07 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 295/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"I. Revogar, por unanimidade, o disposto à Resolução nº 199/76—C.A., de 06.04.76.
II. Deferir, por unanimidade, a pretensão da Senhora MILDES DA SILVA BORGES — Processo nº 047.742/76, em virtude de reapreciação do que consta dos autos, devendo à beneficiária ser distribuída uma unidade residencial desta Sociedade, de acordo com as normas e disponibilidades vigentes à Empresa".
Brasília, 07 de maio de 1.976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator

RESOLUÇAO Nº.: 296/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores GERALDO DA ROCHA DE OLIVEIRA — Processo nº. 048.958/76 e ANDRÉ MANOEL DOS SANTOS — Processo nº. 048.748/76, em vista dos motivos componentes das peças, sendo que os requerentes deverão ser atendidos de acordo com as normas e disponibilidades existentes à Empresa".

Brasília, 07 de maio de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro - Relator.

RESOLUÇAO Nº.: 297/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor DANIEL HENRIQUE FRAZAO - Processo nº. 047.405/76, mantendo o disposto à Resolução nº. 208/76 — C.A., de 09.04.76".

Brasília, 07 de maio de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro - Relator.

RESOLUÇAO Nº.: 298/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores MANOEL PEREIRA PENA — Processo nº. 050.480/76, FRANCISCO VIANA LEITE — Processo nº. 050.168/76 — PAULO CESAR COELHO — Processo nº. 050.214/76, ANTONIO JOSÉ TAVARES — Processo nº. 050.218/76, CARLOS ANTONIO PEREIRA VIDIGAL — Processo nº. 050.926/76, ELVINO PEREIRA DOS SANTOS — Processo nº. 050.841/76, JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA — Processo nº. 050.929/76, VICENÇA ALVES DA CUNHA — Processo nº. 050.475/76, ANGÉLICA AURORA BARRETO MENEZES — Processo nº. 050.245/76, HELENA FERREIRA DOS SANTOS — Processo nº. 050.077/76 e HORTENCIA COSTA PEREIRA - Processo nº. 047.477/76, todos inscritos e classificados, comunicando que deverão aguardar convocações desta Sociedade".

Brasília, 11 de maio de 1976

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
P. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro - Relator
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro.

RESOLUÇÃO Nº 299/76—C.A.
Dispõe sobre solicitações de unidades habitacíonais desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

"I - Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores GILSON DA GUIA ARAUJO BARBOSA, ARISTOTELES DOS SANTOS LIMA e ELOY DE SOUZA CRUZ, constantes no Processo nº 050.674/76, todos inscritos e classificados, de acordo com as normas vigentes na Sociedade.
II. Indeferir, por unanimidade a solicitação do Senhor BASMAR TUPINIKIN - Processo nº 050.674/76, informando ao mesmo da continuidade das Inscrições Públicas, abertas nesta sociedade desde outubro de 1974".
Brasília, 11 de maio de 1976
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
P. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº 300/76—C.A.
Dispõe sobre solicitações de

unidades habitacionais desta Sociedade,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, o disposto às Resoluções n°s 347/74—C.A. de 27.12.74, 612/75—C.A. de 31.10.75, e 312/74—C.A. de 29.11.74, para reiterar o indeferimento às solicitações formuladas pelos Senhores MAURO LÚCIO DA SILVA — Processo n° 012.736/74, JOÃO DE LACERDA— Processo n° 034.263/75 e DUARTINA RODRIGUES DOS SANTOS - Processo no n° 012.159/74, em vista do constante nos autos".
Brasília, 11 de maio de 1976
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
P. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N° 301/76— C.A.
Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA—TERCEIRA; Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade a solicitação do Senhor JOAZ DE LIMA CORDEIRO—Processo n°. 048.750/76, informando da continuidade das incrições públicas desta Sociedade abertas desde outúbro de 1974".
Brasília, 11 de maio de 1976
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro,
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-

RESOLUÇÃO N° 302/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"I. Reiterar, por unanimidade, o disposto à Resolução n° 738/75 - C.A., de 16.12.75, a qual favorável à alienação de uma unidade residencial desta Sociedade em favor do Senhor LUCIO AUGUSTO DA SILVA FILHO — Processo n° 031.486/75, acrescentando que, encontrando-se ainda em disponibilidade o imóvel situado à Q. 02 Conj. 05, n° 03, em Sobradinho - D.F., deverá ser redistribuído ao candidato.
II. Determinar, para os efeitos do que dispõe o item I, acima, a atualização da renda familiar mensal do postulante".
Brasília, 11 de maio de 1.976
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
P. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N°. 303/76—CA

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade as solicitações dos Senhores SEBASTIÃO FERREIRA DE LIMA Processo n°. 050.843/76, PEDRO ROMÃO DOS SANTOS Processo n°. 052.170/76, ANTONIO TIMÓTEO DA SILVA - Processo n°. 052.395/76, ANTONIO CESAR DE MATOS—Processo n°. 051.222/76, JERONIMO CAROLA DA COSTA e Cânjuge - Pjocesso n°. 051.098/76, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA e Cônjuge- Processo n°. 048.589/76 JIDEOMIS DIAS DE QUEIROZ Processo n° 052.570/76, LADISLAU GUSMÃO BRANCO - Processo n°. 051.863/76, GIL FERREIRA DE ALMEIDA—Processo n°. 051.706/76, EUSTÁQUIO FERREIRA GUEDES—Processo n°. 52.247/76, EDUARDO ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA—Processo n°. 051.291/76, FRANCISCA ALVES TORQUATO—Processo n°. 051.700/76, GILDOMIRA CASTRO DE ATAYDE—Processo n°. 051.702/76, LUISA ALVES DA COSTA—Processo n°. 051.860/76 e MARIA JOSÉ DE CARVALHO—Processo n°1 050.844/76, todos regularmente inscritos e classificados, comunicando que deverão aguardar posteriores convocações desta Sociedade, de acordo com as normas e critérios vigentes".
Brasília, 24 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLVEIRA FILHO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO N° 304/76—CA

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Socieadade
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade

RESOLVE:

"Indeferir por unanimidade as solicitações dos Senhores T-SURUYOSHI KAMIOCA - Processo n°. 050.678/76, ANTONIO EURIPEDES PAULINO — Processo n°. 052.343/76, CLAUCE BEZERRA DE MELO Processo n° 052.396/76 e GEL BERTA PINHEIRO ALVES — Processo n° 044.784/76 todos inscritos nesta Sociedade, informando que deverão aguardar a publicação da IV Listagem Geral de Classificados, quando ficarão cientes da classificação obtida"
Brasília, 24 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro- Relator

RESOLUÇÃO N° 305/76—CA
Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOÃO ERCILIO—Processo n°. 051.704/76, ANTONIO BRAZ DE SOUZA-Processo n°. 050.925/76 e VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA —Processo n°. 051.101/76, considerando-se as dificuldades pelas quais atravessa a Empresa, comprometida com os candidatos regularmente habilitados".
Brasília, 24 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GEUIROS
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO N° 315/76—C.A.

Dispõos sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"I. Manter, por unanimidade, o disposto à Resolução n° 733/75 - C.A., de 16.12.75, bem como às Resoluções de n°s 465/75 - C.A., de 05.09.75 a 673/75 - C.A., de 28.11.75, objetivando reiterar o indeferimento às solicitações das Senhoras HELENA MEDEIROS NEVES — Processo n° 034.045/75 e SIRLENE CARNEIRO DE MORAIS Processo n° 028.386/75, respectivamente, em virtude da não constatação de nenhum fato novo aos autos.
II. Da mesma forma e unanimemente, reiterar o estabelecido pelas Resoluções n°s 066/76—C.A., de 03.02.76 e 124/76 - C.A., de 26.02.76, ensejando a manutenção do indeferimento às solicitações da Senhora TEREZA FERREIRA DE LIRA — Processo n° 041.289/76, em vista das razões alegadas às fls. 18 - Verso, pelo Relator.
III. Manter, por unanimidade, as disposições, contidas à Resolução n° 561/75 - C.A., de 14.10.75, para ratificar o indeferimento à solicitação formulada pelo Senhor SELINO RIBEIRO DE SOUZA — Processo n° 027;419/75, informando que o mesmo, como inscrito e classificado, deverá aguardar a sua convocação pelos critérios regulares adotados pela Empresa".
Brasília, 24 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N° 316/76—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ALCEBIADES VIEIRA DE PAULA - Processo n° 048.866/76 e LAZARO FERREIRA FISCHER - Processo n° 051.010/76, sendo que os mesmos deverão ser atendidos de acordo com as normas e disponibilidades existentes à Sociedade".
Brasília, 24 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro-Relator

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N° 317/76—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOSÉ GONÇALVES BARBOSA — Processo n° 051.106/76, MOISÉS PINHEIRO DE SAMPAIO — Processo n° 052.001/76, ALVIM CORREIA NETO —Processo n° 051.855/76, JOÃO PEREIRA DE ANDRADE — Processo n° 051.854/76, FRANCISCO HORÁCIO DOS SANTOS-Processo n° 051.701/76 RAIMUNDO RAMOS DE SOUZA e Cônjugue - Processo n° 051.857/76, HENRIQUE CANDIDO DE MOURA — Processo n° 052.342/76, MARIA DE FATIMA SOARES — Processo n° 042.684/76, IRACEMA DE LIMA NASCIMENTO — Processo n° 052.344/76, TEREZA FELIPE DA SILVA — Processo n° 052.569/76, RUTH DIAS DE ARAUJO — Processo n° 051.442/76 e MARIA XAVIER VIANA — Processo n° 052.000/76, todos inscritos e classificados, comunicando que deverão aguardar posteriores convocações dentro dos critérios desta Sociedade".
Brasília, 24 de maio de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N° 318/76 - C. A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capitulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor JORGE DE SOUZA NUNES — Processo n° 030.531/75, em virtude não tratar-se de caso de prioridade, de acordo com as peças do processado, entre as quais, as informações contidas no Relatório da Assistente Social, fls. 04 e 05"

Brasília, 24 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N° 319/76 - C. A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta

Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capitulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE :

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores PEDRO PAULO DA SILVA — Processo nº 052.171/76, NEUSA MARINHO DA SILVA — Processo nº 052.246/76 e IDA RABELLO COITÉ LEITE Processo nº 051.425/76, os quais, devidamente inscritos, comunicando que deverão aguardar a publicação da IV Listagem Geral de Classificados, à época oportuna".

Brasília, 24 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº 320/76 — C. A.

Dispõe sobre solicitação de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capitulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE :

"Manter, por unanimidade, as disposições contidas às Resoluções nºs. 417/75 — C.A., de 15.08.75 e 095/76 - C.A., de 20.02.76, intentando ratificar o indeferimento às solicitações dos Senhores MANOEL GOMES SAMPAIO — Processo nº 026.529/75 e SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS — Processo nº 042.578/76, em virtude de nenhum fato novo introduzirem os pedidos de reconsideração".

Brasília, 24 de maio de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº 321/76 — C. A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE :

"Deferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor JOSÉ ROSA DE SOUZA — Processo nº 046.224/76, devendo ao interessado ser alienada uma unidade habitacional, em consonância às normas e critérios vigentes à Empresa."

Brasília, 24 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº 322/75 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capitulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE :

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores FRANCISCO DE MELO BARROS — Processo nº 049.185/76, CANDIDO ALVES VIANA - Processo nº 047.406/76, informando aos mesmos da continuidade das Inscrições Públicas desta Sociedade, abertas desde outubro de 1.974".
Brasília, 24 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

RESOLUÇÃO Nº 323/75 — C. A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capitulo III, Título III, do contrato Social da Sociedade;

RESOLVE :

"I. Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor JOSÉ DA TRINDADE NONATO — Processo nº 051.864/76, sendo que o candidato, na condição de regularmente inscrito e classificado, deverá aguardar posteriores convocações desta Sociedade.
II. Recomendar à Diretoria Imobiliária:
a) que proceda à inspeção na casa nº 31, da Q. 01, Conj. "D", em Sobradinho, Distrito Federal, face às alegações do peticionário, às fls. 01;
b) que verifique também, da alienação do referido imóvel, bem como da situação do adquirente no que toca às suas obrigações perante à Empresa, em caso positivo".

Brasília, 24 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO Nº.: 324/76— C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capitulo III: Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores NEVES PIRES NETO - Processo nº. 052.393/76, FRANCISCO FIRMINO FREIRE - Processo nº. 052.398/76, FREDERICO DANTAS LINS - Processo nº. 051.097/76, OSVALDO CAMPOS DE OLIVEIRA - Processo nº. 52172/76- MIGUEL DOS REIS - Processo nº. 051.862/76, GILBERTO LIMA RODRIGUES — Processo nº. 051.705/76, JOEL FÉLIX DE ARAUJO - Processo nº. 051.288/76, DADAIL VIEIRA — Processo nº. 050.675/76, MARIA ABADIA PEREIRA DA SILVA - Processo nº. 048.762/76, ANA MARIA DE CASTRO JERÓNIMO - Processo nº. 051.858/76, MARLENE MIRANDA SILVA ARAUJO — Processo nº. 051.859/76, NEIDE FALCAO MENEZES — Processo nº. 052.169/76, ANIZIA PEREIRA MACIEL — Processo nº. 051.856/76 e MARIA FREIRE DA SILVA — Processo nº. 050.672/76, todos regularmente inscritos e classificados, comunicando que deverão aguardar convocações desta Sociedade à época oportuna".

Brasília, 24 de maio de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro.

RESOLUÇÃO Nº.: 325/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, o disposto às Resoluções de nº.s 062/76 — C.A., de 03.02.76, 084/76 — C.A., de 17.02.76- 173/76 — C.A., de 23.03.76 e 151/75 — C.A., de 01.04.75, para ratificar o indeferimento às solicitações das Senhoras NUBIA MARROCOS PINHEIRO — Processo - nº. 042.279/76, TEREZINHA DE JESUS SILVA SANTOS — Processo nº. 040.359/76, LOURDES LIMA DOS SANTOS — Processo nº. 035.454/75 e do Senhor JOSÉ DARIO DE JESUS — Processo nº. 015.375/75 em vista de não conduzirem os autos à nenhum fato novo que se faça relevante".

Brasília, 24 de maio de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator.

RESOLUÇÃO Nº.: 326/76— C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA— TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ROBERTO ALVES TEÓPHILO — Processo nº. 037.857/75, ANTONIO ALVES DA CONCEIÇÃO - Processo nº. 043.852/76, AMADEU PEREIRA DA COSTA - Processo nº. 049.990/76, JOSÉ DE OLIVEIRA — Processo nº. 052.478/76 e MARIA ADÉLIA DOS SANTOS — Processo nº. 050.927/76, devendo os requerentes serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades existentes à Empresa.

Brasília, 24 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente.
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator.

RESOLUÇÃO Nº.: 306/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA — TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"I. Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores JOSÉ CARLOS PEDROSA BETHONICO, LOIZIO JOSÉ DOS SANTOS, RAIMUNDO CARDOSO DE ARAUJO FILHO, PAULO DE ANDRADE, ANTONIO FONSECA P. JUNIOR, MASSAKAZU TAKANO, DJANIRA BEZERRA CAVALCANTE, CARMEM GRECO AFERREIRA, TELMA EUSTAQUIO DE SOUZA DIAS, MARIELCE MARTINS FRANÇA e EUNICE MARIA VARELLA NEGREIROS - Processo nº. 051.289/76 os quais, regularmente inscritos e classificados, cientificando que deverão aguardar futuras convocações desta Sociedade.

II. Indeferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora CLEONE SANTOS, informando que, caso a mesma se encontre devidamente inscrita e classificada deverá aguardar a convocação de acordo com as normas vigentes à Empresa, visto que o número de inscrição encaminhado se encontra em nome de outro candidato, sendo que não foi encontrado nenhum registro em publicações anteriores, do nome da interessada.

III. Indeferir, po unanimidade, as solicitações formuladas pelos Senhores MARCO ANTÔNIO NASCENTE, SILVIO FERREIRA ALBERNAZ e JOAQUIM PEDRO MARTINS, esclarecendo que as respectivas inscrições não foram incluídas em listagens divulgadas pela Imprensa visto encontrarem - se ainda em fase de computação".

Brasília, 24 de maio de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO

Membro-Relator

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro.

RESOLUÇÃO Nº.: 307/76 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE

SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA— TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Manter, por unanimidade, as disposições contidas nas Resoluções n°.s 194/75 — C.A., de 25.04.75, 219/76 — C.A., de 12.04.76 a 286/76 — C.A., de 07.05.76, para ratificar o indeferimento às solicitações dos Senhores JOAO CAVALCANTE PEQUENO — Processo n°. 016.341/75, JOAO PAULINO DE OLIVEIRA — Processo n°. 048.802/76 e CLARICE DA SILVA PENTEADO — Processo n°. 050.076/76, respectivamente em vista de nada de novo introduzirem os autos".

Brasília, 24 de maio de 1.976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro - Relator

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇAO N°.: 308/76— C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula - terceira, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;
RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, a solicitação efetuada pela Senhora GONÇALA LOPES DOS SANTOS — Processo n°. 050.669/76, sendo que à postulante deverá ser alienada uma unidade residencial desta Sociedade, de acordo com as normas e disponibilidades existentes".

Brasília, 24 de maio de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro- Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro.

DIRETORIA

N°: 036/76 Sessão: 715ª. Realizada em: 17.02.76
Processo n°: 042956/76
ASSUNTO: Trata o presente processo da solicitação do Arquiteto CICERO LINHARES, para frequentar o 1° Curso de Especialização em Planejamento Urbano, a ser ministrado pela Universidade de Brasília no período de abril a novembro, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.
DECISÃO: A Diretoria, à vista do parecer do Sr. Diretor Técnico via Relatório n° 016/76,

RESOLVE:

1. Aprovar a indicação do referenciado para frequentar o aludido curso, mediante:
a) Compromisso de permanência na Empresa pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, após a conclusão;
b) Obrigatoriedade de ressarcir a SHIS todos os salários e vantagens recebidos durante o curso, se por justa causa ou vontade própria seja desligado da Empresa durante a vigência desse prazo.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
Realizada em 26.04.76
N° 71/76
Sessão: 730a.
Processo n°: 011909/74
Assunto: Trata da NDFG n° 303039 de 29/10/74, pela qual o INPS notificou esta Sociedade para o pagamento da importância de Cr$ 60.677,13 (Sessenta mil, seiscentos e setenta e sete cruzeiros e treze centavos), a título de depósito do FGTS, verificado com base na apropriação da mão-de-obra, da atual ITAPEMIRIM-Construções Ltda nas obras do GUARA II de propridade da SHIS.
Decisão: A Diretoria considerando o que consta no parecer do Relator RESOLVE: a) Aprovar o pagamento até 30/04/76, do débio atualizado no valor de Cr$ 176.149,48 (cento e setenta e seis mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e quarenta e oito centavos), nos termos das GRs constantes da contra capa deste processo: b) Remeter estes autos à Diretoria Financeira para a quitação e depois ao Serviço Jurídico para adotar todas as medidas judiciais pertinentes.
Relator: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
N° 72/76
Sessão: 730a
Realizada em: 26.04.76
Processo n° 011910/74
Assunto: Trata das NRDVs. n°s 0029823/4 e 0029824, de 29/10/74, fls. 01/02, através das quais o INPS notificou esta Sociedade para o pagamento da importância de Cr$ 240.736,53 (Duzentos e quarenta mil, setecentos e trinta e seis cruzeiros e cinquenta e tres centavos), referente a débitos para com aquele Instituto; verificado com base na apropriação da mão-de-obra da Empreitada da firma ITAPEMIRIM—Construções Ltda, nas obras do GUARA II de propriedade da SHIS.
Decisão: A Diretoria considerando o que consta no parecer do Relator RESOLVE: a) Aprovar o pagamento até o dia 30/04/76, do débito atualizado no valor de Cr$ 549.807,78 (quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sete cruzeiros e setenta e oito centavos) nos termos das GRs constantes da contracapa deste processo: b) Remeter estes autos à Diretoria Financeira para quitação depois do Serviço Jurídico para adotar todas as medidas judiciais pertinentes.
Relator: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
JOSE ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

N° 073/76: Sessão: 731ª. Realizada em: 06.05.76
PROCESSO N°: 51008/76
ASSUNTO: Versa sobre a doação da quantia de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) como auxílio às vítimas dos terremotos da Guatemala.
DECISÃO: A Diretoria considerando o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: 1) Autorizar a doação da quantia de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) como auxílio às vítimas dos terremotos da Guatemala a ser depositada no Banco do Brasil na conta aberta sob o título "Vítimas do Terremoto da Guatemala"; 2) Submeter esta Decisão à homologação da Assembléia Geral dos Sócios Quotistas.
RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

N° 74/76 SESSÃO: 732ª. REALIZADA EM: 12.05.76
PROCESSO N°: 4146/70
ASSUNTO: Trata o presente processo do pedido de quitação total do imóvel situado na Quadra 1, Conjunto "C", casa 56 - Planaltina, prometido a CARLOS COLONNA COLOMBO.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do senhor Diretor Superintendente, consubstanciado no Relatório n° 76,

RESOLVE AUTORIZAR:
a) a quitação das prestações atrasadas, até a data da aposentadoria;
b) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária, a partir da data da aposentadoria, devidamente corrigida até esta data;
c) o cancelamento das prestações emitidas após a aposentadoria;
d) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após a aposentadoria, devidamente corrigido;
e) a quitação da importância que porventura exista, referente a Custas Judiciais.
RELATOR: DILSON CARLOS REHEM
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

Resolução da Diretoria

N.° 75/76
Sessão: 732a.
Realizada em: 12.05.76
Processo n.° 040509/76
ASSUNTO: Versa o presente processo sobre o recebimento de 03 (três) blocos de apartamentos, edificados nas projeções 01, 02 e 03 da SQDN 415/416

DECISÃO: A Diretoria, a vista do parecer do Sr. Diretor Técnico, via Relatório n.° 038/76,
RESOLVE:

Homologar o recebimento dos mencionados blocos, construídos sob responsabilidade da firma SANTA BARBARA ENGENHARIA S.A., bem como considerar a conclusão e entrega dentro do prazo contratual previsto.
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Resolução da Diretoria
N.° 76/76
Sessão: 732a.
Realizada em: 12.05.76
Processo n.°: 045459/76

ASSUNTO: Trata o presente processo do recebimento de 02 (dois) blocos de apartamentos edificados nas projeções 27 e 28 da SQDN 415/416, a cargo da firma COENCISA — Empreendimentos Imobiliários Ltda.
DECISÃO: A Diretoria, a vista do parecer do Sr. Diretor Técnico, via Relatório n.° 037/76,
RESOLVE:
Homologar o recebimento dos supra mencionados blocos de apartamentos, bem como considerar a conclusão e entrega dentro do prazo contratual previsto.
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Resolução da Diretoria

N.° 77/76
Sessão: 732a.
Realizada em: 12.05.76

Processo n.°: 049199/76
ASSUNTO: Trata o presente processo do recebimento de 02 (dois) blocos de apartamentos, edificados nas projeções 29 e 30 da SQDN 415/16, a cargo da Construtora Marajá S.A., na conformidade do contrato celebrado com a SHIS.
DECISÃO: A Diretoria, a vista do parecer do Sr. Diretor Técnico, via Relatório n.° 035/76,
RESOLVE:

Homologar o recebimento dos mencionados blocos de apartamentos, bem como aplicar à firma Construtora Marajá S.A., multa contratual no valor de Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), pelo atraso de 10 dias na conclusão e entrega dos mesmos.
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
N° : 78/76
Sessão : 732ª Realizada em: 12.05.76
PROCESSO N° : 042825/76

ASSUNTO : Trata o presente processo do recebimento de 02 (dois) blocos de apartamentos edficados nas projeções 25 e 26 da SQDN 415/416, a cargo da firma Construtora ERG Ltda.
DECISÃO : A Diretoria, a vista do parecer do Sr. Diretor Técnico via Relatorio n°. 036/76,
RESOLVE :
Homologar o recebimento dos supramencionados blocos de apartamentos, bem como considerar a conclusão e entrega dentro do prazo contratual previsto.
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliario

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

N° 79/76
Sessão : 732a.
Realizada em: 12.05.76
PROCESSO N° 17.707/75
ASSUNTO : O Diretor Imobiliario propõe, via Relatorio n°. 016/76, a autorizaçao para alienar 28 lojas localizadas no Centro Comercial de Brazlandia.

DECISÃO : A Diretoria, considerando o exposto no Relatorio n°. 016/76 - DI, RESOLVE : Autorizar a licitação de 28 lojas localizadas no Centro Comercial de Brazlândia nos termos do Relatorio n°. 016/76—DI.
RELATOR : JOSÉ ROBERTO LUGON

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº 80/76 Sessão: 733a. realizada em 19.05.76
PROCESSO Nº 1448/69
Assunto: Trata o presente processo do pedido de quitação total do imóvel situado na Quadra 02 , Conjunnto "D", casa 110 - Gama, prometido a Manoel Anulino da Silva.
Decisão: A Diretoria, considerando o parecer do Senhor Diretor Superiintendenteconsubstanciado no Relatório nº 015/76. RESOLVE AUTORIZAR:

a) a quitação total do imóvel em questão, através dos recursos da RAC - Reserva de Assistência Comunitária, a partir da data do sinistro devidamente corrigida até esta data;
b) O cancelamento das prestaçõ emitidas após sinistro;
c) a devolução do valor das prestações eventualmente pagas após o sinistro,devidamentecorrigido;
d) a quitação da importância que por ventura exista, referente a Custas Judiciais.

RELATOR: DILSON CARLOS REHEM
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
Nº 81/76 SESSÃO: 734ª. REALIZADA EM: 20.05.76
Processo nº: 052061/76

ASSUNTO: Dispensa de licitação para transferência das antenas e equipamentos, relativos à Estação Receptora do Ministério do Exército, do Setor "Guariroba" para área equivalente reservada no Paranoá.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o que consta no parecer do Sr. Diretor Técnico, via Relatório nº 039/76, RESOLVE:

1. Dispensar, com fundamento no Artigo 11º, alínea "e" da Resolução nº 159/74—CA, a realização de licitação para o caso presente.
2. Contratar diretamente com a firma TELEINSTALAÇÕES e Representações Ltda, a execução dos serviços que lhe concerne, pelo valor global de Cr$ 455.050,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, e cinquenta cruzeiros), segundo as condições estabelecidas na proposta anexa ao processo.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº 82/76 SESSÃO: 735ª. REALIZADA EM: 21.05.76
PROCESSO Nº: 51.390/76
ASSUNTO: Solicitação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal visando celebrar Contrato de Locação.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o exposto no Relatório Nº 019/76—DI., RESOLVE: Aprovar o texto do Contrato de Locação a ser celebrado com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e sua posterior assinatura.

RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
Nº 83/76 SESSÃO: 735ª. REALIZADA EM: 21.05.76
PROCESSO Nº: 046361/76
ASSUNTO: O Senhor Diretor Imobiliário propõe, via Relatório Nº 017/76, a venda com dispensa de licitação, de imóveis desta Sociedade.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o exposto no Relatório Nº 017/75-DI, do Senhor Diretor Imobiliário, RESOLVE: Aprovar a venda das projeções "E", "H", "P" e "T" da QI 22 à COHAPIZOO, nos termos da proposição contidas no citado Relatório.
RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
Nº 84/76 SESSÃO: 735ª. REALIZADA EM: 21.05.76
PROCESSO Nº: 19.503/75
ASSUNTO: Proposição para que seja autorizada a licitação de 17 lojas na cidade Satélite do Guará.

DECISÃO: A Diretoria, considerando o exposto no Relatório nº 018/76—D.I., RESOLVE: Autorizar a licitação de 17 lojas na cidade Satélite do Guará, nos termos do Relatório acima mencionado.
RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº 85/76 SESSÃO: 735ª. REALIZADA EM: 21.05.76
PROCESSO Nº: 2190/72
ASSUNTO: Homologação do Termo Aditivo referente ao Convênio celebrado entre a SHIS e DNEF.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o que consta no Relatório Nº 20/76 - D.I., RESOLVE: Homologar o texto do Termo Aditivo do Convênio celebrado entre a SHIS e o DNEF e autorizar a sua assinatura nos termos propostos pelo mencionado Relatório.

RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

PROCESSO Nº.: 150304/76
INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL — AERB
ASSUNTO: Solicita autorização para aquisiçao de passes.

Autorizo a realizaçao da despesa. Com base na delegação de competência de que trata o inciso II, art. 1º, do Decreto "E" 340, de 12 de dezembro de 1967, com a nova redação dada pelo Decreto nº. 1718, de 16 de junho de 1971, DISPENSO A LICITAÇÃO, nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º., do Decreto nº. 1.703, de 31.05.71, no valor total de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), conforme pedido inicial, a favor das empresas Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, VIPLAN - Viação Planalto Ltda e Irmaos Matsunaga Ltda - VIAÇÃO PIONEIRA, para aquisiçao de passes de ônibus, visando atendimento aos funcionarios da Administraçao da Estação Rodoviária de Brasilia - AERB.
Brasília, 28 de maio de 1976
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal

Processo nº: 150.106/74
Interessado: ORGANIZAÇÕES DEMAK LTDA
Assunto: Solicita renovação do seu contrato por mais dois anos.

De acordo com as conclusões da Comissão de Concorrência designada pela Portaria nº 024, de 16 de setembro de 1975, conforme consta do presente processo.
Anulo a concorrência realizada em 22.04.76, com fundamento no ítem 7.5 do Edital nº 002/76—SSP, de 09 de março de 1976, determinando a realização de nova concorrência nos termos do sugerido pela referida Comissão.
Brasília, 31 de maio de 1976
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

Processo nº: 14.634/76
Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Assunto: Requer pagamento de fatura no valor de Cr$ 2.011,14
Face as informações constantes deste processo, RECONHEÇO a dívida no valor de Cr$ 2.011, 14 (dois mil, onze cruzeiros e quatorze centavos), a favor da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, referente a fatura nº 0033/76—TR, nos termos do Decreto nº 62.115, de 15.01.68.
Brasília, 31 de maio de 1976
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

Proceso nº: 14.635/76
Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Assunto: Requer pagamento de fatura no valor de Cr$ 897,33

Face as informações constantes deste processo, RECONHEÇO a dívida no valor de Cr$ 897,33 (oitocentos noventa e séte cruzeiros e trinta e três centavos), a favor da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, referente à fatura nº 0032/76—TR, nos termos do Decreto nº 62.115, de 15.01.68.

Brasília, 31 de maio de 1976
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 070/76
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES. DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 33, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27.07.75, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.858/75

RESOLVE:
aplicar à empresa VIPLAN — Viação Planalto Ltda, a multa de Cr$ 2.297,70 (DOIS MIL DUZENTOS E NOVENTA E SETE CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS), por infração, do disposto nos artigos 82, 83 e 84 das alíneas "a", "b", e "d", do Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3.174, de 20.02.76.
Brasília, 25 de maio de 1976
GERALDO WAGNER
Departamento de Concessões e Permissões
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 071/76—DCP
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 33, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27.07.75, e tendo em vista o que consta do processo nº 014.859/76,
RESOLVE:
aplicar à empresa IRMÃOS MATSUNAGA LTDA Viação Pioneira, a multa de Cr$ 191,50 (CENTO E NOVENTA E UM CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), por infração do disposto nos artigos 83 e 84 das alíneas "a", e "b" do Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3.174, de 20 de fevereiro de 1976.

Brasília, 25 de maio de 1976

GERALDO WAGNER
Departamento de Concessões e Permissões
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 072/76—DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 33, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27.07.75, e tendo em vista o que consta do processo nº 015.994/76,

RESOLVE :

aplicar à empresa, VIPLAN — Viação Planalto Ltda, a multa de Cr$ 191,40 (CENTO E NOVENTA E UM CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS), por infração do disposto no artigo 83, da alínea "a", do Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3.174, de 20/02/76.

Brasília, 31 de maio de 1976

GERALDO WAGNER
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 073/76—DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 33, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27.07.75, e tendo em vista o que consta do processo nº 013.081/76,

RESOLVE:

aplicar à empresa, IRMÃOS MATSUNAGA LTDA. - Viação Pioneira, a multa de Cr$ 127,70 (CENTO E VINTE E SETE CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS), por infração do disposto no artigo 83, grupo "B", inciso IV do Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3.174, de 20/02/76.

Brasília, 02 de junho de 1976

GERALDO WAGNER
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº. 29/76, DE 03 DE JUNHO DE 1976

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 29, inciso V, do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº. 2877, de 04/04/75, combinado com o artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária aprovadas pelo Decreto nº. 3.097, de 22/12/75.

RESOLVE:

Designar ISAC BATISTA LEITÃO, Assistente do Diretor da Divisão de Administração Geral, Matrícula nº. 08.307, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para executor do Contrato celebrado em 26/04/1976, entre o Distrito Federal e a Firma PLANTEL S/A, constante do Processo nº. 054.932/76.

Publique-se

Brasília, em 03 de junho de 1976

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO

Procurador Geral

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO ADITIVO AO CONVENIO FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALARIO EDUCAÇÃO, INSTITUIDO PELO DECRETO—LEI Nº 1.422, DE 23 DE OUTUBRO DE 1975 E REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 76.923, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1975.

Aos 02 (dois) dias do mês de abril do ano de 1976 (mil novecentos e setenta e seis), presentes no Gabinete do Ministro da Educação e Cultura o respectivo Titular, Ney Aminthas de Barros Braga e o Governo do Distrito Federal, representado pelo Senhor Elmo Serejo Farias deliberaram assinar o presente Termo Aditivo ao Convênio firmado em 11 de março de 1976, que regulou as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário Educação, instituido pelo Decreto-Lei nº. 1.422, de 23 de outubro de 1975 e regulamentado pelo Decreto nº. 76.923, de 26 de dezembro de 1975, em cumprimento ao que determina o parágrafo 1º, do artigo 177, da Emenda Constitucional nº. 1, de 17 de outubro de 1969, e artigo 54 da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. CLÁUSULA PRIMEIRA — A despesa com a execução do Projeto 4502.0842.0212.111.000 - ASSISTENCIA TÉCNICA E FINANCEIRA ÀS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NA AREA DO ENSINO DO 1º GRAU correrá à conta de recursos provenientes do Salário Educação, Quota Federal, previstos no orçamento geral de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o exercicio de 1975, e passa a ser classificado como segue: Projeto 4502.0842.0212.111.000 - ASSISTENCIA TÉCNICA E FINANCEIRA ÀS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NA AREA DO ENSINO DE 1º GRAU Elemento de Despesa :3.2.7.3. - 08 - Entidades Estaduais Diversas Empenho nº. 299 — SE, de 26.02.76. Valor Cr$ 401.500,00. Elemento de Despesa : 4.3.7.2.—08 — Entidades Estaduais - Vinculações Tributárias . Empenho nº. 324—SE, de 26.02.76. Valor : Cr$ 106.400,00. CLÁUSULA SEGUNDA — Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio a que se refere o presente Termo Aditivo. E, por estarem acordes, lavrou-se este Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas abaixo.

Brasilia, 02 de abril de 1976. - NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — ELMO SEREJO DE FARIAS - GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL - Testemunhas : ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA- DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL. - ZORA DE MENEZES CLETO MOREIRA - CHEFE DA COORDENAÇÃO DE CONVENIOS - PROCESSO Nº 265.709/75.

"Republicado do "DF" Nº 81 de 01/06/76, Páginas 18 e 19, por lapso de revisão"

ALTARAÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE CARROCERIAS QUE ENTRE SI FAZEM A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LIMITADA TCB - E A MARCOPOLO S/A - CARROCERIAS E ONIBUS.

Por este instrumento particular, de um lado a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE TRASILIA LIMITADA-TDB, estabelecida no Setor de Garagens Oficiais, em Brasília, Distrito Federal, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, Engº. DALMO PIMENTEL DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliadonesta Capital Federal, daqui por diante denominada "TCRCOPOLO S/A—Carrocerias e Onibus, firma estabelecida na Rua Marcopolo, 280, Bairro Planalto, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Sr. LIDO UMBERTO CATELLI, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de seu procurador, conforme inscrição no Cadastro de Fornecedores da TCB, doravente denominada apenas "MARCOPOLO", resolve, alterar o contrato de Compra e Venda nº. CV/002/76—TCB, nas cláusulas seguintes:

CÁUSULA PRIMEIRA DAS ESPECIFICAÇÕES

A MARCOPOLO se obriga a vender à TCB 43 (quarenta e trçes) carrocerias Veneza 76—urbanas - sendo 20 (vinte) unidades equipadas com carrocerias de uma porta, poltronas etrês e duas filas, de látex revestidas de vinil azul petróleo, ao preço unitário de Cr$ 108.409,00 (cento e oito mil, quatrocentos e nove cruzeiros), e 23 (vinte e três) carrocerias convencionais, ou seja, com duas portas, poltronas duas a duas, de látex revestidas em vinil azul petróleo, ao preço unitário de Cr$ 103.569,00 (cento e três mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros). As demais especificações são as constantes do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA —DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do contrato nº. CV/002/76—TCB, permanencem inalteradas, salvo as que já sofreram modificações, passando a fazer parte integrante da presente alteração contratual as cartas nº. 013/7Ç—DS—TCB, nº. 019/76—DS—TCB, as Cartas datadas de 10/03/76 (fls. 187 do processo nº. 03707/76—TCB), a de 12/03/76 e a de 27/03/76-MP—001/76, todas as três da MARCOPOLO.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente em 60 (seis) vias datilografadas, de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas nomeadas e a todo ato presentes.

Brasília-DF., 10 de maio de 1976

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA

Engº. DALMO PIMENTEL DOS SANTOS

MARCOPOLO S/A—CARROCERIAS E ONIBUS

LIDO UMBERTO CATELLI

TESTEMUNHAS: Ilegíveis

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO, EM 23 DE ABRIL DE 1971, ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE MAIO DE 1971.

Aos TREZE dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, o Ministério da Agricultura, doravante denominado MINISTÉRIO, representado pelo seu Titular, Professor ALYSSON PAULINELLI, e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, doravante denominada FUNDAÇÃO, representada pelo seu Diretor Presidente, Doutor DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM, resolveram aditar, ao Convênio celebrado em 23 de abril de 1971, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O MINISTÉRIO concorrerá, neste exercício, com a importância de CR$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), à conta dos recursos alocados à atividade 1311.04140442.057 - Estudos e Pesquisas sobre o Mercado Agrícola - Elemento de Despesa 4.1.2.0 - 13 - Transferências Correntes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os recursos aludidos nesta cláusula serão liberados pela Inspetoria Geral de Finanças - IGF/MA, à FUNDAÇÃO, através do Departamento Nacional de Serviços de Comercialização - DNSC do MINISTÉRIO, em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de setembro de 1976, mediante atestado do DNSC, de que os trabalhos vêm sendo desenvolvidos com regularidade e observados os dispositivos da Portaria IGF/MA nº 06/76 - Capítulo IV.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A FUNDAÇÃO apresentará, ao DNSC, o plano de aplicação dos recursos, para aprovação, que passará a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo será publicado nos Diários Oficiais da União e do Distrito Federal, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições até então estipuladas, não alteradas por este Aditivo.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se este instrumento, com 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

ALYSSON PAULINELLI
Ministro de Estado da Agricultura

DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM
Diretor Presidente da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

TESTEMUNHAS:

CONTRATO DE EMPREITEIRA POR PREÇO GLOBAL CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA SANCOL-SANEAMENTO, CONSTRUÇÃO LTDA OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DA 1a. ETAPA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DO GAMA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria do Governo, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 262479/76, e do outro lado, a Firma SANCOL-SANEAMENTO, CONSTRUÇÃO LTDA, com sede à Av. D. Manoel 669, FORTALEZA - CEARÁ, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 07274285/001, doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, aqui representada pelo Senhor JORGE VICENTE DE ARRUDA ELLWANGER, brasileiro, solteiro, Engenheiro Mecânico, residente e domiciliado nesta Capital, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 02/76, cujo Edital e seu anexo, Projetos, Pranchas e Especificações, bem como a proposta da Firma vencedora, passam a integrar este Contrato, como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento obriga-se a EMPREITEIRA a executar para o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, nos Termos do Edital de Tomada de Preços nº 02/76, serviços de construção da 1a. etapa do Terminal Rodoviário do Gama, tal como descrito no Anexo Único do supramencionado Edital, e na forma da proposta da Firma vencedora, observado o disposto no Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, compromete-se a pagar à EMPREITEIRA preço fixo e irreajustável de CR$. 2.393.786,23 (dois milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte e três centavos), obedecido o cronograma físico-financeiro aprovado pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, sob a forma de faturamento, devendo a EMPREITEIRA apresentar as faturas correspondentes aos serviços executados, reservando-se o DISTRITO FEDERAL o direito de, no prazo de 10 (dez) dias, verificar se a etapa da obra foi cumprida e nela empregada material e mão-de-obra de primeira qualidade. PARÁGRAFO PRIMEIRO - De cada uma das faturas apresentadas será retido no ato do pagamento, 5% (cinco por cento) do seu valor a título de reforço de caução, na forma do disposto no item 5, Capítulo XVIII, do Edital 02/76, da Administração Regional do Gama. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos para fazer face a execução deste Contrato são procedentes : a) CR$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, conforme Nota de Empenho nº 204/76, emitida pela Secretaria de Finanças; b) O restante CR$. 1.393.786,23 (hum milhão, trezentos e noventa e três mil setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte e três centavos), do Orçamento do Distrito Federal, para o presente exercício Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, e correrão à conta do Projeto 1.017 - construção do Terminal Rodoviário, conforme Nota de Empenho nº 17/76, emitida pela Administração Regional do Gama. CLÁUSULA TERCEIRA - As obras deverão ter início após a publicação deste instrumento no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", uma vez expedida a Ordem de Serviço competente. O prazo de conclusão da obra será de 180 (cento e oitenta) dias, obedecido o cronograma-físico-financeiro, contados a partir do recebimento pela EMPREITEIRA da Ordem de Serviço. PARÁGRAFO ÚNICO - Tal prazo entende-se improrrogável, ressalvada a hipótese de força-maior devidamente comprovada, devendo a EMPREITEIRA justificar-se com antecedência necessária, e por escrito, podendo, ou não ser aceita a causa ao inteiro juízo do DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, nos termos do artigo 60, Parágrafo Único, de Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971. CLÁUSULA QUARTA - Concluída a obra, dar-se-á o seu recebimento provisório, o qual só poderá ocorrer após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações. O recebimento definitivo dar-se-á 60 (sessenta) dias após o recebimento

provisorio, atendidas todas as reclamações da fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas nas obras e serviços executados e se estiverem inteiramente quitados/o débitos com os fornecedores, operários e prestadores de serviços empregados na construção. CLÁUSULA QUINTA - A EMPREITEIRA se responsabilizará: a) pela contratação de todo pessoal operário e pelo cumprimento das obrigações Trabalhistas e Previdenciária; b) por acidentes de trabalho caso ocorram, durante o período de duração da obra; c) todas as instalações preliminares da obra, inclusive o fornecimento de água' e energia elétrica. PARÁGRAFO ÚNICO - A EMPREITEIRA se responsabilizará ainda: a) pela perfeição ou resistência dos trabalhos realizados, na forma do disposto no artigo 1.245 do Código Civil, e consequente demolição e reconstrução dos trabalhos rejeitados pela fiscalização; b) retirada dos materiais não especificados ou rejeitados; c) danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao DISTRITO FEDERAL, ou a terceiros, provenientes da construção; d) infração ou multa decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação vigente. CLÁUSULA SEXTA - É vedada a sub-empreitada ' global da obra, permitindo-se entretanto, e sub-empreitada parcial' ou parcelada. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Salvo disposições explícitas em contrário, a responsabilidade sobre esses serviços realizados, não' será transferido à Sub-empreiteira. PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese do parágrafo anterior a EMPREITEIRA responderá direta e exclusivamente pelas obrigações estabelecidas no Edital, Projetos, Especificações e Contrato. PARÁGRAFO TERCEIRO - A EMPREITEIRA será responsável pela perfeição, solidez e segurança da obras, conforme dispõe o artigo 1245 do Código Civil. CLÁUSULA SÉTIMA - A caução e seus reforços depositados pela EMPREITEIRA, como garantia da execução do Contrato reverterão ao patrimônio do Distrito Federal, caso ocorra' uma das hipóteses previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto ' 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, sem prejuízo daquelas estipuladas no Edital de Tomada de Preços nº 02/76 da Administração Regional do Gama . PARÁGRAFO ÚNICO - A garantia somente será levantada, após o total ' cumprimento das obrigações ora contraídas na forma do item 7 e 8 do Capítulo IV do Edital nº 02/76 - da Administração Regional do Gama. CLÁUSULA OITAVA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato sujeitar-se-á a EMPREITEIRA às seguintes sanções, sem prejuízo das demais previstas no Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971: a) multa de 0,3(três por cento , ao dia até o 30 (trigésimo) dia, de atraso, sobre o valor da obra não realizada quando a EMPREITEIRA deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, as obrigações assumidas; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, quando a EMPREITEIRA se recusar a fazer o reforço da caução ou deixar de assinar o contrato, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação; c) não incidirá multa sobre o atraso de' etapas constantes do cronograma-físico-financeiro, somente recaindo sobre a entrega final da obra, ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, o qual entretanto, pagará exclusivamente as etapas concluídas; d) Suspensão do direito de licitar com os órgãos da Administração direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo que a autoridade competente fixar, nos casos previstos nos artigos 59 e 60 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971. CLÁUSULA NONA - Fica designado como executor e supervisor técnico do Presente Contrato, o Diretor da Divisão Regional de Fiscalização e Licenciamento da Administração Regional do Gama, nos Termos do Art.12 e seguintes do Dec. nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA ' DÉCIMA - Operar-se-á de pleno direito a rescisão automática deste ' ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava quando ' ocorrerem: a) falência ou dissolução da EMPREITEIRA; b) transferir' no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia anuência' do Distrito Federal, através da Administração Regional do Gama; c) não permitir o livre acesso da Fiscalização aos serviços, depósitos ou dependências onde se encontram materiais, ferramentas, máquinas, equipamentos, etc, destinados a execução da obra; e) negar-se a cumprir o ressarcimento de danos causados a terceiros, oriundos da execução da obra; f) deixar de iniciar a obra dentro de 30 (trinta) ' dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Administração Regional do Gama; g) paralizar a execução dos trabalhos, sem justificativas, aceitas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, por um período igual ou superior a ' 10 (dez) dias; h) não cumprir as obrigações assumidas, estabelecidas' no Edital 02/76, da Administração Regional do Gama; i) recusar-se, ex presumente, a executar a obra no todo ou em parte; j) o contrato poderá, também ser rescindido por mútuo acordo das partes contratantes. PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo uma das hipóteses acima previstas, para rescisão do Contrato as instalações e equipamentos que integram o canteiro de obra, serão entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para garantir a continuidade dos serviços, podendo o Distrito Federal ' imitir-se liminarmente na posse dos mesmos. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Os débitos para com a Fazenda Pública serão cobrados mediante ação executiva, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA Este Contrato entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas da EMPREITEIRA, expirando após o integral cumprimento das obrigações assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio ' da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraí das 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único' efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) IVAN GUARAIS DE OLIVEIRA; PELA EMPREITEIRA (as.) JORGE VICENTE DE ARRUDA ' ELLWANGER; TESTEMUNHAS (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 24 fls. 263/96 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 28 / 05 / 1976

VISTO
Em, 31 de maio de 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1º SFEG - Chefe

Emmanuel J. Mendes Pyrio
1.º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 092497 - CR$ 500,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA INDÚSTRIA VILLARES S/A TENDO POR OBJETO A MANUTENÇÃO DE 2 (DOIS) ELEVADORES INSTALADOS NO PALÁCIO DO BURITI, NA FORMA ABAIXO.

Aos cinco (05) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete do Governador, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JORGE MOTA E SILVA, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação ' de competência expressamente exara pelo Governador, no Processo nº 70.434/76, e, do outro lado, a firma INDÚSTRIA VILLARES S/A, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, estabelecida na Avenida' W/3/Sul, Quadra 503, Bloco "C", nº 71, Brasília Distrito Federal , inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 61,460.726/9, aqui representada pelo Senhor JOÃO ROBERTO DE MIRANDA, brasileiro, casado, industriário, residente e domiciliado nesta Capital, Gerente da filial de Brasília, resolvem firmar o presente instrumento - mediante as seguintes cláusulas : CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a manutenção de 2 (dois) elevadores - instalados no Palácio do Buriti. PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA , para execução dos serviços mencionados nesta Cláusula, usará sempre pessoal próprio treinado e diretamente por ela supervisionado. CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA, para execução dos serviços objeto do presente contrato obriga-se: a) fazer inspeção dos elevadores periodicamente, e sempre que se tornar necessário; b) regulagem e ajuste dos quadros de comando, seletores, indutores, limites freios, mecanismos de portas, indicadores de posição, anunciadores de chamadas, corrediças do carro e do contrapeso, reles, escovas , chaves, contactos, e outras partes acessórias, a fim de proporcionar aos elevadores um funcionamento eficiente e econômico. PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA, obriga-se a: I) lubrificação e limpeza, de acordo com as necessidades do local das máquinas, motores, geradores, quadros de comando, seletores, indutores, limites, guias as portas externas do carro, contrapeso, mecanismo de porta e demais partes mecânicas e elétricas dos elevadores. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA se compromete a: a) manter serviço de prontidão para atender com presteza, durante o horário normal de trabalho, a qualquer chamado sobre o funcionamento deficiente dos elevadores - ou de suas partes componentes; b) serviços de emergência a qualquer hora do dia ou da noite, fora do horário normal de trabalho , inclusive aos domingos e feriados, para casos de inadiável auxílio técnico; c) substituição ou reparo, quando exigido pela boa técnica, de toda e qualquer peça dos elevadores, tanto mecânica como elétrica, exclusive as que forem danificadas por mau trato ou uso inadequado dos elevadores. CLÁUSULA QUARTA - O valor do presente - contrato é de Cr$ 17.460,00 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta cruzeiros), resultantes do valor mensal de Cr$ 1.455,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros). Os recursos para fazer-face à execução do presente ajuste são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, correndo à conta do seguinte Elemento 3.1.3.2 -Outros Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 55/76 - GAG, emitida pelo Gabinete do Governador. CLÁUSULA QUINTA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas integrantes deste ajuste, sujeitar-se-á a CONTRATADA as penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado - pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971. CLÁUSULA SEXTA- Operar-se-á a rescisão deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuizo das penalidades previstas na cláusula anterior, quando ocorrerem: a) falência ou dissolução da CONTRATADA; b) transferência no todo ou em parte, das obrigações ora assumidas, sem prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL; c) recusa de prestação dos serviços objeto do presente instrumento, como tal entendida formalmente a sua cessação sem justa causa comprovada pelo Gabinete do Governador, por dolo ou culpa. CLÁUSULA SÉTIMA - A inadimplência de qualquer das cláusulas - deste contrato, acarretará sua automática rescisão, ficando a parte que lhe der causa sujeita ao pagamento de perdas e danos. CLÁUSULA OITAVA - Este termo poderá ser renovado, aditado ou rescindido por mútuo acordo entre as partes, devendo o interessado pronunciar-se a respeito, por escrito, com antecedência mínima de 30 - (Trinta) dias antes de seu término. CLÁUSULA NONA - O DISTRITO FEDERAL, através do Gabinete do Governador, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas no artigo 12º e seguintes, do Decreto n) 3.097, de 22 de dezembro de 1975. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", às expensas da CONTRATADA, expirando em 31 de dezembro de 1976, sendo que os seus efeitos retroagem ao dia 1º de janeiro de 1976. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para ' firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) JORGE DA MOTTA E SILVA; PELA CONTRATADA (as.) JOÃO ROBERTO DE MIRANDA; TESTEMUNHAS (as.) JOSÉ OSÉAS ' DOS SANTOS e NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 24 fls. 144/96 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 04 / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1º SFEG - Chefe

VISTO
Em, 7 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Pyrio
1.º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 092587 - CR$ 318,00)

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 25 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital , na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação' de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 29.027/75, e do outro, o Senhor BERTRAND PIRES MILFONT, brasileiro , solteiro, funcionário público, portador do CIC nº 003244691-87, residente e domiciliado à QE-24 Conjunto E Casa 01 Guará II, nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Transação, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública instalado na Pista do Aeroporto, ocorrido no dia 14 de novembro de 1975, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O Senhor BERTRAND PIRES MILFONT, aceita os termos desta -Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a:I) não pleitear em Juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; II) aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$ 5.196,09 (CINCO MIL,CENTO E NOVENTA E SEIS CRUZEIROS E NOVE CENTAVOS), já acrescida dos juros legais e a ressarcí-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância' mencionada nesta cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo Senhor BERTRAND PIRES MILFONT, em 12 (DOZE) prestações mensais e sucessivas, representadas por 12 (DOZE) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 433,09 (QUATROCENTOS E TRINTA E TRÊS CRUZEIROS E NOVE CENTAVOS) e as 11(ONZE) demais no valor de Cr$ 433,00 (QUATROCENTOS' E TRINTA E TRÊS CRUZEIROS), vencendo a primeira no dia 30 de junho de 1976 e a última no dia 30 de maio de 1977. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos' e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente ' Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA QUARTA - O Senhor BERTRAND PIRES MILFONT após total cumprimento das obrigações ora assumidas se compromete a retirar o aparelho abalroado do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, no prazo de 30 (TRINTA) dias, findo o qual,fica a CEB autorizada a doar o material a instituição de caridade de sua livre escolha. CLÁUSULA QUINTA - Correrão por conta do senhor BERTRAND PIRES MILFONT, as despesas decorrentes da publicação do presente Termo no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o foro de Brasília, do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado ' em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraí - das 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PARTE: (as.) BERTRAND PIRES MILFONT. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original a fal extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls. 232/33 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 04 / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1º SFEG - Chefe

VISTO
Em, 7 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Pyrio
1.º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 092180 - CR$ 192,00)

RENOVAÇÃO DO TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, CELERADO EM 22 DE AGOSTO DE 1973, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA PRESMIC TURISMO LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 21 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Superintendência da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor MAURO CALDEIRA DE MIRANDA RIBEIRO, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo artigo 29,Inciso II, do Decreto nº 1 765, de 05 de agosto de 1971, do Governador,e, do outro, a firma PRESMIC TURISMO LTDA, aqui representada pelo Senhor JORGE PRESMIC, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada simplesmente OUTORGADA, resolvem firmar, com fulcro no artigo 24, da Lei nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964, a presente Renovação do Termo de Ocupação, mediante as seguintes Cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento fica renovado o TERMO DE OCUPAÇÃO, firmado em 22 de agosto de 1973, lavrado às fls. 232 a 234, do Livro nº 15, de Registro de Contratos e Convênios da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal,publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 02 de outubro de 1973, entre o Distrito Federal e a OUTORGADA, objetivando a Ocupação, a título precário, da dependência denominada LOJA nº 2.09, situada na Estação Rodoviária de Brasília. CLÁUSULA SEGUNDA - A OUTORGADA pagará ' ao DISTRITO FEDERAL, mensalmente, a partir de 31 de agosto de 1975, a importância de Cr$ 1.261,27 (HUM MIL, DUZENTOS E SESSENTA E HUM CRUZEIROS E VINTE E SETE CENTAVOS), a título de taxa de ocupação,até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido. PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso no pagamento de que trata esta cláusula, sujeitará a OUTORGADA às seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) calculada sobre o valor do débito; b) mora de 1% (UM POR CENTO) sobre o débito. CLÁUSULA TERCEIRA - A OUTORGADA recolherá ao BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA ' S/A - Agência Central, a importância de Cr$ 1.567,73 (HUM MIL,QUINHENTOS E SESSENTA E SETE CRUZEIROS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS), a título' de complemento de caução, em garantia pela boa execução dos serviços. CLÁUSULA QUARTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecidos pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA QUINTA - A OUTORGADA deverá obedecer a todas as disposições baixadas pelos órgãos controladores de preços, no que forem aplicáveis ao seu ramo de negócio. CLÁUSULA SEXTA - Deverá a OUTORGADA utilizar, se assim o permitir o seu ramo de negócio, copos de papel

plástico ou outro material, desde que não permita sua re-utilizaçao pelos usuários. CLÁUSULA SÉTIMA - Ficam ratificadas e renovadas as demais cláusulas do instrumento originário mencionado na cláusula primeira. CLÁUSULA OITAVA - Este instrumento terá vigência por 24 (VINTE E QUATRO) meses, contada da data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas da OUTORGADA, sendo que os seus efeitos retroagem ao dia 31 de agosto de 1975, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas sete (7) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) MAURO CALDEIRA DE MIRANDA RIBEIRO; Pela OUTORGADA: (as.) JORGE PRESMIC . Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES' MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

vtm.-

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls. 215/16 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASILIA, 04/06/1976

VISTO
Em, 7 de junho de 1876

MÁRCIO ANTÔNIO BARBOSA
Secretário de Serviços Sociais
Coordenador do Convênios
DAA/1ª Sub-Chefia

Emmanuel Rollemberg Lyra

(G.R. Nº 091817 - CR$ 219,00)

FUNABEM/DF/013/02/76

Termo de Convênio firmado entre o Distrito Federal, a Fundação de Serviço Social do Distrito Federal' e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, tendo por objetivo a construção dos Centros de Reeducação, Unidades Masculina e Feminina, e de Recepção e Triagem Feminino.

Aos · dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), em Brasília, presentes, de um lado o Distrito Federal, representado pela Secretaria de Serviços Sociais, a Fundação de Serviço Social, doravante denominada FUNDAÇÃO, neste ato representadas pelo Senhor MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 11.542/76 e, de outro lado, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, doravante denominada FUNABEM, representada pelo seu Presidente, Senhor FAWLER DE MELO, brasileiro, solteiro, com fundamento no artigo 22, da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, e conforme a Resolução nº 30/75, do Egrégio Conselho Nacional da FUNABEM, acordam entre si este Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - DO OBJETIVO

1. Este convênio tem por objetivo construir um Centro de atendimento a menores de conduta anti-social, no Distrito Federal, conforme Plano anexo a este instrumento e dele fazendo parte integrante.
2. O Centro a que se refere o item anterior, composto por um Centro de Reeducação, Unidades Masculina e Feminina, e de um Centro de Recepção e Triagem Feminino-CRT-F, reger-se-á pelas diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

CLÁUSULA II - DO ÓRGÃO EXECUTOR

A FUNDAÇÃO será a executora do presente convênio.

CLÁUSULA III - DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO - UNIDADES MASCULINA E FEMININA E DO CENTRO DE RECEPÇÃO E TRIAGEM FEMININO

1. O Centro de Reeducação, Unidades Masculina e Feminina, e o Centro de Recepção e Triagem Feminino serão construídos em área de propriedade da FUNDAÇÃO, localizada em área especial, junto ao Setor Leste do Gama, Distrito Federal.
2. Os Centros a que se referem esta Cláusula serão diretamente administrados e mantidos pela FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA IV - DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

1. A FUNABEM compromete-se a conceder recursos no valor de Cr$ 15.800.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros), para dar cumprimento à Cláusula III.
2. Os recursos mencionados no ítem anterior, correrão à conta do crédito consignado à FUNABEM pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, resultante da Exposição de Motivos nº 14, de 23.10.75, do Conselho de Desenvolvimento Social, e conforme nota de empenho apensada a este instrumento.
3. Em contrapartida, o Distrito Federal compromete-se a conceder recursos à Secretaria de Serviços Sociais, no valor de Cr$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil cruzeiros), para complementar os recursos mencionados nesta Cláusula, no ítem 1, concedidos pela FUNABEM.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO DAS IMPORTÂNCIAS

1. O pagamento das importâncias, a que se refere a Cláusula IV, será efetuado em parcelas fixadas pelo Plano de Desembolso apensado a este instrumento.
2. A FUNABEM pagará a primeira parcela de sua contribuição no ato da assinatura do presente convênio.

CLÁUSULA VI - DO DEPÓSITO DAS IMPORTÂNCIAS

O depósito das importâncias previstas na Cláusula IV, ítem 1 e 3, será efetuado pelas partes convenentes no Banco Regional de Brasília - Agência Central - Brasília - DF, à conta do Convênio FUNABEM/FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL - DF, até a data prevista para o início de sua aplicação.

CLÁUSULA VII - DO MOVIMENTO FINANCEIRO

O movimento financeiro das importâncias que se refere a Cláusula VI, será efetuado mediante cheques nominais, assinados pelo Presidente da FUNDAÇÃO, ou quem por este for designado, e por pessoa indicada pelo Presidente da FUNABEM.

CLÁUSULA VIII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A FUNDAÇÃO prestará contas:

1. Ao Distrito Federal, das verbas suplementares a que se refere a Cláusula IV, ítem 3.
2. À FUNABEM, das importâncias concedidas por esta e pelo Distrito Federal, observado o que dispõe a Ordem de Serviço nº ..... 001/12/75, da Presidência da FUNABEM, que integra este convênio.

CLÁUSULA IX - DOS DEMAIS COMPROMISSOS

1. O Distrito Federal compromete-se a consignar em seus orçamentos, à Secretaria de Serviços Sociais, em favor da FUNDAÇÃO, a partir de 1977, os recursos necessários à manutenção das atividades dos Centros de Reeducação e de Recepção e Triagem Feminino.
2. Os imóveis construídos com os recursos desta convênio não poderão ter finalidade diversa daquela prevista, nem poderão ser cedidos à terceiros.
3. O descumprimento do ítem anterior implicará na devolução dos recursos por parte da FUNDAÇÃO, para serem aplicados em outros empreendimentos que contribuam para a implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor no Distrito Federal.
4. A FUNDAÇÃO conservará em boas condições de uso os imóveis construídos com os recursos decorrentes deste convênio.
5. Os recursos destinados à aquisição de equipamento e ao treinamento de pessoal serão objeto de projeto específico, a ser apreciado pela FUNABEM e pelo Governo do Distrito Federal.

CLÁUSULA X - DAS NORMAS GERAIS

1. A FUNDAÇÃO adotará as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, definidas pelo Conselho Nacional da FUNABEM, incorporando-as aos seus programas de atenção social a menores e famílias.
2. Não serão concedidos auxílios, subvenções ou mantidos contratos de qualquer natureza, para a prestação de assistência à família, à infância ou à juventude, a entidades que não sigam as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional da FUNABEM.
3. Não serão atribuídos nomes de pessoas vivas aos imóveis construídos com recursos decorrentes do presente Convênio.
4. A indicação dos responsáveis de cada unidade dos Centros será submetida ao Conselho Nacional da FUNABEM, acompanhada dos respectivos "curricula vitae".

CLÁUSULA XI - DA FISCALIZAÇÃO

1. A FUNABEM fiscalizará o cumprimento deste convênio, a qualquer tempo, inclusive após a sua conclusão, observando o disposto no art. 7º, V, da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.
2. A FUNABEM fiscalizará o contido na cláusula X do presente convênio, nos termos do 7º, VI, da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.
3. Pessoa indicada pelo Presidente da FUNABEM exercerá as funções definidas na regulamentação e respeito da fiscalização do convênio, inclusive no que se refere à auditoria, que será procedida de forma irrestrita, visando à fiel execução deste convênio, bem como orientará a FUNDAÇÃO quando da prestação de contas a que se refere a cláusula XII.

CLÁUSULA XII - DO CONTROLE E AVALIAÇÃO

1. A FUNDAÇÃO apresentará à FUNABEM, trimestralmente, juntamente com a prestação de contas, e ao término do presente convênio, relatórios referentes ao andamento de sua execução.
2. A FUNDAÇÃO apresentará, a qualquer tempo, se exigido, relatório de avaliação das atividades dos Centros objeto deste Convênio.

CLÁUSULA XIII - DO PRAZO

O presente convênio terá a duração de 15 (quinze) meses, contados a partir da sua publicação em órgão oficial do Distrito Federal.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A FUNABEM não tem qualquer responsabilidade nos encargos de ordem fiscal, trabalhista e previdenciária, ou originária de danos à terceiros, que possam resultar da execução do presente convênio.
2. O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, no todo ou em parte, por qualquer dos convenentes, ou por ambos, em virtude do inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, importando na rescisão de pleno direito.
3. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões oriundas do presente convênio.

E assim, por estarem de pleno acordo, firmam este convênio tal como está redigido, em cinco vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
p/DISTRITO FEDERAL

FAWLER DE MELO
p/FUNABEM

TESTEMUNHAS

1a.

2a.

RENOVAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NA AV.W/3-SUL Q.509, ENTRE OS BLOCOS "A" E "B", DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 23.241/74, e, do outro, a CASA DO PEQUENO POLEGAR, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Capital Federal, neste ato representada pela Senhora RUTH DE CASTRO PASSARINHO, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar a presente renovação do TERMO DE PERMISSÃO, entre si celebrado, em 22 de janeiro de 1970, lavrado às fls. 81 a 83, do Livro nº 07, publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 03 de fevereiro de 1970, renovado em 10 de março de 1972, lavrado às fls. 46 a 48, do Livro nº 11, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 13 de abril de 1972, renovado em 05 de novembro de 1974, lavrado às fls.482 a 484, do Livro nº 16, de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 11 de março de 1975, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas : CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica renovado o Termo de Permissão de utilização, a título precário, de imóvel situado na Av. W/3-Sul Q.509, entre os blocos "A" e "B", firmado entre o Distrito Federal e a CASA DO PEQUENO POLEGAR, em 22 de janeiro de 1970, objetivando a instalação de banca de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO -

PRIMEIRO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo à PERMISSIONÁRIA quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta da PERMISSIONÁRIA os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - A PERMISSIONÁRIA SUBMETERÁ AO DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles, sempre, ser empregado material idêntico, a sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se a PERMISSIONÁRIA A respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2 982, de 19 de agosto de 1975, serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como ficarão a seu cargo o asseio e conservação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA - A PERMISSIONÁRIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir de 13 de abril de 1976, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 828,80 (OITOCENTOS E VINTE E OITO CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS), até o 10º (DÉCIMO) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA está desobrigada do recolhimento de caução, por havê-lo efetuado a maior. CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 59, da Lei nº 4 380, de 21 de agosto de 1964 e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecida pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA SÉTIMA - A PERMISSIONÁRIA SERÁ RESPONSÁVEL por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. CLÁUSULA OITAVA - A PERMISSIONÁRIA declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê-lo, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2 982, de 19 de agosto de 1975, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente instrumento terá vigência por 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir de 13 de abril de 1976, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias de seu término. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PERMISSIONÁRIA: (as.) RUTH DE CASTRO PASSARINHO. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

vtm.-

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 24 fls. 240/42 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA 04 / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO
Em, 7 de junho de 1975

Emmanuel J. Mendes Peixoto
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 159929 - CR$ 327,00)

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA CONSERVO - SERVIÇOS GERAIS S/A; TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, PORTARIA E VIGILÂNCIA NOTURNA, EM 08 (OITO) BLOCOS RESIDENCIAIS FUNCIONAIS, SOB A RESPONSABILIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 02 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete do Comando - Geral do Corpo de Bombeiros, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Coronel ANTONIO SOLLERO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 120.971/76, e, do outro lado, a Firma CONSERVO - SERVIÇOS GERAIS - S/A, estabelecida no CLS 203, Bloco "A", Loja 19, em Brasília, inscritoa no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 00009282/0001-98, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, aqui representada pelo Senhor EWERTON CLAIMANCEUX ÁLVARES DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 000179329120, na qualidade Diretor-Presidente, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Contrato mediante as seguintes Cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através deste instrumento, obriga-se a CONTRATADA a prestar para o DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros, os serviços de limpeza, conservação, portaria e vigilância noturna em 08 (oito) blocos residenciais funcionais sob a responsabilidade do Corpo de Bombeiros, de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 001/RUR-76, especificação e proposta da CONTRATADA, os quais ficam, desde logo, fazendo parte integrante e inseparável deste Termo, como se nele transcritos fossem, com exceção do item referente ao prazo, que será de 1º de junho de 1976 a 31 de dezembro de 1976. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os locais e o pessoal empregado na execução dos serviços, objeto do contrato, serão os abaixo discriminados: a) Bloco "G"-SQS 315,06 pavimentos, pilotis, garagem, 4 aprumadas, gramados, 01 (um) porteiro-zelador, 03 (três) faxineiros e 02 (dois) vigias noturnos; b) Bloco "O" da SQS - 403 - 3 (três) pavimentos, pilotis, 03 (três) aprumadas, gramados, 01 (um) porteiro-zelador, 01 (um) faxineiro e 01 (um) vigia-noturno; c) Bloco "D" da SQS-408 - 03 (três) pavimentos, pilotis, 03 (três) aprumadas, gramados, 01 (um) porteiro-zelador, 01 (um) faxineiro, e 01 (um) vigia noturno; e) Bloco "E" - SQN-407/408 - 03 (três) pavimentos, pilotis, 05 (cinco) aprumadas, gramados, 01 (um) porteiro-zelador, 02 (dois) faxineiros e 01 (um) vigia-noturno; f) Bloco "F" - da SQN - 407/408 - 03 (três) pavimentos, pilotis, 02 (duas) aprumadas, gramados, 01 (um) porteiro-zelador, 01 (um) faxineiro e 01 (um) vigia noturno; g) Bloco "G" da SQN - 407/408, 3 (três) pavimentos, pilotis, 02 (duas) aprumadas, gramados, 01 (um) porteiro-zelador, 01 (um) faxineiro e 01 (um) vigia-noturno; h) Bloco localizado na CSB 1, em Taguatinga - 03 (três) pavimentos, pilotis, 03 (três) aprumadas, gramados 01 (um) porteiro-zelador, 02 (dois) faxineiros e 01 (um) vigia noturno. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços a que se refere esta Cláusula compreendem: DIARIAMENTE - a) varrer, espanar e limpar as áreas comuns dos blocos; b) recolher o lixo, depositando o em local apropriado (lixeira); c) manter os jardins, gramados e canteiros dos blocos limpos e regados; d) manter polidas e limpas as áreas enceradas sob os pilotis; e) manter vigilância permanente (portaria e garagem); f) limpeza diária, interna, dos elevadores. SEMANALMENTE - 1) lavagem geral de todos os pilotis, paredes, vidros, escadas das partes comuns dos blocos; 2) enceramento geral dos pisos das partes comuns dos blocos. QUINZENALMENTE - a) desobstrução, limpeza e desinfecção dos esgotos; b) limpeza geral das caixas de gordura; c) lavagem geral e desinfecção das lixeiras MENSALMENTE - I) vasculhação geral de todos os tetos e paredes de uso comum; II) limpeza geral dos lustres e demais luminárias das partes comuns e das placas indicativos. SEMESTRALMENTE - a) lavagem das caixas d'água. PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todo material de limpeza e iluminação a ser empregado nos respectivos blocos, bem como o emprego de máquinas e outros utensílios necessários ao bom andamento dos serviços. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se ainda a CONTRATADA a manter: I) aos domingos e feriados, empregados para atender os serviços de rotina; II) os empregados uniformizados, limpos e asseados, podendo ser movimentados para outros imóveis de sua responsabilidade. PARÁGRAPO PRIMEIRO - Os empregados sujeitos às normas disciplinares da CONTRATADA, não terão nenhum vínculo empregatício com o DISTRITO FEDERAL, através de seu Corpo de Bombeiros. PARÁGRAPO SEGUNDO - A CONTRATADA se responsabilizará pelo pagamento de todos os encargos sociais e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor. CLÁUSULA TERCEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros, designará um executor para o presente ajuste ao qual incumbirão as atribuições contidas no artigo 12 e seguintes do Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975, CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros pagará à CONTRATADA, mensalmente, de 1º de junho de 1976 até 31 de dezembro de 1976, mediante apresentação de fatura, devidamente atestada pelo executor do contrato, a importância de Cr$ 49.950,00 (quarenta e nove mil, novecentos e cincoenta cruzeiros), que deverá ser paga até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido. CLÁUSULA QUINTA - Os recursos para fazer face à execução deste Termo, correrão à conta da Quota de Administração dos imóveis Residenciais Funcionais sob o título "RENDA DE UNIDADES RESIDENCIAIS", conforme Nota de Empenho nº 006/76, no valor de Cr$ ... 349.650,00 (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), emitida pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. CLÁUSULA SEXTA - Os serviços ora contratados estarão sujeitos a qualquer hora a mais ampla e irrestrita fiscalização por bombeiros-militares da Corporação, designados pelo Comando-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente. CLÁUSULA SÉTIMA - O DISTRITO FEDERAL, através do Corpo de Bombeiros terá direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado, ou preposto, da CONTRATADA, que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização, ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas. CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA responderá por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio do DISTRITO FEDERAL, se devidamente comprovado o dolo ou culpa, sujeitando-se se necessário, à cobrança do respectivo valor, mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA NONA - Pelo descumprimento de qualquer das Cláusulas integrantes deste ajuste, sujeitar-se-á a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1 971. CLÁUSULA DÉCIMA - A caução depositada pela CONTRATADA, no valor de Cr$ 1.000,00 (HUM MIL CRUZEIROS) só poderá ser levantada após o integral cumprimento das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, que decorrerem do presente têrmo, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução, nos Termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas da CONTRATADA, expirando em 31 de dezembro de 1976, sendo que seus efeitos retroagem em 1º de junho do corrente ano. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as) ANTÔNIO SOLLERO; Pela CONTRATADA: (as.) EWERTON CLAIMANCEUX ÁLVARES DA SILVA. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

CERTIDÃO

vtm.-

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 25 fls. 37/40 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA 02 / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO
Em, 2 de junho de 1976

Emmanuel J. Mendes Peixoto
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

(G.R. Nº 091812 - CR$ 450,00)

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO EM 05 DE SETEMBRO DE 1.975, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O SENHOR NEY CARNEIRO, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DA CASA LOCALIZADA NO SHI/SUL, QI 1/13, LOTE 03, EM BRASILIA, DESTINADA À RESIDÊNCIA OFICIAL DO SECRETARIO DE SAÚDE.

Aos 02 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Saúde, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretario de Saúde, Senhor NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador expressamente exarada no processo nº 105.445/76, do outro, o Senhor NEY CARNEIRO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CPF nº 00713151, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica rescindido o Contrato de Locação celebrado em 5 de setembro de 1975, entre o DISTRITO FEDERAL e o Senhor NEY CARNEIRO, lavrado às fls. 127/29 do Livro nº 22, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria-Geral, publicado no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL" de 17 do mesmo mês e ano, renovado em 02 de junho de 1976, lavrado às fls. 32/34, do Livro nº 25, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral, tendo por objeto a locação, pelo segundo para o primeiro, da casa localizada no SHI/SUL, QI 1/13, LOTE 03, em Brasília, Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - A presente rescisão opera-se por mútuo acordo de vontades, recebendo o Senhor NEY CARNEIRO, neste ato, plena quitação. CLÁUSULA TERCEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Saúde, devolve ao Senhor NEY CARNEIRO o imóvel mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste, nada tendo a reclamar, a qualquer título no presente ou no futuro. CLÁUSULA QUARTA - O Senhor NEY CARNEIRO declara receber o referido imovel, nada tendo a reclamar quanto às obrigações assumidas pelo DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA QUINTA - Este ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", à expensas do "DISTRITO FEDERAL", retroagindo seus efeitos a data de 1º de junho do corrente ano. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília -, Distrito Federal -, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente ajuste. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO; Pela PARTE: (as.) NEY CARNEIRO. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

vtm.-

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 25 fls. 35/36 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA 02 / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO
Em, 2 de junho de 1976

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL E O BANCO AGROPECUÁRIO DE GOIÁS S/A, OBJETIVANDO A ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 54.109/76, e, do outro, o BANCO AGROPECUÁRIO DE GOIÁS S/A, neste ato representado pelos Senhores HÉLIO RAMOS PAES e JOÃO PORFIRIO FILHO, brasileiros, casado, bancários, residente e domiciliados nesta Capital, CPF nº 004462461-15 e 005040411-34, na qualidade de Gerente e Contador Geral, respectivamente da Agência de Brasília, situada à Av. W/3-SUL, Bl. "A" - Quadra 505, loja nº 49, doravante denominada simplesmente BANCO, resolvem firmar este ajuste, nos termos do Decreto nº 644, de 11 de agosto de 1967, que regulamenta o artigo 74 do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, objetivando a prestação de serviços de arrecadação de tributos, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Obriga-se o BANCO em Brasília arrecadar diretamente dos contribuintes, os Impostos Predial e Territorial Urbano, Sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Serviços, devidos ao DISTRITO FEDERAL, nos prazos regulamentados. CLÁUSULA SEGUNDA - As importâncias mencionadas na forma da Cláusula anterior serão registradas no BANCO em conta transitória, sem juros, aberta sob o título Contábil-Depósito de Poderes Públicos Conta de Arrecadação, cujo saldo será transferido na forma estabelecida na Cláusula terceira. CLÁUSULA TERCEIRA - Até o dia 20 (vinte) de cada mês ou no 1º (primeiro) dia útil subsequente,

o BANCO transferirá diretamente à matriz do Banco Regional de Brasília S/A, sem qualquer ônus, para crédito na conta do Governo do Distrito Federal, mencionada na cláusula anterior, o saldo existente até o dia 14 (quatorze). CLÁUSULA QUARTA - O BANCO na qualidade de Agente Arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos e outros elementos consignados nas Guias de Recolhimento, preenchidas segundo modelo aprovado pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA - O BANCO encaminhará, diariamente, as segundas e terceiras vias das Guias de Recolhimento recebidas, acompanhadas de 03 (três) vias do "Aviso de Recolhimento e Crédito" e, mensalmente, os avisos de débitos relativos à transferências efetuadas para o Banco Regional de Brasília S/A , acompanhadas de 02 (duas) vias do extrato de conta, relativo ao período de transferência . CLÁUSULA SEXTA- O Decreto "N" nº 644, de 11 de agosto de 1967, para todos os efeitos passa a constituir parte integrante do presente convênio independentemente de transcrição. CLÁUSULA SÉTIMA - O BANCO, se por motivos não justificáveis, deixar de cumprir quaisquer das cláusulas deste instrumento, ou as solicitações expressas da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, quanto a sua execução, será suspenso do Sistema de Arrecadação independentemente de vir a ser declarado inidôneo para transacionar com os órgãos do complexo Administrativo do Distrito Federal, por ato do Governador, mediante proposta circunstanciada do Secretário de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - As partes é facultada a denúncia do ajuste a qualquer tempo, sem direito à indenização de qualquer natureza, formulado por escrito, cujos efeitos se produzirão somente decorridos 30 (trinta) dias após o uso dessa faculdade . CLÁUSULA NONA - O presente convênio entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL", sem ônus para o BANCO. CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELO BANCO (as.) HÉLIO RAMOS PAES e JOÃO PORFIRIO FILHO; TESTEMUNHAS (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24, fls. 247/48 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 1º / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SFRG - Chefe

VISTO

Em, 1 de julho de 1976

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 28 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº ..... 29.027/75, e, do outro, o Senhor PAULO MISAO YAMADA, brasileiro, solteiro, militar, residente e domiciliado à Rua 265-B nº 219 Goiânia-GO, portador do CIC nº 085684491-04, resolvem firmar o presente TERMO DE TRANSAÇÃO, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública, instalado na pista da Academia Nacional de Polícia, próximo ao Corpo de Bombeiros, ocorrido no dia 18 de dezembro de 1974, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O Senhor PAULO MISAO YAMADA, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: I) não pleitear em Juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; II) aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$ 4.667,07 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E SETE CRUZEIROS E SETE CENTAVOS), já acrescida dos juros legais e a ressarcí-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta Cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo Senhor PAULO MISAO YAMADA, em 10 (DEZ) prestações mensais e sucessivas, representadas por 10 (DEZ) Notas promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 466,77 (QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS CRUZEIROS E SETENTA E SETE CENTAVOS) e as 09 (NOVE) demais no valor de Cr$ 466,70 (QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS) cada, vencendo a primeira no dia 30 de junho de 1976 e a última no dia 30 de março de 1977. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução nos termos de Codigo de Processo Civil. CLÁUSULA QUARTA - O Senhor PAULO MISAO YAMADA, após total cumprimento das obrigações ora assumidas se compromete a retirar o aparelho abalroado do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília CEB, no prazo de 30 (TRINTA) dias, findo o qual, fica a CEB autorizada a doar o material a instituição de caridade de sua livre escolha. CLÁUSULA QUINTA - Correrão por conta do Senhor PAULO MISAO YAMADA, as despesas decorrentes da publicação do presente Termo no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília , Distrito Federal para dirimir quais dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL. Pela PARTE: (as) PAULO MISAO YAMADA. Testemunhas: (as.) NANCY CARVALHO LIMA e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

vtm.-

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24, fls. 249/50 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 03 / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SFRG - Chefe

VISTO

Em, 3 de junho de 1976

(G.R. Nº 092498 - CR$ 204,00)

Emmanuel J. Mendes Lyrio
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

RENOVAÇÃO DO TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS; SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, CELEBRADO EM 29 DE DEZEMBRO DE 1967, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA LAURA & CIA. LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 21 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Superintendência da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor MAURO CALDEIRA DE MIRANDA RIBEIRO, brasileiro, casado, funcionário publico, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo artigo 29, Inciso II, do Decreto nº 1 765, de 05 de agosto de 1971, do Governador, e, do outro, a firma LAURA & CIA. LTDA, aqui representada pelo Senhor GUILHERME PINTO DA SILVA, português, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente OUTORGADA, resolvem firmar, com fulcro no artigo 24, da Lei nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964, a presente Renovação do Termo de Ocupação, mediante as seguintes Cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento fica renovado o TERMO DE OCUPAÇÃO, firmado em 29 de dezembro de ... 1967, lavrado às fls. 51 a 52v, do Livro nº 05, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 23 de janeiro de 1968, renovado em 24 de setembro de 1971, lavrado às fls. 143 a 145, do Livro nº 10, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 06 de outubro de 1971, aditado em 14 de maio de 1973, lavrado às fls. 400 a 401, do Livro nº 12, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 20 de julho de 1973, renovado em 20 de março de 1975, lavrado às fls. 01 a 02, do Livro nº 21 de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 29 de abril de 1975, entre o Distrito Federal e a OUTORGADA, objetivando a Ocupação, a título precário, da dependência denominada LOJA nºs.2.14 e 2.14-A, situada na Estação Rodoviária de Brasília. CLÁUSULA SEGUNDA- A OUTORGADA pagará ao DISTRITO FEDERAL, mensalmente, a partir de 23 de setembro de 1975, a importância de Cr$ 1.261,33 (HUM MIL, DUZENTOS E SESSENTA HUM CRUZEIROS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), a título de taxa de Ocupação, até o 10º (DÉCIMO) dia do mês subsequente ao vencido. PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso no pagamento de que trata esta cláusula, sujeitará a OUTORGADA às seguintes sanções: a) multa de 10% (DEZ POR CENTO) calculada sobre o valor do débito; b) mora de 1% (UM POR CENTO) sobre o débito. CLÁUSULA TERCEIRA - A OUTORGADA recolherá ao BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A - Agência Central, a importância de Cr$ 2.603,77 (DOIS MIL, SEISCENTOS E TRÊS CRUZEIROS E SETENTA E SETE CENTAVOS), a título de complemento de caução, em garantia pela boa execução dos serviços . CLÁUSULA QUARTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecidos pela Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA QUINTA - A OUTORGADA deverá obedecer a todas as disposições baixadas pelos órgãos controladores de preços, no que forem aplicáveis ao seu ramo de negócio. CLÁUSULA SEXTA - Deverá a OUTORGADA utilizar, se assim o permitir o seu ramo de negócio, copos de papel , plástico ou outro material, desde que não permita sua re-utilização pelos usuários. CLÁUSULA SÉTIMA - Ficam ratificadas e renovadas as demais cláusulas do instrumento originário mencionado na cláusula primeira. CLÁUSULA OITAVA - Este instrumento terá vigência por 24 (VINTE E QUATRO) meses, contada da data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da OUTORGADA, sendo que os seus efeito retroagem ao dia 23 de setembro de 1975, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias do seu término. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas sete (7) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) MAURO CALDEIRA DE MIRANDA RIBEIRO; Pela OUTORGADA: (as.) GUILHERME PINTO DA SILVA. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e IVAN GOMES RIBEIRO.

vtm.-

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24, fls. 213/13 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 02 / 06 / 1976

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SFRG - Chefe

VISTO

Em, 2 de junho de 1976

(G:R. Nº 092041 - CR$ 225,00)

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL Nº. 005/76—SSP, de 04 de junho de 1976, referente à Concorrência para exploração de publicidade e programas de utilidade pública, sob a forma de permissão, em sistema de Circuito Fechado de TV e Sonorização na Estação Rodoviaria de Brasília.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, instituída pela Portaria nº. 024/75—SSP, de 16.09.75, chama a atenção dos interessados que a Concorrência em epígrafe será realizada às 15:00 horas do dia 12 de julho do corrente ano, na sala da Superintendência da Estação Rodoviária de Brasília, situada na Estação Rodoviária de Brasília, onde será fornecido o referido Edital, no horário das 9:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00 horas, dos dias úteis.

Brasília, 04 de junho de 1976
JOSÉ LIVIO VIANNA BRAGA
Presidente da Comissão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL Nº. 41/76—SEA — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS PARA AGRICULTURA E OBRAS GEI—13 — Horário 09:00 horas.
EDITAL Nº. 42/76—SEA — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS DE CALCULAR ELETRONICAS — GEI — 01 Horário: 15:00 horas.

Informamos aos interessados que no dia 21 de junho do ano em curso, nos horários acima citados, na sala de reuniões, situada no IAS — Trecho 3/4 - Lotes 1690/1720, nesta Capital, estará reunida a Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a fim de receber propostas de interessados no fornecimento do material objeto dos Editais em epígrafe.
Cópias dos Editais e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas situado no IAS - Trecho 3/4 - Lotes 1690/1720, no horario de 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 02 de junho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DO MATERIAL
AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/76

Está aberta a inscrição para a realização de uma Tomada de Preços, referente a aquisição de Equipamentos para veículos (montagem em chassis Mercedes Benz de bomba de incêndio e tanque), a realizar - se às 14 horas do dia 19 de junho do corrente ano, na Diretoria do Material do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, situada no Quartel Central, Setor de Garagens Oficiais.

ÁLVARO DA NATIVIDADE - MAJOR BM
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB
ASSEMBLÉIA - GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, empresa concessionária dos serviços públicos de energia elétrica no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Geral dos Consumidores do Ministério da Fazenda sob o nº 00.070.698/001-11 e na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 1926, por despacho de 09.01.69, usando da atribuição que lhe confere o art. 19, inciso X, dos Estatutos, convoca os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia-Geral Extraordinária, às 16 (dezesseis) horas do dia 14 (quatorze) do corrente mês, na sede da empresa, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, Lotes 106 e 136, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia:

I - Conhecimento da correção monetária das contas do Ativo Imobilizado da empresa, bem como a de suas exigibilidades e da Conta de Obras em Andamento.

II - Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social da CEB, de Cr$335.000.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros) para Cr$436.000.000,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões de cruzeiros), através de:

a) bonificação de 24% (vinte e quatro por cento) sobre o capital existente anteriormente, mediante utilização de reservas de capital no valor de Cr$80.400.000,00 (oitenta milhões e quatrocentos mil cruzeiros); e

b) incorporação de créditos de capital, no valor de Cr$20.600.000,00 (vinte milhões e seiscentos mil cruzeiros).

III - Alteração do art. 5º dos Estatutos, em conseqüência do aumento do Capital Social.

IV - Deliberação sobre a constituição da Fundação de Assistência dos Empregados da CEB - FACEB e seus Estatutos.

- Outros assuntos administrativos de interesse da empresa.

Brasília, 3 de junho de 1976

A DIRETORIA

LEILÃO DE TRATORES, MÁQUINAS E VEÍCULOS
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO

GERVÁSIO TOBIAS DA SILVA, Leiloeiro Público Oficial, matrícula nº 02 da Junta Comercial do Distrito Federal, devidamente autorizado pela FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, tudo de acordo com a Lei, CIENTIFICA a todos quantos interessar ou que/ venham a tomar conhecimento do presente Edital, que às 9,30 horas do dia 19 de junho de 1976, levará a efeito o Leilão Público dos bens abaixo relacionados, no S.I.A - Trecho 04 - Convênio GDF FZDF-Assistência Motomecanizada, dentro das seguintes condições:

2º - O valor básico para o lanço inicial será o constante deste Edital.

3º - Os bens serão arrematados pelo maior lanço oferecido a vista ou mediante um sinal de 20% (vinte por cento) no ato como garantia DA operação e o restanteem 72 (setenta e duas) horas.

4º - O adquirente que não integralizar o valor do lanço dentro das 72 (setenta e duas) horas após o leilão perderá a quantia dada em garantia.

5º - Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias após o pregão para a retirada dos bens arrematados. Findo este prazo ficará sujeito a uma taxa de armazenamento de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da venda, até o trigésimo dia, quando então a venda será considerada nula e os bens revertidos ao patrimônio da FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, sem que caiba qualquer direito de reclamação por parte do arrematante.

6º - Os bens serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo a FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, qualquer responsabilidade quanto a consorto, reparo ou mesmo providência referente a transporte do material leiloado.

7º - A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do lanço e correrá por conta do adquirente.

8º - Correrão por conta do adquirente, a regularização junto ao DETRAN e a obtenção das segundas vias, pagamento de multas, licenciamentos, transferências e demais despesas pertinentes àquele órgão. Os interessados poderão examinar os bens a serem leiloados no local acima indicado, cientes de que a venda será feita no estado de conservação em que se encontram consoantes os termos deste Edital.

LOTE	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	MODELO	PREF.	AVALIAÇÃO
01	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-03	60.000,00
02	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-04	65.000,00
03	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-05	60.000,00
04	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-06	55.000,00
05	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-08	65.000,00
06	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-10	55.000,00
07	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-11	50.000,00
08	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-13	55.000,00
09	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-14	50.000,00
10	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILAR	D-4-D	TE-16	65.000,00
LOTE	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	MODELO	PREF.	AVALIAÇÃO
11	Trator de esteira c/lâmina Angledozer	CATERPILLAR	D-4-D	TE-17	55.000,00
12	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	CATERPILLAR	D-4-D	TE-18	65.000,00
13	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	CATERPILLAR	D-4-D	TE-19	65.000,00
14	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	CATERPILLAR	D-4-D	TE-20	70.000,00
15	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	CATERPILLAR	D-4-D	TE-12	50.000,00
16	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	FIAT	A-D-7	TE-22	30.000,00
17	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	FIAT	A-D-7	TE-23	25.000,00
18	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	FIAT	A-D-7	TE-21	30.000,00
19	Trator de esteira c/Lâmina Angledozer	FIAT	A-D-7	TE-24	25.000,00
20	Trator de pneu	CBT	1.020	TP-36	7.000,00
21	Trator de pneu	CBT	1.020	TP-37	7.000,00
22	Trator de pneu	CBT	1.020	TP-38	9.000,00
23	Trator de pneu	CBT	1.020	TP-40	6.500,00
24	Trator de pneu	CBT	1.020	TP-39	6.500,00
25	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-01	8.000,00
26	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-16	17.000,00
27	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-03	10.000,00
28	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-04	15.000,00
29	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-05	15.000,00
30	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-06	8.000,00
31	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-07	8.000,00
32	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-08	13.000,00
33	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-09	15.000,00
34	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-10	15.000,00
35	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-11	17.000,00
36	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-12	12.000,00
37	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-13	15.000,00
38	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-14	17.000,00
39	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-15	15.000,00
40	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-02	15.000,00
41	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-17	16.000,00
42	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-18	16.000,00
43	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-19	16.000,00
44	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-20	15.000,00
45	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-21	15.000,00
46	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-22	15.000,00
47	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-23	16.000,00
48	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-24	9.000,00
49	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-25	17.000,00
50	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-26	17.000,00
LOTE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	PREF.	AVALIAÇÃO
51	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-27	7.000,00
52	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-28	16.000,00
53	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-29	14.000,00
54	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-30	10.000,00
55	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-31	16.000,00
56	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-32	16.000,00
57	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-33	14.000,00
58	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-34	11.000,00
59	Trator de pneu	CBT	1.090	TP-35	16.000,00
60	Trator de pneu	CBT	-1.090	TP-62	9.000,00
61	Trator de pneu	CBT	-1.090	TP-63	10.000,00
62	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-44	6.000,00
63	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-42	7.500,00
64	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-43	7.000,00
65	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-41	7.000,00
66	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP645	6.500,00
67	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-46	6.500,00
68	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-47	7.000,00
69	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-48	10.000,00
70	Trator de pneu	DEUTZ	DM-65	TP-50	7.000,00
71	Trator de pneu	FORD	8-BR	TP-59	4.000,00
72	Trator de pneu	FORD	8-BR	TP-54	4.000,00
73	Trator de pneu	FORD	8-BR	TP-53	4.000,00
74	03 (tres) tratores de pneu (SUCATAS)	FORD	8-BR-TP-51/7/5		6.000,00
75	Pá carregadeira	MICHIGAN	75.III	PC-01	35.000,00
76	Motoniveladora	HYBER-WARCO	10-D	MN-01	35.000,00
77	Motoniveladora	HUBER-WARCO	10-D	MN-02	40.000,00
78	Reboque	TRIVELATO	TIP-TOP	TIP3	5.000,00
79	Reboque	TRIVELATO	TIP-TOP	TIP5	5.000,00
80	Reboque	TRIVELATO	TIP-TOP	TIP1	5.000,00
81	REBOQUE	TRIVELATO	TIP-TOP	TIP4	10.000,00
82	Colhedeira de milho	PENHA		CM-01	10.000,00
83	Conjunto Rolo Faca c/3 Rol.	ICMA			10.000,00
84	Espalhadeira de Esterco	MASSEY-FERGUSON	MF-712	EE-01	8.000,00
85	Lâmina dianteira angulável	SANTAL	LDA-2.000	LF-02	3.000,00
86	03 Retor-escavadeira 01 caçamba c/braço e cilindro hidráulico 01 caçamba furada 01 pontoira desconraizadora	MC-CORNEL	s/12-D c/16,5 C/60	RE-1/3	10.000,00
87	03 Distribuidores de calcário (sucata), 01 Semeadeira e adubadeira, 01 pulverizador (sucata) 01 semeadeira de 05 (cinco) pés MARCAS-: ASHUTO, DELY, JOHN e ERILION (BCA-400;H; H-EC-03; 1010-TD; SS-P-60)				3.000,00
88	01 Enfardadeira	MASSEY-FERGUSON	MF-12	EF-01	
LOTE	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	MODELO	PREF.	AVALIAÇÃO
	01 segadeira tracedeira	LELY			20.000,00
89	02 tratores de esteira	INTERNACIONAL	TD-9	TE25/6	25.000,00

"VEICULOS"

LOTE	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PLACA	ANO	AVALIAÇÃO
90	Caminhoneta	TOYOTA-BANDEIRANTE	CA-0026	1969	9.000,00
91	Caminhoneta	TOYOTA-BANDEIRANTE	CA-0034	1969	8.000,00
92	Caminhoneta	TOYOTA-BANDEIRANTE	CA-0528	1969	12.000,00
93	Caminhoneta	TOYOTA-BANDEIRANTE	CA-0036	1969	10.000,00
94	Caminhão LK-111/36 (1111)	M.BENZ	CM-0102	1968	15.000,00
95	Caminhão LK-111/36	M.BENZ	CM-0126	1968	12.000,00
96	Caminhão LP-331/46	M.BENZ	CM-0104	1966	20.000,00

S O M A ..... Cr$ 1.929.500,00

Importa a presente avaliação em Cr$ 1.929.500,00 (Hum milhão, novecentos e vinte e nove mil e quinhentos cruzeiros).

E para constar, passou-se o presente Edital e mais 04 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo que o original será afixado no local de costume e as demais publicadas de acordo com o determinado em Lei.

Dado e passado nesta Cidade de Brasília - Distrito Federal, Capital da República Federativa do Brasil, aos vinte e quatro dias do mes de maio de Hum mil novecentos e setenta e seis.

GERVÁSIO TOBIAS DA SILVA
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

NOVACAP

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MATERIAL

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/76—CPLM/DA PARA AQUISIÇÃO DE APROXIMADAMENTE 1.500 KILOS DE CAFÉ EM PÓ, DESTINADOS A DIVISÃO DO PATRIMONIO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA NOVACAP EM BRASILIA DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas fornecedoras regularmente registradas no Registro Central de Fornecedores do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 16:00 horas do dia 22 de junho de 1976, na sala de licitações da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAIS.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAIS. no 5º. andar do Edificio Sede da NOVACAP.

Brasília, 03 de junho de 1976

Engº. GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente da CPLM/DA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DER-DF

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº- 008/76

AVISO DE CANCELAMENTO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, avisa aos interessados que o Edital de Tomada de Preços nº. 008/76 foi cancelado.

Brasília, 03 de junho de 1976

Engº. ENIVALDO ALVES SILVA

Resp. P/Presidência da Comissão de Licitação.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DER-DF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº- 009/76

Edital: - A disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no 2º. andar do Edifício Sede do DER-DF, Setor de Areas Isoladas Norte - Lote C, em Brasília, Distrito Federal - Tel: 23-3564.

Objeto: - Execução de serviços de pavimentação e eventual terraplenagem na ligação Ceilândia Centro/EPCT, trecho Avenida Comercial/EPCT, sob regime de empreitada mediante aplicação de Tabela de Preços Unitários.

Data: - O recebimento dos invólucros contendo "Documentação" e "Proposta" dar-se-à às 16:00 (dezesseis) horas do dia 22 (vinte e dois) de junho de 1976.

Brasília, 07 de junho de 1976

Engº. ENIVALDO ALVES SILVA

Resp. P/Presidência da Comissão de Licitação.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DER—DF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº- 010/76

Edital: - A disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no 2º. andar do Edificio Sede do DER-DF, Setor de Areas Isoladas Norte - Lote C, em Brasília, Distrito Federal - Tel: 23-3564.

Objeto: - Execução, sob regime de empreitada e aplicação de Tabela de Preços Unitários, de serviços, de terraplenagem e pavimentação de trecho inicial da ligação EPIA/Núcleo Hortícula Suburbano Vagem Bonita.

Data: - O recebimento dos invólucros contendo "Documentação" e "Proposta" dar-se-à às 16:00 (dezesseis) horas do dia 23 (vinte e três) de junho de 1976.

Brasília, 07 de junho de 1.976

Engº. ENIVALDO ALVES SILVA

Resp. P/Presidência da Comissão de Licitaçao.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DER-DF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº- 11/76

EDITAL — A disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no 2º. Andar do Edifício Sede do DER-DF., Setor de Areas Isoladas Norte - Lote C, em Brasília - Distrito Federal.

OBJETO - Execução, sob regime de empreitada e mediante aplicação de Tabela de Preços Unitários, de serviços de terraplenagem e pavimentação do segmento rodoviário ligando a Estrada Parque Taguatinga à Estrada Parque Núcleo Bandeirante.

DATA - O recebimento dos invólucros contendo "Documentação" e "Proposta" dar-se-à às 10:00 (dez) horas do dia 23 de junho de 1.976.

Brasília, 07 de junho de 1976

Engº. ENIVALDO ALVES SILVA
Resp. P/Presidente da Comissão de Licitação.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DO MATERIAL

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº- 005/76

Está aberta a inscrição para a realização de uma Tomada de Preços, referente a aquisição de Equipamentos Contra Incêndios, a realizar - se às 14 horas do dia 22 de junho do corrente ano, na Diretoria do Material do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, situada no Quartel Central, Setor de Garagens Oficiais.

ÁLVARO DA NATIVIDADE - MAJOR BM
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 3,00